

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Varelho Gomes dos Santos

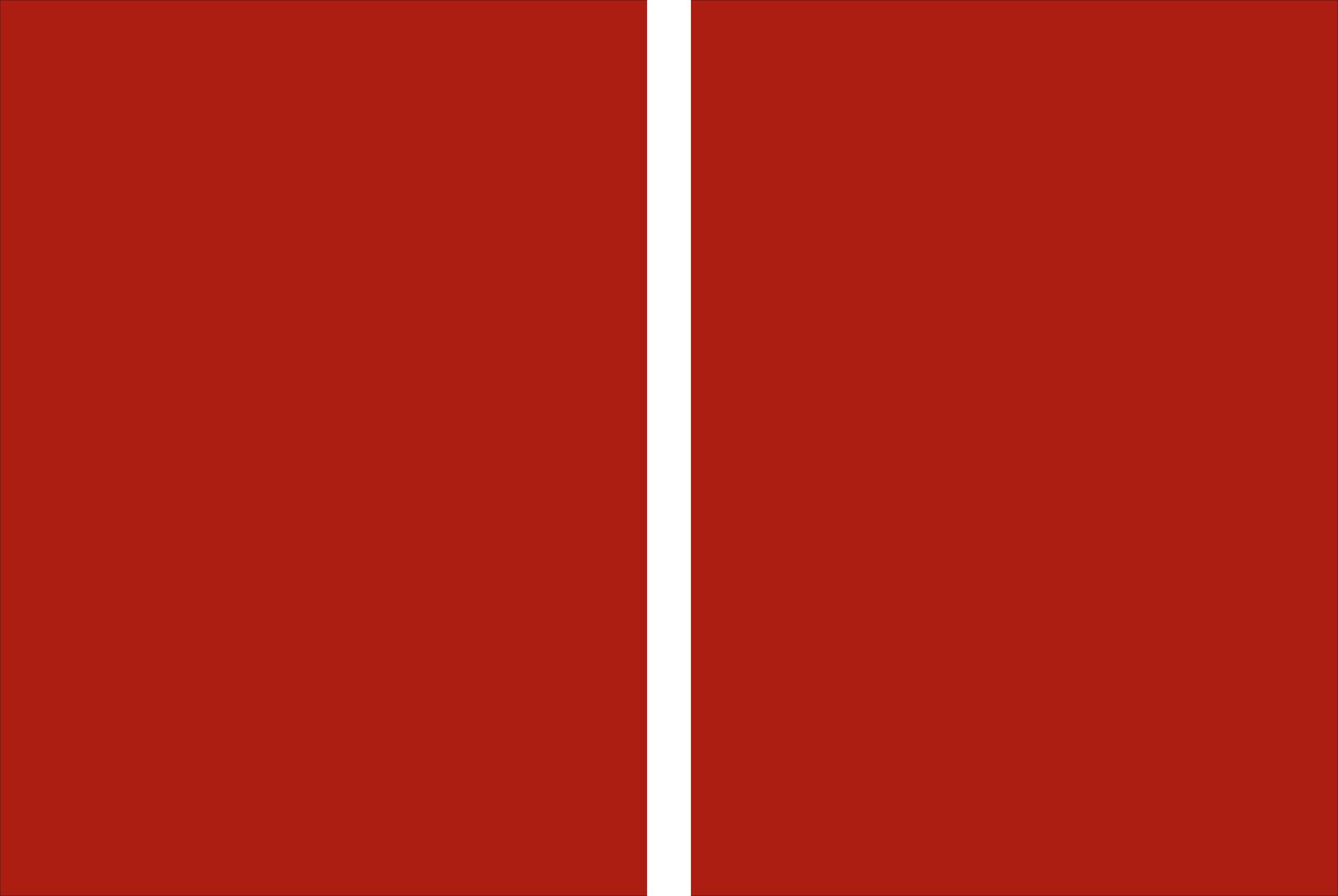
**A atividade pesqueira e a formação técnica:
Profissionalização e intervenção do IFRN
na área pesqueira do RN**

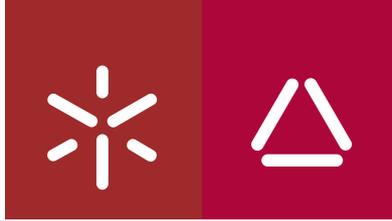
A atividade pesqueira e a formação técnica: Profissionalização
e intervenção do IFRN na área pesqueira do RN

Varelho Gomes dos Santos

UMinho | 2019

abril de 2019





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Varelho Gomes dos Santos

**A atividade pesqueira e a formação técnica:
Profissionalização e intervenção do IFRN
na área pesqueira do RN**

Tese de Doutorado em Sociologia

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Carlos Veloso Veiga
e da
Professora Doutora Valdênia Apôlinário

abril de 2019

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Às minhas duas mães (*in memoriam*): minha vó Maria Agostinho - a quem carinhosamente chamava “**maeota**” - que me ensino a ser a pessoa que sou, a quem dedico meu amor incondicional; e minha mãe Josefa, a filha-mãe ou a mãe-filha, a quem também eternizo meu amor.

A Deus, antes de todos, por me permitir alcançar mais este degrau tão importante na minha vida profissional.

À minha irmã Vera e meu sobrinho Allan, “minha família, meu alicerce”.

Ao IFRN, na pessoa do Magnífico Reitor, Professor Belchior de Oliveira Rocha (2008-2012), e do atual Reitor, Professor Wyllys Farcat Tabosa, que, vislumbrando a necessidade de formação dos servidores, firmaram convênio com a Universidade do Minho (Portugal) oportunizando a todos os servidores da instituição o aprimoramento profissional e intelectual.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Veloso da Veiga, pela paciência, pelo apoio e pela tranquilidade com que transmitiu seus ensinamentos durante o processo de construção desta tese.

À Profa. Dra. Valdênia Apolinário, que, além de orientadora, tornou-se uma preciosa amiga, desde o mestrado, como minha orientadora, por quem tenho imensa admiração.

À coordenadora do curso do Doutorado em Ciências Sociais da Universidade do Minho, Profa. Dra. Emília Araújo, pela dedicação e pelo zelo com que trata todos nós do IFRN.

A todos os professores e servidores do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Minho por seu profissionalismo e por sua dedicação.

Aos colegas do IFRN (*Campus Macau*), onde atuo como docente e atual Gestor, pelo apoio demonstrado nos vários momentos em que precisei ausentar-me para a condução deste estudo.

Aos colegas doutorandos, especialmente a Luís Antônio, parceiro nessa empreitada.

Enfim a todos que, direta e indiretamente, contribuíram para a realização desta tese de doutorado.

Este trabalho foi apoiado pela Pro-Reitoria de Pesquisa e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em programa de cooperação internacional com a Universidade do Minho, custeado conforme a Resolução N° 67/2011-CONSUP/IFRN, atualizada pela Resolução n° 31/2014-CONSUP/IFRN.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

A ATIVIDADE PESQUEIRA E A FORMAÇÃO TÉCNICA: PROFSSIONALIZAÇÃO E INTERVENÇÃO DO IFRN NA ÁREA PESQUEIRA DO RN

RESUMO

Este estudo objetiva compreender a desvalorização atribuída pelos alunos formação técnica no curso de Recursos Pesqueiros no IFRN Macau (RN), que visa contribuir para a profissionalização e valorização da atividade pesqueira neste território, bem como no Rio Grande do Norte e no Brasil. A hipótese norteadora do estudo é a de que esses sentimentos de desvalorização dos formandos decorre do fato de estarem situados num espaço social onde predominam baixas expectativas de qualidade de vida, bem como de ascensão profissional; do fato de a maioria dos alunos advirem de famílias de pescadores artesanais, que vivem em condições precárias de sobrevivência; do fato de os negócios da pesca, existentes neste território, serem resistentes à introdução de novos conteúdos em seus processos (saberes técnicos advindos dos egressos do IFRN); do fato de o território não conter todos os elos da cadeia da pesca; e da secular insuficiência de políticas públicas visando à efetiva elevação da produtividade, competitividade e sustentabilidade da atividade pesqueira. Em busca da confirmação de tais hipóteses, procedeu-se a uma pesquisa qualitativa-descritiva, com ações empíricas. O arcabouço teórico desta tese tem como principal referencial as contribuições de Anthony Giddens, com foco na Teoria da Estruturação. Assim, busca-se amparo nas contribuições desse autor para a compreensão sociológica da realidade dos jovens e dos reais motivos que implicam a falta de interesse pela formação técnica na área pesqueira. Outros autores também auxiliam na análise, mas de maneira complementar. O estudo também contempla questões históricas e registra o desempenho recente dos Institutos Federais no Brasil e Rio Grande do Norte, bem como sobre a atividade da pesca. A pesquisa de campo centra-se no jovem, ator principal deste estudo; e nos atores que fazem parte do processo de formação dos jovens no IFRN (docentes e servidores do IFRN), bem como em outros atores externos ligados ao cotidiano da atividade pesqueira na região, como empresários, gestores públicos e lideranças da pesca. Aponta-se, como derivações desta tese a percepção da necessidade de alinhamento permanente da proposta do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, de forma a promover e estimular os jovens formandos e estabelecer maior proximidade com o mercado proporcionando-lhes maior aceitação e conseqüente empregabilidade. Também se constatou, em deriva desta investigação, a necessidade de pressionar junto aos órgãos competentes nas três esferas, municipal, estadual e federal, por um conjunto de políticas públicas integradas e estimuladoras do desenvolvimento da atividade pesqueira na região, no Estado e no país.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Técnica Federal. IFRN. Pesca. Profissionalização de Jovens.

FISHING ACTIVITY AND TECHNICAL TRAINING: PROFESSIONALIZATION AND INTERVENTION OF THE IFRN IN THE FISHING AREA OF THE RN

ABSTRACT

This study aims to understand the devaluation attributed by the student's technical training in the course of Fisheries Resources at the IFRN Macau (RN), which aims to contribute to the professionalization and valorisation of the fishing activity in this territory, as well as in Rio Grande do Norte and Brazil. The guiding hypothesis of the study is that these feelings of devaluation of the trainees arise from the fact that they are located in a social space where low expectations of quality of life predominate, as well as of professional ascent; of the fact that most of the students come from families of artisanal fishermen, who live in precarious conditions of survival; of the fact that the fishing businesses in this territory are resistant to the introduction of new contents in their processes (technical knowledge coming from IFRN alumni); the fact that the territory does not contain all links in the fishing chain; and of the secular insufficiency of public policies aiming at the effective increase of productivity, competitiveness and sustainability of the fishing activity. In search of the confirmation of such hypotheses, a qualitative-descriptive research was carried out, with empirical actions. The theoretical framework of this thesis has as main reference the contributions of Anthony Giddens, focusing on Structural Theory. Thus, it is sought support in the contributions of this author to the sociological understanding of the reality of young people and the real reasons that imply the lack of interest in technical training in the fishing area. Other authors also assist in the analysis, but in a complementary way. The study also contemplates historical issues and records the recent performance of the Federal Institutes in Brazil and Rio Grande do Norte, as well as on fishing activity. Field research focuses on the young, leading actor in this study; and the actors who are part of the process of training young people in the IFRN (IFRN teachers and servers), as well as other external actors linked to the day-to-day fishing activity in the region, such as entrepreneurs, public managers and fishing leaders. It is pointed out, as derivations of this thesis, the perception of the necessity of permanent alignment of the proposal of the Technical Course in Fishing Resources, in order to promote and stimulate the young trainees and establish greater proximity with the market, giving them greater acceptance and consequent employability. In the wake of this research, the need to put pressure on the competent bodies in the three spheres, municipal, state and federal, for a set of integrated public policies that stimulate the development of the fishing activity in the region, in the State and in the country.

KEY WORDS: Federal Technical Training. Fishing. IFRN. Professionalization of Young People.

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| 1. Introdução..... | 1 |
| 1.1. Hipótese | 8 |
| 1.2. Objetivos | 8 |
| 1.2.1. Objetivo geral..... | 8 |
| 1.2.2. Objetivos específicos | 8 |
| 2. Revisão bibliográfica: a Teoria da Estruturação de Anthony Giddens | 10 |
| 2.1. Apresentação do capítulo | 10 |
| 2.2. Dos clássicos à teoria da estruturação de Anthony Giddens..... | 10 |
| 2.2.1. Situando os termos do debate | 10 |
| 2.3. O olhar clássico da estruturação da sociedade..... | 14 |
| 2.4. A Teoria da Estruturação | 17 |
| 2.4.1. Elementos da Teoria da Estruturação | 19 |
| 2.4.2. Tempo e espaço na Teoria da Estruturação..... | 24 |
| 2.5. A sociedade reflexiva de Giddens | 27 |
| 2.6. A Teoria da Estruturação: força ontológica e prática coletiva | 28 |
| 2.6.1. Estrutura, sistema e estruturação | 30 |
| 2.7. Pontos da Teoria da Estruturação de Giddens..... | 35 |
| 2.8. A Teoria do Cotidiano | 38 |
| 2.9. Síntese do capítulo | 42 |
| 3. O IFRN e o curso de Recursos Pesqueiros | 44 |
| 3.1. Apresentação do capítulo | 44 |
| 3.2. O IFRN, uma instituição centenária: da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal..... | 44 |
| 3.3. A formação técnica-profissional para Pesca e Aquicultura: desafios e perspectivas..... | 53 |
| 3.4. O Curso Técnico em Recursos Pesqueiros do IFRN - <i>Campus</i> Macau | 54 |
| 3.5. Síntese do capítulo | 59 |
| 4. O mundo da pesca | 60 |
| 4.1. Apresentação do capítulo | 60 |
| 4.2. A estruturação do mundo da pesca. Contexto e Indicadores histórico-sociais e econômicos | 61 |
| 4.2.1. A evolução do mundo da pesca no Brasil. Um breve retrato socio-histórico | 61 |
| 4.2.2. Da produção pesqueira no Brasil. Alguns indicadores de situação | 68 |
| 4.2.3. Dos desafios da atividade pesqueira no Brasil..... | 73 |
| 4.3. A situação do mundo da pesca na Região Nordeste | 76 |
| 4.4. A situação do mundo da pesca no Estado do Rio Grande do Norte | 79 |

| | |
|--|------------|
| 4.5. A situação do mundo da pesca no município de Macau | 84 |
| 4.6. O mundo da pesca e as suas divisões. Pesca artesanal vs pesca industrial | 87 |
| 4.6.1. Pesca Artesanal: conceito, histórico e características..... | 87 |
| 4.6.2. Pesca Industrial: conceito, histórico e características | 97 |
| 4.7. Síntese do capítulo | 101 |
| 5. Metodologia | 104 |
| 5.1. Contextualização..... | 104 |
| 5.2. A escolha do tema investigado..... | 105 |
| 5.3. A seleção do espaço investigado e dos atores da pesquisa | 105 |
| 5.4. Instrumentos utilizados..... | 106 |
| 5.5. Tipo e método de pesquisa..... | 107 |
| 5.6. A pesquisa piloto | 110 |
| 5.7. Os atores da pesquisa, a amostra e o tratamento dos dados: pesquisa-piloto e pesquisa final | 111 |
| 5.7.1. Os alunos e os egressos do curso Técnico em Recursos Pesqueiros | 111 |
| 5.7.2. Outros atores ouvidos na pesquisa - pesquisa final | 112 |
| 5.7.3. A coleta de dados | 113 |
| 5.7.4. O tratamento dos dados coletados..... | 115 |
| 5.8. Síntese do capítulo | 116 |
| 6. Resultados da pesquisa | 117 |
| 6.1. Apresentação do capítulo | 117 |
| 6.2. Resultados da pesquisa-piloto | 117 |
| 6.3. A pesquisa final..... | 124 |
| 6.3.1. Relato e análise da fala dos jovens..... | 124 |
| 6.3.1.1. Percepção sobre o cotidiano | 125 |
| 6.3.1.2. Percepções após ingresso no IFRN | 132 |
| 6.3.1.3. Percepção sobre a atividade pesqueira | 137 |
| 6.3.1.4. Percepção quanto a receberem investimento e não atuarem na área..... | 141 |
| 6.3.1.5. O Mundo da Pesca sob a ótica dos entrevistados | 145 |
| 6.3.1.6. Representação social..... | 150 |
| 7. Análise da pesquisa | 153 |
| 7.1. Fatores da desmotivação dos jovens para a formação em Recursos Pesqueiros | 160 |
| 7.2. Propostas para o IFRN e para a formação em Recursos Pesqueiros | 165 |
| 8. Considerações finais | 169 |
| Referências | 173 |

| | |
|---|------------|
| Apêndices..... | 181 |
| Apêndice I – Roteiro da entrevista com professores/servidores ligados ao curso de Recursos Pesqueiros | 181 |
| Apêndice II – Roteiro da entrevista com jovens..... | 182 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1. Ação Reflexiva | 18 |
| Figura 2. Modelo da Dualidade da Estrutura em Interação..... | 20 |
| Figura 3. Estrutura, sistema e estruturação | 32 |
| Figura 4. Escola de Aprendizizes Artífices (de 1909 a 1937) | 45 |
| Figura 5. Prédio da então Escola Industrial de Natal (de 1937 a 1967) | 46 |
| Figura 6. IFRN - <i>Campus</i> Natal..... | 47 |
| Figura 7. IFRN - <i>Campus</i> Macau (2015)..... | 51 |
| Figura 8. Aquicultura no Brasil (2013) | 68 |
| Figura 9. Consumo de carnes no Brasil (<i>kg per capita</i>) (2006-2010)..... | 69 |
| Figura 10. Produção brasileira de proteínas (milhões de toneladas) (2013) | 70 |
| Figura 11. Localização de Macau, Rio Grande do Norte (Brasil)..... | 85 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1: Nomenclaturas da Instituição entre 1909 e 2017 | 45 |
| Quadro 2: Projeção de matrículas do IFRN - <i>Campus</i> Macau (2012-2016)..... | 54 |
| Quadro 3: Percentual de alunos atendidos no <i>Campus</i> , por modalidade | 54 |
| Quadro 4: Total de alunos concluintes no Curso de Recursos Pesqueiros IFRN - <i>Campus</i> Macau..... | 56 |
| Quadro 5: Decretos e Leis da organização e produção dos pescadores no Brasil 1845-2016 | 64 |
| Quadro 6: Produção total de pescado (t) dos trinta maiores produtores (2009-2010)..... | 71 |
| Quadro 7: Produção da pesca (t) extrativa dos trinta maiores produtores (2009-2010)..... | 72 |
| Quadro 8: Produção (t) nacional da pesca extrativa marinha (2010-2011) | 73 |
| Quadro 9: Produção de pescado (t) da aquicultura marinha em 2011 | 77 |
| Quadro 10: Produção de pescado (t) no Brasil por modalidade no período de 2010 e 2011 | 86 |
| Quadro 11: Sinopse das propriedades estruturais do sistema social do mundo da pesca | 102 |
| Quadro 12: A voz dos atores - aspectos negativos e proposições de melhorias para o curso de Recursos Pesqueiros | 119 |
| Quadro 13: A voz dos atores - aspectos positivos do curso de Recursos Pesqueiros..... | 121 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|----|
| Mapa 1. Pré-expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil (2005-2015)..... | 49 |
| Mapa 2. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil (2005-2015)..... | 49 |

LISTA DE SIGLAS

| |
|---|
| BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento |
| CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos |
| CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte |
| CEP - Comissão Executiva da Pesca |
| CGPB - Estatuto da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil |
| CJP - Comissão de Justiça e Paz |
| CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CNP - Conferência Nacional dos Pescadores |
| CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores |
| CREA-RN - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio Grande do Norte |
| CTRP - Curso Técnico em Recursos Pesqueiros |
| DECEX - Departamento do Comércio Exterior |
| DFAs - Delegacias Federais de Agricultura |
| DIGUIE - Diretoria da Unidade Indústria-Escola |
| DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca |
| DPA - Departamento de Pesca e Aquicultura |
| EA - Escola de Aprendizes Artífices |
| EIFRN - Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte |
| EIN - Escola Industrial de Natal |
| EJA - Ensino de Jovens e Adultos |
| EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| EPT - Ensino Profissional e Técnico |
| ETFRN - Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte |
| EXPOTEC - Exposição Técnica e Científica |
| FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura |
| FEPA - Federação Estadual dos Pescadores |
| FEPA - Federação Estadual dos Pescadores |
| FUNRURAL - Fundo de assistência ao Trabalhador Rural |
| IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente |

IFAM - Instituto Federal do Amazonas
IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo
LI - Liceu Industrial
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
MT - Ministério do Trabalho
NUPA - Núcleo de Formação Humana e Pesquisa Aplicada à Pesca e Aquicultura
PIB - Produto Interno Bruto
PMM - Programa Mulheres Mil
PP - Pastoral da Pesca
PPC - Projeto Pedagógico do Curso
RDEPT - Reserva de Desenvolvimento Estadual Ponta do Tubarão
RGP - Registro Geral dos Pescadores
RN - Rio Grande do Norte
SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SETEC - Secretaria Especial Tecnológica
SIPA - Secretaria de Inspeção de Produto Animal
SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1. INTRODUÇÃO

Parece inconcebível o fato de que o Brasil, com mais de quinhentos anos de história, uma das maiores economias do mundo, com uma das maiores reservas hídricas e uma costa litorânea com mais de 8.500 km² de extensão, insista ainda em políticas públicas desarticuladas (com pouca produtividade e penetrabilidade), sem objetivos claros que visem à qualificação profissional dos jovens e adultos para atender a atividade pesqueira. Tentando entender melhor essa realidade, e pretendendo estimular a qualificação profissional no país, com vista à geração de emprego e renda, faz-se ancoragem nas contribuições teóricas de Giddens, para, assim, poder formular propostas que proporcionem uma intervenção positiva no sentido de reverter esse quadro de desinteresse dos jovens em relação à prática da pesca.

Ao longo desse tempo, as atividades produtivas não industriais, no Brasil, se concentraram na agricultura e na pecuária; em relação às demais e potenciais atividades, apesar de o País possuir uma das maiores reservas hídricas do planeta, com inúmeras possibilidades, dada a extensão das águas continentais, a atividade pesqueira não evoluiu em seu território. Ao contrário, é caracterizada como uma exploração rudimentar, com baixos salários, pouca modernização tecnológica, falta de profissionalização, entre outros fatores.

Diante dessa realidade, esta tese tem como especial objetivo desvendar os principais entraves que contribuem para a desvalorização da atividade pesqueira no RN e, em última instância, no Brasil, levando à desmotivação dos jovens que buscam profissionalizar-se.

No curso técnico em Recursos Pesqueiros, promovido pelo IFRN, mais especificamente, objetiva-se depreender a percepção social dos jovens em formação técnica no IFRN - Macau (RN), como forma de desvelar os motivos de seu desinteresse pela profissionalização nessa área. Além disso, visa-se identificar e analisar as dificuldades enfrentadas pelo IFRN nesse processo de formação, especificamente sob a ótica da demanda de jovens atendidos. Para tal alcance, além desses sujeitos de pesquisa, buscou-se o testemunho dos demais atores institucionais e sociais envolvidos nesse cenário, a saber: servidores docentes e técnicos do IFRN, bem como empresários, gestores públicos e líderes da comunidade ligados à pesca.

A escolha do IFRN como *locus* da pesquisa deve-se ao fato de ser uma instituição centenária e com um reconhecido histórico de inúmeras e significativas contribuições no processo de formação profissional no Estado do Rio Grande do Norte. E mais especificamente, por considerar-se ser esta uma instituição que tem como principal objetivo.

[...] ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais (PORTAL IFRN, 2014, p. 1).

No curso de sua história, o IFRN, foi capaz de promover inúmeras mudanças, buscando sempre estar em consonância com os anseios da formação profissional. De escola de aprendizes artífices, em 1909, a Liceu Industrial de Natal em 1932, Escola Industrial de Natal em 1942, Escola Industrial Federal em 1965, Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte em 1968, e finalmente Centro Federal de Educação e Tecnologia em 1994, cumpriu um longo percurso de significativas transformações. A partir daí, começa a fase expansionista, que, de fato, teve início, em 1994, com a inauguração da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró. Não obstante, somente em 2006 (doze anos depois) o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), amplia a atuação da rede federal no Estado, implantando as Unidades de Ensino da Zona Norte de Natal (Capital do Estado), de Ipanguaçu (a 214 km de Natal) e de Currais Novos (a 185 km de Natal). Nos anos seguintes, a expansão assume grandes proporções, redesenhando-se a rede que, em 2008, passa a nominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Sob sua égide, colocam-se, em expansão, várias unidades de ensino que se vão espalhando pelo Estado (num total de 22 em 2016), atuando na profissionalização de jovens em todas as regiões do RN.

Tendo em vista sua constante preocupação com as necessidades de formação, visando à melhoria social e econômica (bem como, considerando a intensa expansão das atividades, registrada sobretudo recentemente, a partir de 2003), os desafios de atuação do IFRN se tornaram ainda mais expressivos, pois a instituição passou a lidar, de maneira enfática, com as dificuldades próprias das diversas regiões do Estado, as quais apresentam uma enorme diversidade cultural, social e econômica.

Em contexto assim peculiar, nasce o IFRN - *Campus* Macau, localizado na região salineira do Estado do Rio Grande do Norte. Observada tal particularidade regional, era preciso atender as demandas daí advindas. Em decorrência, promove-se uma consulta pública para que a sociedade local possa pronunciar-se quanto aos seus interesses reais de formação de mão de obra. Constatou-se, a partir dessa consulta, a importante representatividade dessa região para a atividade pesqueira do Estado, o que levou o IFRN a implantar, em 2009, o curso técnico em Recursos Pesqueiros, com o propósito de promover um processo de formação técnica para que, em médio e longo prazo, pudesse intervir na atividade pesqueira da região, bem como nas atividades de cultivo de organismos marinhos, visando, em

consequência, estimular um processo de transformação profissional que contribuísse para a formação social e para possíveis melhorias econômicas decorrentes dessa importante atividade no cenário local.

Através do curso técnico de Recursos Pesqueiros, implantado em 2009, o IFRN vem formando técnicos nas modalidades subsequente e médio integrado¹. Em 2011, a primeira turma formada somava 55 alunos. Entretanto, desses egressos, o percentual de empregados não atinge 10%; e mesmo nas turmas dos anos seguintes (2012, 2013), também não foi registrado um percentual significativo de inserção no mercado de trabalho, após a formação. Inverter essa situação torna-se um imenso desafio para o IFRN como instituição de formação profissional, uma vez que a formação precisa estar atrelada ao processo de inserção no mercado de trabalho, seja via mercado formal, seja pela via do empreendedorismo.

Ao que parece, o curso de Recursos Pesqueiros, pioneiro no Rio Grande do Norte e um dos poucos existentes no país, apresenta lacunas que precisam ser identificadas, investigadas e sanadas, para que o programa de formação técnica na área possa ser (re)planejado e ajustado, sob pena de o curso ser encerrado, especialmente nesse contexto de forte redução de recursos do Estado na educação federal, resultante, por exemplo, de Emendas Constitucionais recém aprovadas pelo Congresso brasileiro (como é o caso da PEC 241/55, aprovada em dezembro de 2016, que congela os gastos primários por 20 anos).

A reconhecida credibilidade do IFRN como instituição de formação profissional e sua capacidade de intervir nas questões sociais, em especial na área da formação técnica da pesca, caracterizam-se como um campo fértil para a investigação social, o que já se constitui em justificativa plausível para referendar o caráter pioneiro do presente estudo.

Neste percurso investigativo, busca-se compreender, mais verticalmente, o processo de formação por que passam os alunos do curso de Recursos Pesqueiros, numa visão longitudinal que os contempla desde o seu ingresso no IFRN à sua formação e posterior inserção no mercado de trabalho. Para além disso, buscam-se a atuação do IFRN como agente de formação, e as reais intenções desses jovens no sentido de se manterem neste segmento econômico e contribuir para o seu desenvolvimento. Por fim, cabe identificar a percepção dos agentes econômicos e institucionais que atuam nessa atividade quanto a esse processo de formação técnica (empresários gestores públicos, pescadores e aquicultores).

Em termos de resultados, alimenta-se a expectativa de encontrar respostas que permitam diminuir a lacuna existente entre a formação e a inserção profissional dos concluintes do Curso, podendo assim

¹ O ensino subsequente é direcionado ao público que já concluiu o ensino médio regular, enquanto que o médio integrado se refere àqueles que estão cursando o ensino médio.

contribuir para o desenvolvimento de estratégias que os tornem futuros profissionais do mundo da pesca, efetivamente interessados pela área, ao invés de serem simplesmente motivados pelo ambiente social do IFRN, mais do que pela sua proposta formativa. Evidentemente que o propósito do IFRN é incentivar o ingresso dos jovens; mas não pode ser o propulsor de seu interesse pela área da pesca. Este deve derivar-se de seu processo de escolhas, com base em um querer socialmente valorizado, a exemplo do que ocorre noutros cursos do IFRN (Informática, Geologia, Mecânica, Mineração, Petróleo e Gás, Segurança no Trabalho). Por inúmeras razões, a serem apresentadas ao longo deste estudo, fica evidente que os jovens em formação no Curso Técnico em Recursos Pesqueiros demonstram pouco interesse em atuar efetivamente apague nessa atividade a partir da formação recebida, ou seja, revelam-se pouco afeitos a ingressar/permanecer no mundo social da pesca.

A revisão bibliográfica centrou-se especialmente nas contribuições de Anthony Giddens, em particular nas contribuições da teoria da Estruturação. E isso por considerar-se os jovens formandos do curso de Recursos Pesqueiros como agentes integrantes do cenário social das comunidades pesqueiras em que (na sua maioria) vivem, e o IFRN como agente de transformação que acaba por estimular o interesse de muitos deles em atuar nas atividades pesqueiras.

A ancoragem na Teoria da Estruturação tem sua justificativa centrada no fato de esta auxiliar na compreensão das ações do indivíduo de sua consciência e intencionalidade, mesmo quando as consequências resultantes não são exatamente o reflexo da pretensão inicial. Os caminhos teóricos que conduzem esta investigação auxiliam na explicação e na compreensão da ação dos formandos do curso de Recursos Pesqueiros como agentes transformadores (e não como agentes de reprodução), sendo, portanto, sujeitos dotados de reflexividade, com total autonomia para agirem socialmente sobre as suas vidas, se assim o desejarem. Tal compreensão implica interpretar e analisar o indivíduo como sujeito integrado ao que acontece no ambiente, tendo as condições morais, sociais e a herança do passado como meio de interpretação e de entendimento do comportamento. Em complemento à análise, buscam-se as razões práticas legitimadoras que conduzem esses jovens ao ingresso na área da pesca e ao seu consequente desligamento.

Outro aspecto a ser investigado diz respeito às consequências (não previstas) da presença dos jovens no espaço social do IFRN, que passa a ser visto como mundo novo à que não tinham acesso e que lhes deu a oportunidade de se aperceberem de forma crítica na relação estabelecida com o ambiente social das suas comunidades de origem. A novidade que se lhes a figura nesse novo mundo do IFRN, com o qual (e onde também) passam a interagir socialmente, aguça sua criticidade, promovendo uma inquietação quanto à possibilidade de contribuírem, com o conhecimento adquirido, para a melhoria da

atividade pesqueira e, conseqüentemente, de suas comunidades. É também visando a esse desvendamento que se busca amparo analítico na Teoria da Estruturação.

Parece evidente que a desvalorização do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, gerando, em deriva, a desmotivação dos alunos para virem a atuar profissionalmente na área pesqueira dá-se, sobretudo, pelo fato de os jovens atendidos pelo IFRN trazerem no bojo de suas percepções a vivência em comunidades carenciadas, com futuro incerto e baixas expectativas profissionais. No essencial, percebe-se que os jovens representam o mundo social da pesca como um espaço social de baixa qualidade de vida, onde faltam oportunidades de trabalho, em que só se pode sobreviver economicamente da pesca artesanal de mera subsistência, mundo no qual não se valoriza a intervenção científica e tecnicamente profissionalizada.

É provável que, ao ingressarem no curso de Recursos Pesqueiros, os jovens tomem consciência das oportunidades proporcionadas pelo IFRN. Na verdade, é após seu ingresso na instituição que esses jovens passam a ter contato com um mundo de possibilidades até então desconhecidas, visto que, em suas comunidades, não tinham como modelar ou remodelar suas expectativas sociais e profissionais de vida. Sem dúvida, o fato de entrarem num novo ambiente social, feito de interações diversas e estimulantes, e o conseqüente acesso à informação desperta, estimula e aguça a capacidade crítica desses jovens, afirmando-se o IFRN como um lugar onde adquirem uma melhor percepção dos problemas da pesca e das dificuldades dessa atividade no Brasil. Não obstante, ainda que valorizem e até considerem importante ingressar no curso de Recursos Pesqueiros, os jovens não percebem, na atividade pesqueira estímulos e perspectivas profissionais capazes de melhorar sua qualidade de vida. Somam-se a isso a percepção de dificuldades, sofrimento, pobreza e baixa valorização da atividade pesqueira, artesanal em suas comunidades e em suas famílias. Não surpreenderá de todo que o seu percurso como alunos do IFRN venha a ter como conseqüência o seu desinteresse pelo ingresso nessa profissão ou, para sermos mais assertivos, a rejeitar o ingresso (ou regresso) ao mundo social da pesca.

Parte da literatura consultada partilha dessa percepção e a confirma. A afirmação que segue é emblemática:

À margem dos direitos sociais e trabalhistas, pescadores brasileiros não veem os ganhos prometidos pelas bilionárias trocas comerciais da globalização. Apesar de serem peça-chave no projeto do governo para ampliar a produção nacional de pescado, a maioria dos trabalhadores do setor não possui carteira assinada nem proteção previdenciária adequada, além de enfrentar jornadas excessivas, condições precárias dos barcos e formas controversas de remuneração. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a pesca tem um dos mais altos índices de acidentes fatais (REPÓRTER BRASIL, 2009, p. 1).

A situação da pesca no Brasil é bastante preocupante, e não apenas no campo do trabalho formal. Segundo Issac (1997), as condições de vida da maioria das famílias de pescadores artesanais são deveras precárias. A renda obtida pela pesca permite somente um nível de subsistência. Nessa esfera de atividade, além da falta de qualificação profissional, convive-se com a ausência de infraestrutura de apoio (gelo, câmaras...), com as dificuldades de escoamento da produção e a falta de recursos materiais para comprar equipamentos de pesca, sendo estes, entre tanto, os entraves mais relevantes enfrentados pelos pescadores artesanais. Tais inconvenientes obrigam os trabalhadores da pesca a dependerem fortemente de atravessadores, que acabam usufruindo da maior parcela da renda gerada pela atividade. E vale assinalar o fato de que isso se torna tanto mais intenso quanto mais isolada e carente é a comunidade.

Desde a década de 80 que a questão de um ensino profissional ligado à atividade da pesca e à abertura de escolas que tenham essa finalidade vem sendo tema de reivindicação dos pescadores. No entanto, há de se considerar que a formação do pescador e sua inserção nas atividades do dia a dia da pesca segue o rito da tradição e não depende diretamente da educação formal. Assim, o ensino profissional passa a ser uma outra via para o ingresso e a iniciação no setor da pesca.

Em sendo essa a realidade, os alunos em formação/formados em Recursos Pesqueiros encontram-se “desestimulados de partida”. Diante das inúmeras dificuldades, não conseguem perceber, na atividade pesqueira, estímulos à atuação profissional e menos ainda uma possibilidade de intervir na atividade, o que os impulsiona a retornar a suas comunidades de origem.

Assim enredados, esses jovens recusam-se a ser agentes de transformação do mundo da pesca, o que se contrapõe ao objetivo precípua da formação técnica ofertada pelo IFRN, que é promover a participação direta desses jovens em favor do processo de modernização dessa atividade na região, no Estado do Rio Grande do Norte e no Brasil.

O grande desafio que orienta a investigação aqui apresentada é a premente necessidade de fornecer conhecimentos que permitam alterar a forma como os alunos antecipam o futuro de suas vidas no mundo da pesca. Logo, faz-se mister um amplo processo de intervenção que promova a mudança e a conseqüente valorização da pesca, uma vez que os jovens não acreditam que possam mudar o estado das coisas, pois se veem mais como agentes de reprodução de uma realidade por eles vivenciada no seu cotidiano do que como agentes transformadores do socialmente instituído nesse mundo da pesca, sejam as suas regras, sejam os seus recursos.

Considera-se ainda que a problemática da atividade pesqueira, dada à sua fragilidade histórica no Brasil, e mesmo em razão das inúmeras dificuldades enfrentadas por quem nela atua, é desafiadora.

Por isso, busca-se neste estudo, clarificar as variáveis que aí se implicam; de forma mais específica, busca-se a compreensão do contexto social da atividade pesqueira, sob a ótica de Antony Giddens, para obter um melhor entendimento das questões sociais dessa realidade, visando contribuir para despertar o sentimento de valorização (nos alunos) pelo curso. Para esse alcance, o presente estudo assume a pretensão de redesenhar o cenário social da pesca, enfatizando o jovem como agente potencial de mudança, o que favorecerá um novo olhar para a formação técnica na área da pesca via Curso de Recursos Pesqueiros ofertado pelo IFRN. O intuito é (e elucidar) as lacunas existentes, as quais têm tornado os resultados atingidos pelo IFRN, nos quesitos formação e inserção dos jovens no mercado de trabalho, ainda incipientes, quando observados os dados quantitativos de ingresso, saída e inserção efetiva, além de outras resistências à consolidação do Curso.

Com base em dados decorrentes de ações promovidas pelo IFRN para o curso de Recursos Pesqueiros do *Campus* Macau, como também, daqueles advindos das pesquisa-piloto desta tese, e ainda contando com o respaldo da experiência do autor, que atua como docente e Diretor Geral do IFRN - *Campus* Macau, percebeu-se que o principal desestímulo dos jovens, no que concerne à formação em Recursos Pesqueiros e sua fatal atuação nessa área, é decorrente de seu conhecimento das dificuldades a serem enfrentadas, sem qualquer vislumbre de mudança real do quadro. Em suma, este estudo busca encontrar respostas que possam elucidar a questão ora enunciada: Quais propostas e/ou soluções estratégicas podem advir do curso técnico de Recursos Pesqueiros promovido pelo IFRN no sentido de contribuir para a valorização da atividade pesqueira no RN e no Brasil?

A essa questão central, outros questionamentos se somam a fim de mapear os condicionantes da problemática da desmotivação dos jovens quanto ao curso técnico em Recursos Pesqueiros, como sequencialmente se apresenta.

Questões orientadoras da investigação

- i. Como é constituído o modo de vida no espaço social do mundo da pesca?
- ii. Qual a percepção dos jovens quanto ao espaço social do mundo pesca?
- iii. Qual o real interesse dos jovens atendidos no curso de Recursos Pesqueiros do IFRN em atuar nessa atividade?
- iv. De que maneira a formação promovida pelo IFRN contribui para que os jovens aceitem e tenham interesse em atuar no mundo da pesca?
- v. De que maneira o IFRN pode contribuir para estabelecer o elo entre a formação e a real intervenção dos jovens no mundo da pesca?

1.1. HIPÓTESE

A hipótese desta tese está centrada em cinco fatores que se complementam de estabelecer, de forma consistente, a proposta de investigação. A desvalorização atribuída pelos jovens formandos do Curso de Recursos Pesqueiros do IFRN - *Campus* Macau decorre desses fatores que se completam, quais sejam:

- i. o espaço social da atividade pesqueira no Brasil é constituído principalmente pela pesca artesanal, em que predominam baixas expectativas de qualidade de vida e de difícil ascensão profissional;
- ii. a maioria dos alunos do Curso de Recursos Pesqueiros provém de comunidades e de famílias de pescadores artesanais, o que, por consequência, os induz a ter uma percepção prévia do espaço social em que vivem, normalmente caracterizado por condições precárias de sobrevivência e de sofrimento;
- iii. os negócios da pesca existentes nesse território são resistentes à introdução de novos conteúdos em seus processos (saberes técnico-científicos adquiridos pelos egressos do IFRN *versus* experiência prática dos negócios pesqueiros). Em outras palavras, em geral, os empresários presumem que tais conhecimentos não agregam valor ao seu negócio;
- iv. o território pesqueiro ainda não internalizou todos os elos da cadeia da pesca (captura do pescado, beneficiamento, distribuição, incluindo construção naval e reparos/manutenção de embarcações e inserção de tecnologias), os quais, se existissem, ocupariam uma mão de obra, em média, portadora de maior escolaridade/qualificação e, em princípio, melhor remunerada;
- v. a secular insuficiência de políticas públicas visando à efetiva elevação da produtividade, competitividade e sustentabilidade da pesca. Tais condições, se revertidas, poderiam estimular a profissionalização da atividade e a elevação da qualidade de vida dessas comunidades.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo geral

Compreender a desvalorização atribuída pelos jovens em formação técnica no curso de Recursos Pesqueiros no IFRN *Campus* Macau-RN, para então poder, contribuir em favor da profissionalização e da valorização da atividade pesqueira nesse território, bem como no Rio Grande do Norte e no Brasil.

1.2.2. Objetivos específicos

- i. Interpretar o perfil social das demandas de jovens atendidos no Curso Técnico em Recursos Pesqueiros promovido pelo IFRN.
- ii. Investigar a problemática do espaço social do mercado de trabalho na atividade pesqueira no RN e no Brasil.
- iii. Analisar a problemática existente entre o interesse dos jovens pela formação e as reais expectativas e necessidades do mercado de trabalho voltado à atividade pesqueira.

Visando ao cumprimento de tais proposições, organiza-se a tese em oito capítulos, sendo o primeiro deles correspondente a esta introdução, em que se justifica o estudo e se apresenta a problemática a ser investigada: a desmotivação dos alunos para ingressar no Curso de Recursos Pesqueiros oferecido pelo IFRN. Também constam deste capítulo os questionamentos norteadores, a hipótese e os objetivos da tese, além de uma breve apresentação do IFRN, do *Campus* Macau, do curso de Recursos Pesqueiros e da atividade da pesca.

No segundo capítulo, são apresentadas as contribuições teóricas que fundamentam cientificamente este estudo, com destaque para as contribuições de Anthony Giddens sobre a sociedade moderna e suas complexas relações sociais, a fim de subsidiar a explicação quanto ao desestímulo dos jovens para a formação e atuação na área de recursos pesqueiros, enfatizando o cenário social em que vivem.

No terceiro capítulo, apresenta-se um recorte histórico, ao longo do tempo, do IFRN, com a expansão da rede em todo o estado do Rio Grande do Norte. A criação do *Campus* Macau e, a implantação do curso técnico em Recursos pesqueiros.

No quarto capítulo, apresenta-se e contextualiza-se o mundo da pesca no Brasil no Brasil, em particular no Rio Grande do Norte e, mais especificamente, em Macau, procurando configurar essa realidade de forma cronológica e sequenciada. Com a abordagem de dados quantitativos da produção da pesca afim de constatar a carência e o potencial produtivo desta atividade. Os dados utilizados derivam do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA e representam um parâmetro para quantificar a atividade pesqueira no País, nas regiões, no RN e em Macau.

No quinto capítulo, são apresentados os pressupostos metodológicos que fundamentam a pesquisa empírica realizada com alunos do curso técnico em Recursos Pesqueiros do IFRN e também com os principais atores que compõem a pesca em Macau - RN.

No sexto capítulo, são sistematizados os resultados da pesquisa de campo sobre a percepção dos jovens quanto ao Curso de Recursos Pesqueiros, a intervenção do IFRN na atividade pesqueira do RN e os desafios e oportunidades para a valorização do profissional da pesca na região de Macau-RN.

No sétimo capítulo, apresenta-se os resultados da pesquisa realizada com as falas dos atores envolvidos nesse enredo e, de forma mais específica, as falas e considerações dos alunos e egresso, tendo como referencial teórico de análise as contribuições de Giddens, que, decerto, irão contribuir para traçar estratégias e ações que estimulem os jovens na formação e na atuação profissional.

No oitavo e último capítulo, têm-se as considerações finais, incluindo proposições conclusivas do presente estudo (à serem entregues aos responsáveis dirigentes do IFRN Macau), na expectativa de que possam contribuir para elevar a motivação dos alunos em relação ao Curso de Recursos Pesqueiros.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO DE ANTHONY GIDDENS

2.1. APRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO

O objetivo do capítulo ora apresentado é fornecer subsídios que ofereçam sustentação teórica à investigação de campo realizada neste estudo.

Inicialmente, procura-se contextualizar o estudo dando ênfase aos autores considerados clássicos da sociologia, especialmente Émile Durkheim e Max Weber. A pretensão basilar é desenvolver um raciocínio voltado ao entendimento de importantes conceitos, realçando pontos da sua evolução.

Em particular, recorre-se à Teoria da Estruturação de Anthony Giddens, em que se faz ancoragem, para explicar as escolhas dos alunos do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, e mais precisamente para desvelar os motivos de seu desinteresse e desvalorização que imprimem a essa formação. A expectativa é a de que, com tais resultados, o IFRN - *Campus* Macau possa propor estratégias que estimulem e motivem os educandos do referido curso e, conseqüentemente possam efetivamente contribuir com a profissionalização na atividade da pesca.

2.2. DOS CLÁSSICOS À TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO DE ANTHONY GIDDENS

2.2.1. Situando os termos do debate

O Brasil caracteriza-se como um país diverso, multicultural, miscigenado, uma configuração resultante de influências indígenas (os primeiros habitantes da terra), portugueses e africanos. A cultura brasileira, portanto, é basicamente produto da junção dessas três primeiras contribuições étnicas, originando uma nova cultura. Some-se a isso o fato de que, nos últimos 200 anos, ocorreram várias migrações que contribuíram ainda mais para a diversificação da cultura brasileira, tais como a italiana, a espanhola, a alemã, a japonesa, dentre outras.

Historicamente, pode-se dizer que o Brasil é um País jovem, com pouco mais de 500 anos de história. Não obstante, faz-se necessário lembrar que, bem antes de seu registro histórico, já era habitado pelos indígenas.

Além da miscigenação étnica, também se caracteriza por possuir dimensões continentais, com vastíssimo litoral (8.500 km²), sendo a região Nordeste (ou boa parte dela) banhada pelo Oceano Atlântico. Essa posição geográfica, somada à concentração das condições de produção em mãos de poucos (terra e capital), favoreceu o desenvolvimento de práticas de subsistência e de comercialização. Assim, ao longo do tempo, essas áreas habitadas vêm desenvolvendo sua cultura e suas aptidões utilizando os recursos marítimos e da terra como meios para sobrevivência.

Uma possibilidade de melhoria desse quadro deu-se entre 2003 e 2015 com a ampliação de políticas públicas do governo voltadas à qualificação profissional de jovens e adultos. Nesse espaço temporal, observou-se, no Brasil, um crescente estreitamento dos laços de comunicação, decorrentes do desenvolvimento da tecnologia e, sobretudo, da propagação do conhecimento, permitiu qualificação a um maior número de cidadãos, sem a preocupação com o tempo e o espaço: nesse sentido o tempo e o espaço deixaram de ser atributos interligados, o que pressupõe uma superação própria da sociedade moderna (GIDDENS,1991).

No período focalizado (2003-2015), observa-se, no Brasil, um esforço governamental de permitir melhor aproximação do poder público com as regiões do país através de centros de pesquisa, instalação de escolas técnicas e estímulos à iniciativa privada como tentativa de promover desenvolvimento de forma a integrar as localidades, em especial, do Nordeste brasileiro.

Até pouco tempo, as áreas litorâneas brasileiras mais distantes dos centros urbanos, porém próximas ao mar, exerciam um papel somente de provedoras dos recursos extraídos do mar para abastecimento das metrópoles. Todavia, emerge a necessidade de implementar, nessas áreas, as novas técnicas de aperfeiçoamento e utilização eficiente dos recursos advindos do mar, em especial os recursos pesqueiros, visando ao efetivo desenvolvimento desses territórios.

Sabe-se, no entanto, que o processo de desenvolvimento não acontece de forma natural e imediata. Há um longo caminho a percorrer, pois as práticas sociais, os níveis de conhecimento e de relação social locais são profundamente ligados à tradição, aos valores, aos costumes e às crenças passadas de geração a geração.

Na tentativa de compreender e explicar a realidade dessas comunidades pesqueiras, e nelas atuar, desenvolve-se, no curso desta investigação, algumas reflexões que possam contribuir para o desenvolvimento da região Nordeste, mais especificamente na área de abrangência do Curso de Recursos Pesqueiros - IFRN Macau (RN). E vale ressaltar o fato de que essa preocupação não se singulariza em termos do simples desenvolvimento material; também se estende ao desenvolvimento da formação humana, contribuindo para o aperfeiçoamento das técnicas existentes nas atividades, a profissionalização dessas atividades através da formação técnica e o fortalecimento da cultura e dos valores locais.

Certamente que essa contribuição do processo de formação técnica ofertado pelo poder público nas localidades da região Nordeste do Brasil, mais precisamente no Rio Grande do Norte, favorece a entrada de traços modernos na atividade pesqueira, estabelecendo um confronto com os fortes hábitos,

costumes e tradições locais, provocando mudanças paradigmáticas, uma vez que essas localidades se mostram resistentes a modernidade, conforme explicitado anteriormente.

É, então, em tais circunstâncias, que emerge uma questão social e politicamente importante: como oferecer condições ideais que garantam a entrada de traços modernos e de inovação em um ambiente que se caracteriza por fortes laços de tradição já consolidados pelas comunidades pesqueiras tradicionais?

Em Giddens (1991), buscar-se-á o necessário fundamento teórico a resposta. Para o autor, vive-se a radicalização da modernidade, isto é, um tempo em que o modo de vida iniciado no século XVII chegou ao seu estágio final. Assim, vive-se não a época caracterizada por incertezas manufaturadas de um lado e a reflexividade do outro. Ele concebe as incertezas manufaturadas como tudo aquilo que é criado pelo homem, fruto do desenvolvimento, do conhecimento e que, concomitantemente, podem tornar-se um instrumento de risco imediato para a sociedade.

Por sua vez, a reflexividade da vida social moderna, para Giddens (1991), consiste no fato de as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz de informação sobre essas próprias práticas, alterando assim, constitutivamente, seu caráter. Essa “disposição para refletir” contribui para a quebra de elementos da tradição, ou seja, o mundo moderno, com base na racionalidade, no conhecimento sistematizado pode provocar mudanças mais conscientes na estrutura da sociedade quando o próprio indivíduo desenvolve a reflexividade, quebrando os valores enraizados da tradição.

Outro aspecto abordado por Giddens diz respeito à definição da globalização como “ação a distância” em que a modernidade permite ao indivíduo a sistematização das ideias, assim o fenômeno da globalização que provoca mudanças profundas na vida social e política, pressionando os indivíduos a promoverem o debate reflexivo em suas ações.

Como se sabe, as atividades cotidianas são cada vez mais influenciadas pelos eventos que ocorrem do outro lado do mundo (efeitos da globalização); e, inversamente, os hábitos locais de estilo de vida tornam-se globalmente consequentes e absorvem características que influem no comportamento social dos indivíduos. Assim, a decisão de comprar uma determinada peça de vestuário, por exemplo, tem implicações não só para a divisão internacional do trabalho, mas também para os ecossistemas terrestres (GIDDENS, 1994).

O autor destaca também como resultado direto da globalização a emergência de uma ordem social pós-tradicional, ou seja, os elementos próprios da tradição são colocados em xeque, haja vista os sujeitos terem um maior poder de escolha, em função do leque de possibilidades de interpretações e ações no mundo atual. A propósito, vale ressaltar o fato de que uma ordem pós-tradicional não é uma

ordem em que a tradição tenha desaparecido - longe disso. É uma ordem em que a tradição muda de *status*. As tradições devem explicar-se, tornar-se abertas à interrogação ou ao discurso (GIDDENS, 1994).

O mundo moderno e globalizado fornece elementos que favorecem o debate de ideias, permitindo a ampliação do discurso e das interrogações sobre as coisas, o que cria um ambiente de reflexão e descobertas individuais, favorecendo a cidadania.

No período marcado pelo iluminismo, acreditava-se que quanto mais o homem conhecesse e interferisse na natureza e na sociedade, mais controle sobre esses campos ele teria. Entretanto, a promessa de que a ciência forneceria todas as explicações para os mistérios da natureza não se fez cumprir.

Conforme sublinha Giddens (2009), o mundo contemporâneo é focado nas incertezas, fruto da ação humana social que as provoca. O indivíduo procura meios para fugir das incertezas da realidade social, em que pauta as suas práticas e ações sociais. Para o autor, o mundo contemporâneo é responsável por essas incertezas individuais e coletivas advindas do progresso das ciências, do conhecimento, que cria uma realidade de instabilidade e imprevisibilidade das ações humanas que formam o contexto social. Portanto, o caráter imprevisível das ações humanas se torna evidente neste cenário social.

Ainda na visão do autor, o progresso das incertezas é próprio da sociedade moderna, pois quanto mais se conhece e se descobrem novos horizontes de ação e de reflexão, mais aumentam as dúvidas e as incertezas; cada vez se mais complexa a sociedade criando elementos que podem voltar-se contra si própria. As incertezas são produzidas pela própria ação humana, a exemplo da possibilidade de guerras nucleares, do colapso do câmbio econômico global, de desastres ecológicos etc.

Nas culturas que antecedem a era moderna, a tradição era o elemento central de reprodução dos valores sociais passados às gerações futuras. A reflexividade existia subordinada às “certezas” das tradições; o indivíduo não tinha a liberdade de refletir sobre suas ações. Com a passagem para os tempos modernos, a reflexividade constitui-se em elemento central da reprodução do sistema, no qual o pensamento reflexivo está ligado à ação dos indivíduos; “ela, a cultura, então, é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si” (GIDDENS, 1990, p. 45).

Para uma melhor contextualização e entendimento das questões sociais, a partir da ótica de Giddens, faz-se necessário apresentar algumas contribuições teóricas dos clássicos acerca dos fundamentos da teoria da estruturação, em que ancora o presente estudo.

2.3. O OLHAR CLÁSSICO DA ESTRUTURAÇÃO DA SOCIEDADE

Nessa subseção, resgata-se a compreensão de autores como Durkheim (1858-1917) e Weber (1864-1920) a fim de abordar o olhar clássico da estruturação da sociedade e compreender melhor a proposta de estruturação preconizada por Giddens. A teoria da estruturação humana de Giddens procura estabelecer uma relação entre o agente e a estrutura, confrontando a perspectiva determinista da sociedade, sem formulações de leis gerais relativas a esta.

No caso de Émile Durkheim, o autor procura explicar o funcionamento da sociedade, tendo como base a estrutura social que exerce um poder coercitivo sobre os indivíduos moldando as suas ações. Para o autor, o fato social é uma realidade preexistente, que possui característica generalista, coercitiva e externa aos indivíduos.

Leme (2008) discute a noção de estrutura em Durkheim pela ideia de consciência coletiva e representação coletiva, conceitos-chave para o entendimento da teoria que o autor elaborou como algo específico ao olhar da sociologia nascente, apresentando as especificidades e as justificando como forma de validar cientificamente esse novo tipo de saber que propõe para a explicação e compreensão da sociedade (a sociologia), em contraposição ao olhar da psicologia, da filosofia ou da economia. Para Durkheim, a representação coletiva e a consciência coletiva são fatores estruturais da sociedade. Não obstante, deixa claro que as partes, por si só, não representam o todo; a representatividade do todo é fruto das representações individuais que produzem a representação coletiva. Com base nessa premissa, subentende-se que, na objetivação da sociedade, os fatos sociais são exteriores ao indivíduo.

Sob a ótica de Leme (2008), Durkheim deixa evidente que a estrutura é a base da condição social; por isso mesmo é que busca compreender as questões do cotidiano nas ações dos indivíduos e na construção do entendimento coletivo. O contraponto feito pelo autor em relação ao entendimento da sociologia, à luz da psicologia, traz um novo olhar sociológico para a complexidade da estrutura social.

Durkheim desenvolve seus estudos, explicando a realidade, a partir da estrutura em detrimento da ação. Em um primeiro momento, o autor defendeu a tese de que as características do todo social são separadas dos agentes individuais e que a “sociedade” exterior ao indivíduo apresenta-se como pré-existente a ele. Cada pessoa é apenas um indivíduo situado em um sistema de relações que envolvem muitos outros. A sociedade torna-se, assim, uma “espécie de ambiente inibidor no qual os atores se movimentam, fazendo sentir a sua presença por meio dos efeitos da pressurização que condicionam a conduta daqueles”. Todavia, o próprio Durkheim reconheceu, posteriormente, que em razão da natureza moral dos fatos sociais, a pressão exercida pela sociedade sobre os indivíduos desempenha não só o

papel de constrangimento (quase físico) de suas ações, mas também atua como um fator positivamente motivador (GIDDENS, 2001, p. 6).

Durkheim (1995) tende a buscar explicações para o funcionamento da sociedade através das estruturas sociais que a compõem. Para ele, é através da racionalidade das estruturas sociais que se concretiza na consciência coletiva da sociedade e, também, na representação coletiva, que essas estruturas sociais se apresentam e se consolidam. Já Weber complementa esse entendimento ao afirmar que as ações dos indivíduos são consequência de uma lógica racional. No entanto, há de se refletir que a racionalidade das ações coletivas não é, por si só, a única forma das organizações sociais. Portanto, as contribuições desses autores se complementam no sentido de encontrar nas estruturas e na racionalidade subsídios para interpretar o modelo social.

Weber (2000) pressupõe que as ações dos indivíduos são orientadas por uma lógica racional. Porém, a racionalidade legal não é a única forma de organização social; há também o carisma e a tradição que influenciam no tipo de poder, como tipos puros de dominação ao lado do poder legal. Ainda assim, a racionalidade centrada no poder legal é a mais importante no capitalismo, dada a iminente tendência à burocratização da sociedade em suas diversas esferas - sociais, políticas, econômicas, militares, religiosas, entre outras.

Essa forma de analisar a sociedade traz consigo um pensamento relativista, na medida em que admite que as ações dos homens é que moldam a sociedade. Nesse caso, os aspectos históricos e a busca de fontes documentais e pessoais dos indivíduos trazem consigo elementos que proporcionam o entendimento das mudanças e lógicas daquela sociedade. São as ações sociais, elemento básico do entendimento da teoria de Weber, que moldam a sociedade, e não o contrário.

Estabelecendo uma relação em paralelo, verifica-se que, enquanto Weber busca, em sua pesquisa qualitativa, descobrir quais motivações estariam orientando as ações dos indivíduos (ética protestante e espírito do capitalismo) para compreender o porquê das particularidades do capitalismo no ocidente, Durkheim, em sua pesquisa quantitativa, dá relevância ao problema do suicídio como um objeto de estudo da sociologia. Analisa a ocorrência desse fenômeno considerando as condições de variabilidade (taxa de suicídio) e não o processo de objetivação deste. Além disso, relaciona-o à esfera da consciência coletiva e não às perturbações ou crises psicológicas dos indivíduos (FRAGMENTOS DE CULTURA, LEMES, 2012).

Para Giddens (1987), na visão de Durkheim e Weber, as ciências sociais compartilham, de um modo geral, da mesma estrutura lógica da ciência natural, mesmo se reconhecendo que a ação humana tem atributos especiais e distintivos.

Giddens (1994 e 1998) salienta que não há uma única consciência coletiva, pois diversas sociedades são portadoras de diferentes consciências coletivas, que, por sua vez, engendram algumas diferenças nas organizações sociais, nas formas de socialização dos homens.

Assim concebendo, o autor vislumbra um novo modelo social, em que o indivíduo é agente de reflexividade capaz de confrontar a lógica racional. A reflexividade do ser torna-se a força motriz da conduta social, um modelo não mais tão racional, embora sujeito a influências temporais que afetam a conduta social e atuam na sociedade, de forma efetiva, provocando mudanças ao longo do tempo e do espaço.

Afinal, como entende o autor, a base de estudos das ciências sociais centra-se nas práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo, sendo as atividades humanas reflexos dos meios pelos quais os atores se apresentam e se colocam. E, inclusive, por sua natureza, produzem as condições que tornam possíveis a criação e a reprodução das atividades no contexto social. Tudo isso conduz ao entendimento do que ele considera “condição reflexiva” da atividade humana. É nesse sentido que Giddens considera a ação como um fluxo contínuo e não como um agregado de intenções, razões e motivos isolados; ao contrário, assume um sentido de que o agente tem plena consciência das atividades que desenvolve. Também entende que cada pessoa está posicionada em um modo múltiplo de inferências, dentro de relações sociais conferidas por identidades sociais específicas e essa é a principal esfera de aplicação do conceito de papel social. Não são apenas os indivíduos que estão posicionados (com relação ao outro e com relação à serialidade de encontros no tempo-espaço); os contextos de interação social também estão posicionados.

Tal como percebe, as mudanças sociais são vistas através de duas perspectivas: sistemas intersociais e extremidades do tempo-espaço, que o autor considera os dois componentes do conceito de “sociedade”. O sistema social é apresentado como um conceito comparado ao ecossistema que, segundo acredita, é de difícil interpretação e pode ser compreendido como um sistema considerado como um conjunto complexo de integração dos atores aí envolvidos.

A principal preocupação da teoria social é idêntica à das ciências sociais: a elucidação de processos concretos da vida social. Giddens (2009) considera duas proposições no estudo das ciências sociais: que a explicação é contextual e que a descoberta de generalizações não é a totalidade nem a finalidade suprema da teoria social.

Já os agentes ou atores humanos são considerados como sendo similares e detentores de capacidade para entender o que fazem, enquanto o fazem. As capacidades reflexivas do ator humano estão caracteristicamente envolvidas, de um modo contínuo, no fluxo da conduta cotidiana, nos contextos da atividade social.

A consciência prática, que induz o indivíduo a expressar o que percebe, do modo como o vê, o que fazem de fato, é um dos principais temas da teoria da Estruturação de Giddens (2009) e deve ser distinta da capacidade dos indivíduos de exprimir com palavras o que fazem, consciência discursiva. Ele adota uma versão modificada da psicologia do ego associada ao Eu, relacionando-a diretamente com o conceito de rotinização. O cotidiano, em sua concepção, é o caráter rotinizado que a vida social adquire à medida que se estende o tempo e o espaço. Em razão disso, diferencia consciência prática, consciência (discursiva) e inconsciência, no seu modelo. O que os agentes sabem acerca do que fazem e do porquê o fazem - sua cognoscibilidade como agentes - está largamente contido na consciência prática. O cotidiano representado na rotinização passa a ser vital para os mecanismos psicológicos que influenciam as ações, sendo também por meio deles que um senso de confiança e/ou de segurança ontológica é sustentado nas atividades do cotidiano da vida social. Enquanto isso, as atividades desenvolvidas no dia a dia, de modo repetitivo, são consideradas como de “caráter recursivo da vida social”.

Outros conceitos importantes são redefinidos pelo autor, que busca nas suas reflexões, a compreensão do ser social e da própria sociedade através de redefinição de conceitos como: coerção, estrutura e princípios estruturais para melhor mensurar e clarear a compreensão da reflexividade. As referências de análise, na concepção de Giddens (2009) são as sociedades tribais, as sociedades divididas em classes, os Estados-Nação modernos e sua associação com o capitalismo industrial.

O mundo de hoje, com tantas mudanças e inovações tecnológicas, modos de vida diversificados, comportamentos e atitudes, vive um momento de submissão às consequências da modernidade. Contrário a outros pensadores modernos, que defendem a ideia de um novo momento (pós-moderno, era do conhecimento, dentre outros), Giddens afirma que tudo o que há atualmente são ramificações de uma lógica social posta desde o século XVII, na qual a vida social, baseada nas tradições, esta, a cada dia, perdendo seu espaço.

2.4. A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO

A Teoria da Estruturação nasce na mudança do eixo da teoria social dos EUA (com Parsons) para a Europa. Os três conjuntos básicos de questões que se apresentam na teoria de Giddens (2009) dizem respeito à ênfase no caráter ativo, reflexivo da conduta humana e na rejeição à tendência do consenso ortodoxo de ver o comportamento humano como resultado de forças que os atores não controlam nem compreendem. A contribuição da linguagem, por sua vez, é encarada pelo autor com ressalvas. Em sua Teoria, admite-se a existência de um sujeito descentrado, sem que isso implique a eliminação da subjetividade. E não é a experiência do ator individual isolado que determina o fato social, nem a

existências de qualquer forma de totalidade social, mas sim as práticas ordenadas da interação social dos agentes, observadas no espaço e no tempo em que ocorrem.

Outro ponto importante diz respeito ao conceito de cognoscibilidade humana preconizado pelo autor. Seu processo hermenêutico dá-se à medida que se reconhece na descrição de atividades humanas uma familiaridade com as formas de vida expressas naquelas atividades. Isso significa que as atividades de uma comunidade se refletem nas ações do seu cotidiano, expresso na continuidade e na reprodução dessas ações ao longo do tempo, as quais se consolidam no fazer de cada indivíduo dessa comunidade.

A reflexividade cognitiva, por exemplo, possibilita a percepção do real, buscando artefactos e desenvolvendo conectividade com a realidade social investigada. E é justamente a continuidade das práticas sociais que desencadeia a reflexividade desse contexto social. O que fica evidente é que as práticas sociais, nesse processo de reflexividade, perpetuam-se de forma homogênea através do tempo e do espaço, bastando, para tanto, monitorar o cotidiano da vida social. Cada indivíduo imerso no contexto social possui razões e motivos isolados no seu comportamento que se refletem na interação com o outro, de quem espera uma resposta similar ou o mesmo comportamento expressado na ação e na interação social.

Na realidade, o que os agentes esperam uns dos outros é o principal critério de competência aplicado na conduta cotidiana. A construção da teoria de Giddens está relacionada primeiramente às condições não reconhecidas da ação praticada pelo indivíduo, que, por sua vez, precisam ser monitoradas pelo autor de reflexividade da ação, que é percebida na racionalidade da ação praticada e que desencadeia as consequências imprevistas. Estas constituem um ciclo contínuo de interação das variáveis envolvidas no processo que se renova a cada ciclo, na busca da compreensão e que afetam o comportamento social e a complexidade da modernidade, conforme se expressa na Figura 1.

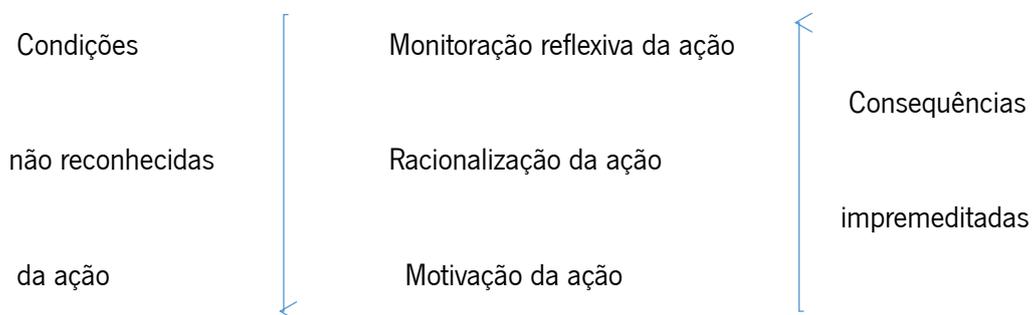


Figura 1. Ação Reflexiva

Fonte: Giddens, 2000, p. 6.

Na Figura 1, Giddens apresenta a ideia de que o agente é conduzido a condições não reconhecidas da ação através da sua inconsciência cognitiva. Para o autor, essas condições precisam

ser monitoradas e racionalizadas de forma que sejam filtradas e que provoquem a motivação para a execução da ação pelo agente. No entanto, essas ações não garantem o resultado premeditado e podem apresentar consequências impremeditadas, não reconhecidas pelo agente.

Nesse modelo, o autor distingue a monitoração reflexiva e a racionalização da ação de sua motivação. As razões se referem aos motivos da ação enquanto que as motivações referem-se às necessidades que as instigam. A motivação refere-se mais ao potencial para a ação do que propriamente ao modo como a ação é cronicamente executada pelo agente. Fica, portanto, a noção de consciência prática, que é fundamental para a compreensão da teoria da estruturação.

Para compreender a Teoria da Estruturação, é necessário trazer à tona conceitos importantes; entre eles, o de sociedades tribais, como referência para a compreensão do modelo de sociedade; o de sociedades divididas em classes, que se modernizam e aparecem como Estados Nação, e que preconizam a sociedade determinada pelo capitalismo industrial. Nesse contexto, a teoria da estruturação de Giddens propõe mudanças relevantes a partir da organização das cidades que se transformaram em sociedades agrárias ou são fruto do modelo de industrialização, que é característico das sociedades industriais modernas.

2.4.1. Elementos da Teoria da Estruturação

Na obra “A Constituição da Sociedade”, de Anthony Giddens, o autor contextualiza a Teoria da Estruturação, a partir de uma explanação preliminar, com base em princípios das vertentes teóricas às quais se filia. Inicialmente, contrapõe o funcionalismo e o estruturalismo (em suas inclinações objetivistas às ciências humanas), a hermenêutica e as várias formas de “sociologia interpretativa” (cujo viés é mais íntimo e subjetivo). Propõe-se descrever os “elementos da teoria da estruturação” - título dado ao primeiro capítulo, a partir da apropriação (e crítica) das duas correntes. Apresenta, por um lado, a primazia da ação na explicação da conduta humana, no caso da hermenêutica, em que o sujeito é concebido como elemento externo ao meio, sendo a experiência desse sujeito sobre a natureza o fundamento básico das ciências sociais e humanas. Por outro lado, sob a ótica do estruturalismo e de funcionalismo, prioriza a estrutura da ação humana. No sentido desta última, o “todo social” sobrepõe-se às partes individuais.

A estrutura, por princípio, pode ser compreendida como o conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social; as características instituídas nos sistemas sociais têm estrutura no sentido de que as relações estão estabilizadas no tempo e no espaço. É justamente essa reprodução social que os jovens não querem aceitar, pois não se veem como agentes reprodutores; na verdade, nem como agentes transformadores do mundo da pesca, mundo ao qual pertencem e sobre o qual conhecem todas as dificuldades. Muito provavelmente, a formação oferecida pelo IFRN há de ser

o meio para que essa parcela da população possa almejar a saída desse contexto da pesca, uma vez que oportuniza a construção de saberes, através da profissionalização técnica, capazes de conduzir a realidades mais promissoras.

Giddens (2009) apresenta a Estrutura como regras de interação social e não (da forma erroneamente pensada, na literatura filosófica) como modelos predefinidos de conduta. As regras são pensadas frequentemente em ligação com jogos, como prescrições formalizadas; são frequentemente tratadas no singular; não podem ser conceituadas separadamente dos recursos; subentendem procedimentos metódicos de interação social e assumem dois aspectos: por um lado, referem-se à constituição de significado e, por outro lado, ao sancionamento dos modos de conduta social.

Uma das principais proposições da Teoria da Estruturação de Giddens é a de que as regras e os recursos esboçados na produção e na reprodução da ação social são, ao mesmo tempo, os meios de reprodução do sistema. Em sua percepção, as regras têm inúmeras aplicações: é a regra que define a peça, o xeque-mate do xadrez, por exemplo; e é também em cumprimento a uma regra que todos os operários devem bater seu ponto às 8 horas da manhã, em determinada esfera de atividade.

A dualidade da estrutura

O modelo da dualidade da estrutura apresentado na Figura 2 está centrado, segundo o autor, nas condições e consequência oriundas da ação dos agentes. Demonstra o princípio em que a estrutura está em constante interação, sendo conduzida, influenciada pelas normas, pelas regras e pela reflexividade dos agentes que a compõem, assim essa dualidade sofre influência da forma de interpretação a ser definida pelas decisões dos agentes.

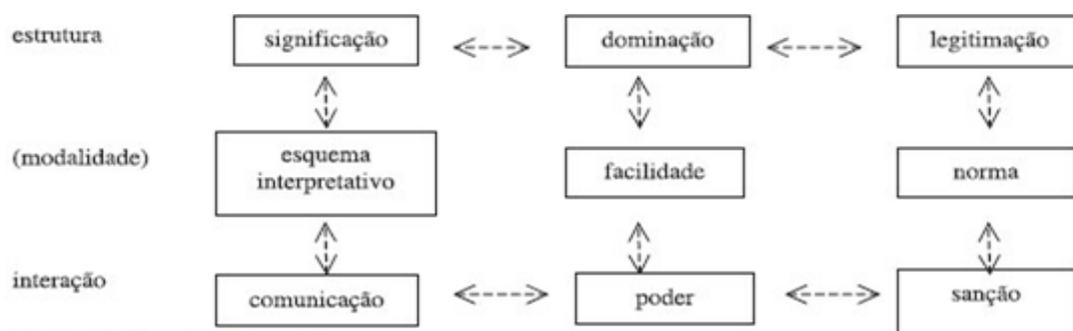


Figura 2. Modelo da Dualidade da Estrutura em Interação

Fonte: Giddens (1989, p. 23).

Também vale destacar a questão da “dualidade da estrutura”, em que as regras e os recursos esboçados na produção e reprodução da ação social são, ao mesmo tempo, os meios de reprodução do sistema. Ou seja, o caráter recursivo da ação (característica de retroalimentação da estrutura pela ação)

se evidencia novamente, o que estabelece uma associação com as “regras da vida social”, que se constituem (e aqui vale uma referência à reprodução, legitimação e sanções) reguladoras das interações humanas e são reforçadas pelas próprias ações dos agentes (recursividade, retroalimentação). As ações triviais, por sua vez, são mais importantes na conduta social do que as leis codificadas: “elas mostram a força extraordinariamente irresistível e convincente de que estão investidas características aparentemente secundárias da resposta coloquial” (GIDDENS, 2009, p. 27).

Em Thomaz (2014), o pensamento crítico da Teoria da Estruturação coloca-se em relação ao fato de o domínio básico de estudo das ciências sociais estar nas práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo. As atividades humanas não são criadas por atores sociais, mas continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos quais se expressam como atores. Estes, em suas atividades (e através destas), reproduzem as condições que tornam possíveis essas mesmas atividades. Tais questões reforçam a condição reflexiva da atividade humana. É nesse sentido que o autor considera a ação como um fluxo contínuo e não como um agregado de intenções, de razões e de motivos isolados.

Ainda para Thomaz (2014), em o Agente, a Agência, Giddens (2009) apresenta um esquema de ação humana que se retroalimenta. A motivação da ação leva à racionalização que, por sua vez, interfere na monitoração reflexiva da ação que gera consequências impremeditadas, requerendo uma nova interferência do agente. Resumidamente, a racionalização da ação do indivíduo é compreendida como “entendimento teórico das bases de suas atividades”, a motivação é tida como um potencial para a ação e a monitoração reflexiva como um processo através do qual o agente tem a consciência da atividade que desempenha. Ao criticar a utilização de termos da psicanálise (em especial as nomenclaturas “id”, “ego” e “superego”, de Freud) e classificá-los como reducionistas, sugere modificação que contemple a noção de alteridade, a ideia de “eu” e “mim”, e os aspectos morais modeladores dessas ações.

Considerando a vida cotidiana como um fluxo de ação intencional, em que as consequências impremeditadas dos atos podem realimentar-se para constituir as condições necessárias para novos atos, Giddens (2009) admite desempenhar uma atitude que, intencionalmente pode gerar uma consequência inesperada e tal consequência retroalimentar as motivações que levaram à ação. A Agência, para ele, não faz referência às intenções do agente em realizar determinada atividade, mas à escolha de certa conduta dentre inúmeras possibilidades de ação disponíveis. Nesse sentido, a monitoração reflexiva exerce um papel fundamental, no momento em que o indivíduo é tido como ciente da ação que desempenha e capaz, portanto, de discorrer narrativamente sobre tal ação, caso seja solicitado.

Para Giddens (2009), mesmo as situações em que “não há escolha”, ou seja, em que aparentemente não há outro curso de ação possível, há agência ativa. Além disso, a dificuldade em

controlar as consequências da agência conflui para o “efeito acordeão da ação”, no qual o resultado da ação perdura no espaço-tempo, não necessariamente estando as consequências sob o controle do agente. Considerando o conhecimento de determinado resultado gerado por um determinado ato, o conceito de “intenção” encontra-se na manipulação das variáveis para atingir o resultado previsto. Em seu exercício hermenêutico de situar os termos que utiliza no sentido pretendido, o autor trata ainda da conceituação de “consequências” como eventos que não teriam ocorrido caso os agentes tivessem se portado de outra maneira; afinal, as consequências não estão ao alcance do perpetuador da ação.

Relacionando as questões anteriormente mencionadas com o trabalho de Merton citado por Giddens (2009) aponta para os “efeitos perversos” das ações. Considerando um contexto grupal, no qual os indivíduos reforçam a coesão do grupo e pouco inferem isoladamente sobre a configuração deste, os efeitos perversos são compreendidos como conjunto de ações individuais racionais executadas separadamente, tornando-se irracionais para o agrupamento em sua totalidade. Ou seja, as ações individuais racionais podem fugir às diretrizes defendidas pelo grupo, tornando-se desviantes na dinâmica do coletivo.

No tópico “Agência e Poder”, Giddens (2009) inicia afirmando que ambos estão assentados sobre uma base comum, sendo o agente um indivíduo capaz de exibir uma gama de poderes causais ao intervir sobre o fluxo das coisas e o poder, a ação em si, com a potência ou a possibilidade de “criar uma diferença”.

Sob essa perspectiva, coloca-se em sintonia com o estudo de Bachrach e Baratz, em seu conceito de “duas faces do poder”. A primeira dessas faces considera a capacidade do indivíduo de colocar em vigor suas preferências e desejos. A segunda face observa que a “mobilização de tendências” está embutida nas instituições. Ao negar o poder como um recurso, mas reconhece-lo em toda a ação, o autor assim pondera: “Os recursos (focalizados via significação e legitimação) são propriedades estruturadas de sistemas sociais, definidos e reproduzidos por agentes dotados de capacidade cognoscitiva no decorrer da interação” (GIDDENS, 2009, p. 18).

Giddens (2009) aborda, em sua obra, os conceitos de estrutura e estruturação, evidenciando, num primeiro momento, a adoção do termo “estrutura” pela corrente do Estruturalismo. A perspectiva dessa escola de pensamento exclui a ação humana da configuração de “estrutura”. O fazer humano é um resultado do contexto que o detém, sendo desconsiderado o movimento inverso, o fazer como constituidor da estrutura. Sob a ótica do autor, existem duas dimensões fundamentais para a compreensão do conceito de estruturação: a dimensão sintagmática, referindo-se à padronização de

relações no tempo-espaço envolvendo a reprodução de práticas; e a dimensão paradigmática, que diz respeito aos “modos de estruturação”, recursivamente implicados em tal reprodução.

Dizer que estrutura é uma “ordem virtual” de relações transformadoras significa que os sistemas sociais, como práticas sociais reproduzidas, não têm “estruturas”, mas antes exibem propriedades estruturais, e que a estrutura só existe, como presença espaço-temporal, em suas exemplificações em tais práticas e como traços mnêmicos orientando a conduta de agentes humanos dotados de capacidades cognoscitivas (GIDDENS, 2009, p. 20).

Neste ponto da abordagem, vale resgatar a diferenciação entre princípios estruturais (profundamente embutidos na ação, implicando na reprodução das totalidades sociais) e instituições (práticas de maior extensão espaço-tempo, cujas dinâmicas são menos ágeis que as ações individuais). O autor ainda propõe uma diferenciação assaz importante entre “estrutura” e “conjunto de regras”, definindo o que compreende por “regra” em cinco tópicos (GIDDENS, 2009, p. 21).

Para além disso, está ainda a influência da rotina no processo de sustentação da estrutura e das instituições. Os atores empregam esquemas simbolizados (fórmulas) no decorrer de suas atividades diárias para resolver rotineiramente as situações da vida social. Esses esquemas fornecem subsídios à ação do cotidiano; são como uma capacidade genérica de reagir (e influenciar) a distintas circunstâncias sociais. É bem uma demonstração de que as normas cotidianas são mais fixas e restritivas do que podem parecer, pois são executadas comumente no cotidiano, dando a ideia de consciência prática.

Segundo Giddens (2009), deve-se primeiramente considerar os elementos relativos à ação social que, por sua vez, fazem referência à estrutura apresentada em três características fundamentais que determinam a ação social (a racionalidade, a reflexividade e a intenção) e que podem não ser diretamente observáveis. A primeira traduz a noção de que agir socialmente é agir com certo grau de racionalidade (menos prática), afastando-se do simples hábito mecânico. A segunda trata do fato de os indivíduos serem “escultores” e “esculturas” de sua própria vida. A terceira trata do elemento não premeditado da ação, salientando que, embora a ação busque a realização de um objetivo, há elementos da intencionalidade que ocorrem indiretamente ou não premeditadamente.

Já a dinâmica da interação social pode ocorrer de duas formas: face a face ou de modo sistêmico. A primeira diz respeito a processos de interação em que as pessoas realizam suas práticas sociais em contextos de presença. A segunda diz respeito a relações recíprocas entre os que estão fisicamente ausentes, de maneira que as práticas se propagam para além da presença, independente de os atores estarem a todo tempo interagindo.

Com relação ao poder, o autor apresenta-o em um sentido positivo. Parte do pressuposto de que o poder é um dado constitutivo e inerente à vida social, não sendo necessariamente repressivo ou

negativo. Nas experiências sociais, os indivíduos se constituem também na dimensão do poder, através da qual têm a disponibilidade de agir de uma forma ou de outra. Mais propriamente, o poder seria a capacidade de obter resultados em relação aos recursos e a seus tipos. Não obstante, mesmo sendo inerente à vida social, é passível de desordem, o que não quer dizer que necessariamente gere conflito. Interessante é que o poder não é, decerto, um obstáculo à liberdade; muito pelo contrário.

No que se refere à estrutura, vale refletir sobre as instituições práticas no tempo e no espaço; sobre a agência, significando a ação humana que faz a diferença; e sobre a contingência, que são as consequências impremeditadas da ação, ou seja, como os indivíduos podem agir de forma diferente da que agiram, descaracterizando a previsibilidade completa das ações.

Como se pode constatar, a padronização das relações sociais não é rígida, mas sim dinâmica no tempo e no espaço, posto que são elas práticas recursivas. Como observado, em contextos de ausência, a estrutura representa-se como uma ordem virtual, e os sistemas como a materialização das estruturas sociais. Entretanto, são determinadas particularidades da propriedade estrutural que facilitam a existência de práticas sociais iguais por dimensões variáveis de tempo-espaço conferindo-lhe uma *vestis* sistêmica.

Ao concluir o capítulo 1 da obra Teoria da estruturação Humana, Giddens (2009) apresenta a abordagem destinada ao capítulo seguinte, relacionando tempo, corpo e encontros. Cabe aqui memorar a distinção entre tempo reversível e tempo irreversível. A primeira noção de tempo se evidencia na vida social através da reprodução de práticas e ações. A vida cotidiana possui um caráter inerentemente repetitivo. O tempo irreversível, por sua vez, configura-se no tempo do organismo. A vida do indivíduo é finita e, sendo o corpo compreendido como *locus* do *self* ativo, é válido pensar a constituição do *self* como somatório do tempo reversível e irreversível.

2.4.2. Tempo e espaço na Teoria da Estruturação

O tempo e o espaço constituem variáveis cruciais na teoria da estruturação de Giddens (2009). Ambos dependem da possibilidade de as outras pessoas estarem presentes temporal ou espacialmente. A condição primordial é a interação face a face, em que os outros se fazem presentes no mesmo tempo e no mesmo espaço.

Na obra As Consequências da Modernidade, Giddens (1991) destaca que todas as culturas pré-modernas possuíam maneiras de calcular o tempo. O calendário, por exemplo, foi um marco tão distinto dos estados agrários quanto a invenção da escrita. Mas o cálculo do tempo, que constituía a base da vida cotidiana (certamente para a maioria da população), sempre vinculou tempo e lugar; além do mais, era geralmente impreciso e variável. Ninguém poderia dizer a hora do dia sem referência a outros

marcadores socio espaciais: "quando" era quase, universalmente, ou conectado a "onde" ou identificado por ocorrências naturais regulares. A invenção do relógio mecânico e sua difusão entre virtualmente todos os membros da população (um fenômeno que data em seus primórdios do final do século XVIII) foram de significação chave na separação entre o tempo e o espaço. O relógio expressava uma dimensão uniforme de tempo "vazio" quantificado de uma maneira que permitisse a designação precisa de "zonas" do dia (a "jornada de trabalho", por exemplo). Como as dimensões tempo e espaço tiveram suas características modificadas ao longo da história, o principal marco histórico-temporal utilizado como referência para entender tais mudanças corresponde às inovações surgidas a partir da Revolução Industrial no século XVIII e da formação social resultante desse processo, a chamada sociedade moderna ou industrial.

Um dos principais fatores da mudança das sociedades pré-modernas ou tradicionais para sociedades pós-tradicionais foi o advento do relógio mecânico, que permitiu a uniformidade na mensuração do tempo, independentemente do lugar em que se o media. A distribuição dessa tecnologia às vastas regiões do globo permitiu um incrível senso de organização social que não mais respeitava as fronteiras impostas pelas distâncias. Juntamente com o advento do calendário, o uso em massa do relógio teve como resultado a criação de uma dimensão de tempo "vazio", preciso e padronizado, que permitia a constituição de "zonas" de tempo bem demarcadas, imprescindível para a formação social que surgiria após o século XVIII.

Assim como a dimensão do tempo sofreu um processo de "esvaziamento", a dimensão do espaço também passou por algo semelhante. O espaço nas sociedades pré-modernas se confundia com a localidade das práticas sociais. Mas, como resultado das viagens exploratórias que marcaram os séculos XIV e XV (e mais adiante), e do progressivo processo de mapeamento de regiões remotas do globo, além da construção de medidas padronizadas de distâncias, a dimensão do espaço passou a depender cada vez menos da referência à localidade.

Ambos os processos de "esvaziamento" do tempo e do espaço, vale ressaltar, não foram resultados de uma causalidade linear de fatos ocorridos. Contudo, o que importa aqui é a dinâmica criada por esses dois processos, quando relacionados. O que Giddens chamou de *desencaixe do tempo-espaço* (1989, 1991) nada mais é do que a soma das mudanças acima citadas. O fato de o tempo não mais depender de ocorrências externas ou naturais e do espaço não estar mais vinculado a lugar algum transformou radicalmente a natureza das relações sociais e do próprio senso de organização social.

Particularmente, a modernidade disporia de mecanismos de desencaixe que permitiriam que ações realizadas em um ponto específico do tempo e do espaço tivessem consequências não antecipadas

em pontos indefinidos do tempo e do espaço. A “localidade” ou o “lugar”, desde então, sofreria influências de outros lugares sem um vínculo necessário com o tempo. A evolução dos meios de comunicação, como o telégrafo, o telefone, a televisão, o rádio etc. Foi o carro chefe para essas mudanças na relação entre o tempo e o espaço, assim como a supressão das distâncias através da evolução dos meios de transportes cada vez mais rápidos, tal qual identificado por Donald G. Janelle¹ (*apud* Giddens, 1991, p. 133) como a “convergência de tempo e espaço”.

Além dos mecanismos de desencaixe citados acima, outros mais específicos contribuíram consideravelmente para o dinamismo e para o senso de organização que marcaram o sistema capitalista moderno, quais sejam: (a) as *fichas simbólicas*, que seriam meios de troca e de circulação que independem das características de quem as usa, assim como do lugar nos quais circulam, como, por exemplo, o dinheiro; e (b) os *sistemas peritos*, que se referem aos “sistemas de excelência técnica” ou “competência profissional” que agrupam e organizam o saber teórico e prático em grandes áreas de conhecimento, resultado do processo contínuo de divisão e especialização do próprio conhecimento, gerando expectativas através do tempo e do espaço desencaixado, dada a natureza impessoal dos próprios sistemas (GIDDENS, 1991).

A separação entre o tempo e o espaço não deve ser vista como um desenvolvimento unilinear, no qual não há reversões ou que é todo abrangente. Pelo contrário, como todas as tendências de desenvolvimento, ela tem traços dialéticos, provocando características opostas. Além do mais, o rompimento entre tempo e espaço fornece uma base para sua recombinação em relação à atividade social. Isso é facilmente demonstrado tomando-se o exemplo do horário. Um horário, tal como uma tabela que marca as horas em que correm os trens, pode parecer à primeira vista meramente um mapa temporal. Mas, na verdade, é um dispositivo de ordenação tempo-espaço, indicando quando e onde chegam os trens. Como tal, ele permite a complexa coordenação de trens e de seus passageiros e cargas através de grandes extensões de tempo-espaço.

Para Giddens (1991), a separação entre tempo e espaço como sendo crucial para o extremo dinamismo da modernidade. Em primeiro lugar, porque é a condição principal do processo de desencaixe; em segundo lugar, porque proporciona os mecanismos de engrenagem para aquele traço distintivo da vida social moderna, a organização racionalizada; e, em terceiro lugar porque a historicidade radical associada à modernidade depende dos modos de “inserção” no tempo e no espaço, que não eram disponíveis para as civilizações precedentes.

Desde então, as relações sociais não mais dependem do “lugar” em que são realizadas, pois são deslocadas dos limites impostos pelas interações face a face e são reestruturadas através de pontos

indefinidos no tempo e no espaço. Tal processo fornece um dinamismo único, marcante nas sociedades modernas e que teve influências drásticas na natureza do processo histórico abordado neste ensaio.

O que conduz admitir em abordar a sociedade reflexiva de Giddens (2009) para buscar subsídios que possibilitem a compreensão da criticidade acerca da capacidade reflexiva dos jovens formandos no Curso de Recursos Pesqueiros. Também leva a compreender considerações e convicções que influenciam o processo de suas decisões quanto a resistir em atuar na área da pesca ou poder contribuir para sua melhoria afetiva.

2.5. A SOCIEDADE REFLEXIVA DE GIDDENS

Segundo Giddens (2009), não há como tratar sobre a reflexividade sem antes estabelecer um contraponto entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas. Nas sociedades tradicionais, a reflexividade existia de forma contida, ao passo que nas sociedades modernas, se manifesta de forma intensa. A modernidade apresenta um modo de vida dinâmico, produzindo uma concepção episódica de mudanças sociais e, conseqüentemente, uma aparência descontínua. A concepção episódica trata da não linearidade da história, defendendo que ela segue apenas uma regularidade de práticas. A descontinuidade, como o próprio nome indica, trata dos mecanismos de desencaixe presentes na modernidade, traduzindo essa dinamicidade; nesses casos, o tempo e o espaço não obedecem mais a uma coerência tradicional fixa.

A vida social, na tradição, era voltada para o passado; a modernidade surge com essa ideia, permitindo o desenvolvimento pleno da reflexividade voltada para o presente e para o futuro. Tem-se, assim, duas conseqüências: ao passo que a modernidade está aberta ao conhecimento, ela também gera inseguranças pela pluralidade de opções que apresenta. O caráter não-teleológico da sociedade produz o dado social da incerteza dentro da própria refletividade; através da noção dinâmica da vida social, a ideia de ruptura não significa um deslocamento, mas sim uma mudança no centro de orientação.

É certo que existem informações complexas impregnadas de conteúdos subjacentes às ações exercidas nas relações sociais; na maioria das vezes, os agentes envolvidos desconhecem essas informações, não se apercebem da sua existência, desconhecem a tecnologia e a responsabilidade que implicam. Simplesmente aceitam que existem, confiando seriamente que lá estejam desempenhando o papel que lhes cabe. E mesmo que não entendam absolutamente nada sobre seus princípios de funcionamento, valem os princípios da confiança nos sistemas abstratos.

No estudo das propriedades estruturais, observa-se que elas se constituem, de maneira interligada, como meios e fins da vida social. Na modernidade, a ação que cria novas formas

institucionais também é modificada por estas, de modo que promovam um dinamismo social e também, inevitavelmente, obtenham consequências não premeditadas, o que produzirá impactos consideráveis na identidade dos grupos sociais.

O autor defende ser impossível estudar a constituição das sociedades modernas, em sua complexidade atual, sem levar em conta as consequências que a globalização ou os riscos sociais imprimem, tanto ao indivíduo quanto à coletividade, contribuindo, de forma decisiva para afetar “os aspectos mais pessoais de nossa existência” (GIDDENS, 2000, p. 9).

Decerto essa reflexão não está centrada no “eu”, fruto de uma abordagem essencialmente psicológica, mas sim na importância do entendimento dos mecanismos de autoidentidade, que são constituídos pelas instituições da modernidade, incluindo também, em sua constituição (ao forjarem suas autoidentidade dependentemente de quão locais os contextos específicos da ação), os indivíduos-entidades ativas, não determinadas por influências puramente externas, contribuem para as influências sociais, que são globais em suas consequências. Assim, Giddens auxilia a refletir sobre a sociedade contemporânea, de forma profunda, abrindo espaço para considerar o “eu” e a busca de “novas identidades” como pontos fundamentais.

2.6. A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO: FORÇA ONTOLÓGICA E PRÁTICA COLETIVA

A análise de Giddens acerca da transformação da intimidade na modernidade presta-se para melhor entender a relação entre agente, ação coletiva e estrutura. Ao estudar a referida transformação, o autor registra as mudanças das ações dos atores no seu cotidiano, que são pontuadas por novas formas e estratégias de intimidade. A sexualidade, por exemplo, revela-se ora mais permissiva, ora mais restritiva, variando de acordo com os contextos de interação e confiança em sistemas abstratos. Sob sua ótica, a questão da sexualidade está relacionada também com os mecanismos de poder, como atestam suas próprias palavras: “quanto ao impacto da vigilância, pode-se concordar com Foucault em que a sexualidade, como muitos outros aspectos da vida pessoal, foi completamente capturada, e reestruturada, na expansão dos sistemas de poder” (GIDDENS: 1993, p. 191).

Não obstante, nos relacionamentos, o dever e a autoridade estão vinculados à confiança. Para o autor, “a confiança sem responsabilidade pode tornar-se parcial, ou seja, cair na obediência; a responsabilidade sem confiança é impossível, porque significaria o escrutínio contínuo dos motivos e das ações do outro” (GIDDENS, 1993 p. 208). Ora, ao se combinar as duas assertivas anteriores (as dimensões de poder e a questão da confiança nas ações), pretende-se justamente refletir sobre um possível diálogo entre agência, ação coletiva e estrutural. Veja a sua aplicabilidade teórica: Giddens (1993)

procura chamar a atenção para duas dimensões que constituem uma união - a ação e a estrutura. Seu objetivo central é mostrar que há uma relativa invariância no espaço e no tempo, a estrutura; bem como há um reduto para a agência do sujeito, a ação.

Por certo a interação entre essas duas dimensões produz um alto dinamismo nas sociedades modernas, de modo que a estruturação da sociedade é processualmente constituída ao longo do tempo e do espaço. Nessa relação entre estrutura e agência (tanto individual quanto coletiva), é possível não suprimir alguns elementos fundamentais: as estruturas não têm existência independente das atividades que elas regulam; elas não são totalmente dependentes das concepções do social em sua coletividade; elas têm uma duração espaço temporal considerável.

Na verdade, como esclarece Giddens (2009), os agentes, ao nascerem, deparam-se com um contexto em que as estruturas já estão previamente estabelecidas; eles, então, as modificam, transformam-nas permanentemente; mas estas também os modificam ao longo do tempo. Em contrapartida, todas as sociedades têm propriedades estruturais consolidadas que resistem às mudanças e às transformações; o que as diferencia entre si é a maneira pela qual vão se expressar historicamente.

Sob a ótica do autor, a democracia é um instrumento de transformação coletiva. Tal como lhe parece, os indivíduos, através de uma mediação, agem coletivamente no sentido de modificar os padrões existentes. Essa menção abre espaço para a categoria chamada de força ontológica, que diz respeito ao fato de o indivíduo, como membro de uma coletividade, ter capacidade de transformar, por meio de sua ação, as coisas, atuando reflexivamente em uma estrutura. Em outras palavras, essa noção procura dar conta do grau de interferência do indivíduo nas transformações sociais.

Sociologicamente, podem-se destacar duas esferas de atuação dos indivíduos: institucionalmente e particularmente. A primeira é aquela que ocorre, em geral, em contextos de falta, na qual os indivíduos agem em consonância com os sistemas abstratos. A segunda é aquela que ocorre, em geral, no dia a dia e em contextos de presença, na qual os indivíduos agem diretamente no meio social.

Em termos mais esclarecedores, na dimensão institucional, o sujeito carece de força memorável, ao passo que, na dimensão particular, isso não acontece; ou seja, ao interagir em sistemas abstratos, o sujeito singular não tem a capacidade de transformação suficiente para influenciar esses sistemas por si só. De modo que seria somente por intermédio de uma ação coletiva, igualmente motivada, que ele realizaria as transformações desejadas. A ação coletiva, dessa forma, seria a maneira pela qual o indivíduo se faz presente nos sistemas abstratos, reforçando a sua capacidade transformadora desde que consiga agir em coletividade na dimensão particular. Por sua vez, o indivíduo, em sua singularidade, tem a possibilidade de transformar o meio à sua volta sem o intermédio de uma esfera coletiva. Um

exemplo de atuação da força ontológica representa-se pelas ações ditas revolucionárias. Se uma pessoa defende a revolução sozinha, ela carecerá, *a priori*, de força ontológica para, efetivamente, promovê-la. Em outras palavras, necessita-se de uma ação coletiva desejosa de revolução para que incidam impactos significantes na dimensão institucional.

O mesmo não aconteceria se, por exemplo, a esposa quisesse fazer uma “revolução” em sua casa, pintando as paredes, comprando novas roupas ou trocando os móveis de lugar. A “revolução”, nesse sentido, dependeria apenas da ação individual da esposa, mesmo que houvesse algumas resistências por parte do marido. Esse exemplo demonstra a capacidade de ação do indivíduo dentro de uma coletividade e a capacidade de ação da coletividade dentro de uma instituição. Vê-se, pois, que, na teoria da estruturação, a categoria de força ontológica se faz presente implicitamente, regendo as relações da coletividade e a sua atuação reflexiva.

2.6.1. Estrutura, sistema e estruturação

Diferentemente dos autores tradicionais das ciências sociais em que viam a estrutura como determinante na condução da vida social dos agentes em Giddens (2009), estrutura tende a ser ligado com os aspectos mais duradouros dos sistemas sociais. Segundo Giddens (2009), estrutura, em seu princípio é o conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social; as características instituídas nos sistemas sociais têm estrutura no sentido de que as relações estão estabilizadas no tempo e no espaço. As “Estruturas” só existem no interior de domínios teóricos, não na própria realidade, e essa postura, portanto, assemelha-se ao nominalismo dos individualistas metodológicos. As permutas de influências são intermináveis e não existe um sentido em que a estrutura “determine” ação ou vice-versa.

Giddens (2009) aborda, em sua obra, os conceitos de estrutura e estruturação, evidenciando, num primeiro momento, a adoção do termo “estrutura” pela corrente do Estruturalismo. A perspectiva dessa escola de pensamento exclui a ação humana da configuração de “estrutura”. O fazer humano é um resultado do contexto que o detém, sendo desconsiderado o movimento inverso, o fazer como constituidor da estrutura. Sob a ótica do autor, existem duas dimensões fundamentais para a compreensão do conceito de estruturação: a dimensão sintagmática, referindo-se à padronização de relações no tempo-espaço envolvendo a reprodução de práticas; e a dimensão paradigmática, que diz respeito aos “modos de estruturação”, recursivamente implicados em tal reprodução.

Dizer que estrutura é uma “ordem virtual” de relações transformadoras significa que os sistemas sociais, como práticas sociais reproduzidas, não têm “estruturas”, mas antes exibem propriedades estruturais, e que a estrutura só existe, como presença espaço-temporal, em suas exemplificações

em tais práticas e como traços mnêmicos orientando a conduta de agentes humanos dotados de capacidades cognoscitivas (GIDDENS, 2009, p. 20).

Neste ponto da abordagem, vale resgatar a diferenciação entre princípios estruturais (profundamente embutidos na ação, implicando na reprodução das totalidades sociais) e instituições (práticas de maior extensão espaço-tempo, cujas dinâmicas são menos ágeis que as ações individuais). O autor ainda propõe uma diferenciação assaz importante entre “estrutura” e “conjunto de regras”, definindo o que compreende por “regra” em cinco tópicos (GIDDENS, 2009, p. 21).

A estrutura, por princípio, pode ser compreendida como o conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social; as características instituídas nos sistemas sociais têm estrutura no sentido de que as relações estão estabilizadas no tempo e no espaço.

Assim, Giddens (2009) apresenta a Estrutura como regras de interação social e não (da forma erroneamente pensada, na literatura filosófica) como modelos predefinidos de conduta. As regras são pensadas frequentemente em ligação com jogos, como prescrições formalizadas; são frequentemente tratadas no singular; não podem ser conceituadas separadamente dos recursos; subentendem procedimentos metódicos de interação social e assumem dois aspectos: por um lado, referem-se à constituição de significado e, por outro lado, ao sancionamento dos modos de conduta social. No mundo da pesca as regras seguem a lógica da cultura reproduzida. Na pesca artesanal, o que se percebe é um conjunto de regras, métodos, valores, crenças e costumes enraizados (e que resistem à modernidade), tornando essa atividade refém do seu próprio modelo.

Na percepção do autor, a “Abordagem estrutural” das ciências sociais não pode ser separada de um exame dos mecanismos de reprodução social, pois as abordagens estruturais só existem na medida em que há continuidade na reprodução social no tempo e no espaço. A abordagem estrutural só existe nas (e através das) atividades reflexivamente monitoradas de atores situados, tendo uma série de consequências premeditadas e impremeditadas.

A “explicação estrutural” é coisa que não existe; tudo o que há é uma interpretação dos modos pelos quais várias formas de coerção influenciam a ação humana. A “mudança estrutural” promovida revela-se, por exemplo, nas taxas mais altas (ou mais baixas) de divórcio. As concepções de “explicação distintivamente estrutural” em sociologia têm sido, desde longa data, um inimigo natural no individualismo metodológico. Para Giddens, existe o dualismo de sujeito e do objeto social. Os individualistas metodológicos concordam com a opinião de que a busca de “explicação estrutural” é fútil e talvez até nociva. Na visão de Giddens, não existe outro caminho para uma compreensão dos fenômenos sociais a não ser mediante o entendimento das ações individuais dirigidas para outras

pessoas e guiadas pelo comportamento que se espera delas. Também entende que os constituintes básicos do mundo social são pessoas individuais que agem de modo mais ou menos apropriado à luz de suas disposições e compreensão de sua situação; assim, a sociedade consiste em pessoas que a constituem.

Mas vale ressaltar o fato de que as propriedades estruturais de sistemas sociais não atuam ou “agem sobre” alguém como as forças da natureza, para “compelir” o indivíduo a comportar-se de um modo particular. Ainda assim, como assegura Giddens (2009), há muitas forças sociais a que os atores “são incapazes de resistir”.

Para Veiga (2006, p.69) as estruturas existem pelo fato de os fenômenos sociais se estruturarem e que se mobilizam através das preposições dos agentes sociais. Para o autor *apud* Giddens (1996), a estrutura é o que dá forma à vida social, mas não é, em si mesma, essa forma, embora possibilite aos agentes fazerem o que sem ela não poderiam fazer.

Giddens (2009) compreende a sociedade como regras e recursos, de tal forma que a estrutura está repetidamente subentendida na reprodução de sistemas sociais e é a base da fundamentação para compreender a teoria da estruturação. Para o autor estrutura é uma categoria genérica envolvida em conceitos estruturais que podem ser, assim indicados: 1. Princípios estruturais: princípios de organização de totalidades sociais; 2. Estruturas: conjunto de regras e recursos envolvidos na articulação de sistemas sociais e 3. Propriedades estruturais: características institucionalizadas dos sistemas sociais, estendendo-se ao longo do tempo e do espaço. Pode-se então, considerar que, conforme Figura 3:

- Estrutura - Regras e recursos organizados como propriedades dos sistemas sociais;
- Sistema - Relações entre atores ou coletividade organizadas como práticas sociais regulares;
- Estruturação - reação a continuidade ou transformação das estruturas, reprodução dos sistemas.



Figura 3. Estrutura, sistema e estruturação

Fonte: Giddens (2000, p. 36).

Assim, como pressuposto da teoria da estruturação pode-se entender que a estrutura trata de regras e recursos como propriedade dos sistemas sociais, os sistemas por sua vez, são as relações entre os atores ou entre a coletividade organizada em práticas sociais regulares e, conseqüentemente, a estruturação preconizada, pode ser compreendida como a continuidade ou a transformação das estruturas promovida pela regras e recursos que mantem a continuidade ou mudam com o efeito do tempo refletindo, assim, a reprodução ou transformação dos sistemas existentes.

As estruturas se desencadeiam por volta da ação dos atores sociais que se movimentam criando e recriando as atividades. São os atores sociais com suas práticas que determinam a estrutura que se consolida no tempo e no espaço (Veiga, 2006).

Estrutura para Giddens (2000) pode ser compreendida como um padrão de relações sociais previamente estabelecidas e que determinam os padrões a serem seguidos dentro de um sistema.

Os recursos são também de duas espécies: recursos impositivos, que derivam da coordenação da atividade dos agentes humanos, e recursos locativos, que procedem do controle de produtos materiais ou de aspectos do mundo material. Outro aspecto importante para Giddens (2009) é que seja possível distinguir dois tipos de parâmetro estruturais: os parâmetros nominais, que são laterais, separando uma dada população em categorias, como gênero, religião ou raça; e os parâmetros graduados, que são hierárquicos, diferenciando os indivíduos ao longo de uma escala e que incluem, por exemplo, riqueza, renda e educação.

Os principais objetivos do estudo estrutural consistem em examinar a relação entre esses dois parâmetros, na medida em que estes estão associados a grupos de interação. Esses parâmetros podem ser analisados de modo a explicar as formas e os graus de diferenciação e de integração social.

Regras e recursos

Uma das principais proposições da teoria da estruturação é que as regras e os recursos esboçados na produção e na reprodução da ação social são, ao mesmo tempo, os meios de reprodução do sistema. A teoria da estruturação baseia - se na proposição de que a estrutura é sempre tanto facilitadora quanto coerciva em virtude da relação inerente entre estrutura e agência (agência e poder).

Na teoria da estruturação, a estrutura sempre foi concebida como uma propriedade dos sistemas sociais, contida em práticas reproduzidas e inseridas no tempo e no espaço. Burbns e Flan (2000, p. xii), define o conceito de regime de regras sociais que tem sua aplicação centrada no regime de sanções e controles sociais que acontecem através dos atores sociais.

Para Giddens (2009) todas as propriedades estruturais de sistemas sociais têm uma “objetividade” similar vis-à-vis com o agente individual. Teorema segundo o qual todas as propriedades estruturais dos

sistemas sociais são tanto facilitadoras quanto coercivas. Para o autor existem muitas forças sociais ao que os atores, numa acepção expressiva dessa frase, “são incapazes de resistir”. Assim, reagem e agem no sistema de regras estabelecidas e que determinam os fundamentos do sistema social predominante.

Os sistemas sociais

Os sistemas sociais são conceitualmente compreendidos como as relações reproduzidas entre atores ou coletividades organizadas como práticas sociais regulares (GIDDENS, 1984, p. 74). Os sistemas sociais para o autor podem ser compreendidos com o efeito de ações reproduzidas, em que as mudanças desencadeadas promovam mudanças em outros componentes do sistema e, por sua vez, desencadeiam reação nas próprias mudanças que provocaram reações no sistema social.

Para Veiga (2006, p.70) os sistemas sociais possuem propriedades estruturais que se manifestam nos sistemas sob a forma de práticas reproduzidas. São fruto das práticas reproduzidas da ação dos agentes que realimentam e reproduzem as regras do sistema existente. Ainda segundo o autor, este modelo consolida a estrutura do sistema social como efeito da concretizado na memória dos agentes.

Mais, especificamente, o que Giddens (2009) chama de relações causais circulares pois, uma mudança desencadeia uma sequencia de acontecimentos que afeta o sistema e, por sua vez, interfere nos elementos que inicio essas mudanças. Em outras palavras, os sistemas se caracterizam por meio das relações entre atores ou coletividade organizadas como praticas sociais regulares.

Estruturação

A teoria da estruturação permite compreender os sistemas sociais sob os aspectos de regras e recursos. Segundo Veiga (2006) a teoria da estruturação traz uma dialética entre a ação, a consciência e a estrutura o que o autor discute como sendo o subsidio para uma analise situacional que permite analisar um determinado sistema social de forma mais próxima da realidade dada a complexidade e dinamismo dos cenários sociais investigados pois, estes são ambientes vivos e que estão em movimentação no tempo e no espaço agindo e reagindo de forma continua reproduzindo e produzindo normas e procedimentos.

A estruturação refere-se às condições que governam a continuidade ou a modificação das estruturas, por conseguinte à reprodução dos sistemas sociais...diz respeito às relações reproduzidas entre os sujeitos organizadas como práticas sociais distintas e similares que existam e variam no tempo e no espaço (VEIGA, 2006).

Propriedades estruturais

As propriedades estruturais dos sistemas sociais são certamente exteriores às atividades do “indivíduo”. São os atores humanos, aos quais Giddens (2009), nomeia de agentes competentes que reproduzem o que já está feito na continuidade da práxis. As propriedades estruturais como hierarquicamente organizadas em termos de extensão espaço - temporal das práticas que eles recursivamente organizam. As propriedades estruturais expressam formas de dominação e poder.

Para Giddens (2009, p.199), de Durkheim em diante, foram inspiradas, as propriedades estruturais da sociedade, passam a ter a ideia de formam influências coercivas sobre a ação.

Mas vale ressaltar o fato de que as propriedades estruturais de sistemas sociais não atuam ou “agem sobre” alguém como as forças da natureza, para “compelir” o indivíduo a comportar-se de um modo particular. Ainda assim, como assegura Giddens (2009), há muitas forças sociais a que os atores “são incapazes de resistir”.

2.7. PONTOS DA TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO DE GIDDENS

A teoria da estruturação alicerça-se na proposição de que a estruturação é sempre tanto facilitadora quanto coercitiva, tendo em vista a relação inerente entre estrutura e agência (agência e poder).

A coerção refere-se aqui à estruturação de sistemas sociais como formas de poder assimétrico, em conjunção com a qual uma série de sanções normativas podem ser aplicadas contra aqueles cuja conduta é condenada ou desaprovada por outros. A teoria da estruturação substitui esse ponto de vista por outro que sustenta estar a estrutura implícita nessa mesma “liberdade de ação”, que é tratada como categoria residual e inexplicada nas várias formas de “sociologia estrutural”. Ainda, segundo o autor, obviamente, essas coerções não são totalmente “dadas” de uma vez por todas. A invenção da comunicação eletrônica, por exemplo, alterou a relação preexistente entre a presença e os meios sensoriais do corpo.

A propósito, a identificação de coerções físicas não fornece combustível para alimentar e defender uma interpretação materialista da vida social. Todos os seres humanos têm de defrontar-se com as coerções do corpo, com seus meios de mobilidade e de comunicação. E retomando o poder como fonte de coerção, cumpre sublinhar que ele é o meio de conseguir que as coisas sejam feitas; em definitivo, é tanto facilitador quanto coercivo. Todas as outras sanções, por mais opressivas e abrangentes que possam ser, requerem algum tipo de aquiescência por parte daqueles que se submetem - o que é a razão para o alcance mais ou menos universal da dialética de controle (GIDDENS, 2009).

Em se tratando das sociedades do capitalismo moderno, o autor defende que o capital não transaciona em valores de uso, mas em valores de troca. Para ele o contrato de trabalho capitalista pressupõe que o emprego e o trabalhador “encontram-se no mercado” em circunstâncias em que cada um é “formalmente livre”. O “tempo de trabalho necessário” é o cedido para a manutenção da fonte de força de trabalho, o trabalhador; o trabalho excedente é a fonte de lucro. Enxerga a importância básica da elaboração de princípios estruturais globais, mas sabe que uma tarefa funde-se obviamente com a outra. Reconhece, por fim, que a “divisão do trabalho na sociedade” é fruto do modelo social preconizado pelo capitalismo dominante.

O autor sugere que os princípios estruturais operem em contradição. O que quer dizer com isso é que eles funcionam em termos recíprocos. No entanto, também se contraditam. O conceito de contradição estrutural faz referência a uma caracterização específica do Estado, o qual é considerado foco, embora (não, como tal) também seja origem da contradição estrutural primária.

E vale acrescentar o fato de que a contradição existencial se expressa diariamente, por assim dizer, naquelas instituições em virtude do papel fundamental do parentesco e da contradição. A tradição, por sua vez, é a fonte da injeção de significado moral no tempo reversível da vida cotidiana; imersa nela, a finitude da existência individual é interpolada dentro de uma dimensão de intemporalidade moral.

E mirando novamente na direção do Estado, o autor admite que este dá origem (ou, pelo menos acentua grandemente), as relações sociais ao longo de consideráveis extensões de tempo e espaço. Isso significa que, ao mesmo tempo em que geram e consolidam o poder centralizado, “atraindo” vários aspectos da atividade social para seu âmbito, os Estados estimulam o desenvolvimento de outros vínculos e interligações que atravessam os domínios social e territorial sobre os quais reivindicam soberania. O surgimento da contradição estrutural “aquece” processos de mudança social. É a ausência relativamente dominante de importantes mudanças sociais e econômicas que caracteriza as formas variantes de sociedade existentes no que se refere à história mundial até uns dois ou três séculos atrás.

As sociedades não são totalmente uniformes; quer dizer, uma das finalidades do estudo estrutural deve ser a de mostrar exatamente os níveis de integração que podem ser descobertos dentro de agrupamentos sociais e entre eles, independentemente de valores culturais e motivos psicológicos.

Para Veiga (2006) o objetivo intrínseco da teoria da estruturação é de ultrapassar a controvérsia entre individualismo e estruturalismo que se manifesta na prática científica para explicar a realidade social no mundo moderno.

Giddens (2009) entende que a especificação de motivos (e razões ou intenções) é realmente irrelevante para os fatores envolvidos na generalização. Não se pode avaliar a probabilidade de que as

coisas sejam realmente como são. Considere-se a proposição de que a descentralização da autoridade nas organizações aumenta as associações informais entre o pessoal administrativo.

Na percepção do autor, a “Abordagem estrutural” das ciências sociais não pode ser separada de um exame dos mecanismos de reprodução social, pois as abordagens estruturais só existem na medida em que há continuidade na reprodução social no tempo e no espaço. A abordagem estrutural só existe nas (e através das) atividades reflexivamente monitoradas de atores situados, tendo uma série de consequências premeditadas e impremeditadas.

A “explicação estrutural” é coisa que não existe; tudo o que há é uma interpretação dos modos pelos quais várias formas de coerção influenciam a ação humana. A “mudança estrutural” promovida revela-se, por exemplo, nas taxas mais altas (ou mais baixas) de divórcio. As concepções de “explicação distintivamente estrutural” em sociologia têm sido, desde longa data, um inimigo natural no individualismo metodológico. Para Giddens, existe o dualismo de sujeito e do objeto social. Os individualistas metodológicos concordam com a opinião de que a busca de “explicação estrutural” é fútil e talvez até nociva. Na visão de Giddens, não existe outro caminho para uma compreensão dos fenômenos sociais a não ser mediante o entendimento das ações individuais dirigidas para outras pessoas e guiadas pelo comportamento que se espera delas. Também entende que os constituintes básicos do mundo social são pessoas individuais que agem de modo mais ou menos apropriado à luz de suas disposições e compreensão de sua situação; assim, a sociedade consiste em pessoas que a constituem.

Os individualistas metodológicos, segundo o autor, estão errados, na medida em que afirmam que as categorias sociais podem ser reduzidas a descrições em termos de predicados individuais. Não obstante, estão certos ao desconfiar de que a “sociologia estrutural” elimina, ou pelo menos subestima radicalmente, a cognoscibilidade dos agentes humanos. E têm razão também em insistir que as “forças sociais” são sempre nem mais nem menos do que combinações de consequências premeditadas ou impremeditadas da ação empreendida em contextos especificáveis.

Os participantes “decidem” (individualmente) “decidir” (coletivamente) sobre um dado curso de ação; quer dizer, os membros individuais de um governo podem concordar em considerar-se obrigados a respeitar o resultado de uma reunião da qual discordam ou do teor de uma proposta contra a qual votaram.

2.8. A TEORIA DO COTIDIANO

A compreensão do que é cotidiano no mundo da pesca passa pelo entendimento do que acontece, da sucessão de fatos rotineiros do dia a dia. Tudo ocorre mediante certa rotina, que estabelece o contexto do cotidiano, instituindo uma certa monotonia baseada em fatos previsíveis, e que se repetem diariamente. “O cotidiano é o que se passa quando nada se passa”, significa que a rotina impera nos acontecimentos; o que se passa no cotidiano é rotina - o que pode ser considerado como o hábito de fazer as coisas sempre do mesmo jeito. O cotidiano se manifesta como um campo de ritualidades que se sustenta por uma segurança ontológica (GIDDENS, 2009). A realidade é o que ela aparenta ser, dada a monotonia e a previsibilidade das ações do cotidiano. Todavia, verifica-se, nesse contexto, a existência de um dilema entre a rotina e a ruptura desta; ou seja, a previsibilidade e o que se pode considerar imprevisibilidade, que pode, em determinadas circunstâncias, alterar a rotina.

A sociologia do cotidiano é uma sociologia de protesto contra todas as formas de reificação do social, daí ser importante fazer insinuações subjetivas que possam construir contexto social concreto; o real é abstrato para compreender, de fato, o que se passa no cotidiano.

Durante todo o século XIX, a visão do cotidiano era fruto da visão literária do cotidiano burguês. Essa visão literária era limitada e afetava o resultado e as análises, fazendo uso destas para propor conjunturas. A análise de conteúdo de textos literários surge como uma técnica de investigação que pode evidenciar o paralelismo entre o real e o romântico. E como não existe sociedade sem história nem história sem sociedade, o texto literário inventa a trama que encadeia os acontecimentos na vida cotidiana, não apenas dando sentido à história, mas também produzindo uma historicidade significativa e representativa.

A lógica da sociologia do cotidiano é a lógica do descobrimento, da revelação, seja no sentido místico, seja no sentido fotográfico. O verdadeiro desafio que se coloca à sociologia do cotidiano é o de revelar a vida social na textura ou na espuma da “aparente” rotina de todos os dias, como a imagem descrita na fotografia. O cotidiano é uma rota de conhecimentos; não é rígido mas sim mutável. A alma da sociologia do cotidiano não está nos fatos; está no modo como se apropria, como compreende e como revela esses fatos.

Na visão de Pais (1993), a revelação social não obedece a uma lógica de demonstração, mas a uma lógica de descoberta na qual a realidade social se insinua. Segundo o autor, são os submundos da vida social os verdadeiros mundos da sociologia do cotidiano, pois aí se revelam com exatidão os exatos fatos sociais e os comportamentos do cotidiano, e isso de maneira mais verdadeira que os que acontecem

nos mundos sociais oriundos dos comportamentos do cotidiano, como aparentemente demonstram as pessoas no seu dia a dia.

A situação superficial da vida cotidiana carece de investigação, de aprofundamento de análise e interpretação; precisa de um olhar mais sensível e mais perscrutador em relação a tudo que se passa; sem desprezar nem os fatos mais insignificantes que afetam o cotidiano, que, direta ou indiretamente, contribuem para a conjuntura do contexto social.

Vale salientar o fato de que o cotidiano se assume como um terreno de negociação, resistência, inovação e, conseqüentemente, de dilemas. A modernidade, por sua vez, deve ser considerada como consequência da objetividade do cotidiano, mas considerando a subjetividade que induz a ação objetiva da realidade cotidiana; somente dessa forma o individualismo gera uma falsa consciência de libertação. Em contrapartida, não se pode omitir a existência de um cotidiano que escapa aos sentidos do investigador e que está relacionado com os fatos cotidianos - coisas comuns do dia a dia que fogem ao conceitual entendimento do investigador. Assim, para entender esse cotidiano, é preciso debruçar-se no fazer, nos fatos mais simples do dia a dia (PAIS, 2007).

Uma das grandes dificuldades da investigação do cotidiano é a localização das fontes de informações precisas. Uma base a considerar são as fontes escritas, que revelam, um conjunto de dados, também as fontes orais que podem contribuir na complementação do processo investigativo. Essas fontes orais permitem a realização de uma história interpretativa a partir de uma matéria-prima - impressões, opiniões, sentimentos, crenças, entre outros.

Em Leite (2010), o cotidiano apresenta-se a partir de três diferentes perspectivas. Sob o enfoque do conceito de Interacionismo simbólico de Erving Goffman, em que as estruturas são somente os cenários dos espaços interativos, o cotidiano resulta da capacidade de o ator definir a situação em que atua rotineiramente, mas não de forma estática, fixa.

O cotidiano, na experiência urbana contemporânea, é fruto da normatividade e imprevisível na rotinização. Para Pais (2007, p. 30), o cotidiano é tão-somente rotinização, como atestam suas próprias palavras: "É certo que, considerado do ponto de vista da sua regularidade, normatividade e repetitividade, o cotidiano manifesta-se como um campo de ritualidades". Mas vale ponderar sobre o fato de que embora essas ritualidades sejam reproduzidas, elas também fogem ao princípio dessas ritualidades quando extrapolam os princípios dessa reprodução. O cotidiano também se constitui de rupturas e não apenas de regularidades e normatividades esperadas Giddens (*apud* Pais, 2007) atribui à rotinização o papel central da ideia de recursividade e monitoramento reflexivo da ação.

A consciência prática parte do pressuposto de que a regularização não depende apenas da normatização reproduzida, mas também da expectativa dos agentes de como os outros devem agir, se o fizerem de acordo com a consciência prática. Isso conduz a um monitoramento reflexivo da ação cotidiana; afinal, o cotidiano é um campo de reflexividade capaz de provocar ações transformadoras na atuação e decisão individual do ser.

Sob a ótica de Pais (2007), “a reflexividade faz parte do cotidiano”, e o problema da identidade reflexiva não é somente o de ter opções, mas, sobretudo, o de optar, tal como a opção do estilo de vestir, do uso de acessórios, o que pode gerar uma identidade individual ou social.

A reflexividade é uma referência a algo que, ao mesmo tempo, faça parte desse algo. Ela não possui apenas caráter descritivo. É mais que isso; é uma análise que deve ser interpretativa a partir da ação social que acontece na rotinização do cotidiano. O autor trata ainda da reflexividade impositiva, orientada pelo passado, e da reflexividade transformadora, orientada para o futuro - capacidade de intervenção na realidade. A reflexividade passa a ter um contexto no cotidiano como um campo aberto à experiência. Na prática, há limites à reflexividade transformadora, imposta pela reflexividade impositiva, conservadora de costumes, de tradições e de valores. A reflexividade transformadora é reflexo do desfalecimento da clássica distinção entre estrutura e ação. É o âmago da sociedade reflexiva. Outra conceituação apresentada pelo autor diz respeito à reflexividade reativa - ação induzida pelo contexto (saudação, bom dia...); à reciprocidade - modalidade mole da reflexibilidade, que depende do contexto; à modernidade reflexiva de Giddens, e o reflexo cultural, que interfere na realidade social. As interpretações apresentadas por Pais e Giddens apontam para a compreensão da reflexividade como parte do cotidiano.

Na teoria da reflexividade, viver numa sociedade de risco significa viver continuamente calculando esses riscos em relação às ações. A experiência global da modernidade faz com que as características íntimas da vida pessoal se abram às experiências do cotidiano, colocando-se sob a influência das inovações tecnológicas.

A modernidade torna-se experimental uma vez que a representação do momento é fruto de influências de como se vivenciam as ações e de como se reproduz. Em deriva, os efeitos perversos da modernidade reflexiva podem gerar um cotidiano culturalmente cego.

Segundo Giddens (1995), uma característica da modernidade é a urgente exigência de ter de decidir como viver, como comer, como vestir. Já na modernidade reflexiva, é a possibilidade da ação de um indivíduo que pode repercutir nas diversas possibilidades de decisões do indivíduo no seu cotidiano. Outro ponto a considerar, na modernidade, é a interação, a capacidade de influência recíproca dos

indivíduos (GOFFMAN, 1993). Assim, Pais (2007) considera que as decisões devem produzir algo que afeta a decisão e interfere no cotidiano do indivíduo e, por sua vez, na realidade de grupo que o circunda. Para Coulter (1990), as descrições não se limitam apenas a descrever algo, mas devem produzir algo.

Apesar de tudo, a modernidade não deve ser entendida como um empolamento de opções ou ações. Deve ser entendida como um processo de personalização que se vive e que, por sua vez, vai em paralelo com um processo de reciclagem social. Na visão de Pais (2007), a modernidade institucionaliza o princípio da dúvida radical, característica essencial do mundo contemporâneo.

Segundo Leite (2010), uma das mais relevantes contribuições sobre o cotidiano pode ser contemplada nos estudos de Michael Certeau, de 1974, que aborda as práticas e a arte de fazer a vida cotidiana. Em sua obra, o autor discorre sobre os procedimentos, variáveis e labirínticos da ação.

O cotidiano visto como prática, segundo Certeau, só se forma na própria prática. A base empírica de sua teoria centra-se no que ele chama de “caminhada pela cidade”, cujo significado se traduz em afirmação, transgressão às regras impostas no cotidiano, que, para o autor, correspondem a procedimentos. As ações são, assim, proporcionais às situações vividas. Trata-se de um jogo articulado de práticas de dois tipos: as estratégias e as táticas. Com esse par de conceitos, Certeau rompe com a definição de cotidiano como rotinização para dar lugar à ideia de cotidiano como movimento.

Na concepção de Leite (2010), o cotidiano como práticas, sejam elas estratégias ou táticas, subverte os parâmetros conceituais, entendidos como rotinas ou regularidades, para enfatizar o caráter inerente de disputas e rupturas. Ainda segundo esse autor, o pressuposto certeuniano central para analisar a vida cotidiana são os lances táticos e situacionais que informam as artes de fazer. Embora retenha aproximações com a própria Teoria da Prática de Bourdieu (a qual critica) e com a hermenêutica de Gadamer (a quem pouco se refere), a análise de Certeau, como admite Leite (2010), segue uma lógica própria ao analisar a ação cotidiana em suas feições predominantemente conflitantes. Também considera que a preocupação de Certeau não é estabelecer condicionantes das práticas sociais como sujeitos, nem afirmar a preponderância dos contextos e das estruturas; menos ainda a de estabelecer qualquer terceira via. Sua preocupação (de Certeau) é, ao contrário, compreender como as práticas cotidianas (sabendo-se que o ser só se forma na prática) escapam dos condicionantes sociais a que estão sujeitas, ainda que deles não consigam fugir totalmente.

Essa noção certeuniana de vida cotidiana como um jogo de táticas e estratégias, no entendimento de Leite (2010), revela seu potencial explicativo para além de uma concepção de um cotidiano rotinizado, seja pela normatividade, pelos papéis sociais, seja pela intersubjetividade. Deve-se pensar, também, nas confrontações que parecem inverter o cotidiano como rotina e que o marcam na

contemporaneidade, enunciando inversão na experiência urbana. E cabe ainda acrescentar o fato de que o espaço, em especial o espaço urbano, enobrece essa inversão do cotidiano. Afinal, é o espaço urbano, na sua complexidade social, que estimula a dispersão de significados do cotidiano. Ainda para o autor, o grau de dispersão de significados atribuídos aos espaços e à multiplicidade de estilos de vida tornam volátil a rigidez dos lugares que parecem ceder à pressão dos “espaços como lugares praticados”.

A propósito, Leite (2010) apresenta a distinção entre espaço e lugar - espaço corresponde à ausência de espaço definido, enquanto o lugar corresponde a certas configurações mais estáveis de posições - espaço é um lugar praticado. Lugar é sempre um espaço de representações, cuja singularidade é construída pela “territorialidade subjetivada”. Assim, os lugares podem resultar das táticas e não apenas das estratégias.

Em sua teoria social pós-moderna, Certeau critica a autocentralidade do sujeito. Para o autor, há uma espécie de mal-estar na contemporaneidade, que se refere à dissonância entre a reflexibilidade da cultura urbana e à planificação urbanística. As condições pós-modernas, dizem respeito ao processo de enobrecimento de espaços - dizem respeito a áreas ocupadas pelas pessoas de melhor renda e que tornam os espaços urbanos mais valorizados. Em tais espaços enobrecidos, segundo o autor, a vida cotidiana parece fundida em suas características recursivas, e dada a visível fragmentação dos espaços e a flagrante segregação sócio espacial existentes, as relações cotidianas guardam certas instabilidades que contrariam a noção de rotinização atribuída à vida social.

Sob a ótica de Leite (2010), as assimetrias do poder nos espaços considerados enobrecidos constroem, mas não aniquilam as inquietações do homem considerado ordinário, que, taticamente, demarca suas práticas sociais no espaço vernacular e revela a dimensão politicamente conflituosa da vida cotidiana.

2.9. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Considera-se que os conceitos, as considerações e as proposições teóricas ora apresentadas fornecem um importante subsídio para a compreensão da sociedade contemporânea. Os clássicos apresentam um modelo de sociedade voltado à estrutura. A ancoragem em Giddens fundamentou a compreensão de que a estrutura é apenas uma parte; é preciso fazer ultrapassagens, para além das características estruturais já esclarecidas pelas ciências sociais. É preciso considerar toda a complexidade do ser, mas de forma subjetiva para identificar os estímulos às suas ações e aspirações.

Também se constatou que é no cotidiano das atividades da sociedade que são identificadas inúmeras e complexas relações que impulsionam o indivíduo e a coletividade para valorizar determinadas

atividades e, assim, ter estimuladas as suas ações e os seus interesses particulares. É a complexidade da subjetividade que direciona o indivíduo para a tomada de decisão. Vale ainda sublinhar o fato de que a Teoria da Estruturação e todo arcabouço de possibilidades objetivas e subjetivas propostas por Giddens darão a este estudo o suporte teórico necessário à elucidação das questões propostas.

A narrativa aqui construída e o arcabouço de contribuições teóricas de autores como Durkheim, Max Weber e, principalmente, Giddens visa a um único propósito: fazer a apropriação das ideias desses autores em favor da compreensão da realidade dos jovens atendidos pelo IFRN - *Campus* Macau, no Curso Técnico em Recursos Pesqueiros.

A expectativa é consolidar o entendimento das diversas causas que caracterizam a desmotivação dos jovens no que concerne à formação recebida e, assim, possibilitar ao IFRN traçar novas estratégias que valorizem essa formação tão importante e necessária no processo de modernização da atividade pesqueira na região salineira, no RN e no Brasil.

3. O IFRN E O CURSO DE RECURSOS PESQUEIROS

3.1. APRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo tem como objetivo apresentar a história e a evolução do IFRN, do *Campus* Macau e do Curso do Recursos Pesqueiros.

Primeiramente, historia-se sobre o IFRN, tecendo considerações relativas à sua origem, às transformações por que passou, ao seu desempenho recente, marcado pela expansão/interiorização de unidades (*campi*) ocorrida entre 2005-2016, através de políticas públicas que alteraram, de forma virtuosa, a educação federal no país, particularmente o ensino profissionalizante.

Com a proposta e implantação do curso Técnico em Recursos Pesqueiros oportunizado pelo IFRN *Campus* Macau desponta para a formação técnica que permita intervenção profissionalizada na pesca e aquicultura de forma a promover um processo de melhoria nessa importante cadeia produtiva na região salineira, no RN e no Brasil.

Os princípios estruturais do mundo da pesca caracterizado pelo conservadorismo e técnicas rudimentares, repassadas e reproduzidas, predomina em que as propriedades estruturais enraizadas na cultura, nas regras conservadoras, na limitação dos recursos e na reprodução da atividade secularmente repassada e perpetuada torna esse sistema social da pesca não interessante, nem atrativo aos interesses dos jovens.

É nesse cenário em que os desafios para a formação técnica em Recursos Pesqueiros são muitos uma vez que a pesca artesanal é o grande foco da atividade pesqueira no Brasil, atividade esta em que se encontra a maioria dos trabalhadores da modalidade da pesca, realidade ainda mais predominante no Rio Grande do Norte e em Macau(RN).

3.2. O IFRN, UMA INSTITUIÇÃO CENTENÁRIA: DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES AO INSTITUTO FEDERAL

Com seus 108 anos de existência (completados em 2017) a serviço do ensino profissionalizante, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), ao longo de sua história, recebeu várias denominações, a saber: Escola de Aprendizes Artífices (1909), Liceu Industrial (1937), Escola Industrial de Natal (1942), Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (1965), Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1968), Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (1999), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2008). Essas transformações interferiram em seus aspectos políticos e pedagógicos, em seus objetivos, em sua função social, em sua forma de gestão, em seus currículos, em suas tecnologias, e também em seu

capital humano. E tudo isso se deu em decorrência de políticas implementadas pelo governo federal, para atender à necessidade do Estado Brasileiro em seus diversos momentos históricos.

O atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte começa a sua história no dia 23 de setembro de 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, assina o Decreto nº 7.566 (Brasil: 1909) determinando a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, entre as quais a de Natal. O antigo Hospital da Caridade, onde hoje funciona a Casa do Estudante de Natal, foi o marco arquitetônico inicial da Escola de Aprendizes Artífices. Em 1910, a Escola ofertava o curso primário e oficinas de trabalhos manuais. O Quadro 1 apresenta a cronologia das nomenclaturas da Instituição ao longo dos seus 108 de existência.

Quadro 1: Nomenclaturas da Instituição entre 1909 e 2017

| SIGLA | NOME | ANO |
|--------------|--|------------|
| EA | Escola de Aprendizes Artífices | 1909 |
| LI | Liceu Industrial | 1937 |
| EIN | Escola Industrial de Natal | 1942 |
| EIFRN | Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte | 1965 |
| ETFRN | Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte | 1968 |
| CEFET | Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte | 1999 |
| IFRN | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte | 2008 |

Nota Fonte: Elaboração própria (2017).

O primeiro prédio, conforme Figura 4, funcionou com 90 alunos e oferecia curso primário, de desenho e oficinas de trabalhos manuais.



Figura 4. Escola de Aprendizes Artífices (de 1909 a 1937)

Fonte: IFRN (2015).

Em 1937, ocorreu a primeira mudança. Sob a denominação de Liceu Industrial de Natal, passa a funcionar no prédio onde hoje é a sede do *Campus* - Cidade Alta (Bairro histórico e central da cidade de Natal, Figura 5). Essa mudança fez parte da reforma instituída pela Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937, do Ministério da Educação e Saúde, ao qual eram vinculadas as Escolas de Aprendizes Artífices desde 1930.



Figura 5. Prédio da então Escola Industrial de Natal (de 1937 a 1967)

Fonte: IFRN (2015).

Em 1942, a então Escola Industrial de Natal passa a atuar, vinte anos depois de fundada, na oferta de cursos técnicos de nível médio. A Escola Industrial de Natal, denominação que perdurou até 1967, ano em que foi transferida para o moderno prédio da Avenida Salgado Filho, bairro de Lagoa Seca, era uma instituição que tinha um corpo docente composto por seus ex-alunos, os quais, em sua maioria, provinham da classe pobre ou média baixa. Praticamente não havia filhos de ricos ou remediados. Quase 100% dos alunos eram de origem humilde que queriam adquirir uma formação profissional e ingressar no mundo do trabalho.

Em 1965, uma outra denominação transforma-a em Escola Industrial Federal. Com a nova sede, inaugurada na Avenida Senador Salgado Filho, no bairro do Tirol, Figura 6, a instituição passa a funcionar, em 1967, nas instalações onde hoje funciona o *Campus* Natal Central do IFRN (PORTAL IFRN, 2014).



Figura 6. IFRN - Campus Natal

Fonte: Geraldo Peregrino (2013).

Em 1968, a Escola Industrial Federal passa a se chamar Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN). Com o passar dos anos, a ETFRN extingue os cursos industriais básicos e se concentra no ensino profissionalizante de 2º grau, denominação dada anteriormente ao Ensino Médio atual. À época, contemplava apenas jovens do sexo masculino em seu quadro discente. Apenas em 1975, registra-se pela primeira vez, a presença feminina entre os alunos dos cursos regulares.

Em 1999, surge o nome Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN), por meio de decreto presidencial, de 18 de janeiro de 1999. Os desafios da instituição ampliaram-se com a oferta de educação profissional nos níveis básico, técnico, tecnológico e de graduação, além do ensino médio. Em 2006, a instituição começa a atuar também na educação profissional de nível médio integrado, na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) e no ensino a distância. A expansão do CEFET-RN teve início em 1994, com a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró. Gradativamente, foi atingindo outras regiões, em particular, a partir de 2006, com mais três Unidades de Ensino vinculadas ao CEFET-RN: as Unidades de Ensino da Zona Norte de Natal, de Ipanguaçu e de Currais Novos. Em 2007, a Instituição retoma as ações da segunda fase do Plano de Expansão da Rede, por meio do qual o Rio Grande do Norte passa a contar com mais seis unidades, inauguradas em agosto de 2009, nos municípios de Apodi, Pau dos Ferros, Macau, João Câmara, Santa Cruz e Caicó.

Em 2008, com a aprovação da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET adquire nova institucionalidade, transformando-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN. Em 2012, dá início à terceira fase de expansão, com o lançamento da pedra fundamental dos *campi* de Ceará Mirim, São Paulo do Potengi e Canguaretama. Para além desses, a instituição conta ainda com os *campi* avançados de Parnamirim, Nova Cruz, Cidade Alta e o *Campus* de Educação a Distância (Ead), sendo estes dois últimos situados em Natal.

A missão do IFRN está focada na profissionalização e na formação cidadã. Constitui-se, hoje, a referência primeira no processo de expansão da instituição, assumindo agora novos desafios e novas demandas. Para responder a esses novos desafios e diferentes demandas, o agora IFRN ganha proporções que ampliam sua atuação nos diversos *campi* com focos tecnológicos específicos a partir das demandas socioeconômicas e dos arranjos produtivos característicos de cada região dos novos *campi* locais (PORTAL IFRN, 2014). O curso de Recursos Pesqueiros do IFRN - MACAU mantém vinculação, desde o princípio, com o Arranjo Produtivo Local (APL) de pesca, que é tão marcante nessa região do Estado.

Vale salientar, a título de esclarecimento, neste ponto da abordagem, que a partir da formulação do atual IFRN, o instituto apresenta a seguinte missão institucional:

[...] ofertar educação profissional e tecnológica - de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia - comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais (PORTAL IFRN, 2014, p. 1).

Como é possível constatar, em seu compromisso com a formação profissional permeia diferentes níveis e modalidades de ensino, indo desde a formação inicial e continuada de trabalhadores à formação profissional de nível médio integrado (na forma regular e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e na forma subsequente) até o nível superior (licenciaturas, cursos de tecnologia e pós-graduação).

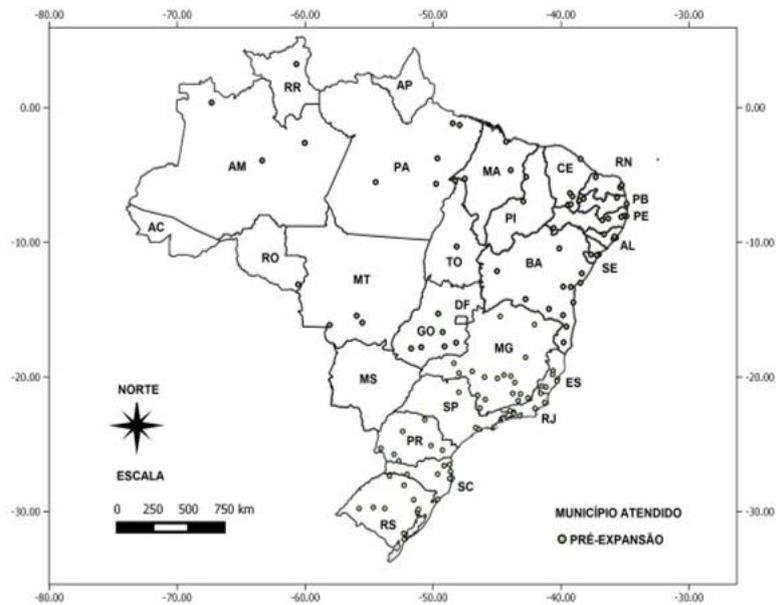
A partir da década de noventa, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a educação profissional, que passou por diversas mudanças nos seus direcionamentos filosóficos e pedagógicos, adquiriu um espaço delimitado na própria lei, configurando-se em uma modalidade da educação nacional.

Mais recentemente, em 2008, as instituições federais de educação profissional foram reestruturadas para se configurarem em uma rede nacional de instituições públicas de Ensino Profissional e Técnico - EPT, denominando-se de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Ressalta-se que, precisamente durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e da presidente Dilma Rousseff (Janeiro de 2011 a Agosto de 2016) foi implementada uma política pública contendo um amplo projeto de expansão e interiorização das instituições educativas federais voltadas à profissionalização.

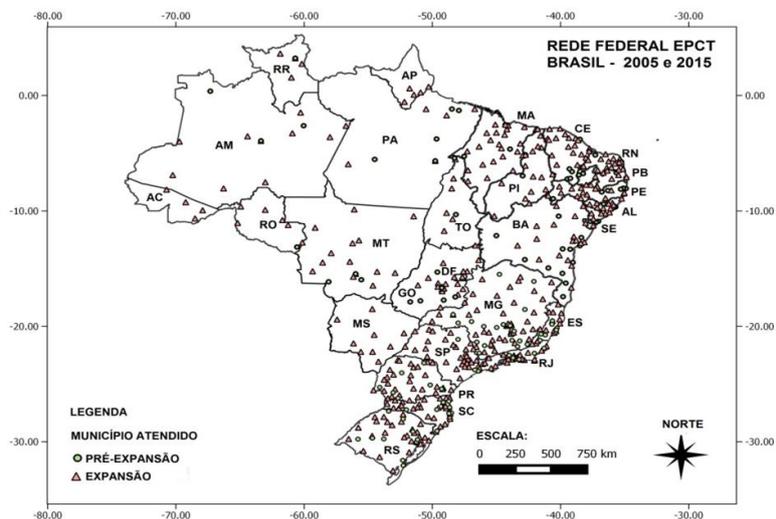
Conforme Silva (2017), desde o início do século XX até 2005, portanto durante cerca de 100 anos, o Brasil dispunha de 152 unidades na Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Entretanto, em apenas uma década (2005-2015), foram instaladas mais de 450 unidades. Os Mapa 1 e Mapa 2, a seguir, são elucidativos, pois se observa que os esforços de expansão e

interiorização (representados no mapa por um triângulo), de fato, alteraram a realidade da educação profissionalizante do Brasil.



Mapa 1. Pré-expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil (2005-2015)

Fonte: SILVA (2017, p. 91).



Mapa 2. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil (2005-2015)

Fonte: SILVA (2017, p. 142).

Os Mapa 1 e Mapa 2 demonstram a expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica no Brasil, iniciada em 2005. Também revelam que, a partir desse marco temporal, se expandiu atingindo, em dez anos, 560 unidades distribuídas nos 27 estados da Federação.

No Rio Grande do Norte, por mais de 100 anos (entre 1909 e 2015), existiam apenas duas unidades da Rede Federal de Educação Profissional. Porém, em 2016, constam 21 unidades. Com a atual denominação de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, (na sua sétima nomenclatura), a instituição em foco continua ofertando cursos em várias áreas de formação (com quase 30 mil alunos), sempre contribuindo para o fortalecimento da educação brasileira na formação técnica nos cursos de nível superior em graduação, graduação tecnológica, licenciaturas, cursos de especialização e mestrados focados na formação profissionalizante.

Em 2013, o IFRN já se fazia presente em todas as regiões do Rio Grande do Norte, atendendo a uma demanda de matrícula de 26.000 alunos (PORTAL IFRN, 2014). Hoje, o IFRN está presente em todo o Estado do Rio Grande do Norte, com 22 unidades (Apodi, Caicó, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Macau, Mossoró, Natal Central, Natal Cidade Alta, Natal Zona Norte, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e *Campus* Educação a Distância, São Paulo do Potengi, Canguaretama e Ceara-Mirim). Em fase de construção, contabiliza mais três unidades de ensino (Lages, Natal Rocas e Parelhas), e em fase de autorização mais duas unidades de ensino (Lajes e Parelhas) (PORTAL IFRN, 2014).

Quanto ao IFRN - *Campus* Macau, este integra a II Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, iniciada em 2007. Instalado em um terreno de 290.770 m², desapropriado pela Prefeitura, o *Campus* Macau situa-se na cidade-polo da microrregião salineira, distando 176 km da capital Natal, concentrando ao seu redor 7 municípios: Guamaré, Porto do Mangue, Galinhos, Alto do Rodrigues, Pendências e Afonso Bezerra. A construção do *Campus* contou com a parceria da Prefeitura Municipal de Macau, por meio da doação do terreno e de contribuição financeira para as obras do Laboratório de Recursos Pesqueiros, e da Petrobras, que arcou com recursos para a compra de equipamentos do Laboratório de Análise de Água.

O município de Macau está situado na região do Estado do Rio Grande do Norte, conhecida como Costa Branca Potiguar, também denominada região salineira; aliás, é um dos maiores produtores de sal do Brasil (a região responde por 95% do sal marinho produzido no Brasil), o primeiro produtor de petróleo do Estado em exploração marítima, e o segundo maior produtor de pescado do Rio Grande do Norte.

O *Campus* Macau oferece os cursos de nível técnico, superior e de pós-graduação, todos na modalidade presencial. Também realiza cursos na modalidade a distância em parceria com o *Campus*

EAD do IFRN. Nessa modalidade, são ofertados cursos de Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Informática para internet, com aproximadamente 300 alunos. Em seu quadro geral de ofertas, o *Campus* Macau conta com os seguintes cursos: Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, Curso Técnico em Química, Curso técnico em Informática, Graduação - Licenciatura em Biologia e Especialização em Ciências Naturais e o Programa de Ensino de Jovens e adultos - PROEJA. Vale ressaltar o fato de que todos os cursos foram planejados para atender às necessidades da região.

Em 2016, mais de 900 alunos regulares estudaram no *Campus* e, são abertas semestralmente novas vagas para as modalidades Técnico Integrado, Técnico Subsequente ou Licenciatura. A unidade dispõe de 105 servidores concursados. Dentre esses, 60 são docentes e 45 são técnico-administrativos. Os servidores do IFRN Macau atuam em projetos que buscam envolver a comunidade no entorno do *Campus*. Voltado a essa perspectiva, o IFRN - MACAU desenvolve vários projetos e eventos, a exemplo do “Encontro de Pescadores e Pescadoras da Microrregião Salineira”, que conta com exposições e oficinas como a de segurança de pescadores, ministrada por representantes da Marinha do Brasil. Além disso, o Instituto Federal desempenha inúmeras e diversificadas funções no âmbito da pesquisa, da extensão e do ensino. Bata saber que documentos institucionais e fóruns com a comunidade beneficiária dão conta de que muitos dos jovens matriculados não teriam opções de se especializar, nem perspectivas de conhecimentos avançados se não fossem os Institutos Federais. E ainda se constata que a própria presença dos docentes (Doutores, Mestres e Graduados), ou do corpo técnico do IFRN e até de terceirizados também impacta positivamente na sociabilidade e na economia do município de Macau. Em acréscimo, pode-se dizer que mesmo o prédio em que funciona o *Campus* (Figura 7) produz, de certo modo, seus efeitos de sentido.



Figura 7. IFRN - *Campus* Macau (2015)

Fonte: Coordenação de Eventos do IFRN Macau.

Retomando a abordagem sobre os cursos, faz-se necessário registrar que o curso Técnico em Recursos Pesqueiros ofertado pelo IFRN - *Campus* Macau apresenta-se sob a forma de três modalidades: técnico integrado, técnico subsequente e técnico na modalidade Ensino de Jovens e Adultos - EJA, conforme apresentado a seguir:

- **Técnico integrado** - O IFRN, ao integrar a Educação Profissional ao Ensino Médio, inova pedagogicamente sua concepção de Ensino Médio, em resposta aos diferentes sujeitos sociais para os quais se destina, por meio de um currículo integrador de conteúdo do mundo do trabalho e da prática social do aluno, levando em conta os saberes de diferentes áreas do conhecimento. Nessa perspectiva, o IFRN propõe-se oferecer o Curso Técnico de Nível Médio em Recursos Pesqueiros, na forma integrada, modalidade presencial, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando o Técnico em Recursos Pesqueiros. Nessa modalidade, os jovens cursam todo o ensino médio associado à formação técnica profissionalizante;
- **Técnico subsequente** - O IFRN, como instituição que tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, redefiniu sua função social em consonância com as necessidades identificadas a partir da compreensão desse contexto social e econômico. Dessa forma, consciente do seu papel social, entende que não pode prescindir de uma ação efetiva que possibilite a definição de projetos que permitam o desenvolvimento de um processo de inserção do homem na sociedade, de forma participativa, ética e crítica. Nessa perspectiva, tal modalidade oferecida pelo IFRN é direcionada a jovens que já tenham concluído o ensino médio e que recebem a formação técnica em Recursos Pesqueiros, cujas disciplinas são voltadas à profissionalização que demandará um período de quatro semestres, totalizando dois anos;
- **Ensino de Jovens e Adultos (EJA)** - O Curso Técnico de Nível Médio em Recursos Pesqueiros na forma Integrada, oferecido pelo IFRN, procura atender às demandas social, cultural e econômica e às diretrizes legais, qualificando profissionais que atendam à necessidade do mercado emergente no Estado e, sobretudo, no município, em conformidade com os fundamentos legais que orientam a educação brasileira. Este visa responder à demanda social por políticas públicas perenes, relacionadas à educação de jovens e adultos, as quais envolvam ações educativas baseadas em princípios epistemológicos que resultem em um corpo teórico bem definido e respeitem as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas do estudante do EJA. O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), busca atender a essa clientela através da oferta profissional técnica de nível médio.

Com base nas orientações da Lei de Diretrizes e Bases e nos fundamentos legais que orientam a educação brasileira, o Ensino Médio, concebido como última etapa da Educação Básica, deve ser articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constituindo-se em um direito social e subjetivo. A Educação Profissional, por sua vez, para ser realmente efetiva, precisa da Educação Básica (fundamental e média) e deve articular-se às mudanças técnico-científicas do processo produtivo.

3.3. A FORMAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL PARA PESCA E AQUICULTURA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Um dos maiores gargalos a ser corrigido na atividade pesqueira no Brasil está ligado à formação profissional voltada para atender às necessidades da atividade pesqueira, de modo a contribuir para a evolução desse setor. A formação técnica é uma reivindicação antiga. No entanto, ao longo do tempo, não houve, por parte do governo, estímulos para a profissionalização nessa área. Somente a partir da criação dos Institutos Federais (IFs), e com sua expansão foi que, na rede IF, vários *campi* no país abraçaram o desafio de iniciar cursos voltados à formação técnica profissionalizante, direcionados para atividade da pesca e aquicultura.

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começou em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes Artífices, que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets) e, por sua vez, à rede de Institutos Federais - IFs (MEC/SETEC, 2016). No início, essas instituições eram voltadas para as classes desprovidas. Em 2016, a Rede Federal já se configura como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso à formação profissional e tecnológica de qualidade.

Os IFs cobrem todo o território nacional, prestando um serviço à nação, ao dar continuidade à sua missão de formar profissionais cidadãos, qualificando profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizando pesquisa, desenvolvendo novos processos, produtos e serviços, em colaboração com o setor produtivo, e buscando intervir positivamente nas questões de desenvolvimento regional.

Em 29 de dezembro de 2008, 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Hoje são 564 unidades de ensino em todo o País, atendendo a mais de 700 mil alunos com matrículas ativas (MEC/SETEC, 2016).

A criação dos Institutos Federais, a partir de 2008, rapidamente interioriza o ensino técnico profissionalizante, atendendo a todas as áreas da cadeia produtiva. A expansão da rede IFs abriu frente para a formação profissionalizante na área da pesca e aquicultura em todas as regiões do país.

A educação profissional técnica de nível médio tem por finalidade formar técnicos de nível médio para atuarem nos diferentes processos de trabalho relacionados aos eixos tecnológicos com especificidade em uma habilitação técnica, reconhecida pelos órgãos oficiais e profissionais. A educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio é uma das possibilidades de articulação com o ensino básico que objetiva romper com a dicotomia entre formação geral e formação técnica e possibilita o resgate do princípio da formação humana em sua totalidade, superar a visão dicotômica entre o pensar e o fazer, assim como superar o dualismo entre cultura geral e cultura técnica, historicamente vivenciada na educação brasileira em que, de um lado, permeia a

educação geral para as elites e de outro, a formação para o trabalho destinada à classe trabalhadora (IFRN/PPC RECURSOS PESQUEIROS INTEGRADO, 2012, p. 5).

Conforme dados do MEC/SETEC (2016), os cursos de formação na atividade de aquicultura e pesca estão presentes em 22 estados das cinco regiões do Brasil, com cursos regulares em 55 *campi*, ofertando cursos em regime presencial e a distância na modalidade integrado, subsequente e de formação continuada - FICs.

3.4. O CURSO TÉCNICO EM RECURSOS PESQUEIROS DO IFRN - *CAMPUS* MACAU

O *Campus* Macau, fundado em 2009, como meta da terceira expansão do IFRN, conta, em 2016, com 107 servidores, sendo 62 docentes e 45 técnico-administrativos. O Quadro 2 e Quadro 3 mostram a projeção da quantidade de alunos matriculados no *Campus* e a modalidade de formação, respectivamente.

Quadro 2: Projeção de matrículas do IFRN - *Campus* Macau (2012-2016)

| Número de Matrículas | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|----------------------------------|------|------|------|------|-------|
| | 720 | 758 | 821 | 963 | 1.059 |
| Integrado | 278 | 345 | 412 | 467 | 535 |
| Integrado EJA | 110 | 83 | 66 | 82 | 90 |
| Subsequente | 121 | 121 | 108 | 108 | 108 |
| Licenciatura | 111 | 109 | 135 | 166 | 186 |
| Aperfeiçoamento para professores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Especialização para professores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| FIC para Professores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Tecnologia | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Engenharia | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Especialização | 0 | 0 | 0 | 40 | 0 |
| Mestrado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PROEJA FIC Fundamental | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Nota Fonte: Diretoria Acadêmica do IFRN - *Campus* Macau (2016).

Quadro 3: Percentual de alunos atendidos no *Campus*, por modalidade

| Percentual | | | | | | Referência |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|------------|
| Técnico | 70,7% | 72,4% | 71,4% | 71,2% | 71,9% | 50% |
| Formação de Professores (inicial e continuada) | 15,4% | 14,4% | 16,4% | 18,0% | 18,3% | 20% |
| Outras ofertas | 13,9% | 13,2% | 12,2% | 10,8% | 9,8% | — |
| PROEJA (FIC e Técnico) | 29,2% | 24,1% | 20,2% | 19,7% | 18,6% | 10% |

Nota Fonte: Diretoria Acadêmica do IFRN - *Campus* Macau (2016).

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso - PPC (2012, p. 8), do IFRN - *Campus* Macau, o ensino ofertado nas modalidades médio integrado e subsequente visa alcançar os seguintes objetivos específicos em cada um de seus cursos:

O Curso **Técnico Integrado em Recursos Pesqueiros**, presencial, tem como objetivo geral formar técnicos de nível médio, com competência técnica, ética e política para desempenhar suas atividades profissionais, nas atividades de captura e de cultivo de organismos que tenham como principal habitat a água para seu aproveitamento integral na cadeia produtiva, com segurança de qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social (IFRN - PPC, 2012, p. 8).

O **Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Recursos Pesqueiros** tem como objetivo geral: formar técnicos de nível médio, com competência técnica, ética e política para desempenhar suas atividades profissionais, nas áreas de extração e de cultivo de organismos que tenham como principal habitat a água para seu aproveitamento integral na cadeia produtiva, com segurança de qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social (IFRN - PPC, 2009, p 7).

O profissional concluinte do Curso Técnico Integrado e/ou subsequente em Recursos Pesqueiros oferecido pelo IFRN deve apresentar um perfil que o habilite a realizar atividades de cultivo de peixes, camarões, ostras, mexilhões, rãs e algas, bem como atividades de pesca extrativa em rios, mares e lagos. Preparar tanques e viveiros para produção aquícola. Auxiliar na condução de embarcação a áreas de pesca, realizando operações de embarque e desembarque. Realizar procedimentos de armação. Beneficiar pescado. Compreender as máquinas, instalações elétricas e hidráulicas das embarcações pesqueiras, bem como os princípios norteadores da manutenção. Compreender e operar equipamentos eletrônicos de navegação e apoio à pesca (IFRN - PPC, 2009, p 7).

Como proposta, pretende-se que, ao final da formação, o egresso do curso técnico em Recursos Pesqueiros desenvolva as seguintes habilidades durante o processo de formação, segundo o PPC (2012, p. 10-11):

Conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;

Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;

Refletir sobre os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;

Assumir postura profissional, relacionando-se de forma ética com outros profissionais, clientes e fornecedores, inclusive com o meio ambiente, atuando em equipes multidisciplinares e contribuindo de forma efetiva para atingir os objetivos em seu trabalho;

Desenvolver atividades profissionais, demonstrando iniciativa, liderança, cortesia e presteza;

Demonstrar cuidado com a apresentação pessoal, no exercício das atividades profissionais;

Desenvolver procedimentos de primeiros socorros e segurança do trabalho;

Realizar procedimentos laboratoriais e de campo;

Elaborar, acompanhar e executar projetos;

Executar atividades de extensão e gestão na cadeia produtiva;
 Analisar e avaliar os aspectos técnicos, econômicos e sociais da cadeia produtiva dos Recursos pesqueiros;
 Aplicar e desenvolver técnicas de beneficiamento de recursos pesqueiros;
 Dominar as ferramentas básicas da informática;
 Desenvolver habilidades interpessoais;
 Elaborar propostas - recorrer a conhecimentos desenvolvidos para elaborar propostas de intervenção na realidade local, regional ou nacional;
 Saber lidar com o manuseio de documentos e procedimentos burocráticos;
 Monitorar o uso da água com vistas à exploração dos recursos pesqueiros;
 Planejar, orientar e acompanhar as operações de captura, de criação e de despesca;
 Aplicar a legislação e as normas ambientais, pesqueiras e sanitárias vigentes, além de outras inerentes à área;
 Acompanhar obras de construções e instalações aquícolas;
 Montar, operar e orientar na manutenção de apetrechos, máquinas e equipamentos de Captura e de aquicultura;
 Operar embarcações pesqueiras, observando as normas de segurança;
 Conhecer e aplicar normas de sustentabilidade ambiental, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, Espaço e História;
 Ter atitude ética no trabalho e no convívio social, compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervém na realidade;
 Ter iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer Liderança e ter capacidade empreendedora;
 Posicionar-se crítica e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade.

Finaliza-se destacando que, para o IFRN, torna-se bastante desafiadora a formação técnica em Recursos Pesqueiros, em razão das imensas dificuldades de que se essa atividade no Brasil; particularmente, no Rio Grande do Norte. Contudo, ao mesmo tempo, faz-se necessário reunir esforços, inclusive de análise, visando profissionalizar jovens que possam atuar na atividade como agentes de mudança na conjuntura da pesca no RN e também no Brasil.

Quadro 4: Total de alunos concluintes no Curso de Recursos Pesqueiros IFRN - *Campus Macau*

| Ano/Período | Alunos |
|--------------------|---------------|
| 2009 | 0 |
| 2010 | 1 |
| 2011 | 55 |
| 2012 | 251 |
| 2013 | 275 |
| 2014 | 253 |
| 2015 | 131 |
| 2016 | 30 |
| 2017 | 42 |

Nota Fonte: IFRN (2017).

O curso de Recursos Pesqueiros teve início no *Campus* Macau, em 2009 (na modalidade subsequente) e, em 2010, na modalidade integrado. Durante os seis primeiros anos de atuação do *Campus* Macau, com mais de 900 alunos regularmente matriculados, os dados oficiais apontam um baixo índice de concluintes, conforme Quadro 4. Os alunos que realmente concluíram o curso, integralizando as disciplinas e desenvolvendo a prática profissional, não somam 200 alunos. Mais precisamente, são 77 em Recursos Pesqueiros e pouco mais de 100 no curso de Química, o que não representa nem 20% do total de formandos no *Campus* nesse período.

O IFRN, como instituição de formação profissional, busca estar presente em todos os segmentos produtivos e, assim, poder intervir com profissionais qualificada para as diversas necessidades do mundo do trabalho. Na atividade pesqueira, não poderia ser diferente, uma vez que esse setor precisa de incentivos que profissionalizem e dinamizem essa atividade tornando-a mais atrativa aos investimentos, à exploração e industrialização, provocando um processo de transformação capaz de alavancar o setor pesqueiro e aquícola no país nas próximas décadas.

A formação em Recursos Pesqueiros é um desafio para o IFRN, dadas as dificuldades do próprio segmento da pesca. Até recentemente, os investimentos governamentais eram consideráveis para a melhoria da infraestrutura, com laboratórios e setores, como a criação da Diretoria da Unidade Produtiva Indústria Escola - DIGUIE², no *Campus* Macau, com o propósito de oportunizar a prática profissional para os alunos dos cursos ali ofertados, principalmente para Recursos Pesqueiros em função da baixa oferta de estágios em empresas do setor na região.

O Perfil do Egresso segundo o PPC do Curso de Recursos Pesqueiros

Como com base no Plano Pedagógico do Curso - PPC, o PPC (2015), o aluno egresso deve apresentar as seguintes competências:

- conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
- ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
- refletir sobre os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;

² A Unidade industrial-escola DIGUIE, do *Campus* Macau, atua na área de Recursos Naturais, especialmente Recursos Pesqueiros e Aquicultura, visando contribuir para a formação completa dos alunos. As instalações vão desde laboratórios de análises de água a laboratórios de campo, como tanques de cultivo, para poder atender à demanda de aulas e alunos que utilizam o setor para atividades de aula e projetos de pesquisa.

- assumir postura profissional, relacionando-se de forma ética com outros profissionais, clientes e fornecedores, inclusive com o meio ambiente, atuando em equipes multidisciplinares e contribuindo de forma efetiva para atingir os objetivos em seu trabalho;
- desenvolver atividades profissionais, demonstrando iniciativa, liderança, cortesia e presteza;
- demonstrar cuidado com a apresentação pessoal, no exercício das atividades profissionais;
- desenvolver procedimentos de primeiros socorros e segurança do trabalho;
- dominar as ferramentas básicas da informática;
- desenvolver habilidades interpessoais;
- elaborar propostas - recorrer a conhecimentos desenvolvidos para elaborar propostas de intervenção na realidade;
- saber lidar com o manuseio de documentos e procedimentos burocráticos;
- analisar e avaliar os aspectos técnicos, econômicos e sociais da cadeia produtiva dos recursos pesqueiros;
- monitorar o uso da água com vistas à exploração dos recursos pesqueiros;
- planejar, orientar e acompanhar as operações de captura, de criação e de despesca;
- aplicar a legislação e as normas ambientais, pesqueiras e sanitárias vigentes, além de outras inerentes à área;
- acompanhar obras de construções e instalações de aquicultura;
- montar, operar e manter apetrechos, máquinas e equipamentos de captura e de aquicultura;
- operar embarcações pesqueiras, observando as normas de segurança;
- realizar procedimentos laboratoriais e de campo;
- elaborar, acompanhar e executar projetos;
- executar atividades de extensão e gestão na cadeia produtiva;
- analisar e avaliar os aspectos técnicos, econômicos e sociais da cadeia produtiva dos recursos pesqueiros;
- aplicar e desenvolver técnicas de beneficiamento de recursos pesqueiros;
- conhecer e aplicar as normas de desenvolvimento sustentável, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história;
- ser um agente impulsionador do desenvolvimento sustentável da região, integrando a formação técnica à humana na perspectiva de uma formação continuada;
- adotar atitude ética no trabalho e no convívio social, compreendendo os processos de socialização humana em âmbito coletivo e percebendo-se como agente social que intervém na realidade;
- saber trabalhar em equipe;
- ter iniciativa, criatividade, responsabilidade e capacidade empreendedora;
- desenvolver, com autonomia, suas atribuições, exercer liderança;
- posicionar-se criticamente e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade (IFRN/PPC, 2015, p. 10).

Não resta dúvidas de que se trata de uma proposta ousada e desafiadora a que visa a Instituição para o perfil profissional do egresso. São anseios de uma proposta profissional cidadã, com objetivo de consolidar posturas cidadãs e de valores sociais comprometidos com a coletividade, comportamentos e atitudes básicos que refletem o posicionamento crítico sobre a sociedade e sobre o mundo do trabalho que desperte o interesse em participar e intervir.

O perfil do egresso do curso técnico em Recursos Pesqueiros apresenta um conjunto de regras de um modelo profissional desejado pela instituição, mas que se choca, se confronta, com a realidade percebida no mundo da pesca. A proposta do curso é ousada e desafiadora e, que ao trabalhar essas regras na formação, o próprio IFRN passa, de forma não desejada a afastar ainda mais dos jovens, que de forma repulsiva rejeita o mundo de dificuldades que percebem na pesca.

3.5. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo apresenta, inicialmente, a evolução histórica da instituição, apresentando cronologicamente as fases e, os acontecimentos, até os dias atuais.

Foi com a expansão e a instalação do IFRN *Campus* Macau que possibilitou a implantação do curso Técnico em Recursos Pesqueiros, atendendo os anseios da comunidade em qualificação técnica na área da pesca.

A formação oferecida pelo IFRN em recursos pesqueiros, apesar de todos os esforços da instituição, a intervenção real da formação na atividade ainda deixa a desejar.

Provavelmente e paradoxalmente, a formação oferecida pelo IFRN passa a ser o meio para que essa parcela da população jovem possa almejar a saída desse contexto da pesca, uma vez que oportuniza a construção de criticidade e saberes, através da profissionalização técnica, capazes de conduzir a realidades mais promissoras.

No entanto a reprodução social do sistema social da pesca, que os jovens não querem aceitar, pois não se veem como agentes reprodutores; na verdade, nem como agentes transformadores, mundo ao qual pertencem e sobre o qual conhecem todas as dificuldades e que não querem reproduzir ou intervir para transformar e modernizar.

Também se constata que, no próprio ambiente do IFRN, ao se depararem com um mundo para os jovens que cobizam a modernidade, um mundo diferente daquele em que vivem em suas comunidades tradicionais, um mundo que desejam para si, que encanta e que seduz afastando-os, ainda mais, do interesse em atuar na atividade pesqueira. Segundo Giddens (2009), o mundo moderno, com base na racionalidade, no conhecimento sistematizado provoca mudanças reflexivas na estrutura da sociedade, na qual o próprio indivíduo desenvolve a reflexividade, quebrando os valores enraizados da tradição, predominantes nas estruturas sociais pré-modernas. Assim, a formação técnica profissionalizante torna-se um desafio ao formar profissionais que realmente, intervenha no mundo social da pesca como agentes transformadores. O curso apresenta-se como uma esperança de intervenção e modernização das propriedades estruturais que predominam nesse sistema social.

É preciso esclarecer que se faz necessário inúmeras outras ações conjuntas com a sociedade organizada para que de fato possa acontecer a valorização e intervenção na atividade pesqueira e, assim, promovendo nos jovens o estímulo e interesse em atuar e intervir de fato na atividade pesqueira.

4. O MUNDO DA PESCA

4.1. APRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo tem como objetivo apresentar estruturação do mundo da pesca no Brasil, no Rio Grande do Norte e no Município de Macau. Busca-se compreender o mundo social da pesca como um sistema social complexo, sob a ótica da teoria da estruturação, sistema cujas propriedades estruturais se estendem ao longo do tempo/espço. Além disso, nessa compreensão recorreremos também ao conceito de estrutura, entendida como regras e recursos, no sentido em que, estando repetidamente subentendida na reprodução de sistemas sociais pode-se falar dela em referência as características institucionalizadas que são as próprias propriedades estruturais dos sistemas sociais. Ao recorrermos especialmente a estes conceitos, procuramos o entendimento do mundo social da pesca usando o contributo de alguns conceitos essenciais em que se alicerça o entendimento da estruturação segundo Giddens, na perspectiva de obter contribuições melhor ajustadas para o estudo de que se compõe esta tese.

Os princípios estruturais se alicerçam nas bases da organização de totalidades sociais tendo a estruturas - conjuntos de regras e recursos envolvidos na articulação de sistemas sociais; A identificação de princípios estruturais, e suas conjunturas em sistemas intersociais, representa o nível mais abrangente de análise institucional. Quer dizer, análise desses princípios se referem a modos de diferenciação e articulação de instituições através do tempo-espço de maior “profundidade”. Giddens fecha este tópico discorrendo como o estudo de conjuntos estruturais, ou estruturas, envolve o isolamento de distintos “grupos” de relações de transformação/mediação implícitos na designação de princípios estruturais. Os conjuntos estruturais são formados pela mútua conversibilidade das regras e dos recursos envolvidos na reprodução social. As estruturas podem ser analiticamente distinguidas, segundo o autor, dentro de cada uma das três dimensões de estruturação, significação, legitimação e dominação, ou através de todas estas.

Um aspeto importante a se considerar é o fato de o mundo social da pesca se subdividir em dois subsistemas: pesca artesanal e pesca industrial. Ambos fazem parte desse sistema social. Ainda que distintos, estão interligados um no outro - o mundo artesanal da pesca, com seus costumes, tradições, valores e crenças, e o mundo industrial da pesca assente na modernização tecnológica da atividade pesqueira.

Apesar deste dualismo estrutural, artesanal e industrial, neste sistema social que o mundo da pesca se constitui, domina a atividade pesqueira artesanal, que se vem perpetuando e reproduzindo de

geração a geração com poucos traços de modernidade nas regiões litorâneas do país. É, pois, importante ressaltar que a pesca artesanal é o grande foco da atividade pesqueira no Brasil, considerando, inclusive, que a maioria dos trabalhadores desse setor encontra-se nessa modalidade da pesca, realidade ainda mais predominante no Estado do Rio Grande do Norte e no município de Macau.

Podemos, pois, considerar um dos subsistemas do mundo da pesca caminha em passos bastante distantes da modernidade, com as suas principais propriedades estruturais, regras e recursos continuando a reproduzirem-se ao longo do tempo e no espaço, algo que, no nosso entendimento, é determinante no afastamento do interesse dos jovens em contribuir para agirem como agentes transformadores de um sistema social que conhecem e rejeitam.

No sentido de identificar as principais propriedades estruturais do mundo da pesca, bem como as principais regras e recursos envolvidos na sua estruturação, neste capítulo, para além de nos focarmos nas características de cada um desses subsistemas, artesanal e industrial, assinalando suas principais diferenças, apresentam-se e analisam-se, também, dados da pesca no mundo, no Brasil, na Região Nordeste, no Estado do Rio Grande do Norte e na Região da Costa Branca Potiguar, precisamente onde se encontra instalado o IFRN - *Campus* Macau.

4.2. A ESTRUTURAÇÃO DO MUNDO DA PESCA. CONTEXTO E INDICADORES HISTÓRICO-SOCIAIS E ECONÔMICOS

4.2.1. A evolução do mundo da pesca no Brasil. Um breve retrato socio-histórico

Potiguar Júnior (2008) pondera sobre o fato de que os pescadores e suas particularidades não foram levados em conta quando o Estado Brasileiro, através de ações unilaterais, criou a Conferência Nacional dos Pescadores (CNP), a Federação Estadual dos Pescadores (FEPA) e as Colônias de Pesca com suas referidas zonas. Desde o período colonial, com D. João VI, quando aconteceu uma tentativa frustrada de organizar os pescadores, criando a primeira Colônia de Pescadores no Brasil, denominada de “Nova Ericeira”, localizada em Garoupa, Porto Bello, no Estado de Santa Catarina. Objetivava-se, com a criação das colônias, no Brasil colonial, naquele momento, que o Estado pudesse controlar a organização dos pescadores e impedir a organização daqueles trabalhadores de forma a tê-los sob um certo jugo, já que sempre houve uma insatisfação dessa categoria de trabalhadores quanto à inserção e ao favorecimento dos pescadores portugueses no Brasil Colônia. Outra justificativa do Estado, ao tentar controlar a ação da organização dos pescadores era a defesa da costa brasileira de contra-ataques estrangeiros.

Segundo Potiguar Júnior (2008), existe e ainda permeia, nos dias atuais, nas colônias de pesca, uma contradição quanto à atuação das entidades de pesca, ou seja, os pescadores brasileiros não recebiam, e poucos recebem, orientações sobre seus direitos e seus deveres. A percepção dominante é a de que tais entidades apenas revelavam seu caráter assistencialista e corporativista. Os dirigentes, por sua vez, atuavam com um perfil político partidário, objetivando, em alguns casos, cargos de vereadores e prefeitos. Isso, em algumas regiões, perdura até hoje, contribuindo ainda mais para agravar a situação de submissão e precarização da atividade pesqueira nessas comunidades. Nesse cenário de reivindicação dos direitos de cidadãos e de trabalhadores da pesca, surge a criação do Conselho Pastoral da Pesca (CPP), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que passa a atuar, efetivamente, nas questões voltadas à valorização das comunidades pesqueiras em todo o País.

No Brasil, nas últimas décadas, e precisamente a partir do início do século XXI, com a criação da Secretaria Especial da Pesca, em 2003, e do Ministério da Pesca e Aquicultura, em 2009, observa-se a tentativa do Estado Brasileiro em reestruturar a atividade pesqueira e incluí-la como uma política de Estado. Desde então, tem-se procurado, por via legislativa, promover a organização do setor, a estruturação da cadeia produtiva, a produção mediante a sustentabilidade ambiental, abordagens socioeconômicas baseadas na dimensão territorial, além do fortalecimento do mercado interno no Brasil.

No ano de 2009, em 29 de junho, Dia do Pescador, foi sancionada a Lei nº 11.958. Era, então, criado o Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil, atendendo ao anseio histórico dos pescadores e aquicultores do País. [...] A criação do Ministério foi resultado de um esforço conjunto, entre Poder Público e Sociedade Civil. O marco inicial, no entanto, se deu em 1º de janeiro de 2003, quando o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 103 (hoje Lei nº 10.683), que criava a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR). O órgão federal, ligado à Presidência da República, ficou responsável por fomentar e desenvolver políticas voltadas ao setor pesqueiro no conjunto de seus anseios (MPA, 2014).

Conforme a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP (2008), cerca de 60% (500 mil toneladas) da pesca é oriunda dos pescadores artesanais. Assim, deve-se considerar que a pesca artesanal precisa de apoio para uma melhor estruturação da atividade, dada a sua importância para a atividade pesqueira como um todo, pois, se com pouco ou nenhum apoio direto, a produção pesqueira já é bastante significativa, com apoio, estruturação e modernização da atividade, a pesca artesanal se apresentará com enorme potencial de crescimento e de contribuição socioeconômica para o País.

O fato é que quase não se conheciam (nem se consideravam) os aspectos de ordem cultural das populações envolvidas com a pesca. A maneira como os pescadores catalogam seu cotidiano, a forma como repassam conhecimentos e experiências vivenciadas na atividade da pesca e como vivem nas suas

comunidades não foram valorizados nem considerados na elaboração de ações governamentais voltadas à valorização e promoção dessa atividade.

Apesar de a pesca no Brasil ter sido, sempre, uma atividade econômica rentável, que interessava à Coroa Portuguesa desde o Brasil Colônia, ao longo da formação do País não houve, por parte do Estado Brasileiro, investimentos e políticas que valorizassem a atividade, como aconteceu com a agricultura e a pecuária, setores nos quais o País se destaca no cenário internacional.

Segundo Medeiros (2005) *apud* Vasconcelos (2009), no Brasil, em seu período de colonização, com a divisão das capitânicas hereditárias, os sesmeiros tinham obrigatoriedade de torna-las produtivas, já que poderiam perder a sesmaria que lhe fora confiada pela Coroa Portuguesa, caso não produzissem. Assim, já se identifica que, historicamente, em termos estruturais, a política de produção do setor primário da economia sempre foi voltada à exportação. Nessa mesma perspectiva, Freyre (2004) afirma que o fomento ao agronegócio exportador sempre foi priorizado nas políticas para o desenvolvimento rural do Brasil, agronegócio que engloba a atividade pesqueira.

Santos e Miller (2012) lembram que durante o Brasil Colônia não se falava em organização de pescadores em associações, agrupamentos ou em colônias. A propósito, numa primeira tentativa de organizar os pescadores em Colônias de pesca, o Rei de Portugal, no dia 18 de março de 1817, por decreto, fundou a primeira Colônia de Pesca no Brasil, na região de Santa Catarina, denominada Nova Ericeira. Em 1919, existiam 101 fundadores que sobreviviam unicamente da pesca. As colônias foram equipadas com direitos sociais e amparadas pelo Estado mediante normas estabelecidas nas leis instituídas, naquele momento, de amparo e produção (SILVAb, 1988).

Giulietti e Assumpção (1995) dividem, de forma cronológica, os principais eventos promovidos pelo Estado brasileiro desde o Brasil colônia até o início do novo milênio. A primeira fase acontece a partir do século XVIII estendendo-se até 1962, e a segunda fase começa com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e vai até 1998. Aqui complementam as duas fases dos autores, com o que se considera ser a terceira fase, que pode ser caracterizada com a criação da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP), promovida pelo governo Lula, em 2003 (que ganha *status* de ministério) e a criação, em 2009, do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que passa a nortear as ações governamentais destinadas ao fomento da Aquicultura e Pesca no Brasil.

De forma cronológica, o histórico da atividade pesqueira no Brasil pode ser dividido em três grandes fases, com diversos períodos, que se apresentam diferenciados por modificações estruturais e que provocam reflexos nos períodos subsequentes, levando a atividade à expansão. O Quadro 5 apresenta a cronologia das leis e decretos vigentes no Brasil de 1845 a 2016.

Quadro 5: Decretos e Leis da organização e produção dos pescadores no Brasil 1845-2016

| DATA | DECRETO/LEI |
|-------------|--|
| 1845 | Decreto nº 358 - obrigatoriedade de matrícula e arrolamento de todos os pescadores nas Capitanias dos Portos. |
| 1912 | A responsabilidade administrativa da pesca passa para o Ministério da Agricultura, onde é criada a Inspetoria Federal de Pesca. |
| 1917 | A responsabilidade administrativa da pesca retorna ao Ministério da Marinha. |
| 1919 | Criação da Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral, subordinada ao Ministério da Marinha. |
| 1919-1923 | Viagem do cruzador “José Bonifácio” sob as ordens do Comandante Frederico Villar, quando são fundadas cerca de 800 Colônias de Pescadores ao longo da costa brasileira. Pescadores são considerados “vigias avançados da nação e viveiros da Marinha”. |
| 1920 | Estatuto da Confederação Geral dos Pescadores (CGPB) - Decreto nº 14.086 de 3/3/1920, elaborado em alto mar por oficiais da Marinha. Este Estatuto foi substituído. |
| 1923 | Estatuto das Colônias de Pescadores - Aviso nº 194 de 10/01/1923, segue modelo espanhol. Colônias de Pescadores: “agregados associativos compulsórios” (isto é, obrigatórios). Lema das Colônias: “Pátria é dever”. Este Estatuto foi substituído, mas o lema permanece. |
| 1933 | A responsabilidade do setor pesqueiro volta ao Ministério da Agricultura, com a criação da Divisão de Caça e Pesca. |
| 1943 | Getúlio Vargas cria a Comissão Executiva da Pesca (CEP) - Decreto-Lei nº 5.530, de 28/05/1943, e extingue a Confederação Geral dos Pescadores. A CEP organiza as Cooperativas compulsórias, para as quais os pescadores eram obrigados a entregar toda a sua produção. A CEP também se apossa de todo o patrimônio das Colônias de Pescadores. |
| 1950 | O Ministério da Agricultura publica novos Estatutos que vigoram até 2015 para a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil (CGPB), que é reativada - Portaria n 478, de 1/7/1950. O 1º do artigo 5º diz sobre o presidente da CGPB: “o presidente será sempre nomeado, em comissão, pelo Ministro da Agricultura, por indicação da DCP (Divisão de Caça e Pesca) ”. |
| 1962 | Criação da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) - Lei Delegada nº 10, de 11/10/1962, com finalidade de promover a industrialização da pesca. |
| 1967 | Novo Código de Pesca - Decreto-Lei 110 221, de 28/02/1967, que até 2015 mantinha privilégios para as indústrias de pesca e o rígido controle do sistema de representação dos pescadores que continua da alçada do Executivo. |
| 1972 | Decreto nº 71.498, de 05/12/1972 - os pescadores autônomos são obrigatoriamente segurados do FUNRURAL. Perdem, entre outros direitos, o da aposentadoria por 25 anos de pescaria. |
| 1973 | Portaria nº 471, de 26/12/1973, do Ministério da Agricultura - 2015. Estatuto para as Colônias de Pescadores: total subordinação à Confederação Nacional dos Pescadores (que tem o poder de intervenção nas Colônias, a seu critério) e às autoridades públicas. |
| 1975 | Portaria nº 323, de 3/6/1975 do Ministério da Agricultura - 2015. Estatuto para as Federações Estaduais dos Pescadores. Sua diretoria pode ser composta por “pescadores profissionais, funcionários da SUDEPE, pessoal oriundo do Ministério da Marinha, funcionários de organizações municipais, estaduais ou federais ligadas à pesca” (explicitado na Portaria Normativa nº 03/83. da Confederação Nacional dos Pescadores). |
| 1978 | Decreto nº 81.653, de 13/04/1978 - reconhece as marisqueiras como profissionais, trabalhadoras do setor pesqueiro. Pescadores pobres e Marisqueiras são reconhecidos como trabalhadores. Outros trabalhadores do setor são mencionados, mas não reconhecidos. Os pescadores perdem alguns direitos: FUNRURAL (1972), mas conquistam algum crédito para compra de redes e embarcações de pesca, alguma infraestrutura para as Colônias de Pescadores e para a comercialização e conservação de pescado. |
| 1981 | Lei nº 6.938, de 31/08/1981 - dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, cujo órgão central é a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República e o órgão executor é o IBAMA. O Estado se retira do fomento, desenvolvimento e extensão pesqueira e fica somente com a fiscalização. |
| 1989 | Criação do IBAMA - Lei nº 7.735, de 22/02/1989 que dispõe sobre a extinção da SEMA (Secretaria do Meio Ambiente), extinção da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), e criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) - autarquia federal vinculada à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República. |

| DATA | DECRETO/LEI |
|-------------|--|
| 1991 | Projeto de Lei nº 3.051 B - Lei de Colônias elaborada por pescadores que, no Senado, é catalogado como PLC nº 44. Pretende conceder o direito à livre associação e autonomia ao sistema de representação da categoria dos trabalhadores do setor artesanal da pesca. Tramita em 2015. |
| 1998 | Lei nº 9.605, de 12/02/1998 - Lei de crimes ambientais. Art. 34: Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em algum lugar interdito por órgão competente: Pena - detenção de um a três anos, ou multa ou ambas as penas cumulativamente. |
| 1998 | Lei nº 9.636, de 15/05/1998 - dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União. |
| 1998 | Decreto nº 2.681, de 21/07/98 - cria (artigo 18) o Departamento de Pesca e Aquicultura no Ministério da Agricultura e do Abastecimento. |
| 1999 | É criada a Medida Provisória nº 1.795, que passa as atribuições de fomento da Pesca e Agricultura para o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através das Delegacias Federais de Agricultura - DFAs nos respectivos Estados da federação, tendo uma coordenação através do Departamento de Pesca e Aquicultura - DPA. |
| 2003 | Em 1º de janeiro de 2003, a Medida Provisória nº 103, entre outras determinações, criou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, um órgão que tem caráter de ministério, com o objetivo de assessorar direta e indiretamente o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola no País. |
| 2009 | O governo transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), |
| 2016 | Incorporação do Ministério da Pesca e Aquicultura ao Ministério da Agricultura pelo atual governo Temer |

Nota Fonte: Adaptado do texto FERREIRA, Sonia M. G. Setor Pesqueiro. São Paulo: Conselho Pastoral dos Pescadores/Reg. Sul (2016).

Em se tratando da primeira fase, chamada de artesanal ou pré-industrial, foram poucas as ações governamentais de incentivo e estímulo à atividade pesqueira no Brasil. Essa fase inicia-se no século XVIII e vai até 1962, quando se cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca -SUDEPE (GIULIETI E ASSUMPÇÃO, 1995).

A segunda fase corresponde a criação da SUDEPE, por via da Lei delegada nº 10, de 11/10/1962. Essa superintendência tinha como atribuições a elaboração e execução do Plano Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro, a aplicação do Código de Pesca e da legislação das atividades ligadas à pesca ou aos recursos pesqueiros e a assistência aos pescadores na solução de seus problemas econômicos e sociais (BRASIL, 1975).

Giulietti e Assumpção (1995) consideram que a SUDEPE teve um relevante papel no fomento e no desenvolvimento da atividade pesqueira, principalmente para as comunidades pesqueiras tradicionais, tanto como veículo de promoção social quanto como incentivadora da pesquisa voltada à piscicultura e à criação de estações de pesquisa. A SUDEPE também atuou prestando serviços de apoio às atividades pesqueiras, oferecendo apoio e qualificação aos pescadores, criando postos de fiscalização e estimulando a criação de cursos voltados à formação técnica de suporte à atividade pesqueira.

O fracasso na política dos incentivos fiscais, como meta para a expansão e modernização da atividade pesqueira, fez com que, em 1974, o Governo alterasse substancialmente as perspectivas destes,

através do Decreto-lei nº 1376, eliminando pontos negativos da sistemática anterior, como os custos elevados da captação dos recursos e o atraso dos cronogramas de implantação dos projetos, com consequente aumento nos custos.

Outra medida tomada pelo Governo foi o saneamento das empresas que se beneficiaram com recursos dos incentivos fiscais, as quais se viram obrigadas a fazer fusões ou incorporações com outras.

Giulietti e Assumpção (1995, p. 98) esclarecem melhor a situação em foco:

A SUDEPE, apesar da falha na sua estrutura operacional e de sua instabilidade administrativa, desde que foi criada em 1962, até sua dissolução em 1990, contribuiu para a atividade pesqueira no País. Mesmo não conseguindo implementar totalmente seus diversos Planos Nacionais do Desenvolvimento da Pesca - PNDP, estes serviram como indicativos à atividade. A atuação da SUDEPE nas áreas de pesquisa, administração pesqueira, fiscalização, levantamentos estatísticos e outras, apesar de não ter sido, em algumas delas, plenamente satisfatória, conseguiu resultados positivos. Na área de levantamentos estatísticos, por exemplo, inexistem hoje dados confiáveis que permitam estudos e análises da pesca no Brasil, sendo que somente os dados de exportação e importação de produtos pesqueiros, levantados pelo Departamento do Comércio Exterior- DECEX, do Banco do Brasil, são satisfatórios. A Secretaria de Inspeção de Produto Animal - SIPA, do Ministério da Agricultura, através do Serviço de Inspeção Federal, levantava e publicava dados confiáveis sobre a produção de pescado elaborados em estabelecimentos sob inspeção federal, entretanto a reforma administrativa efetuada pelo Governo inviabilizou esse levantamento.

Na verdade, pode-se dizer que a SUDEPE foi uma tentativa do Governo de industrializar a atividade da pesca, que teve seu auge nos anos 70, mas que, por diversos fatores, começou a ter resultados insatisfatórios. Os próprios dados estatísticos apresentados pelo órgão não eram confiáveis. A maneira como foi planejada a pesca industrial, focada na extração para produção, e com falhas administrativas e de operacionalização, entre outros motivos, fez com que esse modelo fracassasse.

Sob esse ponto de vista, Carvalho (2007) considera que as políticas públicas de desenvolvimento da pesca, promovidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), na década de 1960, não obtiveram êxito. Nesse sentido segundo Fonseca *apud* Carvalho, 2007, p. 14, Eram voltadas a um “projeto educativo para o capital”. Por isso mesmo reiteraram os vários problemas do cotidiano da pesca e do pescador artesanal, conforme Carvalho (2007) constatou. Exemplos que servem para identificar algumas das propriedades estruturais do mundo da pesca como sejam: o alto índice de analfabetismo, os impactos da expansão imobiliária nas regiões litorâneas, a incipiente assistência técnica pública, entre outros fatores que agravam e dificultam a atividade pesqueira, principalmente em se tratando da atividade da pesca artesanal. Nesse mesmo sentido, e em específico, no que se refere ao capital humano que labora na pesca artesanal, Ferraz (2011) concluiu, em seus estudos, que não há

políticas de Estado que busquem o empoderamento dos pescadores artesanais; logo, estruturalmente, se mantém uma dependência desses trabalhadores de ações e/ou projetos do poder público.

Callou e Tauk Santos (2003) afirmaram que as políticas públicas de extensão pesqueira, promovidas pela SUDEPE, determinavam que aos pescadores artesanais coubesse apenas a adoção de pacotes tecnológicos, caracterizando esses trabalhadores como polo passivo de tais políticas.

Em 1999, é criada a Medida Provisória nº 1.795, que passa as atribuições de fomento da Pesca e Agricultura para o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através das Delegacias Federais de Agricultura (DFAs) nos respectivos Estados da Federação, tendo uma coordenação através do Departamento de Pesca e Aquicultura - DPA.

Em complementação às duas fases apresentadas pelos autores, inscreve-se uma terceira que inicia um novo ciclo de esforço governamental para criar políticas de valorização e fomento à atividade pesqueira, com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), que ganha *status* de Ministério. Essa terceira fase se inicia, portanto, em 2003, com a criação dessa secretaria, em 1º de janeiro de 2003, por meio da Medida Provisória nº 103, que, entre outras determinações, criou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (um órgão que tem caráter de Ministério), com o objetivo de assessorar, direta e indiretamente, o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola no país (MANUAL ANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DE COLÔNIAS DE PESCADORES - DF, 2014).

A partir do ano de 2009, o Governo Federal transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), sinalizando e consolidando seu interesse em voltar a fomentar políticas públicas oficiais para o setor pesqueiro, desde a extinta Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), no ano de 1989.

Em 2016, verifica-se que a crise que se instalou no Brasil, crise política que produziu *impeachment* de Dilma Rousseff, produziu impactos expressivos sobre o segmento pesqueiro. Um exemplo dessa constatação representa-se no fato de Michel Temer haver extinguido o Ministério da Pesca, unificando-o com o Ministério da Agricultura, que passa a se chamar Ministério da Agricultura e Pesca. As atribuições do extinto MPA passaram, a partir de então, para a Secretaria de Aquicultura e Pesca, através de três departamentos: Planejamento e Ordenamento da Aquicultura; Ordenamento e Planejamento da Pesca e Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e Pesca (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2016).

Apesar de todas a legislação apresentada e toda as tentativas governamentais, principalmente nas últimas décadas, percebe-se que aconteceram de forma desordenada e desarticulada em que a

atuação do Estado não se consolida como planejamento governamental de médio e longo prazo. O que confirma que a falta de políticas governamentais no Brasil será uma importante propriedade estrutural que desestimula as novas gerações pois, não percebem na pesca modernidade que as impulsionem para a qualidade de vida desejada.

4.2.2. Da produção pesqueira no Brasil. Alguns indicadores de situação

Durante muito tempo, acreditou-se que o fator econômico era o único determinante do desenvolvimento. Hoje se entende que este apresenta muitas dimensões - econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica, as quais mantêm, umas em relação às outras, um relativo grau de autonomia. Para Haddad (2005), a capacidade de organização social é o fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento, através de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional. Essa articulação passa a ser um imperativo, em regiões “deprimidas”, para o alcance do desenvolvimento regional. Na percepção de Furtado (1982, p.36), “o verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade”.

Em considerando, pois, o potencial hídrico e costeiro do Brasil em relação aos demais países produtores, pode-se afirmar, categoricamente, que o País tem um potencial bastante significativo a ser explorado na atividade pesqueira, pois possui a maior reserva de água doce do mundo, com 8.500 km de litoral, segundo dados do BNDES (*apud* GLOBO RURAL, 2013). Tudo isso reforça a importância do presente estudo. As Figura 8, Figura 9 e Figura 10 confirmam esse potencial do Brasil.

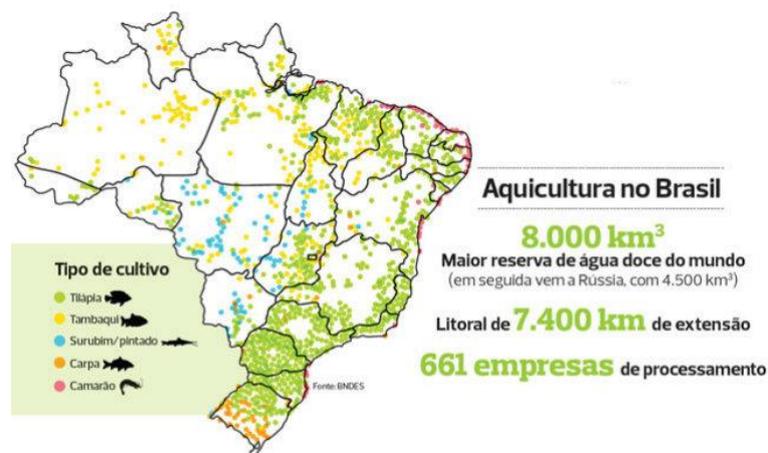


Figura 8. Aquicultura no Brasil (2013)

Fonte: GLOBO RURAL (2013).

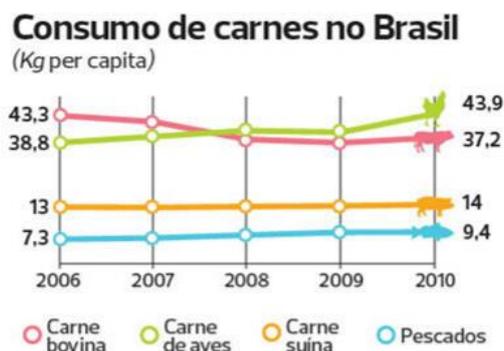


Figura 9. Consumo de carnes no Brasil (kg per capita) (2006-2010)

Fonte: GLOBO RURAL (2013).

O Brasil possui grande potencial para a pesca extractivista e de cultivo, mas o consumo de proteína no país, oriundo do pescado, ainda é baixo, situando-o na quarta posição em termos nacionais. O que vem a reforçar a falta de prioridade governamental para estimular a população do país a consumir produtos oriundos da atividade pesqueira.

Os índices oficiais referentes à pesca extractivista nacional, apresentados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), levam em consideração os aspectos referentes à infraestrutura de apoio à pequena produção industrial, à comercialização e distribuição do pescado e também à mão de obra utilizada nessa atividade. A pesca extractivista é considerada de pouca expressão quando se leva em consideração o contexto socioeconômico do país.

Em se tratando da geração de empregos e da fonte de alimentos para um contingente de brasileiros que vive no litoral do país e em áreas ribeirinhas, constata-se que a pesca nacional é uma das poucas atividades a absorver mão de obra de pouca ou nenhuma qualificação, quer seja de origem urbana, quer seja de origem rural, sendo, em alguns casos, a única oportunidade de emprego para certos grupos de indivíduos, principalmente para a população excluída. Em decorrência, pode-se verificar a real importância dessa atividade. Esses fatos demonstram que a pesca brasileira é um componente fundamental para a economia do país e que uma das propriedades estruturais do mundo da pesca é justamente o fato da atividade pesqueira assentar, fundamentalmente, em mão de obra desqualificada.

Dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), apresentados no relatório do MPA (2014), indicam que o peixe é a proteína animal de maior consumo no mundo. Em 2011, foram produzidas cerca de 170 milhões de toneladas de pescado, sendo 130,8 milhões de toneladas para consumo humano, enquanto a produção de bovinos foi de 56,8 milhões de toneladas e a de frangos de 89,3 milhões de toneladas. Entre 1991 e 2011, a produção mundial de bovinos aumentou 13%, praticamente a mesma taxa de expansão do consumo humano de pescado, 14,4%, registrada em

um período quatro vezes menor, entre 2006 e 2011. Ao todo, o setor movimenta US\$ 217,5 bilhões em todo o mundo.

A Figura 10 apresenta a produção de proteínas no Brasil em 2012 e a projeção até 2022.

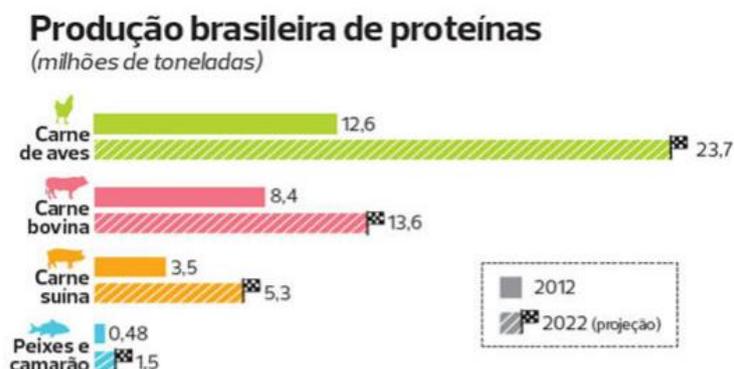


Figura 10. Produção brasileira de proteínas (milhões de toneladas) (2013)

Fonte: GLOBO RURAL (2013).

Na Figura 10 fica evidente a baixa produção de proteínas no Brasil, oriundas da atividade pesqueira. Mesmo com essa projeção, até 2022, constata-se que a produção de proteína de origem da pesca no Brasil fica em último lugar, em se comparando com o consumo de proteína de aves, carne bovina e carne suína.

No Quadro 6, retirado do boletim anuário da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (2011), os dados da pesca extractivista, tanto em 2009 quanto em 2010, mostram a China como maior produtor mundial. O Brasil aparece em 19ª posição. Mas se comparado com os países da América Latina, aparece em 4ª posição, atrás de Peru, do Chile e do México, nessa ordem.

O Quadro 6 apresenta a produção total dos trinta maiores produtores mundiais de pescado (proveniente tanto da pesca extractiva quanto da aquicultura)³, segundo dados do Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, de 2011.

³ “A pesca baseia-se na retirada de Recursos Pesqueiros do ambiente natural. Já a aquicultura é baseada no cultivo de organismos aquáticos geralmente em um espaço confinado e controlado. A grande diferença entre as duas atividades é que a primeira, por ser extractivista, não atende às premissas de um mercado competitivo. Já a aquicultura possibilita produtos mais homogêneos, rastreabilidade durante toda a cadeia e outras vantagens que contribuem para a segurança alimentar, no sentido de gerar alimento de qualidade, com planejamento e regularidade” (EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Pesca e aquicultura. Brasília: EMBRAPA, s/d, p. 1. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-pesca-e-aquicultura>. Acesso em 27 jul 2015).

Quadro 6: Produção total de pescado (t) dos trinta maiores produtores (2009-2010)

| Posição | País | 2009 | | 2010 | |
|------------|-----------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | | Produção | % | Produção | % |
| 1° | China | 60.474.939 | 36,95 | 63.495.197 | 37,69 |
| 2° | Indonésia | 9.820.818 | 6,00 | 11.662.343 | 6,92 |
| 3° | Índia | 7.865.598 | 4,81 | 9.348.063 | 5,55 |
| 4° | Japão | 5.465.155 | 3,34 | 5.292.392 | 3,14 |
| 5° | Filipinas | 5.083.218 | 3,11 | 5.161.720 | 3,06 |
| 6° | Vietnam | 4.870.180 | 2,98 | 5.127.600 | 3,04 |
| 7° | Estados Unidos | 4.710.653 | 2,88 | 4.874.183 | 2,89 |
| 8° | Peru | 6.964.446 | 4,26 | 4.354.480 | 2,59 |
| 9° | Rússia | 3.949.267 | 2,41 | 4.196.539 | 2,49 |
| 10° | Mianmar | 3.545.186 | 2,17 | 3.914.169 | 2,32 |
| 11° | Chile | 4.702.902 | 2,87 | 3.761.557 | 2,23 |
| 12° | Noruega | 3.486.277 | 2,13 | 3.683.302 | 2,19 |
| 13° | Coreia do Sul | 3.201.134 | 1,96 | 3.123.204 | 1,85 |
| 14° | Tailândia | 3.287.370 | 2,01 | 3.113.321 | 1,85 |
| 15° | Bangladesh | 2.885.864 | 1,76 | 3.035.101 | 1,80 |
| 16° | Malásia | 1.874.064 | 1,15 | 2.018.550 | 1,20 |
| 17° | México | 1.773.713 | 1,08 | 1.651.905 | 0,98 |
| 18° | Egito | 1.092.889 | 0,67 | 1.304.795 | 0,77 |
| 19ª | Brasil | 1.240.813 | 0,76 | 1.264.765 | 0,75 |
| 20° | Espanha | 1.184.862 | 0,72 | 1.221.144 | 0,72 |
| 21° | Taiwan | 1.060.986 | 0,65 | 1.166.731 | 0,69 |
| 22° | Marrocos | 1.176.914 | 0,72 | 1.145.174 | 0,68 |
| 23° | Canadá | 1.147.952 | 0,70 | 1.126.178 | 0,67 |
| 24° | Islândia | 1.169.597 | 0,71 | 1.086.704 | 0,65 |
| 25° | Dinamarca | 811.882 | 0,50 | 867.523 | 0,52 |
| 26° | Nigéria | 751.006 | 0,46 | 817.516 | 0,49 |
| 27° | Argentina | 864.583 | 0,53 | 814.414 | 0,48 |
| 28° | Reino Unido | 770.157 | 0,47 | 813.746 | 0,48 |
| 29° | Coreia do Norte | 713.350 | 0,44 | 713.350 | 0,42 |
| 30° | França | 674.455 | 0,41 | 674.404 | 0,40 |

Nota Fonte: Boletim Estatístico da Pesca e aquicultura 2011 - MPA (2014).

Se considerado o potencial hídrico e costeiro do Brasil em relação aos países da América Latina, pode-se dizer que o País ainda tem um potencial bastante significativo a ser explorado na atividade pesqueira. Logo, considera-se que essa situação se torna um campo fértil de atuação profissional, indicando que a formação técnica pode vir a ser valorizada no processo de melhorias e profissionalização das atividades pesqueiras e aquícolas no Brasil. Os dados do Quadro 7 apresentam os resultados da pesca extractivista em 2009 e 2010, segundo registros do boletim anuário da pesca e da aquicultura apresentados pelo Ministério da Aquicultura e Pesca em 2014.

Quadro 7: Produção da pesca (t) extrativa dos trinta maiores produtores (2009-2010)

| Posição | País | 2009 | | 2010 | |
|------------|----------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | | Produção | % | Produção | % |
| 1º | China | 15.195.766 | 16,78 | 15.665.587 | 17,50 |
| 2º | Indonésia | 5.107.971 | 5,64 | 5.384.418 | 6,02 |
| 3º | Índia | 4.066.756 | 4,49 | 4.694.970 | 5,25 |
| 4º | Estados Unidos | 4.230.380 | 4,67 | 4.378.684 | 4,89 |
| 5º | Peru | 6.920.129 | 7,64 | 4.265.459 | 4,77 |
| 6º | Japão | 4.221.797 | 4,66 | 4.141.312 | 4,63 |
| 7º | Rússia | 3.831.957 | 4,23 | 4.075.541 | 4,55 |
| 8º | Mianmar | 2.766.940 | 3,05 | 3.063.210 | 3,42 |
| 9º | Chile | 3.821.818 | 4,22 | 3.048.316 | 3,41 |
| 10º | Noruega | 2.524.437 | 2,79 | 2.675.292 | 2,99 |
| 11º | Filipinas | 2.605.826 | 2,88 | 2.615.753 | 2,92 |
| 12º | Vietnam | 2.280.500 | 2,52 | 2.420.800 | 2,70 |
| 13º | Tailândia | 1.870.702 | 2,07 | 1.827.199 | 2,04 |
| 14º | Coreia do Sul | 1.869.415 | 2,06 | 1.745.971 | 1,95 |
| 15º | Bangladesh | 1.821.579 | 2,01 | 1.726.586 | 1,93 |
| 16º | México | 1.616.756 | 1,78 | 1.525.665 | 1,70 |
| 17º | Malásia | 1.401.763 | 1,55 | 1.437.507 | 1,61 |
| 18º | Marrocos | 1.175.437 | 1,30 | 1.143.652 | 1,28 |
| 19º | Islândia | 1.164.432 | 1,29 | 1.081.654 | 1,21 |
| 20º | Espanha | 918.193 | 1,01 | 968.792 | 1,08 |
| 21º | Canadá | 993.798 | 1,10 | 965.254 | 1,08 |
| 22º | Taiwan | 770.130 | 0,85 | 851.505 | 0,95 |
| 23º | Dinamarca | 777.752 | 0,86 | 828.016 | 0,93 |
| 24º | Argentina | 861.973 | 0,95 | 811.749 | 0,91 |
| 25º | Brasil | 825.164 | 0,91 | 785.366 | 0,88 |
| 26º | África do Sul | 524.065 | 0,58 | 636.927 | 0,71 |
| 27º | Nigéria | 598.210 | 0,66 | 616.981 | 0,69 |
| 28º | Reino Unido | 591.064 | 0,65 | 612.655 | 0,68 |
| 29º | Camboja | 465.000 | 0,51 | 490.094 | 0,55 |
| 30º | Turquia | 464.233 | 0,51 | 485.939 | 0,54 |

Nota Fonte: Boletim Estatístico da Pesca e aquicultura 2011 - MPA (2014).

Os dados do anuário da Pesca 2009-2010 demonstram que a China, em 2010, como apresentado nos outros anos, se manteve como maior produtor do mundo, com cerca de 15,7 milhões de toneladas de pescado, oriundo da pesca extractivista, seguida pela Indonésia, com 5,4 milhões de toneladas; Índia, com 4,7 milhões de toneladas; e os Estados Unidos, com 4,4 milhões de toneladas. O Brasil aparece nesse *ranking* com uma produção de 785.366 t, ocupando a 25º posição. Um dado a considerar é o fato de que o País caiu duas posições em relação ao *ranking* de 2009, o que significa uma notável diminuição de produtividade extractivista pesqueira.

No que se refere à produção aquícola mundial de 2010, a China também se manteve como o maior produtor, com aproximadamente 47,8 milhões de toneladas. A Indonésia e a Índia aparecem na segunda e terceira posições, com cerca de 6,3 milhões e 4,6 milhões de toneladas, respectivamente. Nesse cenário, o Brasil ocupa a 17ª posição no *ranking* mundial, com 479.399 t, em 2010, mantendo a mesma posição em relação à 2009. Quanto aos países da América do Sul, apenas o Chile produziu mais que o Brasil, com 713.241 toneladas, sendo o 1º produtor na América do Sul. Na terceira posição, está o Equador, com 271.919 t em 2010.

O Quadro 8 apresenta os dados referentes à produção de pescado em toneladas no Brasil, de acordo com a produção por região, nos anos de 2010 e 2011.

Quadro 8: Produção (t) nacional da pesca extrativa marinha (2010-2011)

| Regiões e Unidades da Federação | 2010 | 2011 |
|--|------------------|------------------|
| BRASIL | 536.454,9 | 553.670,0 |
| NORTE | 93.450,2 | 94.265,3 |
| Amapá | 5.865,2 | 6.756,0 |
| Pará | 87.585,0 | 87.509,3 |
| NORDESTE | 195.842,1 | 186.012,0 |
| Alagoas | 9.511,0 | 10.702,0 |
| Bahia | 74.043,0 | 59.293,0 |
| Ceará | 21.254,7 | 21.788,0 |
| Maranhão | 43.780,1 | 44.599,0 |
| Paraíba | 8.337,3 | 9.140,0 |
| Pernambuco | 10.918,3 | 10.880,0 |
| Piauí | 2.994,1 | 4.119,0 |
| Rio Grande do Norte | 19.962,5 | 19.364,0 |
| Sergipe | 5.041,1 | 6.127,0 |
| CENTRO OESTE | | |
| SUDESTE | 90.588,7 | 114.877,3 |
| Espírito Santo | 14.035,7 | 14.381,3 |
| Rio de Janeiro | 54.113,0 | 78.933,0 |
| São Paulo | 22.440,0 | 21.563,0 |
| SUL | 156.573,9 | 158.515,4 |
| Paraná | 3.141,0 | 2.170,4 |
| Rio Grande do Sul | 28.455,9 | 34.385,0 |
| Santa Catarina | 124.977,0 | 121.960,0 |

Nota Fonte: Boletim Estatístico da Pesca e aquicultura 2011 - MPA (2014).

4.2.3. Dos desafios da atividade pesqueira no Brasil

São inúmeros os desafios para alavancar a atividade pesqueira e aquícola no Brasil dados os enormes gargalos e descasos com essa importante atividade. O Brasil, mesmo apresentando vocação natural para a atividade pesqueira, por possuir mais de 8 mil quilômetros de costa oceânica, além de uma das maiores bacias hídricas do planeta e ainda contar com enorme potencial nas terras continentais

para o cultivo e produção de origem aquática, não conseguiu tornar essa vocação uma realidade de desenvolvimento econômico e social para o País.

Para melhor visualizar o quadro ora delineado, basta atentar para a descrição bem fundamentada, em dados, do MPA (2014, p. 12):

A atividade pesqueira brasileira gera um PIB nacional de R\$ 5 bilhões, mobiliza 800 mil profissionais e proporciona 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos. A meta do Ministério da Pesca e Aquicultura é incentivar a produção nacional para que, em 2030, o Brasil alcance a expectativa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e se torne um dos maiores produtores do mundo, com 20 milhões de toneladas de pescado por ano. Hoje o País ocupa a 17ª posição no *ranking* mundial na produção de pescados em cativeiro e a 19ª na produção total de pescados.

Por sua vez, o artigo *Mercado de trabalho: conjuntura e análise* do Instituto de Pesquisas Aplicadas - IPEA, de 22 de abril de 2016, apresenta a seguinte conjuntura:

A economia brasileira passa por um momento delicado. No ano de 2015, o produto interno bruto (PIB) caiu 3,80% em relação a 2014, a maior queda da série histórica iniciada em 1996. O PIB *per capita* recuou 4,60% em relação ao ano anterior. Esses números comprovam a tendência de enfraquecimento da atividade que já se observava na segunda metade de 2014. Por sua vez, em relação à inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 10,67% em 2015, contra 6,41% em 2014.¹ Além da queda no nível de atividade e da inflação elevada, a retração dos investimentos é também um fato relevante na medida em que aponta ser improvável uma recuperação rápida na produção de bens, podendo dificultar, portanto, uma retomada no mercado de trabalho. Além disso, o maior peso da restrição fiscal restringe sobremaneira a adoção de políticas governamentais para criar condições mais propícias para essa retomada (IPEA, 2016 p. 11).

É nesse cenário que as perspectivas para a atividade pesqueira se tornam duvidosas, pois o secular descaso governamental para com essa atividade, como a ausência de políticas de valorização e o maior estímulo à atividade pesqueira industrial, determina o mínimo interesse, sobretudo, para a pesca artesanal. Essa difícil realidade exige investimentos de toda natureza se sequer, de fato, consolidar um polo de produção pesqueiro. O custo de embarcações, manutenção, logística de apoio, infraestrutura e falta de profissionalização são alguns desses gargalos que mostram que estruturalmente se trata de uma atividade de elevados custos de operação, pelo menos denunciando que uma das propriedades estruturais decorrerá da continuidade dos baixos investimentos que impedem o desenvolvimento e modernização do mundo da pesca.

No tocante à ocupação de postos de trabalho na atividade pesqueira, dados do IPEA (2016) apresentam a seguinte situação, revelando que entre as propriedades estruturais também se deva considerar a persistente continuidade da pesca artesanal baseada em empresas familiares ou individuais, que fornecem a grande maioria da mão-de-obra envolvida na atividade pesqueira, e a pesca industrial, embora mais profissionalizada continuar a absorver apenas uma pequena parte dessa mão-de-obra:

Mencione-se inicialmente que, em 2013, os pescadores artesanais (conta-própria, não remunerados e voltados à produção para o próprio consumo) correspondem à ampla maioria dos pescadores brasileiros (90,3% ou 440.266 trabalhadores). Já os pescadores industriais (assalariados com ou sem carteira de trabalho) equivalem à minoria (9,7% ou 47.884 trabalhadores). Em outros termos, no conjunto dos trabalhadores envolvidos com a atividade pesqueira no País, destacam-se aqueles da atividade artesanal. No lapso entre 2003 e 2013, os pescadores artesanais aumentaram em número no País, destacando-se os de subsistência (89.023, em termos absolutos, ou 212,0%, em termos relativos). Os pescadores profissionais apresentaram uma dinâmica um pouco menos expressiva - se não em termos absolutos (88.636), ao menos em termos relativos (40,2%). Ou seja, os trabalhadores dedicados à pesca artesanal cresceram em número nos últimos dez anos, principalmente aqueles envolvidos com a pesca de subsistência (IPEA, 2016, p. 65).

O que se verifica nos dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada - IPEA é que, de 2003 a 2013, cresceu significativamente o número de trabalhadores na atividade pesqueira artesanal, enquanto que na atividade pesqueira industrial, a quantidade de trabalhadores não chegou a 10% de seu total no país.

A criação, em 2003, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP, pelo então governo Lula (que, em 2009, passa a ministério), provocou uma reação do Estado quanto a vislumbrar o crescimento potencial da atividade pesqueira e aquícola no país. Contudo, essas são políticas frágeis que, na atual conjuntura econômica, social e política e com o *impeachment* da então presidente Dilma, passaram a ser questionadas e descontinuadas. Um exemplo é o fato de o Ministério da Pesca e Aquicultura passar recentemente a integrar o Ministério da Agricultura, com sinais preocupantes quanto ao possível retrocesso nas políticas voltadas à atividade pesqueira no Brasil.

A interrupção e ruptura de políticas governamentais voltadas à pesca e aquicultura no Brasil confirmam o desinteresse do estado brasileiro em promover um processo de intervenção capaz de impulsionar e modernizar a atividade. De um modo geral os dados estatísticos confirmam que a pesca artesanal predomina no Brasil. O pescador artesanal é desvalorizado, agindo na informalidade sem acesso a direitos trabalhistas básicos e entregue a todo tipo de dificuldades. Aqui se vislumbra outra importante propriedade estrutural do mundo da pesca que decorre da falta de apoio legal e direitos básicos assegurado pela legislação trabalhista brasileira.

Por inúmeras razões, a atividade pesqueira, tanto de exploração quanto de cultivo no Brasil, nunca ganhou destaque e importância ao longo da formação econômica do país. Desde o Brasil Colônia, a pesca já era preterida em favor do fortalecimento da agricultura e da pecuária. Essa situação promoveu um descaso da pesca como atividade econômica e, conseqüentemente, a precarização da atividade pesqueira das populações tradicionalmente afeitas a essa atividade ao longo de toda a costa do Brasil, além das atividades de exploração pesqueira de rios e lagos em todo o País.

Os dados apresentados pelo Anuário da Pesca de 2011 demonstram que o Brasil possui um enorme potencial para a pesca industrial. No entanto, a falta de política de governo que incentive e impulse a iniciativa empresarial fica a desejar. A exploração da pesca industrial no Brasil precisa urgentemente de políticas que atendam à modernização da atividade, que deem suporte à infraestrutura de apoio a produção, logística de distribuição, beneficiamento e comercialização tudo isto associado à formação profissional de nível técnico e superior nas diversas que deem suporte ao desenvolvimento social e econômico para esta atividade.

4.3. A SITUAÇÃO DO MUNDO DA PESCA NA REGIÃO NORDESTE

Segundo o boletim anuário da pesca, em 2011, a Região Nordeste do Brasil foi responsável pela maior parcela da produção nacional, com 186.012,0 t, porém apresentou uma queda de aproximadamente 5,0% em relação a 2010. A Região Sul ficou em segundo lugar, com 158.515,4 t. Para a Região Norte, foram registrados 94.265,3 t em 2011 (33,6% do total capturado), caracterizando um aumento de 5,0% em relação a 2010 (9.830,0 t). A produção pesqueira da Região Sudeste aumentou aproximadamente 26,8% de 2010 para 2011, passando de 90.588,7 t para 114.877,3 t de pescado.

Pode-se observar pelos dados apresentados, que a Região Nordeste tem-se destacado como importante região de produção de pescado para o País.

No cenário nacional (Quadro 8), o que se verifica, no Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura de 2011, é que o Estado de Santa Catarina foi o maior produtor de pescado oriundo da pesca extrativa marinha, com 121.960,0 t, contribuindo com 22% da produção nacional dessa modalidade. Em segundo lugar, ficou o Estado do Pará, com uma produção de 87.509,3 t, representando 15,8% da produção total em relação à pesca extractivista. O Rio de Janeiro foi o terceiro maior produtor nacional em 2011, com 78.933,0 t (14,3% do total), registrando um acréscimo de aproximadamente 45,0% em relação a 2010. Na Bahia, foi registrada uma queda de 19,9% na produção da pesca marinha, que passou de 74.043 t, em 2010, para 59.293 t em 2011, ficando com a quarta posição no *ranking* dessa modalidade. Em seguida, aparecem os estados do Maranhão, com 44.599 t, com aproximadamente 2% a mais do que os observados em 2010 e o Rio Grande do Sul, com 34.385 t, apresentando um incremento de 20,8% em relação a 2010. Os estados do Ceará e de São Paulo produziram 21.788 t e 21.563 t, respectivamente. Nesses indicadores, dos 27 Estados do Brasil, o Rio Grande do Norte aparece como o 9º maior produtor, com uma produção de 19.364 t, em 2010.

Um dado importante a considerar referente à produção aquícola por região, e por Estado, no anuário estatístico da Pesca e Aquicultura do MPA 2011, apresentado no Quadro 9, é o fato de o Estado

do Rio Grande do Norte aparecer como segundo maior produtor de pescado, no que se refere à aquicultura. Isso se deve ao potencial do Estado para a atividade que vem ganhando destaque na economia local.

Quadro 9: Produção de pescado (t) da aquicultura marinha em 2011

| Regiões e Unidades da Federação | Produção 2011 |
|--|----------------------|
| BRASIL | 84.214,3 |
| NORTE | 140,5 |
| Pará | 140,5 |
| NORDESTE | 65.211,4 |
| Maranhão | 287,6 |
| Piauí | 1.691,6 |
| Ceará | 29.095,4 |
| Rio Grande do Norte | 22.299,7 |
| Paraíba | 2.068,7 |
| Pernambuco | 4.554,8 |
| Alagoas | 0,0 |
| Sergipe | 665,9 |
| Bahia | 4547,7 |
| SUDESTE | 72,9 |
| Espírito Santo | 0,0 |
| Rio de Janeiro | 43,2 |
| São Paulo | 29,7 |
| SUL | 18.789,5 |
| Paraná | 168,0 |
| Santa Catarina | 18.621,49 |
| Rio Grande do Sul | 0,0 |

Nota Fonte: Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2011 - MPA (2014).

Deve-se levar em consideração o importante papel do Rio Grande do Norte na produção aquícola; em especial, na produção de camarão em cativeiro. Destaca-se também que a microrregião salineira do Estado, onde se situa o município de Macau, local do objeto do presente estudo, é uma das maiores produtoras do Estado. Desse modo, existe um potencial já explorado, mas que precisa de apoio e de incentivos para modernizar essa produção, condicionando, assim, a aquicultura e a exploração pesqueira em Macau a melhores resultados econômicos e sociais, com transbordamentos para o desenvolvimento do município e da região.

Segundo o boletim estatístico da pesca e aquicultura de 2011, lançado em 2014, quando analisada a distribuição dos registros da atividade pesqueira por Estados da federação, os quatro estados

que comportam o maior número de pescadores são o Pará, a Bahia, o Maranhão e o Amazonas, representando, respectivamente, 20,1%, 12,7%, 12,2% e 6,9% do total de pescadores registrados no país.

O mesmo Boletim apresenta dados importantes no tocante à questão de gênero, pois cerca de 64% dos pescadores registrados são do sexo masculino e 36% do sexo feminino. Quando observado esse particular, em se tratando da região Nordeste, verifica-se que essa é a região do Brasil que apresenta a proporção mais igualitária entre os gêneros, assinalando também o maior número de mulheres que são profissionais da pesca, regularmente registradas como pescadoras, representando 41,9% do total, contra 58,1% de homens. A proporção mais desigual entre os gêneros está na Região Sudeste, que finalizou 2009 com 78% de homens e apenas 22% de mulheres.

Quanto aos dados referentes à idade dos trabalhadores que atuam na pesca e aquicultura no Brasil, observa-se que, das cinco regiões do Brasil, a região Norte e Nordeste do país são aquelas em que predominam trabalhadores com menos de 40 anos. Já nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, acontece o inverso, pois a maioria dos trabalhadores atuando nas atividades da pesca e aquicultura têm mais de 40 anos. O Estado do Pará, segundo o Anuário 2011, é o que possui o maior número de pescadores com idade menor de 40 anos, representando 58,6% do total de seus profissionais. Em segundo lugar, está o Acre, também na região Norte, com 57,9% de pescadores com menos de 40 anos, seguido pelos estados do Amapá e do Maranhão (52,3% cada). No lado oposto, com a menor proporção de pescadores, com idade menor ou igual a 40 anos, está o Distrito Federal, com 100 pescadores, o equivalente a 31,7% do total de profissionais. A seguir aparece o Estado de São Paulo, com 31,8% e Minas Gerais, com 33,3% nessa faixa etária.

No tocante à contratação de mão de obra nos estabelecimentos aquícolas, considerando a distribuição de funcionários contratados para cada tipo de relação trabalhista, permanente e temporária, o que se verifica é que a maioria dos empreendimentos, precisamente 86,5% das propriedades, empregam até 5 funcionários permanentes e 81%, até 5 funcionários temporários, de acordo com o Censo Aquícola de 2009-2010. Portanto, pode-se considerar que são empreendimentos de pouca utilização de mão de obra permanente, indicando que o setor é bastante reticente quanto às contratações. Esses dados deixam subentender que essa atividade é também de baixa absorção de pessoal, algo que parece ser prova de uma das propriedades estruturais do mundo da pesca atrás identificadas. Em contrapartida, pode ser um segmento que, uma vez estimulado, tem muito potencial de crescimento, com propensão a novos empreendimentos que fomentem a absorção de mão de obra qualificada.

Uma maneira de estimular a criação de empreendimentos formais é através de incentivos à criação de cooperativas e associações que levem pescadores e pequenos produtores aquícolas a se

organizarem para melhorar as condições sociais e a capacidade produtiva, pois um dado a considerar no boletim estatístico da pesca e aquicultura 2008-2009 é que dos empreendimentos pesquisados pelo censo, apenas 4,4 são cooperativistas, enquanto 25,2% são associações. A existência de cerca de 8% de produtores organizados em espaços coletivistas revela uma grande lacuna a ser preenchida na organização produtiva da atividade aquícola do país, reforçada pela existência de apenas 15% de produtores aquícolas cooperativados em atividade no ano de 2008.

Em depoimento, os servidores do IFRN consideram que a área da pesca e aquicultura sempre foram marginalizadas; e por isso oferecem poucas oportunidades de trabalho. Isso se traduz na relação do brasileiro com o pescado, pois seu consumo no país é muito baixo. Esses fatores fazem com que a pesca seja somente lembrada pelos governantes como mecanismo para a satisfação de interesses políticos em períodos eleitoral, com votos em troca de acesso aos benefícios sociais (seguro desemprego, por exemplo). Na prática, o meio ambiente (espécies e ambiente) é tratado como mero recurso infindável, que não sofre com o uso e os impactos humanos. A pesca artesanal parou no tempo, com vários fatores como sejam o uso de embarcações rudimentares, métodos de captura depredatórios, técnicas arcaicas de conservação de pescado e falta de modelos de gestão pesqueira, a se revelarem indicadores de que algumas das suas propriedades estruturais mais repulsivas continuam a se reproduzir no espaço e no tempo, nos termos do conceito de dualidade da estrutura de Giddens. Em resumo, em termos estruturais, quase nada evoluiu no setor pesqueiro ao longo dos anos na região Nordeste, sendo evidente que nos termos do conceito de dualidade da estrutura de Giddens a atividade pesqueira artesanal.

Os dados estatísticos apresentados confirmam que, apesar do Brasil com a dimensão territorial que possui, com uma das maiores reservas hídricas, enorme extensa territorial e uma vasta costa de oceano, a exploração da pesca e aquicultura é muito modesta quando comparados com outros países. O que só vem a confirmar que ao longo da sua história essa atividade nunca foi prioridade na matriz de prioridades para a economia do Brasil.

4.4. A SITUAÇÃO DO MUNDO DA PESCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Antes mesmo de estabelecer uma cronologia entre os fatos mais relevantes no cenário da pesca e aquicultura no Estado do Rio Grande do Norte, vale registrar a sua conjuntura recente (1999-2016), e sublinhar o papel que os órgãos estatais e parceiros públicos ou privados tiveram na consolidação do seu setor pesqueiro.

A cronologia aqui apresentada, a partir de 1999, deve-se à disponibilidade de dados de uma nova década e representa a passagem de milênio quando, no Brasil, se iniciam as primeiras discussões

sobre os novos requisitos para o desenvolvimento, após a estabilização monetária, sendo o segmento pesqueiro um dos vetores desse desenvolvimento pretendido.

Nessa perspectiva, em 1999, o então pouco mencionado termo “Polo Atuneiro” ganhou destaque em âmbito regional, com a publicação de um artigo no jornal potiguar - “O Poti”, periódico impresso de ampla circulação no Estado até meados do ano de 2012. O referido tema ganha notoriedade em virtude, entre outros, do sucesso de uma empresa pesqueira que executava suas atividades de pesca e comercialização no RN. Em síntese, o polo almejava inserir práticas agregadoras de valor aos pescados, mediante a concepção de planta industrial para envasamento dos produtos, além da geração de emprego e renda para a população.

Tendo em vista a importância da integração entre as diversas áreas governamentais, a fim de consolidar a formação de uma agenda pública unificada em torno da discussão, em 3 de outubro de 2001, a Associação das Empresas de Pesca, contando com o apoio do Ministério da Agricultura e a parceria com o Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DEPEC/UFRN), realizou solenidade na Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) para o lançamento do Complexo Industrial Atuneiro do Rio Grande do Norte.

No campo político, em 2002, as eleições gerais nesse referido ano consagraram Wilma de Faria no Governo Estadual e Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência do País. Esses dois fatos marcaram sua fundamental importância para a área de pescados brasileira, pois a então governadora Wilma de Faria inseriu a carcinicultura no rol das prioridades do governo do RN, e o então presidente Luís Inácio Lula da Silva, cumprindo promessa de campanha, criou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), vinculada à Presidência da República (SEAP-PR), que, posteriormente, em 2009, foi transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Com a crescente consolidação da aquicultura, a questão do correto tratamento e manuseio dos peixes exigiu estudos na área, até para valorizar os produtos, possibilitando o surgimento, em uma cadeia, de outros produtos. Nesse sentido, em 2003, celebrou-se convênio entre o Governo do RN e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS, com o propósito de recuperar e ampliar a Estação de Piscicultura Estevam de Oliveira, em Caicó, cidade distante cerca de 270 quilômetros da capital (Natal), o qual possibilitou a ampliação da produção de 3 milhões de alevinos por ano, para 9 milhões, protagonizando uma nova dinâmica expansionista aos produtores (CORTEZ, 2009).

Posteriormente, em 2003, o Programa de Equalização Econômica do Preço do Óleo Diesel para Embarcações Pesqueiras foi instituído, tendo sido considerado por especialistas da área como um dos mais relevantes para o segmento, fundamental ainda à competitividade dos barcos nacionais frente à

frota internacional, esta última já beneficiada com subsídios dos seus respectivos países. Em um novo patamar, as exportações oriundas do cultivo de camarões e da captura de peixes e lagostas passam a inserir o Rio Grande do Norte na condição de maior exportador de pescados do país.

No campo da educação, partindo do pressuposto de que a qualificação técnica e profissional tornam-se ferramentas de emancipação social e apoiam o desenvolvimento de economias locais, a UFRN instituiu, no ano de 2007, o curso superior de Aquicultura, nível bacharelado, que objetiva repassar a capacitação necessária para o cultivo, a captura e a industrialização de organismos aquáticos, estudando e aplicando métodos e tecnologias para localizar, capturar, beneficiar e conservar peixes, crustáceos e frutos do mar. Outras grandes Instituições de Ensino Superior públicas, no Estado, também lançam cursos relacionados à área: a Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, em Mossoró, instala o Curso Superior de Engenharia de Pesca, e o Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia - IFRN, cria o Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, instalado em Macau, em 2009, o mais importante polo produtor de pescados do litoral norte do Estado.

Igualmente importante para o desenvolvimento do setor pesqueiro são as inovações de processos, trazidas pelas empresas instaladas em território norte-rio-grandense. Entre estas, ganha destaque a Norpeixe Indústria e Comércio de Pescado Ltda., situada no bairro da Ribeira, em Natal. Um exemplo de inovação que esta realiza é que, de posse de elevados recursos tecnológicos, os peixes passam a ser catalogados, com a notação de registro da data, hora, local e temperatura ambiente aferidas no ato da captura. (CORTEZ, 2012).

Com base nos dados do Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura (2011), a produção de pescado nacional para o ano de 2011 registrou aumento de aproximadamente 13,2% em relação a 2010. A pesca extrativa marinha continuou sendo a principal fonte de produção de pescado nacional, 38,7% do total de pescado, seguida pela aquicultura continental, 38,0%, pesca extrativa continental, 17,4% e aquicultura marinha, 6%. Em 2011, a região Nordeste continuou registrando a maior produção de pescado do país, respondendo por 31,7% da produção nacional. As regiões Sul, Norte, Sudeste e Centro-Oeste registraram 23,5%, 22,8%, 15,8% e 6,2%, respectivamente.

A Região Nordeste foi a que teve melhor desempenho, alçando o Estado do Rio Grande do Norte à 4ª posição em decorrência da produção total da região. Na pesca extractivista, o Estado ficou também na 4ª posição, ocupando ainda o 3º lugar na aquicultura. Na comparação com todos os Estados brasileiros, o RN fica entre os dez maiores produtores de pescado do país. Não resta, pois, qualquer dúvida quanto ao fato de que o Estado do Rio Grande do Norte tem potencial natural para a atividade

pesqueira. No entanto, é preciso que haja mais incentivos através de políticas governamentais que incrementem essa atividade.

O Estado do Rio Grande do Norte possui 410 km de extensão da costa oceânica propícia à atividade pesqueira, bem como rios e lagos que permitem a exploração dessa atividade milenar. Segundo Cortez (2012), algumas comunidades pesqueiras do RN ainda pescam “como pescava São Pedro”⁴. A pesca artesanal ainda, segundo Cortez (2012), está organizada a partir da constituição de 80 colônias de pescadores com 15,9 mil pescadores cadastrados. Dessas 80 colônias existentes, apenas 30 se encontram na costa litorânea, 50 estão no interior do Estado, atuando de forma precária, com pouca ou quase nenhuma assistência direta dos órgãos de apoio ou incentivo à profissionalização da atividade pesqueira.

A atividade convive com inúmeros conflitos entre os pescadores e os órgãos de controle ambiental, como citado por Cortez (2012). Um exemplo é o caso da lagosta, cuja pesca é motivo de conflito quanto à técnica de captura permitida e aquela praticada pelos pescadores. Além desse conflito, que parece indicar que o apego ao uso de técnicas tradicionais pelos pescadores é também indicador da existência da resistência à inovação com relevante propriedade estrutural do mundo da pesca, registram-se outras dificuldades, em que fatores tais como a venda do produto capturado, a falta de incentivos e a ausência de financiamentos que modernizem a atividade, podem também indicar a existência de outras propriedades estruturais próprias daquele mundo.

Tudo isso debita-se à falta de políticas que estimulem a modernização e profissionalização dessa importante atividade econômica. Os pescadores esperam, há décadas, por políticas públicas que ao menos auxiliem na busca por seus direitos de cidadãos, pois historicamente são representados pela sociedade urbana, segundo a regra que os qualifica como cidadãos de segunda categoria, como afirma Cortez (2012). O autor aponta como alternativa a instituição de políticas públicas que atuem em atividades ligadas à extensão pesqueira, e que contemplem o que ele chama de diversidade metodológica, ou seja, que levem em conta as questões ambientais, a diversidade cultural e o contexto social das comunidades pesqueiras. Não esquecendo que tal diversidade também deve incluir a fauna, os costumes, os hábitos, os valores e as células familiares que formam a base dessas comunidades.

Sabendo que gargalos seculares emperram o desenvolvimento da atividade pesqueira, onde predomina como recurso humano uma população de pescadores bastante envelhecida, importante propriedade estrutural do mundo da pesca, podemos descortinar uma outra propriedade estrutural que consiste no fato de a realização da atividade piscatória, desde sempre, decorrer em condições de

⁴ Antônio Alberto Cortez é Economista, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Subsecretário de Pesca e Aquicultura da Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca (SAPE) do Rio Grande do Norte entre (2007-2009) e (2015-atual). Artigo publicado no jornal tribuna do norte de 25/11/2012. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/pesca-artesanal-promessas-de-dias-melhores/237492>. Acesso: 10/03/2015.

insalubridade e fadiga extrema, na realização da qual boa parte das tarefas requer a força bruta, devido ao uso de técnicas rudimentares que são repassadas de geração a geração de pescadores, principalmente quando no que se refere à pesca artesanal, que é o tipo de pesca que predominante no Estado do Rio Grande do Norte.

Alguns dos testemunhos recolhidos nas entrevistas realizadas, ilustram bem o que atrás se refere. Por exemplo, na visão do empresário entrevistado, e como deixa transparecer em seu depoimento, a pesca local é totalmente artesanal e está em constante decadência. Como fator principal dessa decadência, aponta o modo de pesca que ainda é muito arcaico; tanto é que as novas gerações não querem atuar na pesca artesanal, dadas as dificuldades do setor. Suas próprias palavras dão o veredicto: *“o próprio pescador que já está ficando velho, com sua idade avançada e a gente não vê perspectiva para que os jovens o substituam”*.

Em concordância com o referido pelo empresário, também os servidores do IFRN - *Campus* Macau - entrevistados, consideram as condições de vida das comunidades pesqueiras como sendo de vulnerabilidade social e econômica. Alegam que as dificuldades são inúmeras, registrando-se, entre tantas, o fato de serem situadas em locais de difícil acesso, de viverem à mercê da própria sorte, uma vez que políticas públicas de apoio não chegam a essas comunidades, o que lhes rende uma baixa qualidade de vida, comunidades estagnadas, sem perspectivas de desenvolvimento. Recorrendo a Giddens (2000), identificam-se nos relatos de Cortez, dos depoimentos coletados nas entrevistas, algumas propriedades estruturais que caracterizam o mundo da pesca na região do IFRN, no qual as regras e recursos que enquadram a atividades pesqueira, em especial no subsistema da pesca artesanal, não são estimuladores para despertar nos jovens o interesse em se tornarem agentes de transformação estrutural.

Ainda, segundo Cortez (2012), outro problema grave, que pode afetar a situação da pesca oceânica é a perceptível diminuição dos estoques pesqueiros. Como alternativa, o autor sugere o estímulo à aquicultura para, assim, potencializar o setor, minimizando o impacto da diminuição dos estoques pesqueiros oceânicos.

Como propostas de intervenção, Cortez (2012) registra (como ponto positivo no processo de melhorias para a atividade pesqueira) as políticas do Governo Federal, os programas de inclusão do pescado na merenda escolar, com ênfase à pesca artesanal, o Plano Safra da Pesca, implantado pela presidente Dilma Rousseff, e também a própria criação do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPE, em 2003, que, pela primeira vez na história recente do Brasil, procurou criar metas focadas na valorização da atividade pesqueira, atuando na composição da matriz de produção econômica do país.

Todavia, para os servidores do IFRN, segundo os seus depoimentos, a área da pesca e da própria aquicultura sempre foram política e socialmente marginalizadas; continuando a oferecer poucas oportunidades de trabalho qualificado. Isso traduz a relação da população brasileira com o pescado, pois seu consumo no país é muito baixo. Na prática, o meio ambiente (espécies e ambiente) é tratado como mero recurso infindável, que não sofre com o uso e os impactos humanos. A pesca artesanal parou no tempo com embarcações rudimentares, métodos de captura depredatórios, técnicas arcaicas de conservação de pescado e falta de modelos de gestão pesqueira e a pesca industrial não se desenvolve de forma equilibrada e sustentada. Em resumo, quase nada evoluiu no setor pesqueiro ao longo dos anos na Região Nordeste do Brasil.

Confirmam-se nestes depoimentos as várias importantes propriedades estruturais, atrás identificadas, que continuam a reproduzir continuamente no decurso do processo de estruturação desse sistema social em que se constitui o mundo da pesca. Tendencialmente de teor negativo não será surpreendente que tais propriedades estruturais sejam repulsivas e contribuam para a desmotivação dos jovens em se tornarem agentes de transformação do mundo da pesca, mesmo que para esse efeito recebam da parte do IFRN, via curso de recursos pesqueiros, formação técnica superior com essa finalidade.

4.5. A SITUAÇÃO DO MUNDO DA PESCA NO MUNICÍPIO DE MACAU

O Município de Macau-RN situa-se na microrregião salineira do Estado do Rio Grande do Norte, uma região composta por 11 municípios: Areia Branca, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Grossos, Guamaré, Macau, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, Serra do Mel e Tibau. O então povoado de Macau foi fundado pelo capitão português Martins Ferreira e seus genros. Cresceu impulsionado pela produção de sal e foi desmembrado do Município de Angicos, tornando-se um novo município potiguar, no dia 2 de outubro de 1847. Geograficamente, o Município está localizado no norte do Estado, na região do Baixo Açu, situado a 190 km de distância da capital do Estado, Natal, tendo uma área territorial de 750 km², onde residem aproximadamente 28 mil pessoas. Macau é abastecida pelas águas da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que chegam através de adutora. No aspecto econômico, Macau se desenvolveu com a produção salineira. O município continua sendo o maior produtor de sal do país (95% da produção do Brasil). Também conta com a produção de petróleo e é rico na matéria-prima da barrilha (PORTAL MACAU-RN, 2014).

Para uma melhor compreensão geográfica, apresenta-se o mapa da localização de Macau.



Figura 11. Localização de Macau, Rio Grande do Norte (Brasil)

Fonte: Crônicas macaenses, s/d.

O apoio à melhoria no processo de produção, somado à organização social que oriente, capacite e apoie a produção, o processamento e a comercialização da pesca no município de Macau - RN, e em todo o Estado do RN, tornará possível a criação de uma cadeia sustentável de negócios que dê importância e que valorize a formação técnica para que essa mão de obra qualificada possa ser absorvida, fomentando o desenvolvimento das atividades pesqueiras e a geração de novos empreendimentos que estimulem, modernizem e impulsionem a atividade na região de Macau, no Estado do RN e em todo o País.

Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, em 2011⁵, a produção pesqueira nacional, que engloba a pesca extrativa marinha (553.670,0 toneladas), a aquicultura continental (544.490,0 toneladas), a pesca extrativa continental (249.600,2 toneladas) e a aquicultura marinha (84.214,3 toneladas), alcançam 13,2% a mais do que no ano de 2010, totalizando 1.431.974,4 toneladas.

Ainda analisando o Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura de 2011 (MPA, 2012), constata-se que a região Nordeste continua respondendo pelo maior percentual de produção pesqueira no país, com 31,7%, o que corresponde ao total de 454.216,9 toneladas. Assim, a região supracitada manteve-se como a maior produtora nacional, já que, no ano de 2010, a produção foi de 410.532 toneladas (MPA, 2011) e, nos anos de 2008 e 2009, as produções pesqueiras foram de 374.815 toneladas respectivamente.

⁵ Os dados apresentados foram extraídos do boletim estatístico da Pesca e Aquicultura de 2011 do então Ministério da Pesca e Aquicultura que até então, após a fusão com o Ministério da Agricultura, pelo atual governo Temer, ainda não lançou dados mais recentes quanto à produção pesqueira no Brasil.

Na região Nordeste, Quadro 10, verifica-se que, em 2011, os maiores produtores na atividade da pesca são os Estados do Maranhão (102.868,2 toneladas), da Bahia (102.052,7 toneladas), do Ceará (98.256,8 toneladas), do Rio Grande do Norte (49.932,2 toneladas), de Pernambuco (27.647,3 toneladas), do Piauí (25.112,1 toneladas), da Paraíba (19.032,0 toneladas), de Alagoas (17.636,0 toneladas) e de Sergipe (11.679,7 toneladas) (MPA, 2012). O Estado do Rio Grande do Norte manteve-se como quarto maior produtor regional, embora tenha tido um decréscimo de 4.356,3 toneladas em sua produção, quando em comparação com o ano de 2010 (PORTAL MPA, 2012).

Quadro 10: Produção de pescado (t) no Brasil por modalidade no período de 2010 e 2011

| Regiões e Estados | 2010 | | | 2011 | | |
|---------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------|------------------|--------------------|
| | Pesca Extrativa | | | Aquicultura | | |
| | Subtotal (t) | Subtotal (t) | Total (t) | Subtotal (t) | Subtotal (t) | Total (t) |
| BRASIL | 785.366,3 | 479.398,6 | 1.264.764,9 | 803.270,2 | 628.704,3 | 1.431.974,4 |
| NORTE | 232.176,6 | 41.839,0 | 274.015,6 | 231.409,8 | 94.718,5 | 326.128,3 |
| Acre | 1.904,2 | 4.108,7 | 6.012,8 | 2.002,8 | 5.988,3 | 7.991,1 |
| Amapá | 15.719,7 | 757,8 | 16.477,6 | 16.647,2 | 1.032,0 | 17.679,2 |
| Amazonas | 70.896,0 | 11.892,2 | 82.788,2 | 63.743,3 | 27.604,2 | 91.347,5 |
| Pará | 138.534,0 | 4.544,2 | 143.078,2 | 142.912,0 | 10.420,4 | 153.332,3 |
| Rondônia | 2.889,0 | 9.490,6 | 12.379,6 | 3.791,3 | 12.098,9 | 15.890,3 |
| Roraima | 396,9 | 4.067,9 | 4.464,8 | 386,2 | 25.162,9 | 25.549,1 |
| Tocantins | 1.836,9 | 6.977,5 | 8.814,4 | 1.927,1 | 12.411,8 | 14.338,9 |
| NORDESTE | 264.625,6 | 145.906,4 | 410.532,1 | 248.531,9 | 199.504,0 | 454.216,9 |
| Alagoas | 9.949,7 | 9.290,6 | 19.240,3 | 11.169,8 | 6.466,2 | 17.636,0 |
| Bahia | 91.712,9 | 22.817,4 | 114.530,3 | 70.620,4 | 25.251,3 | 102.052,7 |
| Ceará | 32.889,8 | 59.310,8 | 92.200,6 | 33.095,1 | 65.161,7 | 98.256,8 |
| Maranhão | 69.724,5 | 1.923,2 | 71.647,8 | 70.342,5 | 32.525,7 | 102.868,2 |
| Paraíba | 10.264,9 | 3.191,3 | 13.456,2 | 11.116,7 | 7.915,2 | 19.032,0 |
| Pernambuco | 14.650,0 | 6.232,1 | 20.882,1 | 14.849,1 | 12.798,2 | 27.647,3 |
| Piauí | 5.125,2 | 6.049,1 | 11.174,3 | 6.419,8 | 39.300,4 | 25.112,1 |
| Rio Grande do Norte | 24.374,5 | 29.914,0 | 54.288,5 | 23.892,4 | 32.835,5 | 49.932,2 |
| Sergipe | 5.934,0 | 7.178,0 | 13.111,9 | 7.026,1 | 4.653,6 | 11.679,7 |
| SUDESTE | 113.865,2 | 71.770,7 | 185.635,9 | 139.323,3 | 86.909,9 | 226.233,2 |
| SUL | 161.657,5 | 150.042,5 | 311.700,0 | 163.987,5 | 172.463,9 | 336.451,5 |
| CENTRO-OESTE | 13.041,3 | 69.840,1 | 82.881,4 | 13.836,6 | 75.107,9 | 88.944,5 |

Nota Fonte: Boletim Estatístico da Pesca e aquicultura 2011 - MPA, 2014.

O Rio Grande do Norte possui uma costa que apresenta duas feições (uma setentrional e outra oriental), sendo caracterizada por 76 comunidades pesqueiras (Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997, p. 6), espalhadas por 19 municípios costeiros: Baía Formosa, Canguaretama, Tibau do Sul, Senador Georgino Avelino, Nísia Floresta, Parnamirim, Natal, Extremoz, Maxaranguape, Touros, Pedra Grande, São Bento do Norte, Galinhos, Guamaré, Macau, Porto do Mangue, Areia Branca e Grossos.

As Colônias de Pescadores denominadas Z-41 e Z-42, no município de Macau, são responsáveis por 70% da produção do pescado do Estado do RN. No total, comandam 150 barcos de pesca em mar aberto e mais uns 100 de pesca na costa (barcos menores) (BRASIL SUSTETÁVEL - BB, 2010).

A pesca é parte importante da economia do Município de Macau-RN. No entanto, registra-se notável disparidade entre a produção pesqueira e seu retorno social e econômico, uma vez que quase tudo fica concentrado nas mãos de poucos que se beneficiam com essa atividade, enquanto as comunidades carecem de apoio, de infraestrutura e de melhorias que impactem em melhor qualidade de vida para os pescadores e suas famílias. Não se pode ignorar o fato de que o processo de captura, beneficiamento e comercialização dá-se de forma incipiente, o que beneficia a reprodução da propriedade estrutural anteriormente referida de subordinação dos pescadores aos atravessadores locais.

4.6. O MUNDO DA PESCA E AS SUAS DIVISÕES. PESCA ARTESANAL VS PESCA INDUSTRIAL

4.6.1. Pesca Artesanal: conceito, histórico e características

Desde o início da colonização que, no Brasil, a pesca artesanal se faz presente. Inicialmente, como meio de subsistência; *a posteriori*, também com fins comerciais. Essa modalidade da pesca pode ser dividida em artesanal comercial e artesanal de subsistência.

Historicamente a atividade pesqueira no Brasil foi inicialmente exercida de forma primitiva pelos nativos indígenas. Posteriormente, com o início da colonização, passou a ser também exercida por negros escravos, sendo que também por colonizadores passaram a ter a atividade pesqueira como atividade comercial.

Lopes (2004, p. 14) tece considerações bem elucidativas sobre essa questão:

A Pesca Artesanal de Subsistência tem como principal finalidade a obtenção de alimentos para consumo próprio. Eventualmente, há comercialização do excedente. É praticada com técnicas rudimentares, possui pouca finalidade comercial e a eventual comercialização é realizada pelo próprio pescador, enquanto a Pesca Artesanal Comercial ou de Pequena Escala, combina a obtenção de alimento para consumo próprio com a finalidade comercial. Utilizam barcos de médio porte, adquiridos em pequenos estaleiros ou construídos pelos próprios pescadores. Podem ter propulsão mecanizada ou não. Os apetrechos e insumos utilizados não possuem qualquer sofisticação. Utilizam normalmente equipamentos básicos de navegação, e embarcações geralmente de madeira, com estrutura capaz de produzir volumes pequenos ou médios de pescado. Forma a maior porção da frota brasileira.

A concepção apresentada pelo autor define a pesca artesanal a partir da finalidade a que se propõe: a pesca de subsistência, que objetiva exclusivamente suprir as necessidades alimentares dos

pescadores, e a pesca artesanal, que, atendendo à sua finalidade comercial, destina toda (ou quase toda) a produção para satisfazer a esse tipo de demanda.

Para Diegues (1995), não se deve confundir o pescador artesanal com o pescador de autossustentabilidade, pois o primeiro é um pequeno produtor que visa essencialmente a comercialização de seu pescado, enquanto o segundo está mais focado em sua sobrevivência.

Mesmo levando em consideração a explicação do autor, há de se entender, que o pescador artesanal primeiramente é um pescador de subsistência pois, retira do mar para prover sua alimentação e de sua família e, também é um pescador artesanal a partir do momento que utiliza o pescado capturado para comercializar. Daqui podemos inferir que uma propriedade estrutural do mundo da pesca é, basear-se a atividade pesqueira na pesca de sobrevivência. Onde a regra que vigora é a regra da satisfação das necessidades básicas dos pescadores, mesmo quando se trata de pesca para pequena comercialização. Ou seja, daí pode derivar que para a maioria daqueles que vivem da pesca, tal modo de vida não traz recursos que proporcionem melhorias de qualidade de vida. A regra seguida é a de aceitação de ter uma vida cotidiana com baixa qualidade.

Ainda segundo Diegues (1995), as sociedades marítimas são caracterizadas por ambientes de muito perigo, de riscos, de mobilidade e de mudanças físicas, traços que definem uma outra propriedade estrutural do sistema social que constitui o mundo da pesca. Trata-se do elevado nível de riscos e incertezas quanto ao futuro.

Na verdade, da relação com o mar surgem várias regras que orientam a conduta dos pescadores, que em muito influenciam seu modo de ser e de agir. Em torno do mar, criam-se também mitos, práticas e rituais que caracterizam o modelo cultural e social nas comunidades pesqueiras. É certo que os recursos do mar, explorados pelas comunidades pesqueiras como atividade de subsistência ou comercial, são renováveis, mas sofrem com a sazonalidade, sendo fortemente influenciados por fatores característicos da própria natureza. E levando em consideração as comunidades que vivem da pesca artesanal como uma comunidade social que sobrevive da exploração de recursos naturais do mar. Assim, verifica-se que a atividade da pesca no mar é uma atividade sazonal o que caracteriza uma importante regra do sistema social da pesca presente nas comunidades pesqueiras que depende das intemperes e inconstâncias presentes no meio ambiente natural.

Há ainda que ter em consideração fatores que dificultam a pesca artesanal, especificamente aqueles que estão ligados à limitação natural dos estoques pesqueiros. Mas vale dizer que tanto os cardumes, que vêm diminuindo no ambiente natural, quanto o baixo desenvolvimento das forças produtivas, mas também a dependência e a subordinação dos produtores artesanais, caracterizam as

condições sociais de pobreza que imperam nas comunidades pesqueiras tradicionais. Ou seja, os recursos da pesca são incertos e em regra quem vive da pesca artesanal dificilmente escapa da pobreza endêmica que tende a definir o modo de vida das comunidades pesqueiras.

Outra importante propriedade estrutural decorre do facto das comunidades pesqueiras, sobretudo no caso das atividades artesanais basearem a transmissão dos conhecimentos com base numa tradição reproduzida geração após geração. Segundo essa tradição, aplica-se a regra segundo a qual compete aos mais velhos repassar aos mais jovens os métodos e as técnicas de pesca, reproduzindo-se esses conhecimentos na continuidade da atividade pesqueira artesanal. Portanto, o acesso ao recurso que constitui o conhecimento da atividade pesqueira artesanal se adquire por via geracional, onde a transmissão dos saberes fazer vai diretamente do mestre para aprendiz, ou seja, é feito de forma prática e no decorrer da própria atividade pesqueira. Assim, podemos inferir que o conhecimento assim transmitido é um recurso de grande significado, que está na posse dos mais velhos, o que legitima a tradição e o modelo predominante dessa forma de transmissão dos saberes da pesca tradicional.

Apesar do que atrás se refere, convém não esquecer que a pesca artesanal é de suma importância para o setor pesqueiro no mundo todo, contribuindo no âmbito da produção, da comercialização e da alimentação de milhares de pessoas em todos os continentes do planeta.

Para além das regras atrás enunciadas, damos conta de que existe um poderoso conjunto de representações sociais de senso comum sobre a atividade pesqueira artesanal, as quais Diegues (1995, p. 92), classifica como sendo equivocadas e falaciosas. São essas regras as seguintes:

- Os pescadores artesanais são indolentes e não trabalham com regularidade;
- Os pescadores artesanais são mendigos de praia e constituem um problema social a ser tratado por programas assistenciais;
- A pesca artesanal é um setor de transição entre a pesca de autossubsistência e a pesca empresarial capitalista e, portanto, tende a desaparecer;
- A pesca artesanal é ineficaz;
- A pesca artesanal produz somente pescado de baixa qualidade;
- O pescador artesanal é ignorante e resiste às mudanças tecnológicas;
- O pescador artesanal é passivo e não sabe defender os seus direitos;
- Os pescadores artesanais são isolados;
- Os pescadores artesanais são individualistas e não se organizam;
- Os pescadores artesanais são predadores;
- O pescador artesanal é um profissional de tempo integral.

No que se refere aos tipos e sistemas de regras Burns e Flam (2000, p. 13) apresentam vários tipos de regras e sistemas de regras que podem ser identificados e distinguidos, por exemplo, em seu estatuto cognitivo, comportamental e institucional: normas e leis, princípios morais, código de conduta,

regras do jogo, regulamentos e procedimentos administrativos, regras técnicas, convenções, costumes e tradições. Para os autores as normas são, portanto, apenas um tipo de regras. Existem regras informais, regras implícitas e regras não escritas que desempenham papéis cruciais na regulação de interações sociais e na arquitetura da estrutura social. Assim é preciso considerar as regras prescritas e as regras operativas, tais como: código moral, constituições, regras e princípios administrativos e estruturas institucionais. O sistema de regras forma um conjunto de regras dependentes do contexto e temporalmente específicas, organizadas para estruturar e regular interações sociais, levar a cabo certas atividades, desempenhar tarefas específicas ou interagir com outras formas socialmente definidas.

As representações sociais como regras informais, assumem-se características de regras sociais, as quais podem ser classificadas como regras informais e que são equivocadas ou falácias (Diegues, 1995), pois demonstram claramente o preconceito e a discriminação que existe em torno das comunidades pesqueiras e dos pescadores artesanais. Contudo, estando em vigor, tais regras que tendem a desqualificar e desvalorizar socialmente a atividade pesqueira e devem ser levadas em conta quando se analisa comportamento dos jovens do curso de Recursos Pesqueiros. Nomeadamente, por que, pelo menos algumas de entre elas, também podem revelar algumas propriedades estruturais do subsistema da pesca artesanal e contribuir para legitimar o desinteresse daqueles jovens em exercerem a uma profissão que os leve a ingressar ao especialmente a “regressar” ao mundo da pesca. Na verdade, o que espera desses jovens é que atuem como agentes transformadores do mundo da pesca, i que significa afirmar que com a formação recebida devem atuar como agentes de mudança estrutural, ou seja, de mudança tanto das propriedades estruturais, quanto das regras e recursos que estruturam a totalidade social que o mundo da pesca, em si mesmo, constitui.

Importa, portanto, apesar das fragilidades estruturais reveladas, relevar a importância das comunidades e da atividade pesqueira, ao longo do litoral brasileiro, na consolidação do território e na economia local das regiões do país. É importante registrar que, até meados do século passado, a pesca artesanal predominou na atividade pesqueira do País; e que, mesmo com a industrialização, esse tipo de pesca não deixou de ter papel de destaque na produção de pescado. Dados do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (2014) apontam que 40% da pesca extractivista no Brasil são oriundos da modalidade artesanal.

Apesar da insuficiência do apoio governamental para a atividade da pesca artesanal, outra importante propriedade estrutural do mundo da pesca, a sua produção é muito significativa e representa mais de 40% da produção no Brasil. No RN a pesca artesanal chega a representar cerca de 70% da produção do Estado (CORTEZ, 2012). Isso provavelmente se deve a alguns fatores reveladores de

propriedades estruturais tais como sejam: a capacidade de adaptação às condições naturais; o uso da força de trabalho familiar; a absorção da força de trabalho advinda das áreas rurais; a flexibilização das condições de mercado (DIEGUES, 1995). Particularmente a insuficiência do apoio governamental, representa, muito justamente, reconheça-se, o secular o abandono ou pelo menos um certo menosprezo desta atividade por parte dos sucessivos governos brasileiros ao longo do tempo. Esta é, sem dúvida uma das mais importantes propriedades estruturais que caracterizam o mundo da pesca no Brasil pois, sem políticas governamentais (federais, estaduais e municipais), a pesca jamais conseguirá se modernizar. Consideramos, em suma, que é preciso que exista a “mão do Estado” para promover a inserção de elementos da modernidade.

É fato que, ao longo da história do país, a pesca nunca esteve como atividade principal na matriz econômica a ser investida pelo Estado brasileiro. Na verdade, em termos históricos, somente a partir de 1846, com a regulamentação da marinha, criou-se um mecanismo para controlar a atividade pesqueira. Cada capitania foi dividida em distrito e os distritos, sendo estes controlados por capatazes que passaram a ser os responsáveis pela fiscalização dessa atividade, tirando dos pescadores esse domínio (LOBÃO, 2010).

Já no século XX, a partir de 1912, a marinha transforma as capatazias em colônias, e cria, em 1920, a Missão Villar, com o intuito de instaurar a Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral da Marinha. Essa Missão fundou mais de mil colônias por toda a costa do país e provocou um aumento significativo do cadastro de pescadores (PESSANHA, 2003).

De 1921 a 1923, criou-se a Confederação dos Pescadores do Brasil e as federações estaduais que elaboraram o primeiro estatuto de colônias. Em 1938, foi promulgado o novo código de pesca. No governo Vargas (1934-1945), fundaram-se as Escolas de Pesca nos Estados de Pernambuco e Rio de Janeiro. Durante a Segunda Guerra mundial, precisamente a partir do Decreto-Lei 4.890, de 1942, a marinha passa a controlar as colônias e as práticas pesqueiras.

A partir da década de 1960, o Estado Brasileiro passou a investir na modernização e na industrialização da atividade pesqueira através da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, vinculada ao Ministério da Agricultura. O fracasso da política de industrialização da pesca deu espaço ao incentivo à pesca artesanal, de modo que, em 1972, o governo cria o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART), que durou até 1983.

Na década de 60, do século XX, a política brasileira direcionou a atividade pesqueira para a atividade da pesca industrial, deixando em segundo plano a pesca artesanal. No entanto, com a diminuição dos estoques pesqueiros, essa política fracassou.

Somente a partir da década de 1980, com a criação da Pastoral da Pesca, liderada pelo Frei Alfredo Schnüettgen, que passou a discutir com os pescadores sobre democracia, comercialização, aposentadoria e previdência, inicia-se a luta para a democratização das colônias. O objetivo geral da Comissão Pastoral dos Pescadores era anunciar-lhes a força libertadora do Evangelho revelado aos pobres, para que, pela sua organização, transformassem as estruturas geradoras de injustiças, tornando-se agentes de sua história, na construção de uma nova sociedade (CARDOSO, 2005).

A Pastoral da Pesca foi um importante movimento de apoio à atividade pesqueira. A partir de sua criação, nos anos 1970, a igreja católica procurou mobilizar os pescadores em torno de suas reivindicações. É uma Pastoral que atua fortemente no Nordeste e Norte do país.

Durante a década de 80, segundo Maia (2009), iniciou-se o Movimento pela “Constituinte da Pesca”, que, por sua vez, foi organizada em função da Pastoral da Pesca. Esse movimento procurou debater a situação da pesca artesanal no Congresso Nacional em Brasília e em encontros realizados na maioria das regiões do território nacional.

A Constituinte da Pesca, criada em 1985, é um marco para a visibilidade e valorização da pesca artesanal. Esse movimento foi organizado pelas colônias e pela Federação Nacional dos Pescadores. Tal modelo, que foi instituído pela Marinha do Brasil, na década de 20 do século passado, sempre foi amplamente criticado pelos pescadores, pois, segundo consideram, não consegue representar, de fato, os anseios destes.

Cardoso (2005, p. 2875) assim analisa a questão:

O movimento da Constituinte da Pesca logrou expandir às Colônias de Pescadores os mesmos princípios que regem os sindicatos urbanos, a partir da inclusão do parágrafo único, do Artigo 8º da Constituição Federal aprovada em 1988. Dentre eles: a livre associação, não interferência do poder público, autonomia, unicidade sindical, entre outros, marcando legalmente o fim da tutela sobre as Colônias de Pescadores.

A partir da Constituinte da Pesca foram instituídos os conselhos municipais e estaduais que contemplam questões como a pesca, a aquicultura, o meio ambiente, dentre outros que passaram a representar um meio formal para a participação dos pescadores, fazendo a intermediação de suas reivindicações e de suas propostas.

Contudo, apesar da valia dessa iniciativa legal e constitucional, no sistema de relações de poder, o pescador nunca deixou de ser o ator dominado e o atravessador ator dominante. Em termos práticos, no mundo da pesca, quem controla os recursos, que constituem os meios de produção e detém o poder de decisão, de fazer as regras e de as controlar, são os chamados de atravessadores. O poder dos atravessadores sobre os recursos pesqueiros oriundos da pesca artesanal representa uma importante

propriedade estrutural, a qual é determinante na existência de uma regra segundo a qual se os trabalhadores pescadores querem tirar proveito econômico das capturas que efetuam, então devem/têm de aceitar colocar nas mãos dos atravessadores o pescado capturado para comercialização, os quais dessa forma se apoderam da maior parte do resultado econômico da pesca. Tal propriedade estrutural como regra do sistema da pesca é de conhecimento dos jovens sendo um elemento de repulsividade deles no sentido de rejeitar o mundo da pesca e não querer atuar nele.

Importa reter que a ausência de políticas governamentais que atendam às comunidades pesqueiras, aliada à forma de viver dessas comunidades, com tradições, cultura, valores, crenças, costumes e métodos de trabalho muito próprios, acentua o contraste entre a tradição e a modernidade. Um outro aspecto particular a ser considerado é a carência de ações governamentais voltadas à atividade das mulheres pescadoras, que sobrevivem nessas comunidades catando mariscos ou pescando na companhia do esposos, dos filhos ou de outros familiares, visando à obtenção de uma mínima renda para o sustento da família, ou seja, fator revelador de que uma das propriedades estruturais presentes no mundo da pesca se traduz na desvalorização da capacidade das mulheres e submissão do trabalho feminino à economia de subsistência das famílias. Por outras palavras, o mundo da pesca é um mundo fortemente dominado pelo poder masculino.

Nos relatos, os servidores do IFRN - *Campus* Macau, consideram as condições de vida das comunidades pesqueiras identificando a sua vulnerabilidade social e econômica como uma propriedade estrutural abrangente do mundo da pesca. Alegam que as dificuldades são inúmeras, registrando-se, entre tantas outras, o serem situadas em locais de difícil acesso, de viverem à mercê da própria sorte, uma vez que políticas públicas de apoio não chegam a essas comunidades, o que lhes rende uma baixa qualidade de vida.

Não bastassem todas as dificuldades por que passam, os pescadores ainda sofrem com as constantes agressões ao meio ambiente que lhes impedem o acesso a importantes recursos que poderiam melhorar a sua condição socioeconômica (drenagem de lagoas, fechamento de lagos para o pescador, aterros de manguezais, poluição por despejos industriais de vinhoto e agrotóxicos, destruição de mangues para o cultivo de camarões, aterro de lagoas, grilagem de terras, pesca predatória em várias modalidades e pesca desportiva de mergulho, pesca em períodos de defeso, dentre outras).

Além disso, a qualidade de vida das comunidades da pesca artesanal, que carecem de políticas e de programas que atuem diretamente na resolução de seus mais aparentes problemas, é tremendamente afetada pelas deficiências de saneamento, educação, saúde e construção de moradia, só para citar os principais. Portanto, a baixa qualidade de vida das comunidades pesqueira é, sem dúvida, uma das mais duradouras e profundas propriedades estruturais do mundo da pesca, onde a

sobrevivência é uma regra evidenciada na produção e reprodução da ação social que favorece a retroalimentação da estrutura. O contexto social intrínseco dessas comunidades não traz elementos consistentes da modernidade, capazes de romper o modelo social predominante.

Na visão de Giddens (2009), a vida social na tradição está voltada para o passado; já a modernidade permite o desenvolvimento pleno da reflexividade voltada para o presente e para o futuro. Tem-se, assim, duas consequências: na medida em que a modernidade está aberta ao conhecimento, ela também gera inseguranças pela pluralidade de opções que tem. O caráter não-teleológico da sociedade produz o dado social da incerteza dentro da própria reflexividade. Nesse sentido, através da noção dinâmica da vida social, a ideia de ruptura não significa um deslocamento, mas sim uma mudança no centro de orientação.

O efeito reprodutor de uma estruturação feita a partir da baixa qualidade de vida torna esse sistema social repulsivo para os interesses das novas gerações, que buscam no mundo atual da modernidade, ter melhor qualidade de vida do que aquela que vivenciam nas suas comunidades de origem.

As aspirações individuais tão características da modernidade reforçam, de forma mais clara, o caráter repulsivo das propriedades estruturais do mundo social da pesca, que se configura como um ambiente indesejado pelos jovens, que desejam a modernidade que esse mundo não oferece. Na verdade, as propriedades estruturais do mundo da pesca artesanal, com todas as características já apresentadas tornam a atividade indesejada pelos jovens que querem melhor qualidade de vida, com bons salários, oportunidades de carreira, acesso a bens e serviços de qualidade, bem-estar físico e segurança, entre outras aspirações típicas da modernidade.

A par das propriedades estruturais atrás identificadas, há que referir também os impactos decorrentes do processo de valorização da chamada pesca industrial com uso de tecnologias, métodos e fortes investimentos de capital. Essa valorização também se torna um desafio a mais para a atividade da pesca artesanal, uma vez que, enquanto a pesca industrial se utiliza do potencial da produção de capitalista no processo de captura, a pesca artesanal ainda utiliza técnicas e recursos tradicionais, pelo que não conseguirá competir com o arsenal de investimentos e recursos utilizados na chamada pesca industrial. Logo, podemos também inferir que o uso de técnicas e recursos rudimentares e secularmente atrasadas são mais uma das propriedades estruturais do subsistema artesanal do mundo da pesca, algo que muito contribui para a baixa qualidade de vida presente nas comunidades pesqueiras tradicionais.

Na atividade pesqueira, como atividade socioeconômica, destacam-se as desigualdades de condições existentes entre propriedades estruturais próprias do subsistema da pesca industrial (que utiliza embarcações de grande porte, motorizadas, tecnologia de pesca de alto impacto, produção dirigida

ao mercado externo e com relações trabalhistas formais entre pescadores e empresas) e o subsistema da pesca artesanal (que, por sua vez, utiliza embarcações de pequeno porte, geralmente movidas à vela, tecnologia de baixo impacto, relações de produção baseadas na parceria e na mão de obra familiar). Essas propriedades estruturais contrastam entre si e podem traduzir-se da seguinte forma: a) uso intensivo de modernas tecnologias; produção virada para exportação; relações de trabalho subordinado, em que os meios de produção pertencem aos empresários capitalistas; b) uso de tecnologias tradicionais; produção virada para comercialização local; relações de trabalho não subordinado, em que os meios de produção são propriedade dos próprios pescadores.

A pesca artesanal (ou de pequena escala) contempla tanto as capturas com o objetivo comercial, associado à obtenção de alimento para as famílias dos participantes, como o da pesca com o objetivo essencialmente comercial. Pode, inclusive, ser alternativa sazonal ao praticante, que se dedica durante parte do ano à agricultura - pescador/agricultor (Dias-Neto & Dornelles, 1996). Diegues (1983) afirma que a pesca artesanal ou de pequena escala parte de um processo de trabalho baseado na unidade familiar, ou no grupo de vizinhança. Tem como fundamento o fato de que os produtores são proprietários de seus meios de produção (redes, anzóis etc.) (PORTAL GEOBRASIL, 2002, p. 135).

De um modo ou de outro, o fato é que as políticas públicas para o desenvolvimento da pesca no Brasil estão longe de se pautarem em um tratamento igualitário e não discriminatório, propiciando *igualdade de oportunidades* entre os atores sociais que constituem o setor, como dizem os pescadores ouvidos através de fóruns estimulados por este estudo - discriminam no acesso aos recursos os agentes que não têm poder político/financeiro, ou seja, os pescadores artesanais.

A pesca artesanal, desestruturada e refém da submissão aos atravessadores, que exploram os pescadores, padece da ausência de ações governamentais de apoio à atividade pesqueira tradicional. Essa são algumas das importantes propriedades estruturais desse sistema social que tem deixando as comunidades pesqueiras tradicionais à mercê da própria sorte, provocando um desinteresse contínuo por essa atividade.

Em seu ensaio, intitulado *Experiências Pastorais no meio dos Pescadores Artesanais*, Bernardo Siry (2003, p. 27) caracteriza os pescadores artesanais como uma “categoria de trabalhadores, totalmente explorada, marginalizada e esquecida”. Esse aspecto foi igualmente observado por Diegues (1995), em sua obra *“Povos e Mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima”*, quando afirma que, diferentemente do que pensam os cientistas, o mar não é apenas povoado por seres não humanos. Fon (2004) *apud* Vasconcelos (2009) ressalta que os registros históricos sobre a civilização humana dão conta de que os seres humanos eram nômades; logo, dependiam exclusivamente da captura de pescado, bem como da caça e coleta de frutos para sua alimentação. Assim, apenas em outro período histórico

começaram as atividades agrícolas e pecuárias, com o cultivo de culturas de plantas e a domesticação de animais, respectivamente.

Cardoso (2005) destaca que os pescadores, nos seus espaços geográficos, defrontam-se com um amplo campo de embate envolvendo seus espaços de vida, moradia e trabalho, seu espaço geográfico e seus territórios. A emergência e a politização de um movimento social de pescadores, em especial nas últimas décadas, apresentam-se como um agente no encaminhamento e nas discussões dessas questões que envolvem a reprodução social dos trabalhadores da pesca. Vale salientar que o trabalho desenvolvido pela Pastoral dos Pescadores - PP, iniciada na década de 1970, segundo Cardoso (2005), foi de fundamental importância para o início da mobilização dos pescadores, em especial no Nordeste e Norte brasileiros.

O que se percebe nas comunidades pesqueiras tradicionais é a manutenção de um cenário de pobreza, precariedade de condições de vida, falta de infraestruturas e de recursos financeiros, já preconizado por Isaac (1997), e que se reproduz nos dias atuais, e dá mostra de algumas das propriedades estruturais que já foram atrás identificadas, tal como descrito:

As condições de vida da maioria das famílias de pescadores artesanais são francamente precárias. A renda obtida pela pesca permite somente um nível de subsistência. A falta de infraestrutura de apoio (gelo, câmaras, etc.), as dificuldades de escoamento da produção e a falta de recursos materiais para comprar equipamentos para a pesca são os entraves mais importantes enfrentados pelos pescadores artesanais. Estes inconvenientes obrigam os trabalhadores da pesca a depender fortemente de atravessadores, que acabam usufruindo da maior parcela da renda gerada pela atividade. Isto é mais intenso ainda, quanto mais isolada e carente seja a comunidade (CARDOSO, P. 28 *apud* ISSAC, 1997)

Um outro problema a ser apresentado no âmbito social é a falta de infraestruturas básicas nas comunidades pesqueiras. Como já mencionado, a situação de carência nessas comunidades é acompanhada pela ausência de serviços básicos, tais como saneamento, educação e saúde, entre outros. A reivindicação por tais serviços aproxima as demandas de serviços públicos por parte dos pescadores de outros setores sociais, ampliando o espectro de atuação e necessidades desses sujeitos sociais.

E não se pode esquecer o aspecto educacional que se reflete na necessidade de estabelecer programas e práticas pedagógicas específicas voltadas a atender a realidade das comunidades pesqueiras, proporcionando educação para jovens e adultos nas próprias comunidades sem a necessidade de migração para áreas urbanas.

Na atividade pesqueira tradicional, a “arte da profissão” de pescador foi reproduzida e repassada de pai para filho nas regiões costeiras do país, sem que acontecesse um processo de qualificação.

Portanto, estruturalmente neste subsistema da pesca artesanal a desqualificação técnica e acadêmica dos recursos humanos é uma das suas propriedades estruturais mais profundamente enraizadas no espaço tempo do mundo da pesca. Assim, o conhecimento do pescador é oriundo de experiências vividas e reproduzidas tradicionalmente nessas comunidades. É fato que a vivência e a experiência das comunidades pesqueiras precisam (e devem) ser preservadas; mas é urgente a necessidade da profissionalização e modernização da atividade da pesca para estimular e promover essa área de saber.

4.6.2. Pesca Industrial: conceito, histórico e características

Antes de mais, não se pode esquecer, como alerta Lopes (2004), que a pesca “artesanal” se diferencia da pesca “industrial” de acordo com o estado ou região e mesmo entre os agentes, não existindo um consenso acerca das características que as distinguem. Seja como for, apesar do potencial natural resultante da extensão da costa e do potencial hídrico do país, a pesca no Brasil, até meados do século XX, caracterizava-se como pesca artesanal para fins comerciais e de subsistência. As políticas governamentais voltadas às atividades econômicas, até então, não priorizaram esse setor. Somente a partir da década de 60, com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, o País passa a ter uma política de incentivo econômico, financeiro e fiscal voltado à atividade pesqueira, direcionado para a chamada indústria de base. Fica claro, como já mencionado anteriormente, que o Brasil mesmo com potencial hídrico e uma imensa costa territorial com enorme potencial natural para a pesca, esta atividade nunca foi atendida devidamente por políticas governamentais efetivas que impulsionassem a pesca e aquicultura, para ter esse setor como uma atividade principal na matriz econômica do país.

Em Pereira (2012, p. 19), encontra-se uma primeira definição para essa modalidade de pesca, assim traduzida:

A pesca é dita industrial quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial.

Para Diegues (1995, p. 62) que denomina o subsistema que constitui a pesca industrial de empresarial-capitalista. Logo, o que aqui se convencionou nominar de pesca industrial pode ser assim caracterizada, em termos regras e recursos que, com base na estruturação se faz presentes no mundo da pesca, o autor também nos ajuda a identificar a partir dos seguintes fatores, algumas das propriedades estruturais atrás referidas:

A propriedade e/ou posse dos instrumentos de produção está nas mãos de uma empresa capitalista; Todas as funções no barco de pesca empresarial são remuneradas por salários; Pescador perde uma parte considerável do seu poder de decisão; A captura do pescado faz-se com modernos equipamentos e tecnologia de ponta na captura do pescado; A produção acontece em escala de

tonelagem com infraestrutura de apoio em terra; A atividade é voltada totalmente para a produção de mercadoria sendo que a reposição de força de trabalho se realiza totalmente através do trabalho assalariado ou equivalente.

Fica claro que a pesca industrial, diferentemente da pesca artesanal, tem como foco a produção industrial de tipo capitalista, em que a captura do pescado com recurso a moderna tecnologia atinge grandes proporções para fins comerciais, principalmente de exportação da produção pesqueira, assente em baixo volume de trabalho assalariado a baixo custo, que representam duas das suas mais importantes propriedades estruturais. Entretanto, adverte-se que a pesca industrial desenfreada vem reduzindo os estoques das espécies marinhas em todo o mundo, pois, ao retirar grandes estoques com tecnologia de ponta, provoca um desequilíbrio nessa reprodução, tendo em vista que tais estoques marinhos não se recuperam na mesma proporção de sua retirada.

Como regra das atividades da pesca industrial no Brasil pode-se auferir que a obtenção dos recursos do mar acontece de forma predatória, desrespeitando a natureza e provocando impacto negativo para a própria atividade, diminuindo o interesse econômico e afastando investidores para a exploração desses recursos. A Legislação sobre agricultura e Pesca (2015, p. 13) apresenta o seguinte registro:

A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), por meio da Lei Delegada nº 10, de 1962, modificou radicalmente aquele cenário. Ao longo de sua existência, que se estendeu até 1989, essa autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura promoveu a industrialização do setor pesqueiro por meio de incentivos fiscais. Promoveu também sua modernização tecnológica sem alterar as relações de produção e direcionou o esforço de pesca - de forma insustentável - à captura de espécies de larga aceitação no mercado internacional.

A criação da SUDEPE promoveu um crescimento significativo na produção pesqueira através da pesca industrial. No entanto, o volume da captura, sem respeitar os ciclos de recuperação das espécies marinhas, começou a afetar os estoques levando-os à exaustão. A exploração desenfreada promoveu um decréscimo da produção dos estoques pesqueiros naturais, fazendo da atividade pesqueira industrial uma atividade estruturalmente destruidora dos recursos e o meio ambiente marítimo devido à forma depredatória como efetua as capturas de pescado. Assim, a atuação da SUDEPE teve, no início, uma importante contribuição na indústria pesqueira. Todavia, na década de 80, com a diminuição da produção, sua atuação passou a ser questionada, sendo esse descrédito determinante para a extinção da referida autarquia, o que se deu em 1989.

Neto (2010, p. 68) assim pondera sobre esse acontecimento:

O declínio ou fracasso do modelo adotado pela SUDEPE (implantado com o apoio da FAO, a partir de meados dos anos 1960), pode ser visto por vários ângulos, tais como: o inadequado uso de incentivos fiscais e creditícios; o pouco apoio à pesca artesanal ou de pequena escala; os escândalos

de corrupção; e, principalmente, a promoção danosa do uso dos principais recursos pesqueiros, resultando na sobrepesca, ou mesmo, o colapso de recursos importantes.

Entretanto, uma das formas inquestionáveis de ilustrar o fracasso do modelo empreendido pela SUDEPE é pela análise do declínio que ocorreu com a produção total da pesca extrativa. O declínio da produção ocorreu devido ao comprometimento do uso dos principais recursos pesqueiros.

Com o fracasso da SUDEPE, em 1989, por meio da Lei nº 7.735, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, autarquia que passou a gerenciar os assuntos da pesca entre 1989 e 1998. Esse órgão estabeleceu diretrizes ambientais com o objetivo de recuperar os estoques pesqueiros, adotando medidas de ordenamento, a exemplo do controle ambiental nos períodos de defeso.

O que se verifica é que mesmo quando aconteceu a intervenção governamental, de forma desarticulada e sem um planejamento, fracassou. O que reforça a afirmativa de que o sistema social da pesca sempre esteve entregue à própria sorte, ou seja, de que a desregulação da atividade pesqueira industrial se constitui como uma das suas propriedades estruturais. Mesmo quando, timidamente tal aconteceu com base em regras e preceitos governamentais, tal não impulsionou efetivamente a atividade, pelo que, Estado brasileiro continuou a deixar o mundo da pesca à própria sorte.

De 1998 a 2002, o gerenciamento e acompanhamento do setor pesqueiro ficaram sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura que contava com um Departamento voltado à Pesca e à Aquicultura. Em 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP, que gerenciou os assuntos da atividade pesqueira até 2009, quando foi instituída a Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009, e foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (PEREIRA, 2012).

O Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA atuou de 2009 a 2016. Contudo, com a entrada de Michel Temer como Presidente da República, em razão do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016, esse Ministério foi extinto e suas ações passaram a ser incorporadas novamente pelo Ministério da Agricultura.

Segundo o 1º Anuário Brasileiro da Pesca e aquicultura (2014), o Brasil apresenta vantagens excepcionais para o desenvolvimento da aquicultura e da pesca extractivista marinha. Com uma costa litorânea de 8,4 mil quilômetros, 5,5 milhões de hectares de reservatórios de água doce, clima favorável, terras disponíveis, mão de obra relativamente barata e crescente mercado interno, a produção brasileira de pescados atingiu, em 2011, quase 1,4 milhão de toneladas, conforme os números do mais recente Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca (MPA). Desse total, 628.704,3 toneladas foram produzidas em cativeiro. A atividade pesqueira brasileira gera um PIB nacional de R\$ 5

bilhões, mobiliza 800 mil profissionais e proporciona 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos. A meta do governo, à época, era incentivar a produção nacional para que, em 2030, o Brasil alcançasse a expectativa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e se tornasse um dos maiores produtores do mundo, com 20 milhões de toneladas de pescado por ano. Em 2014, o País estava entre os 20 maiores produtores no *ranking* mundial na produção total de pescados.

Além da pesca extractivista, a aquicultura no Brasil passou a ter importante contribuição para o desenvolvimento do setor pesqueiro. O País possui imenso potencial para o cultivo de espécies aquáticas com fins comerciais, pois, além de ter uma vasta extensão territorial possui uma das maiores reservas hídricas do planeta.

Na ótica de Ostrensky, Borghetti e Soto (2008), no caso da aquicultura, essa definição não é tão simples. Uma análise da descrição dada para “aquicultura industrial” pela Lei Estadual Paraense N° 6.713, de 25 de janeiro de 2005, publicada no diário oficial edição N° 030365 de 27/01/2005, demonstra o quão complexa é a questão. Segundo essa lei, entende-se como aquicultura industrial a atividade de cultivo intensivo ou super intensivo de seres vivos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida, praticada por pessoa jurídica que utilize tecnologia para o cultivo ou beneficiamento com média e alta escala de produção, dimensionada conforme regulamentação específica.

Todavia, mesmo considerando os indicadores estatísticos positivos quanto à pesca e aquicultura no Brasil, dado o enorme potencial do país verifica-se que os números são modestos. Esta realidade comprova que, incluindo a aquicultura industrial, no mundo social da pesca no Brasil, as políticas governamentais, quando existiram, aconteceram de forma desarticulada, sem uma efetiva continuidade para superar as dificuldades e impulsionar o setor.

Para uma melhor compreensão acerca da pesca industrial apresenta-se o conceito de Diegues (1983) *apud* Gebrasil (2002, p. 135-136):

Diegues (1983) subdivide a pesca empresarial/industrial de pesca e a empresarial ou industrial. A pesca empresarial desenvolvida por armadores de pesca caracteriza-se pelo fato de os proprietários das embarcações e dos petrechos de pesca. Os armadores não participarem de modo direto do processo produtivo, função delegada ao mestre da embarcação. Estas são de maior porte e raio de ação que aquelas utilizadas pela pequena escala e exigem uma certa divisão de trabalho entre os tripulantes, mestre, cozinheiro, gelador, maquinista, pescador, etc. Além dos seus motores propulsores, dispõem ainda de certos equipamentos auxiliares à pesca, exigindo algum treinamento formal para determinadas funções que, no entanto, não substituem completamente o saber-fazer dos pescadores e, sobretudo, do mestre, que o emprega da mesma forma que os pescadores de pequena escala, grupo social do qual, em geral, provém. A mão de obra, como na pesca de pequena escala, continua a ser remunerada pelo sistema de partes, ainda que para algumas funções possam existir formas de assalariamento complementar. Na pesca industrial, a empresa é proprietária tanto das embarcações, como dos apetrechos e pesca. É organizada em diversos setores e, em alguns

casos, integra verticalmente a captura, o beneficiamento e a comercialização. As embarcações dispõem de mecanização não só para deslocamento, mas também para o desenvolvimento das fainas de pesca, como o lançamento e recolhimento de redes e, em alguns casos, beneficiamento do pescado a bordo, o que não acontece com as artesanais. A mão de obra, embora recrutada em sua maioria entre pescadores de pequena escala ou nos barcos de armadores, necessita de treinamento específico para a operação da maquinaria que vem substituir de maneira mais profunda o saber-fazer adquirido pela tradição. É da prática comum o regime de salário mensal ou semanal, embora apenas como um piso mínimo, pois ainda predomina o pagamento de partes, que passam a ser calculadas sobre o valor global da produção. (PORTAL GEOBRASIL, 2002, p. 135).

O relato de Diegues nos faz perceber que mesmo no subsistema da pesca industrial, onde os recursos começam a ser introduzidos com traços de modernidade com a inserção de tecnologias, necessidade de mão de obra especializada e salários regulamentados pela lei neste ramo, não diferentemente da pesca artesanal, não estimula os jovens a atuar nela. Ou seja, algumas propriedades estruturais mais repulsivas próprias do subsistema da pesca artesanal parecem reproduzir-se neste ramo da atividade pesqueira, tornando pouco atrativa o exercício de uma profissão qualificada, pelo que não desperta a atuação dos jovens que desejam bons salários, ascensão profissional e melhor qualidade de vida. De fato, também na pesca industrial, o trabalho também é visto como árduo e desvalorizado, com baixos salários, o que também desfavorece os profissionais que atuam na atividade. Essa realidade reforça importantes propriedades estruturais deste sistema social - trabalho árduo, desvalorização profissional e baixa qualidade de vida.

No relato do Líder A deixa claro que ao afirmar que na região de Macau onde esta o IFRN não tem pesca industrial, não tem outra atividade de pesca que não seja a artesanal. Ainda segundo o Líder A, que é um defensor da pesca artesanal, a pesca industrial tem apenas um cunho empresarial que visa ao lucro e, visando ao lucro, o homem se torna muito passível da exploração do trabalho. A pesca industrial explora os pescadores e coloca a jornada de trabalho fora das regras da legislação trabalhista, mas que economicamente lhe traz um retorno maior (mais lucro).

Assim é possível aferir que até mesmo na pesca industrial, em que a modernidade do processo de captura, beneficiamento e comercialização se torna mais latente com traços de modernidade, existem disparidades quanto à valorização profissional e à real capacidade desse segmento atrair o interesse dos jovens para a atuação profissional.

4.7. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo buscou apresentar os conceitos sobre a pesca artesanal e industrial. Apresentou dados da pesca no cenário mundial, nacional, regional e local, dando maior ênfase à pesca artesanal

pois é nessa atividade que se concentram mais de 90% dos trabalhadores do setor registrados no Brasil. Mesmo com a vocação natural para a atividade pesqueira, fica evidente que, ao longo do tempo, no Brasil, não se criaram políticas de estímulo capazes de alavancar e valorizar a atividade pesqueira.

Além disso, as questões sociais que envolvem essa tradicional atividade no Brasil são inúmeras, e todos esses problemas, alguns seculares, geram um desestímulo crescente nas novas gerações. O ambiente social da pesca se expressa como sendo de simplicidade, de dificuldade e de tradições reproduzidas e perpetuadas ao longo do tempo e do espaço com poucos traços de modernidade.

Recorrendo-se a Giddens (2000), procurou-se fundamentalmente identificar as propriedades estruturais próprias do sistema social que constitui o mundo da pesca, tanto na sua dimensão artesanal como na sua dimensão industrial. Assim, no Quadro 11, apresentam-se as propriedades estruturais do mundo social da pesca que foi possível identificar ao longo deste capítulo.

Quadro 11: Sinopse das propriedades estruturais do sistema social do mundo da pesca

| Subsistema artesanal | Subsistema industrial |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Baixa qualidade de vida das comunidades pesqueiras, dos pescadores e das famílias • Mão-de-obra familiar e individual por conta própria, informal, desqualificada e não remunerada (formada por microempresas familiares ou individuais) • Baixa absorção de mão-de-obra qualificada • Ausência de acesso aos direitos trabalhistas e sociais • Atividade de subsistência econômica • Elevada absorção de mão-de-obra • Desvalorização do trabalho das mulheres • Altos índices de analfabetismo • Trabalho árduo e arriscado • Resistência à inovação, com uso de técnicas tradicionais e transmissão geracional do conhecimento • Comercialização do pescado baseada na submissão dos pescadores aos atravessadores • Dependência do poder político • Menosprezo estatal pela atividade pesqueira artesanal com ausência de políticas governamentais de valorização da mesma • Escassez de investimentos no desenvolvimento e modernização da atividade • Atividade desregulada e predatória dos recursos marinhos | <ul style="list-style-type: none"> • Baixa qualidade de vida dos profissionais contratados e das suas famílias • Mão-de-obra assalariada desqualificada, com salários baixos pagos por partes • Baixa absorção de mão-de-obra (qualificada e não qualificada) • Trabalho árduo e arriscado • Ausência de acesso aos direitos trabalhistas e sociais • Ausência de políticas governamentais de valorização da atividade pesqueira • Atividade vocacionada para a exportação do pescado • Atividade desregulada, sazonal e predatória dos recursos marinhos |

Nota Fonte: Elaboração própria (2018).

É preciso justificar essas propriedades estruturais. No fundo, são regras e recursos que organizam as relações de interação social entre os atores do mundo social da pesca. Numa perspectiva de interação face a face contata-se que as maneiras de viver das comunidades pesqueiras tradicionais no Brasil, estão secularmente centradas nas tradições, cultura, valores, crenças, costumes e métodos de trabalho arcaicos que se contrasta entre a tradição reproduzida nesse sistema social e afasta o interesse das novas gerações

em atuar ou intervir. Predomina a tradição reproduzida que passa de geração a geração. Com baixo desenvolvimento associado a dependência e a subordinação dos produtores artesanais e que caracterizam as condições sociais de pobreza que imperam nestas comunidades tradicionais.

Esse cotidiano revela um sistema social de pobreza e baixa expectativa para os mais jovens e que afasta destes o interesse em atuar e intervir nele. A rotinização dessa estrutura social acontece de forma a perpetuar e reproduzir este modelo, distanciando a possibilidade de mudanças e modernização que possa atrair o interesse das novas gerações em intervir e transformar este sistema social.

A tríade que alicerça os estudos de Giddens (2009) está pautada em uma ênfase no caráter ativo (em que o indivíduo não é apenas um agente passivo no contexto social em que vive; é predisposto a reproduzir o modelo social da comunidade em que vive); em um posicionamento reflexivo (o indivíduo é capaz de analisar e tomar decisões contrárias a regras estabelecidas pelo modelo; sua conduta humana é fruto de sua reflexividade) e na rejeição, a partir da reflexividade, ao modelo que não o atrai, não o instiga, não lhe apetece como forma de proposta (aí o indivíduo é capaz de promover suas próprias reflexões e tomar decisões contrárias ao modelo que vivencia).

A contextualização apresentada neste capítulo, tais quais: abordagem conceitual e histórica do mundo da pesca, os dados estatísticos, os relatos dos ouvidos nas entrevistas, bem como, a legislação apresentada neste capítulo, corroboram para compreender que o Brasil, apesar do imenso potencial para atividade da pesca e aquicultura, não tem esta atividade como sendo principal na sua matriz de prioridades para o desenvolvimento do país.

O que permite constatar que as comunidades pesqueiras carecem de apoio, de toda natureza, vivendo a margem da modernidade, isoladas em práticas de pesca artesanal com seus costumes e tradições secularmente reproduzidos. Dito isto, considera-se que as propriedades estruturais desse sistema social formam um cenário de repulsividade aos interesses das novas gerações em permanecer, intervir ou atuar nele. Não surpreenderá, que em especial os jovens mais qualificados, rejeitem as propriedades estruturais enraizadas neste sistema social. Por assim dizer, as consideram tendencialmente repulsivas, reagindo reflexivamente e positivamente aos apelos individuais da modernidade (ou modernidade tardia), no sentido de rejeitar esse modelo e buscar fora dele alternativas para uma melhor qualidade de vida.

5. METODOLOGIA

5.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo, contemplam-se os procedimentos metodológicos em que se ancora a investigação, especifica-se o paradigma escolhido, os instrumentos de pesquisa, os sujeitos selecionados, os relatos de vivência e a construção do arcabouço de interpretações, que possibilitou o entendimento das variáveis presentes nas comunidades da pesca artesanal, bem como a definição de proposições que enfrentem os desafios encontrados.

O *Campus* do IFRN (Macau) está localizado em uma região com vocação natural para a atividade pesqueira. Estima-se que 70% da pesca artesanal do Estado do Rio Grande do Norte derivem da região da costa branca potiguar. Essa vocação natural para o exercício de tal atividade provocou a criação do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, em 2009, visando formar profissionais que intervenham no desenvolvimento dessa atividade.

A decisão de criar o referido curso foi tomada a partir de audiência pública promovida durante o processo de instalação do IFRN - *Campus* Macau, para atender a uma reivindicação da comunidade local, que apontou a coerência de um curso voltado às necessidades do setor pesqueiro. Assim, em 2009, o curso técnico em Recursos Pesqueiros começou a ser ofertado. Os inúmeros desafios da formação nessa área desencadearam o interesse do autor desta Tese de Doutorado e atual Diretor do IFRN - *Campus* Macau, para identificar as variáveis que afetam a expressiva desmotivação dos jovens em se qualificar ou aproveitar a sua qualificação técnica e científica nessa atividade.

Na expectativa de atingir os objetivos da pesquisa foram ouvidos, além dos jovens alunos e egressos do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, vários outros atores importantes nesse cenário (sempre visando uma maior verticalização da abordagem), tais como líderes ligados à atividade pesqueira da região, empresários e autoridades públicas inseridas no contexto da atividade pesqueira, bem como servidores e gestores do IFRN - *Campus* Macau que lidam diretamente com a atividade de formação técnica nessa área.

Deve-se enfatizar que o foco da pesquisa são as práticas dos jovens, no papel de alunos do Curso de Recursos Pesqueiros, (oriundos da região e de outras regiões) que almejam a formação técnica profissionalizante ofertada pelo IFRN.

Assim, procurou-se fazer uso de técnicas e instrumentos compatíveis com o que se pretende investigar, buscando compreender o cenário em que esse jovem aluno de Recursos Pesqueiros vive e no qual interage, seja na realidade de sua comunidade, no ambiente do próprio IFRN, seja nos diversos grupos sociais com os quais conviver.

5.2. A ESCOLHA DO TEMA INVESTIGADO

O tema surgiu a partir de 2010, quando da aprovação do pesquisador-autor em concurso público para docente na área de Cooperativismo e Associativismo, especificamente no Curso Técnico em Recursos Pesqueiros. Desde esse momento, surgiu uma inquietação quanto ao processo de formação e a real inserção dos formandos no mercado de trabalho na área pesqueira. A atuação deste autor como docente do curso técnico em Recursos Pesqueiros e, posteriormente, como Coordenador de Extensão do *Campus* Macau permitiu não só vivenciar a formação, mas também conhecer a realidade das empresas e órgãos públicos ligados à atividade pesqueira na região.

Em variadas visitas às empresas, em sua maioria ligadas à atividade de carcinicultura na região, o autor deste estudo pôde constatar inúmeras dificuldades que lhes são peculiares, em especial a falta de profissionalização de seus colaboradores. Essa alegação favoreceu, particularmente, o aprofundamento da investigação aqui apresentada.

Lidar com as turmas de Recursos Pesqueiros, como docente, despertou o espírito de pesquisador ao perceber a falta de estímulos e mesmo o desinteresse dos discentes pelo curso. Junte-se a isso o fato de que o próprio cenário do IFRN fazia-se avesso à realidade vivenciada por esses jovens em suas comunidades pesqueiras.

A convivência com os alunos do IFRN - *Campus* Macau, a experiência como docente, a atuação como gestor dessa unidade de ensino e a pesquisa-piloto balizaram a escolha do tema desta tese, tanto em seu recorte teórico quanto metodológico.

Parece necessário dizer, dados os preliminares encaminhamentos, que os sujeitos de pesquisa são os alunos do curso Técnico em Recursos Pesqueiros; afinal representam os atores principais no processo de formação. Como vivem? Como se relacionam? Quais suas aspirações profissionais? Qual seu olhar quanto à realidade social da pesca e das comunidades em que vivem? Estas são algumas questões aqui tratadas, na expectativa de elucidar o desinteresse dos jovens na formação em Recursos Pesqueiros, para poder traçar estratégias que estimulem o seu interesse pelo curso, com rebatimentos sobre a atuação na área da pesca.

5.3. A SELEÇÃO DO ESPAÇO INVESTIGADO E DOS ATORES DA PESQUISA

O espaço geográfico em que se circunscreve este estudo concentra-se na região em que se situa o IFRN - *Campus* Macau.

O espaço social corresponde ao cenário em que vivem os jovens alunos; em sua percepção, o mundo da pesca e o IFRN onde recebem a formação técnica. Bem mais especificamente, toda a conjuntura interna e externa que influencia as ações do curso técnico em Recursos Pesqueiros.

O espaço temporal da pesquisa está delimitado no período compreendido entre 2014 e 2017, tempo em que a pesquisa de campo foi realizada com os atores envolvidos no contexto da formação técnica oferecida pelo IFRN.

No que se refere à tipologia para a análise do campo de estudo, podem-se destacar inúmeros fatores que contribuíram para a melhor compreensão da realidade social dos jovens e que afetam o seu comportamento de desestímulo pelo Curso Técnico em Recursos Pesqueiros.

Uma questão prático-metodológica fez-se necessária, pois além de se definir os atores que atuam no cenário da formação, tornou-se fundamental buscar testemunhos e relatos objetivos e subjetivos a fim de identificar o maior número possível de variáveis que afetam o estímulo ou desestímulo na formação em Recursos Pesqueiros. O ambiente e o cotidiano no IFRN, decerto, podem influenciar na interpretação e criticidade de mundo e na percepção deste. Todo esse novo contexto de possibilidades e oportunidades que a formação no IFRN oferece a esses jovens impacta e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, se confronta com a realidade a que estão habituados nas comunidades em que vivem.

5.4. INSTRUMENTOS UTILIZADOS

A pesquisa ora desenvolvida tem um foco no método qualitativo. Para sua operacionalização, utilizaram-se várias técnicas e instrumentos de recolha de dados, próprios da pesquisa em ciências sociais, tais como: observação direta, anotações em diário de campo, entrevistas, inquéritos, bem como livros, documentos e relatórios do IFRN, entre outros documentos disponíveis e disponibilizados.

A pesquisa de campo ocorreu entre 2015 e 2016, em duas fases, a primeira das quais correspondente à realização de uma pesquisa piloto. Nas duas fases, participaram 44 pessoas, dentre alunos, docentes/servidores e gestores do IFRN, lideranças da pesca, empresários e gestores municipais. A distribuição deu-se da seguinte maneira: na pesquisa piloto, foram ouvidos 12 jovens, um empresário e um docente; na pesquisa final, ouviram-se 16 jovens, em áudio, com a posterior transcrição de seus depoimentos, realizaram-se 10 entrevistas com servidores do IFRN e 4 entrevistas com empresários e líderes ligados à pesca.

Vale salientar que parte dos atores deste estudo - servidores do IFRN - foram interpelados em entrevistas, do tipo de conversas informais, a maioria delas realizadas no próprio ambiente do IFRN. Configuradas nesses moldes, vale dizer que essas entrevistas “são mais semelhantes a conversas entre

dois confidentes do que a uma sessão formal de perguntas e respostas entre um investigador e um sujeito” (BOGDAN; BLIKEN, 1994, p. 68).

Os instrumentos utilizados foram roteiros de perguntas (Apêndice I e Apêndice II), aplicadas em oficinas de trabalho (reuniões) e em entrevistas individuais realizadas em 2015 e 2016. Esses encontros possibilitaram compreender, de forma parcial, as causas que levam à desmotivação dos jovens pelo curso e revelaram a necessidade da elaboração de entrevistas mais direcionadas para apurar essas causas, assim como indicaram ser necessário construir, de forma mais específica, os roteiros de entrevistas com os demais atores ouvidos neste estudo, possibilitando que as questões centrais desta pesquisa fossem respondidas.

Após esse levantamento (escuta de depoimentos diretos e, quando necessário, pelo retorno de algumas informações complementares solicitadas), as falas foram gravadas (transcritas), sistematizadas, analisadas e dispostas na forma de “falas textuais” (*ipsis literis*) e ainda sumarizadas em quadros-síntese. Deve-se esclarecer que os roteiros e também as entrevistas realizadas na pesquisa final se encontram em apêndice, sob forma de transcrições-síntese (Apêndice II).

5.5. TIPO E MÉTODO DE PESQUISA

O presente estudo se ampara na pesquisa qualitativa-descritiva. Nas ciências sociais, o método qualitativo é, segundo Haguette (2007, p. 63), assim considerado:

Enquanto que os quantitativistas justificam seu uso sob o argumento de impossibilidade de geração de dados estatísticos ou por razões de custo ou rapidez na pesquisa (Boudon, 1971, Lazarsfeld, 1969), os qualitativistas consideram a superioridade do método que fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais, seja a incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos.

Na percepção de Silva e Menezes (2005, p. 20), a pesquisa qualitativa pode ser assim compreendida:

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Sob tais enfoques, não resta dúvidas quanto ao fato de que a pesquisa ora desenvolvida inscreve-se no paradigma qualitativo. Tal opção justifica-se em razão de ser esse método mais adequado à natureza do objeto investigado, haja vista que o foco está voltado para o processo do uso da linguagem,

sendo o conhecimento considerado como uma prática discursiva construída nas relações interpessoais (MOITA LOPES, 1994). Ademais, o pesquisador, nesse contexto, não está isento das questões que o cercam, e sim é parte integrante dos elementos formadores da pesquisa, de modo que o seu posicionamento é o de um observador humano, além disso, vale considerar que, na relação entre pesquisador e pesquisado, um não pode emudecer a voz do outro (OLIVEIRA, 2012).

Assim sendo, o pesquisador passa a ter papel de intermediador dos fatos, posicionando-se na medida do necessário e, ao mesmo tempo, como agente também desse contexto, contribuindo para elucidar as posições e colocações dos entrevistados e até mesmo confrontar os seus próprios posicionamentos. Sob tais condições, o pesquisador atua como agente participante, ora assumindo o papel de pesquisador, ora de pesquisado tentando, simultaneamente, manter a neutralidade para poder elucidar as considerações/contribuições e atingir os objetivos pretendidos.

A pesquisa participante, segundo Haggnette (2007) acontece de forma concomitante, reunindo investigação e ação, dando-se a participação conjunta do pesquisador e dos sujeitos pesquisados, firmando seu objetivo de mudança ou transformação social. Segundo Stake (2007, p. 107), “o investigador de caso desempenha papéis diferentes e tem opção quanto à forma como eles serão desempenhados”, ora atuando como professor, como defensor, como avaliador, como biógrafo ou como intérprete.

Em síntese, a pesquisa ora apresentada utiliza métodos de análise qualitativa; isso porque a análise é contextualizada, dotada de subjetividade e relaciona o ambiente em que está inserido o IFRN Macau e os sujeitos deste cenário: a entidade IFRN, os jovens recém ingressos, os alunos e egressos do Curso de Recursos Pesqueiros, empresários da pesca da região salineira, professores e gestores do Curso, além de lideranças da região ligadas à temática da pesca.

Em se tratando dos objetivos, vale sublinhar o fato de que este estudo assume um caráter descritivo. Para melhor compreender tal referência toma-se a concepção de Silva e Menezes (2005, p. 20) para quem a pesquisa descritiva “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento”.

Nessa mesma linha de pensamento, Dencker (2000) que utilizar esse tipo de estudo quando trabalha com uma ou com poucas unidades de pesquisa (um indivíduo, um grupo, uma organização, um conjunto de organizações ou uma situação observada), permite aprofundar e detalhar os conhecimentos sobre estas, seja a pesquisa realizada em campo ou não. A pesquisa ora realizada assume também esse

caráter, na medida em que busca apontar e interpretar as variáveis que afetam o desestímulo dos jovens quanto à formação técnica em Recursos Pesqueiros.

Para além dessas considerações, é preciso acrescentar o fato de que também foi utilizado o procedimento metodológico de estudo de caso; aliás, um dos métodos preferidos no exame dos eventos contemporâneos. O estudo de caso conta com muitas das técnicas da pesquisa histórica, mas adiciona duas fontes de evidência geralmente não incluídas no repertório do historiador: observação direta dos eventos que estão sendo estudados e entrevistas das pessoas envolvidas nesses eventos. É necessário dizer que, embora os estudos de caso e as pesquisas históricas possam sobrepor-se, a força exclusiva do estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefactos, entrevistas e observações - além do que pode estar disponível em um estudo histórico convencional, em algumas situações, como a observação participante (YIN, 2010). Como o foco da pesquisa está centrado nos jovens, alunos do curso técnico em Recursos Pesqueiros do IFRN - *Campus* Macau, fica evidente a aplicação do estudo de caso.

Para a compreensão das variáveis que afetam o comportamento dos jovens e o despertar de interesse ou não pelo curso técnico em Recursos Pesqueiros, também foram ouvidos os atores relacionados ao processo de formação e profissionalização da pesca em Macau - RN, a partir da experiência do IFRN.

Antes de apresentar os atores desta pesquisa, é importante ressaltar a experiência do pesquisador, ora como docente e também Diretor Geral do IFRN - Macau, ora como pesquisador-investigador-participante, envolvido neste enredo. Tais circunstâncias permitiram-lhe melhor visualizar a problemática proposta, através da observação e da sensibilidade de quem vivencia a formação dos jovens e percebe o desinteresse desses pelo curso técnico em Recursos Pesqueiros. Por tal razão, o pesquisador também apresenta seu próprio depoimento nas análises, contemplando suas ações de intervenção, realizadas ao longo de sua atuação como gestor do *Campus*, com o intuito de fortalecer o curso e contribuir para melhorar a percepção da comunidade interna e externa quanto à formação em Recursos Pesqueiros.

Com essa perspectiva, uma pesquisa-piloto foi realizada, em 2015, utilizando a técnica de investigação qualitativa, precisamente o modelo de grupo focal, por meio de inquérito, a fim de ouvir, de forma preliminar, os depoimentos e considerações dos atores. Na oportunidade, foram ouvidos alunos, servidores, empresários e autoridades envolvidos nesse enredo. Ressalta-se que o próprio pesquisador-autor foi o intermediador desse evento, o que permitiu mapear os condicionantes para a elaboração da

pesquisa final. A aplicação da técnica de grupo focal forneceu subsídios metodológicos para a realização da pesquisa-piloto descrita a seguir.

5.6. A PESQUISA PILOTO

Considera-se que esse momento foi importante para o amadurecimento da problematização do objeto de estudo. A utilização da técnica de grupo focal favorecem a coleta dos discursos dos atores. Trata-se de interlocuções sob forma de debate oral, estimuladas a partir de um roteiro de perguntas feitas e da criticidade do pesquisador.

Sob a ótica de Morgan (1997) grupo focal é uma técnica de pesquisa que coleta dados, por meio das interações grupais, ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador.

Kind (2004, p. 125), numa visão mais vertical, assim esclarece sobre essa técnica:

Os grupos focais utilizam a interação grupal para produzir dados e insights que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo. Os dados obtidos, então, levam em conta o processo do grupo, tomados como maior do que a soma das opiniões, sentimentos e pontos de vista individuais em jogo. A despeito disso, o grupo focal conserva o caráter de técnica de coleta de dados, adequado, *a priori*, para investigações qualitativas.

Ainda sobre o grupo focal é preciso levar em consideração algumas variáveis definidas por Kind (2004), tais como: definição do local, número de participantes, moderador, guia para o tema, condução da discussão, etapas, análise dos dados e resultados obtidos. No caso da pesquisa-piloto, abordando o tema da formação técnica em Recursos Pesqueiros, o local escolhido foi o próprio IFRN - *Campus* Macau, o número de participantes foi definido levando em conta o maior envolvimento dos jovens formandos; o moderador foi o próprio pesquisador; o guia de perguntas sobre o tema foi elaborado também pelo pesquisador, que conduziu a discussão, direcionando o debate para o foco investigado, como já explicado anteriormente. Todas as interlocuções foram gravadas em áudio e vídeo, e posteriormente interpretadas nas análises para produzir os resultados almejados.

A realização desse grupo focal com alunos, egressos, docentes, empresários e autoridades ligados à atividade pesqueira deu-se em razão de se entender, à época, que esses atores poderiam apresentar um conjunto de variáveis capazes de possibilitar o mapeamento de grande parte da problemática relacionada com a (des)valorização e o (des)crédito referentes à formação técnica em Recursos Pesqueiros. A execução dessa pesquisa-piloto permitiu melhor estruturar a pesquisa a ser aplicada para captar os fatores que afetam a real percepção e o interesse desses jovens quanto à sua formação técnica, além das interferências na percepção de mundo promovida pelo IFRN no processo de formação.

A pesquisa-piloto ocorreu durante a oficina realizada na 5ª Exposição Científica, Tecnológica e Cultural (V EXPOTEC, em 2015⁶). Tais ações permitiram amadurecer inúmeras considerações sobre o processo de formação técnica em Recursos Pesqueiros. O encontro aconteceu na sala de aula 10 do IFRN - *Campus* Macau, em 2015. Nesse processo, contou-se com a presença de 22 participantes, assim distribuídos: 2 professores do curso, 2 ex-alunos do curso de Recursos Pesqueiros (egressos), 1 representante da secretaria de pesca do município de Macau, 1 empresário carcinicultor, 12 alunos de Recursos Pesqueiros do segundo e terceiro ano do curso e 4 jovens da comunidade que não são alunos do IFRN.

Vale ressaltar o fato de que a escolha dos jovens se deu por pesquisa de amostragem simples de forma que permitiu que qualquer um dos alunos pudesse participar sem nenhuma distinção. Dentre os participantes, havia alunos recém-ingressantes, alunos concludentes, alunos com mais de 50% de curso, alunos egressos já atuando em empresas. Na oportunidade, buscou-se dar vez e voz a todos, não importando o nível de formação do curso técnico em Recursos Pesqueiros, para poder identificar a percepção de quem está chegando, de quem vivencia e de quem terminou o curso. As entrevistas, que ocorreram em ambiente fechado, com a prévia autorização dos participantes, foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritos *ipsis literis*.

Como a pesquisa-piloto foi promovida e articulada pelo próprio pesquisador, considera-se que o objetivo pretendido foi alcançado com êxito, uma vez que todas as informações coletadas permitiram o aprofundamento do tema central.

5.7. OS ATORES DA PESQUISA, A AMOSTRA E O TRATAMENTO DOS DADOS: PESQUISA-PILOTO E PESQUISA FINAL

5.7.1. Os alunos e os egressos do curso Técnico em Recursos Pesqueiros

Os jovens foram ouvidos em dois momentos. Em uma primeira vez, durante a pesquisa-piloto, em 2015, quando participaram da audição 12 alunos (recém-ingressantes no curso, alunos dos anos intermediários e egressos). Na ocasião, também se registrou a participação de docentes, de jovens das comunidades que almejavam ingressar no IFRN, em especial no Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, de um empresário do ramo da carcinicultura e do então secretário de pesca do município de Macau, somando ao todo 22 participantes (ver Apêndice I).

⁶ “A EXPOTEC - Exposição Científica, Tecnológica e Cultural faz parte do calendário acadêmico do IFRN e visa apresentar, ao público em geral, uma mostra dos trabalhos produzidos por alunos e servidores nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão” (Extraído de: <http://portal.ifrn.edu.br/extensao/expotec>).

Em um segundo momento, em 2016, já na fase de pesquisa final, foram ouvidos em entrevista, mediante roteiro de acompanhamento, 16 jovens. A entrevista foi gravada em áudio, com duração variável de 8 a 45 minutos (ver Apêndice II).

As entrevistas foram transcritas, compiladas e cruzadas para obter respostas às questões de pesquisa deste estudo. No capítulo das análises, optou-se por transcrever trechos dos depoimentos que possibilitassem elucidação das questões desta tese visto que todos eles foram considerados na construção das análises.

Em sua totalidade, na pesquisa piloto e na pesquisa final, foram realizadas 28 entrevistas com alunos e egressos do curso. Considera-se que a quantidade de questionamentos aplicados aos jovens atende ao objetivo proposto de mapear os condicionantes internalizados pelos jovens quanto à formação na área de recursos pesqueiros.

Considera-se, também, que a quantidade de entrevistas realizadas atendeu aos objetivos deste estudo, pois os jovens ouvidos nesta pesquisa externaram sua percepção sobre o curso, suas expectativas e anseios referentes à formação e profissionalização como Técnico em Recursos Pesqueiros, bem como as expectativas referentes ao mercado de trabalho na área da pesca, seus anseios pessoais e expectativas de crescimento e melhoria da qualidade de vida.

5.7.2. Outros atores ouvidos na pesquisa - pesquisa final

Para melhor compreender a atividade pesqueira na região, e também elucidar a percepção dos que atuam diretamente na formação técnica no IFRN, foram ouvidos 16 outros atores importantes na composição desse cenário, observa-se que as questões propostas nessa abordagem constam no Apêndice II:

- como o então Secretário de Pesca do Município de Macau;
- os docentes, o coordenador, os técnicos administrativos e o diretor acadêmico do *Campus*, num total de 10 participantes;
- os empresários que atuam na região (foram ouvidos 2 empresários, um ligado à pesca artesanal e outro à atividade de carcinicultura. Vale salientar que o empresário ligado à carcinicultura já recebeu vários alunos do curso de Recursos Pesqueiros para a atividade de estágio e prática profissional, o que de certa forma “autoriza” seu parecer quanto ao perfil dos jovens e a postura profissional desses no ambiente empresarial da pesca);
- o Sr. Luis Ribeiro da Silva (mais conhecido como “ITA”, ligado à Pastoral da Pesca e líder na comunidade de Diogo Lopes, distrito do município de Macau - importante cenário da pesca artesanal, e ainda a Sra. Maria das Dores de Melo, mais conhecida como “Dona Dorinha”, professora aposentada, também ligada ao movimento dos pescadores da comunidade desde a década de 80, ambos ligados a movimentos em defesa da pesca artesanal na região);

- e o então Diretor Geral do IFRN - *Campus* Macau, também pesquisador-autor deste estudo. No relato do gestor, foi explicitada sua percepção no sentido de fortalecer o curso e melhorar a visão dos jovens visando melhorias contínuas para o curso.

Parece interessante ponderar sobre o fato de que o pesquisador e gestor se confundem nesse relato, sempre buscando aproximar-se da imparcialidade necessária em um processo de investigação científica. Também se deve considerar a vivência, a experiência e a possibilidade de intervenção do próprio pesquisador, que faz parte desse cenário de formação e que atua como docente e atual gestor do IFRN - *Campus* Macau. Tal como pensa Oliveira (2012), o pesquisador não está isento das questões que o cercam e é, sim, parte integrante dos elementos formadores da pesquisa, de modo que o seu posicionamento deve ser, como mencionado, o de um observador humano da condição humana.

5.7.3. A coleta de dados

Quanto à coleta de dados, Yin (2001) apresenta seis fontes de evidências que permitem a realização de pesquisas: documentação escrita, arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefactos físicos. Essas seis fontes permitem construir dados para a realização de pesquisas de variados tipos. Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, optou-se então pela entrevista aberta e direta como forma de captar o máximo de informações pertinentes à investigação. Portanto, além das entrevistas realizadas, foram usadas técnicas de observação direta (ex.: visitas a comunidades e a empresas) e observação participante (ex.: seminários, fóruns, oficinas), que também compuseram e enriqueceram a coleta e a análise dos dados.

As entrevistas foram realizadas pelo próprio pesquisador, com o mínimo de interferência nas colocações dos entrevistados. O instrumento utilizado para este fim, o roteiro, foi construído no transcurso desta tese e aplicado nas entrevistas, foi direcionado para os objetivos propostos a fim de identificar as principais causas da problemática da formação em Recursos Pesqueiros, vivenciada no IFRN - *Campus* Macau.

O roteiro com todos os questionamentos propostos aos jovens e aos atores na pesquisa-piloto, está disponível no Apêndice II, conforme já ressaltado anteriormente. Tais perguntas realçaram:

- a percepção quanto ao curso de Recursos Pesqueiros (aspectos positivos e negativos);
- o perfil do egresso - a percepção dos participantes quanto ao perfil do egresso do curso;
- os aspectos negativos relacionados ao IFRN e, em especial, ao Curso Técnico em Recursos Pesqueiros que precisam ser melhorados;
- o perfil e o nível dos alunos atendidos no curso;
- o IFRN, o Curso de Recursos Pesqueiros e a valorização da profissionalização na atividade pesqueira;

- as opiniões quanto aos docentes, à coordenação do curso, à infraestrutura e à gestão do *Campus*,
- a autoavaliação dos presentes frente à realidade apresentada nas considerações.

O questionário construído e utilizado nas entrevistas com os jovens foi desenvolvido a partir de algumas situações que nortearam o amadurecimento desse documento. A primeira contribuição no sentido de produzir o inquérito para os alunos foi a pesquisa-piloto realizada em 2015, já detalhada, que teve características de grupo focal.

As várias reflexões sobre o cotidiano e a vivência dos jovens atendidos pelo curso de Recursos Pesqueiros possibilitam a construção do roteiro de entrevistas para a pesquisa final (apêndice 2), cujos questionamentos realçaram:

- o cotidiano social que vivenciam os jovens em suas comunidades;
- o modo como percebem o IFRN antes de ingresso e no curso de sua vivência;
- os conhecimentos sobre a atividade pesqueira;
- a percepção da representação social do curso de Recursos Pesqueiros;
- a percepção do mundo da pesca;
- a representação social - o que esse mundo representa para esses jovens;
- a percepção do mundo empresarial e das oportunidades de inserção profissional e atuação na área da pesca;
- as perspectivas como profissional formados em Recursos Pesqueiros;
- as propostas para que o curso se torne mais valorizado.

No transcurso das entrevistas gravadas em áudio, o pesquisador procurou conduzir as perguntas com imparcialidade e sem intervenção nos pareceres dos entrevistados. Não obstante, é fato que toda pesquisa possui limitadores. Neste caso, o próprio entrevistador, gestor da instituição, tentou minimizar a situação esclarecendo aos interlocutores que todas as informações, críticas e sugestões apresentadas teriam o único intuito de encontrar respostas para a valorização da formação dos jovens formandos.

As informações coletadas foram trabalhadas utilizando a técnica de similaridade de dizeres, tentando captar detalhes mínimos que permitissem identificar a “vida real” desses jovens, suas crenças, seus valores, sua visão de mundo, a partir da intervenção do IFRN, e as reais intenções de cada um quanto à atuação na atividade pesqueira.

Por sua vez, as perguntas elaboradas foram focadas na vida social dos jovens, na sua percepção de mundo, na maneira como se percebem nas comunidades onde vivem, na percepção quanto à formação técnica, na percepção crítica em relação às suas expectativas de vida, na forma como se percebem no IFRN e, em especial, no curso técnico em Recursos Pesqueiros e, também, na maneira como entendem o cenário da atividade pesqueira na região, no Estado do Rio Grande do Norte e no Brasil.

5.7.4. O tratamento dos dados coletados

A revisão bibliográfica baseou-se em fontes secundárias/renomadas que tratam do tema (ex.: livros, artigos, teses, documentos, relatórios institucionais, bases de dados oficiais, dentre outros).

A análise de dados recorreu à avaliação da consistência das informações (Taylor e Bogdan, 1984, p. 99), por meio do cruzamento de dados obtidos sobre o mesmo tópico em cada entrevista.

De acordo com Andrade (2003), o objetivo da análise é organizar e classificar os dados para que deles se extraíam as respostas aos problemas propostos, que foram objeto de investigação. “Na fase da coleta de dados, o pesquisador registra os dados obtidos para depois passar ao processo de classificação e categorização. Nesse momento, os dados são examinados e transformam-se em elementos importantes para comprovação ou não das hipóteses” (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 93).

As entrevistas realizadas com todos os atores envolvidos na investigação procuraram identificar a repetição e a similaridade ou a divergência de informações ou, ainda, as tendências e interpretações que favoreceram a análise qualitativa. Os dados foram compilados, estruturados, analisados e interpretados em busca das respostas quanto à percepção e à valorização da formação técnica em Recursos Pesqueiros voltada aos jovens.

No processo de interpretação dos dados, cruzaram-se-se as informações coletadas permitindo ao pesquisador identificar características similares de entendimento do cotidiano dos jovens, do cotidiano no próprio IFRN e também da realidade pesqueira na região. A metodologia utilizada para esse cruzamento de informações recorreu à triangulação de dados, derivados das informações dos atores, levando em consideração os modos de interpretação de alunos, servidores, gestores, empresários e líderes quanto à situação da atividade pesqueira.

A triangulação dos dados é uma estratégia metodológico-analítica, própria das pesquisas descritivas, que busca garantir sua confiabilidade. É o estágio para eliminar as dúvidas quanto à pertinência dos estudos que estão sendo efetivados. Nesse sentido, a triangulação apresenta-se como eficaz na articulação de técnicas de validação mútua dos resultados obtidos, ou seja, processa-se a concordância de duas ou mais fontes de dados ou formas de escolha dos dados do processo de pesquisa para se obter um resultado mais confiável da realidade (STAKE, 2007). Esse procedimento possibilitou uma melhor percepção dos saberes e dos fazeres dos jovens investigados (AFONSO, 2001).

A geração de dados foi possível através das seguintes etapas:

- a. observação participante do próprio pesquisador;
- b. pesquisa-piloto (grupo focal realizado com gravação de vídeo e aplicação de inquéritos - pré teste);
- c. gravação em áudio e vídeo com transcrição das entrevistas realizadas com os jovens;

- d. entrevistas com atores secundários desta pesquisa (docentes, gestores do IFRN, empresários, autoridades e líderes comunitários ligados à temática da pesca na região);
- e. coleta documental (dados fornecidos sobre o curso pela instituição, documentos da instituição, dados do MPA sobre a pesca, experiência do pesquisador como docente, gestor e também memórias de leitura e escrita).

Essa pluralidade de etapas fez-se necessária dada a intenção de melhor mapear todas as variáveis capazes de conduzir a respostas elucidativas acerca da realidade dos jovens atendidos pelo IFRN no curso técnico de Recursos Pesqueiros.

5.8. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Visando investigar a validade da hipótese levantada neste estudo e atingir os objetivos propostos, foi definida a pesquisa como sendo de caráter descritivo e qualitativo. Quanto aos atores desse contexto, elegeu-se o jovem aluno e o egresso do curso Técnico de Recursos Pesqueiros, com o propósito de identificar as variáveis que afetam a motivação ou desmotivação desses para essa formação.

Outros atores foram ouvidos para melhor mapear esse cenário, tais como gestores e servidores do IFRN - *Campus* Macau, empresários da área, líderes das comunidades pesqueiras e gestores públicos da região relacionados à área da pesca.

Dentre as técnicas utilizadas, destaca-se a técnica de grupo focal e a aplicação de entrevistas. Os dados coletados foram tratados, mensurados e direcionados a elucidar as questões e inquietações suscitadas. Para elucidar tais questões, os dados foram cruzados utilizando-se a técnica de triangulação, a qual permitiu inúmeras considerações acerca da proposta de tese formulada.

6. RESULTADOS DA PESQUISA

6.1. APRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo apresenta os resultados obtidos na pesquisa piloto e na pesquisa final realizada com os diversos atores envolvidos na Formação Técnica em Recursos Pesqueiros do IFRN.

Inicialmente, são apresentados os resultados da pesquisa-piloto realizada a fim de fortalecer a hipótese deste estudo, e proporcionar uma compreensão mais verticalizada a respeito da desmotivação dos jovens pela formação Técnica em Recursos Pesqueiros ofertada pelo IFRN - *Campus* Macau a partir do seu conhecimento das propriedades estruturais do mundo da pesca enquanto sistema social composto por dois dos seus subsistemas: pesca artesanal e pesca industrial.

Sequencialmente, apresentam-se as análises da investigação realizada com os atores envolvidos no processo de formação, dando ênfase às opiniões dadas pelos alunos do curso. A fim de emitir pareceres mais confiáveis e menos presuntivos, recorreu-se a entrevistas com os servidores e gestores do IFRN envolvidos diretamente nessa formação técnica. Também foram ouvidos empresários, líderes da atividade pesqueira e autoridades públicas que atuam diretamente no setor da pesca e da aquicultura.

Análise das respostas da coleta

Conforme indicado no início desta seção, dividiu-se a análise em duas partes principais. Em um primeiro momento, as respostas das entrevistas foram agrupadas com base nos traços comuns. Em um segundo momento, analisaram-se os resultados à luz do referencial teórico, visando responder às questões que problematizam este estudo (Apêndice I e Apêndice II).

Vale ressaltar o fato de que as análises dos enunciados concretos dos atores, ouvidos neste estudo, serão subsidiadas particularmente pelas concepções teóricas derivadas da sociologia aplicada, essencialmente aquelas postuladas por Giddens sobre a constituição da sociedade.

6.2. RESULTADOS DA PESQUISA-PILOTO

Esta pesquisa foi realizada no decurso da oficina promovida com alunos, egressos, professores do IFRN, jovens da comunidade e gestor público do município. Essa oficina teve o intuito de amadurecer o entendimento quanto às questões levantadas nesta tese.

Nesse evento, os presentes foram ouvidos e provocados pelo intermediador, pesquisador deste estudo (e Diretor da Instituição). Neste momento, o foco estava centrado na comprovação (ou não) da problemática que amparou a investigação científica - a desmotivação dos jovens frente à Formação técnica em Recursos Pesqueiros.

Percepção quanto ao curso de Recursos Pesqueiros

A oficina ocorreu durante o evento da IV EXPOTEC - Exposição Técnica e Cultural do IFRN - *Campus* Macau, evento anual promovido pela instituição, precisamente no término dessa atividade pedagógica. O moderador/pesquisador desta tese direcionou, inicialmente, indagações a todos os presentes com questionamentos, visando estimular o debate. Os participantes discutiram sobre a atuação do curso no processo de formação.

As contribuições desveladas na pesquisa piloto contribuíram no sentido de identificar fatores que possam consolidar a problematização desenvolvida nesta tese, no sentido que permitiu desvelar os motivos que levam os jovens cursando Recursos Pesqueiros a rejeitar a possibilidade de atuar na atividade da pesca.

Uma das contribuições da pesquisa piloto foi a de nos permitir compreender que um fator a ser considerado, o fato de os jovens ao passarem a ter acesso à formação ofertada pelo IFRN, a sua entrada no ambiente acadêmico da instituição, foi como obterem acesso à modernidade, poderia estar a despertar seus sentimentos de rejeição ou resistência ao ingresso na atividade pesqueira. Efetivamente, ao ingressar no IFRN os jovens deparam-se com um novo mundo, um mundo de possibilidades, (des)conhecidas ou, pelo menos, mal conhecidas, que vão influenciar em suas decisões. Decisões que sendo tomadas colocam em risco os objetivos do IFRN que é, através do curso de Recursos Pesqueiros, tornar esses jovens agentes de transformação no mundo da pesca. Contudo, as influências das relações sociais possibilitadas pela sua presença na instituição poderiam estar a ser um condutor dessa resistência, uma vez que com o ingresso no IFRN passam a ter consciência mais clara de que existe um mundo novo, feito de modernidade, de oportunidades e aspirações que não vislumbram no mundo da pesca.

Para melhor compreender esse fator, buscou-se em Giddens (2009) na dualidade da estrutura em que as propriedades estruturais, com suas regras e recursos, determinam o caráter recursivo da ação, pois as regras da vida social no contexto da pesca e do IFRN são antagônicos e, para os jovens, constituem-se como paradigmático das intenções destes. A rejeição ao mundo da pesca neste caso, representará para os jovens a recursividade que é reforçada pelo ambiente do IFRN, o qual, indiretamente e de forma não desejada, reforçará essa rejeição ao mundo da pesca, retroalimentando e aguçando ainda mais valores e percepções da modernidade nos alunos do curso e muito relevante, trazendo à tona o seu conhecimento de algumas das propriedades estruturais do mundo pesca na sua dimensão mais negativa e repulsiva. Inclusive, quando os jovens ouvidos apresentavam proposições para melhorar o curso e, em consequência, contribuir para melhorar a atividade da pesca, em seus depoimentos, estariam

simplesmente a reforçar a rejeição da atividade pesqueira, pois recorrendo a Giddens quando trata da reflexividade, estavam evidenciando, através da reflexividade discursiva, a percepção negativa que possuem quanto formação e a atividade empresarial do setor. Isto faz uma referência com as “regras da vida social” citadas posteriormente. Neste ponto, as regras (e aqui vale uma referência à reprodução, legitimação e sanções do modelo social) constituem-se como reguladoras das interações humanas e são reforçadas pelas próprias ações dos agentes (recursividade, retroalimentação). A análise e a síntese dos pronunciamentos encontram-se sumarizadas no Quadro 12.

Quadro 12: A voz dos atores - aspectos negativos e proposições de melhorias para o curso de Recursos Pesqueiros

ASPECTOS NEGATIVOS DO CURSO

É falho e falta interesse dos docentes.

É muito atuante, mas ainda é desconhecido.

Faltam aulas de qualidade.

Há professores não comprometidos.

Ainda é muito limitado.

É inferior aos demais da Instituição.

Existem professores que têm percepção negativa sobre o curso, o que é repassado e impacta negativamente para o aluno.

Falta prática e incentivos.

A proposta do curso está distorcida, pois a formação está mais focada em técnicas de cultivo, quando deveria voltar-se para conhecimentos e experiências na pesca artesanal, industrial e aquícultura.

Nota Fonte: Elaboração própria (2017).

Em resumo, da análise das falas dos participantes, retiramos várias críticas à gestão e organização do curso de Recursos Pesqueiros, nomeadamente as seguintes: os docentes não são muito atuantes; limitam-se tão somente às atividades de sala de aula; não acreditam na valorização do curso por parte da comunidade e do empresariado para estimular a inserção dos formandos no mercado de trabalho. Para tal acontecer será preciso os docentes desenvolverem ações que promovam o incentivo aos jovens em formação; alegam que serão necessárias mais práticas laboratoriais, projetos de extensão e pesquisa que possam melhorar o estímulo do aluno quanto à formação, no sentido de que passam a vivenciar, na prática, os conhecimentos teóricos trabalhados em sala de aula; consideram que o curso precisa expandir sua atuação bem além da carcinicultura, uma vez que existem muitas outras culturas e possibilidades a serem trabalhadas no processo de formação, para ampliar o leque de possibilidades dos jovens para serem absorvidos pelo mercado de trabalho; Por fim, entendem que a formação na área deveria se ampliar também para pescadores e pessoas que atuam nessa atividade e que possuem baixas qualificações.

Em suma, os jovens encontram muitas debilidades estruturais na organização e gestão do curso de Recursos Pesqueiros, que se podem ligar às próprias propriedades estruturais do mundo da pesca,

ainda que não verbalizem de forma clara e direta. Daí poder-se inferir que, apesar dos esforços do IFRN para dotar os alunos de uma formação de excelência voltada para o mundo da pesca, tal não tem sido conseguido, no sentido de alimentar nos jovens o interesse em atuarem na atividade pesqueira. A gama de recursos desprendidos pela instituição não tem conseguido desenvolver a motivação nos jovens, ou ao menos, o suficiente para elevar o desejo de ingressar (ou regressar) no mundo da pesca usando a formação técnica e científica obtida no IFRN. Esta constatação leva-nos a reforçar a hipótese de que o conhecimento prático das regras e recursos que formam as propriedades estruturais no sistema social da pesca desestimulam os jovens pois, percebem como repulsivas, próprias de uma realidade social repleta de dificuldades de todo o tipo, da qual tendem a se afastar, ainda mais quando se deparam com o mundo de modernidade que lhes é oferecido pelo seu ingresso no IFRN.

Em Veiga (2006) constata-se que a estruturação traz no seu arcabouço contribuições no sentido de produzir e reproduzir as práticas do sistema de regras sociais o que se constata, de fato, quando se analisa o sistema social do mundo da pesca em que a praxis e os hábitos sociais se produzem e, sobretudo, se reproduzem sem traços de modernização.

Sendo os atores humanos, aos quais Giddens (2009) nomeia de agentes competentes, que tendem a reproduzir o que já está feito na continuidade da práxis, é preciso crença, vontade e interesse para existir motivação a contribuir na transformação das propriedades estruturais. Neste caso, a pesquisa piloto tendeu a mostrar que no mundo da pesca todas as ações dos agentes que o compõem resistem às mudanças e às transformações, algo que os jovens, na sua maioria oriundos do mundo da pesca, vivenciam desde muito cedo. Esses jovens, apercebem-se que viver em comunidades pesqueira e fazer da pesca (sobretudo artesanal) um modo de vida permanente, se trata de um modelo de vida social impregnado de baixa qualidade de vida, sendo impulsionados a buscar fora de suas comunidades e, do mundo da pesca, a modernidade desejada, um modelo de vida de melhores perspectivas diferente do contexto social em que vivenciam.

Os jovens tomam para si, de modo recursivo e reflexivo, caminhos contrários ao prosseguido pelo objectivo que almeja alcançar o curso de Recursos Pesqueiros ofertado pelo IFRN. Ficou claro que não lhes interessa a atividade pesqueira como local para exercerem a sua atividade profissional futura, almejando ingressar, ainda que de forma hedonista e egoísta, na modernidade percebida que se clareia e se fortalece através do processo de formação oportunizado pelo IFRN. Assim, apesar de todo esforço da instituição em promover a formação profissionalizante na atividade da pesca, pode-se considerar que o ambiente vivido no IFRNA também contribui, mesmo que indiretamente, para que os alunos diminuam o interesse em intervir com o conhecimento técnico na atividade pesqueira. Recorrendo a Giddens

diremos que o espaço social do IFRN produz consequências não intencionais que se manifestam colocando em causa as intenções inerentes à própria oferta do curso de Recursos Pesqueiros.

Percepção quanto ao curso de Recursos Pesqueiros - Os aspectos positivos na concepção dos alunos e ex-alunos

Conforme constatado na pesquisa piloto, todos consideram que o IFRN, na sua trajetória de formação profissionalizante, abraçou a causa da formação técnica no setor da pesca. No tocante à formação, inúmeros são os desafios, principalmente na área da pesca artesanal, que é a expertise natural da região. No tratamento dessa questão, as principais colocações apresentadas pelos participantes foram as que constam no Quadro 13.

Quadro 13: A voz dos atores - aspectos positivos do curso de Recursos Pesqueiros

ASPECTOS POSITIVOS DO CURSO

O curso é muito bom.

Permite a formação de profissionais para intervirem positivamente na realidade da pesca e aquicultura.

Permitirá aos técnicos atuarem também como empreendedores.

A proposta do curso permite a formação de excelência.

A formação é de extrema importância para uma área de grande potencial.

A formação teórica é ótima.

O curso é muito bom, mas limitado.

O curso é excelente para desenvolver as atividades da área no Estado.

O curso contribuirá para o desenvolvimento da pesca em Macau, nos municípios circunvizinho, no estado, região e País.

Nota Fonte: Elaboração própria/pesquisa de campo - Oficina piloto.

Como se pode constatar, todos os sujeitos julgaram importante a iniciativa do IFRN em ofertar um curso para formar técnicos de recursos pesqueiros, curso que avaliaram de forma discursiva muito positivamente, situando-o numa escala entre bom e muito bom para o futuro desse ofício na região. Também admitiram que o curso permite a formação de profissionais qualificados para intervirem como agentes transformadores da realidade da pesca e da aquicultura, favorecendo aos técnicos formados atuarem não apenas como colaboradores de empresas do ramo, mas também como futuros empreendedores fortalecendo a atividade com novos negócios. Enfim, parece-lhes um curso com potencial para produzir uma formação de excelência. Destacam ainda que a atividade pesqueira necessita de profissionalização, uma vez que a formação técnica é de extrema importância para uma área de grande potencial. Outro aspecto realçado pelos presentes foi no sentido de que a formação profissional proporcionada pelo curso irá contribuir para transformar estruturalmente as atividades pesqueiras na região, no Estado e no Nordeste do Brasil.

Todavia, no decurso da interação com os jovens, percebemos que as falas escondem o que Giddens (2009) designa de consciência prática. Na verdade, ainda que discursivamente apontassem

aspectos positivos da formação em recursos pesqueiros, os jovens não mostravam real vontade de atuar no mundo da pesca usando essa formação, provavelmente por estarem na posse de um conhecimento prático das dificuldades enfrentadas no mundo da pesca, de cujas propriedades estruturais pareciam revelar-se profundos conhecedores.

Dessa forma, consciência prática e consciência discursiva se aproximem bastante: a ação influencia a estrutura e, por sua vez, passa a ser influenciada por ela.

Veiga (2006), considera que a estrutura não se refere, somente as grandes estruturas sociais - nível macro, mas também no que se refere as estruturas referentes a interação entre os atores em nível micro social. As estruturas do IFRN - micro, por si só, sem a conjuntura e agregação de estruturas do sistema social - macro, não consegue, apenas com a formação, intervir para a modernidade do mundo da pesca.

Portanto, na pesquisa piloto, recolhemos a hipótese de que os jovens têm noção de como está estruturado o mundo da pesca; e isso não os agrada, especialmente porque sabem (ou antecipam) que nele serão escassas as perspectivas de carreira, de auferir bons salários, de ter oportunidades reais em empresas formais que os queiram acolher e mudar seu futuro. Portanto, mesmo afirmando os potenciais da formação, de forma reflexiva, rejeitam-na, recusando-se a fazer uso de mesma. Tal situação, contrária de forma clara e objetiva, o otimismo e a confiança de todos os responsáveis envolvidos, no curso de Recursos Pesqueiros oferecido pelo IFRN - *Campus* Macau, no que concerne à melhoria e ao fortalecimento da atividade pesqueira de Macau, dos municípios circunvizinhos, bem como de toda região salineira do Estado do Rio Grande do Norte.

Com base no Plano Pedagógico do Curso - PPC, o PPC (2015), no decorrer da pesquisa piloto apresentámos o perfil que os alunos egressos devem ter no final da formação, quanto à absorção de conhecimentos e à sua postura profissional: competências humanas, técnicas e cidadãs. Ou seja, a proposta do IFRN para a formação técnica na área de Recursos Pesqueiros é pioneira, complexa, ousada e desafiadora, em consonância como os anseios de uma proposta profissional cidadã, com intuito de desenvolver e de consolidar valores sociais, comportamentais e atitudinais básicos que reflitam um posicionamento crítico sobre a sociedade e sobre o mundo do trabalho.

Em suma, a pesquisa piloto contribuiu para um olhar prévio sobre o objeto de estudo no sentido compreender como jovens avaliam a formação recebida no curso de Recursos Pesqueiros e como antecipam fazer uso dessa formação no futuro. Considerando a identificação das propriedades estruturais do mundo social da pesca já identificadas neste estudo, e que traz no seu arcabouço um conjunto de regras e recursos próprios desse mundo, percebe-se que tais propriedades são conhecidas e, por que

repulsivas na sua generalidade, levam a que os jovens não queiram entrar no mundo da pesca. As razões que eles invocam estão relacionadas com aquilo que Giddens (2009) designa de consciência prática, ainda que, em alguns casos, consciência prática e consciência discursiva se aproximem bastante. Tanto isso se faz plausível que os jovens, apesar de reconhecerem que a formação em recursos pesqueiros serve as necessidades do mundo da pesca não desejam ingressar numa realidade que vivenciam no cotidiano das suas famílias e comunidades pesqueiras, justamente porque possuem um conhecimento prático das dificuldades que irão enfrentar. Em algumas falas percebe-se que consciência discursiva e a consciência prática se aproximam, pois alguns jovens verbalizam de forma muito clara como pensam que está estruturado o mundo da pesca e isso não os agrada, especialmente porque percebem que nele serão escassas as perspectivas de carreira, de auferir bons salários, de ter oportunidades reais para aplicar os conhecimentos recebidos em empresas formais que os queiram acolher ou em criarem as suas próprias empresas, que lhes permitam concretizar as suas aspirações a melhorar de forma expressiva a sua qualidade de vida. Digamos que das ilações retiradas da pesquisa piloto podemos interpretar que os jovens apenas se veem como agentes reprodutores do socialmente instituído no mundo da pesca, ou seja, atores que irão servir para dar continuidade à reprodução das suas propriedades estruturais mais repulsivas.

A pesquisa piloto, chamou-nos também a atenção para o fato da formação oferecida pelo IFRN, promover nos jovens o acesso a aspirações sociais e profissionais que não coincidem com as que antecipam passíveis de alcançar com o regresso (ou ingresso) ao mundo da pesca, onde vivem ou do qual conhecem como vivem os que dele fazem parte.

A pesquisa piloto confirma, a partir da percepção dos participantes, sobretudo que a pesca artesanal carece de intervenção, que o sistema social da pesca apresenta propriedades estruturais repulsivas, cujas regras e recursos desestimulam os jovens em querer atuar nele. Essa situação é um enorme desafio para IFRN, como agente de formação profissional, por forma a encontrar medidas que levem os jovens formandos do curso de Recursos Pesqueiros a aceitarem atuar no mundo da pesca.

Constatou-se, portanto, que esta pesquisa piloto contribui no sentido de inferir e validar este estudo no sentido que a proposta da formação na área da pesca é importante e tem sua relevância, no entanto, os alunos que recebem esta formação não se percebem como agentes de transformação no mundo da pesca.

6.3. A PESQUISA FINAL

Neste recorte, apresentam-se as falas dos atores principais deste estudo - os jovens alunos e egressos do Curso de Recursos Pesqueiros; as considerações coletadas dos servidores do IFRN - *Campus* Macau, ligados à formação desses jovens: docentes, servidores técnicos, o coordenador do curso e o diretor acadêmico do *Campus* Macau; a fala de empresários, gestores públicos ligados à atividade pesqueira, e líderes da comunidade ligados ao setor da pesca. Também são apresentadas as considerações do pesquisador, como docente e gestor do *Campus*, os quais se pronunciam quanto à situação do curso, às estratégias da instituição e as contribuições do IFRN - *Campus* Macau para a atividade pesqueira na região.

Para melhor compreensão (e de forma complementar) apresentam-se também os relatos dos servidores do IFRN - *Campus* Macau, dos empresários e dos líderes da comunidade, visando complementar e fortalecer os depoimentos dos alunos e da comunidade na busca da compreensão das respostas quanto ao desestímulo dos jovens na formação técnica em Recursos Pesqueiros.

6.3.1. Relato e análise da fala dos jovens

No inquérito com os jovens (ver apêndices) as questões foram agrupadas da seguinte forma: em primeiro lugar, questões relacionadas às variáveis sobre o cotidiano social, à qualidade de vida, o cotidiano familiar e social. Essas variáveis dizem respeito às questões de 1 a 5 do inquérito aplicado. Em segundo lugar, colocaram-se questionamentos relacionados à percepção dos jovens quanto ao cotidiano social após ingresso no IFRN - *Campus* Macau. (questões de 6 a 13 do inquérito aplicado). Em terceiro lugar, elencam-se questões relacionadas à consciência dos conhecimentos na atividade pesqueira a partir do olhar dos jovens atendidos no Curso de Recursos Pesqueiros (questões de 14 a 20 do inquérito aplicado). Em quarto lugar, explora-se a representação social do curso sob o olhar dos jovens atendidos (questões 21 e 22 do inquérito aplicado). Em quinto lugar, busca-se a compreensão do mundo da pesca sob o olhar dos jovens atendidos no Curso de Recursos Pesqueiros (questões de 23 a 27 do inquérito). Em sexto lugar, aplicam-se questões relacionadas à representação social da pesca (questões 28 a 31 do inquérito aplicado). Por último, registram-se as propostas dos entrevistados para o curso e para a atividade pesqueira. As questões exploradas foram a 32 e 33 do inquérito aplicado (Apêndice I).

Conforme já mencionado, as questões dirigidas aos jovens e aos demais atores constam no Roteiro 1 e 2 disposto no Apêndice I e II. A seguir, são apresentadas as principais afirmações feitas, bem como as análises.

E vale sublinhar o fato de que, em função da similaridade das respostas, apresentam-se os relatos, esclarecendo que todas as 16 entrevistas foram consideradas para a formulação das análises. Os relatos, na íntegra, estarão disponíveis nos anexos desta tese.

6.3.1.1. Percepção sobre o cotidiano

Para os conhecimentos da realidade social desses jovens, buscou-se desenvolver, nas entrevistas, perguntas relacionadas ao ambiente onde vivem, como se relacionam, como vivem em comunidade e como percebem as comunidades das quais fazem parte e que, de certa forma, percebem o mundo que os cerca.

Os relatos apresentados estão relacionados com as variáveis referentes à qualidade de vida, às aspirações pessoais, à consideração sobre o cotidiano em que vivem suas famílias/comunidade, à percepção dos jovens da vivência com suas comunidades, à perspectiva de vida, ao comportamento dos jovens quanto à realidade de suas comunidades, à percepção dos jovens quanto à atividade pesqueira, vivência familiar e percepção quanto ao trabalho na atividade pesqueira (Apêndice II).

Qualidade de vida

Os depoimentos dos jovens indicam que estes associam fortemente qualidade de vida à questão de estabilidade financeira, a realização profissional e às conquistas pessoais. Perseguir um bom padrão econômico, suprir as necessidades de sobrevivência econômica e social, buscar a realização profissional, assegurar as condições básicas de vida pessoal e familiar, ter direito a uma propriedade, à saúde, à educação, ao lazer, às infraestruturas sociais e comunitárias básicas, ou seja, ter condições para viver em sociedade de forma digna é que mais almejam os entrevistados, conforme expressam seus discursos:

[...] Qualidade de vida é equilíbrio entre trabalho, estudos e o que você considerar como lazer, ou como algo que te dê prazer. É esse equilíbrio. Tudo que for em excesso acaba atingindo esse equilíbrio e atinge diretamente a qualidade de vida (A3 - Aluno do curso).

[...] Para mim, qualidade de vida é eu ter uma condição de vida, como a palavra diz, boa; mas, assim, que não falte o meu pão de cada dia (A12 - Aluno do curso).

[...] Qualidade de vida, pra mim, é se você tem uma determinada condição de desenvolvimento, de poder viver bem, se o que está ao seu redor lhe atende nas suas necessidades. Ou então quando você tem uma espécie de serviço ou de bens que lhe garante poder viver bem, poder viver, seja sustentável, seja no nível econômico, seja no nível social, que você tem um bem e você, a partir desse bem, você consegue atingir, consegue progredir no seu trabalho e você estar bem (A13 - Aluno do curso).

[...] Qualidade de vida eu acho que é, pra mim, é você se manter bem, se manter estável, se manter de um modo de vida agradável a você. Confortável. É se realizar profissionalmente, primeiramente (A6 - Aluno do curso).

[...] Então, qualidade de vida, pra mim, é você ter as condições básicas dignas, de você ter assegurado os seus direitos a uma propriedade, a questão de saúde, educação, lazer, infraestrutura, ou seja, aquelas necessidades pra você viver em sociedade, de uma forma digna (A16 - Aluno do curso).

Nos depoimentos dos jovens entrevistados, constata-se que a qualidade de vida está associada à questão da estabilidade financeira; ao emprego e ao equilíbrio na vida pessoal, saúde, ao ambiente de trabalho e ao ambiente familiar. Tudo em função do bem-estar pessoal e social.

O relato dos jovens permite constatar que a qualidade de vida que esses atores sociais entendem, não visualizam no mundo. É a cobiça pela modernidade que sabem não existir no mundo da pesca.

Na percepção dos servidores do IFRN - *Campus* Macau, a qualidade de vida está associada às variáveis de equilíbrio que remetem a interesses profissionais, pessoais e familiares. Também entendem que o bem-estar associa-se ao acesso a lazer, à saúde e à espiritualidade, a exemplo do que se registra no seguinte pronunciamento:

[...] é poder conciliar trabalho, estudos, família e lazer de forma harmônica e equilibrada para que o dia a dia, a rotina seja prazerosa...é sempre estar buscando interagir, buscando novos conhecimentos, dando sentido à vida, por hobby ou por obrigação" (Servidor IFRN).

Como se pode perceber, a partir das colocações apresentadas, a qualidade de vida condiciona-se também à promoção do bem-estar, tanto físico quanto espiritual de um indivíduo. É o equilíbrio que se transforma em qualidade de vida e está ligado a questões como bem-estar físico, intelectual, emocional, profissional, espiritual e social. Tudo isso aplicado no ambiente de trabalho gera impacto positivo no resultado final daquilo que se faz.

Na visão do empresário ouvido na pesquisa, a qualidade de vida das comunidades pesqueiras locais melhorou, no entanto, tal como entende, e como deixa transparecer em seu depoimento, a pesca local é totalmente artesanal e em constante decadência. Como fator principal dessa decadência, aponta o modo de pesca que ainda é muito arcaico; tanto é que as novas gerações não querem atuar na pesca artesanal, dadas as dificuldades do setor. Suas próprias palavras dão o veredicto: "o próprio pescador que já está ficando velho, com sua idade avançada e a gente não vê perspectiva para que os jovens o substituam".

O que confirma algumas importantes propriedades estruturais do sistema social do mundo da pesca, onde predominam baixos salários, falta de perspectiva de ascensão profissional e baixa qualidade

de vida, que por serem repulsivas não são minimamente atrativas para motivar os mais jovens a atuar nesse mundo.

O Líder, por sua vez, considera que a vida nas comunidades pesqueiras tem algo de bom. Segundo afirma, “tem que ver o seguinte: numa comunidade dessa não há fome; as pessoas vivem dignamente do seu trabalho, dos recursos naturais”. No entanto, acrescenta que a qualidade de vida pode melhorar se houver outros investimentos e aprimoramentos da atividade pesqueira, como o beneficiamento do pescado para agregar valor. Além disso, entende que deve haver mais atuação governamental com políticas públicas para a atividade pesqueira como subsídios de incentivos a projetos de restauração e aquisição de embarcações por parte dos trabalhadores que atuam na pesca artesanal.

Os relatos, mesmo quando apresentados de forma positiva, identifica-se e confirma-se que a falta de políticas governamentais, se apresenta como uma importante propriedade estrutural do sistema social do mundo da pesca, o que reafirma a discursividade reativa dos jovens em querer não permanecer e nem atuar profissionalmente neste mundo.

O cotidiano familiar/comunidade dos jovens

No que se refere ao cotidiano em que vivem com suas famílias, a percepção dos jovens é de um ambiente simples e rotineiro. Alguns registram conflitos familiares e falta de apoio da família na satisfação de suas aspirações. Para Pais (1993, p. 108), “o cotidiano é o que se passa quando nada se parece passar”. Nesse sentido, a rotina impera nos acontecimentos; o que se passa no cotidiano é rotina - o que pode ser considerado como o hábito de fazer as coisas sempre do mesmo jeito. Assim, o cotidiano se manifesta como um campo de ritualidades que se sustenta por uma segurança ontológica que se manifesta na rotinização reproduzida no dia a dia (GIDDENS, 2009).

No tocante à comunidade em que vivem, alegam, prioritariamente, a falta de oportunidades para os jovens alunos. Todos residem em comunidades pesqueiras e, direta ou indiretamente, têm suas famílias ligadas a essa atividade. Revelam que a comunidade não vê a realidade do cotidiano como sendo de boa qualidade. De fato, constata-se que existem muitos problemas de infraestrutura, serviços básicos de saúde, educação, segurança, oportunidades de trabalho, dentre outros. Seguem alguns relatos que corroboram esse entendimento:

[...] Hoje em dia, como posso falar? Seria um cotidiano não tão bom com os familiares. Em relação de muitas coisas...eu posso dizer a você um fator como a falta de emprego na comunidade pesqueira (A1 - Aluno do curso).

[...] É o cotidiano de uma família humilde, pobre; é um cotidiano de batalha todo dia, de você ter a garantia, de você ter essas condições mínimas de viver com certa dignidade (A16 - Aluno do curso).

[...] Eu considero normal, calmo; e tem dias que, por minha mãe ser doente, que é complicado; mas tirando isso é normal (A11 - Aluno do curso).

[...] O cotidiano familiar cheio de problemas, as intrigas; não é uma família muito unida nem estável, Não é muito agradável (A9 - Aluno do curso).

Como já relatado em capítulos anteriores, as comunidades pesqueiras tradicionais carecem de infraestrutura básica. Tais problemas resultam da ausência secular de políticas públicas efetivamente empoderadoras da atividade e que valorizem e tornem essas comunidades ambientes de ampla cidadania e dignidade, resultando em desenvolvimento e melhor qualidade de vida a seus habitantes.

Ambiente de pobreza, falta de emprego e batalhas para sobreviver são alguns dos relatos que anunciam o quanto sabem da existência de algumas das propriedades estruturais mais repulsivas do mundo da pesca e seus subsistemas da pesca artesanal sobretudo, mas também da pesca industrial. É esse saber prático obtido no contexto da vida cotidiana, que os afasta do interesse pela atividade pesqueira. É o que se confirma nos seguintes depoimentos:

[...] A qualidade de vida aqui em Macau eu considero muito boa. Pelo menos para as pessoas que eu consigo conviver mais de perto. Mas assim, uma visão mais macro; é claro que existem algumas deficiências (A3 - Egresso do curso).

[...] A comunidade vive exatamente da pesca; a atividade econômica fundamental é a pesca, que, infelizmente, em partes, ela acaba tendo um certo declínio, porque a maioria dos pescadores mais antigos têm uma certa dificuldade de passar o ofício para a futura geração e isso acaba se tornando ruim (A13 - Egresso do curso).

[...] Se vive em sua comunidade, eu acho que no limite. Não há nada muito bom, nem nada muito ruim, mas no limite. Eu acho que pra comunidade melhorar tem que partir dela própria, e é muito difícil você tentar influenciar ou tentar ensinar novamente costumes a pessoas mais idosas (A4 - Aluno do curso).

[...] A comunidade que eu vivo é uma comunidade, vamos dizer, que dentro da cidade, uma das comunidades carentes. Lá engloba pessoas simples: pescador, pequenos comerciantes, até mesmo pessoas mais simples ainda, doméstica (A16 - Aluno do curso).

[...] O que eu vejo pra minha comunidade é que ela precisa mais de sair do comodismo. As pessoas elas são muito cegas. A cidade não cresce, devia crescer e a população ela tá dormindo (A11 - Aluno do curso).

[...] A maioria das pessoas são desempregadas. Outras usam como meio de subsistência a pesca. Trabalham de moto táxi, de motorista fazendo linha do Alcanorte pra Macau. Até agora eu não vejo perspectiva até porque não tem quem dê um apoio necessário para que haja mudança na comunidade (A9 - Aluno do curso).

De modo geral, confirma-se, nos depoimentos dos jovens e de outros entrevistados, uma marca da rejeição ao modo de vida das comunidades e não interesse dos alunos do curso de Recursos

Pesqueiros para intervir na resolução dos problemas. As propriedades estruturais do mundo da pesca aparecem claramente percebidas nos seus discursos. A referência a factores tais como: apego à tradição, pobreza, desemprego, pequenos negócios familiares ou individuais, vida árdua e arriscada, baixos salários, vêm a confirmar que várias das propriedades estruturais oportunamente identificadas são percebidas e consolidadas na memória reflexiva desses jovens, desenvolvendo nestes o desinteresse e desmotivação, pois não é este mundo que desejam para si. Pelo menos é o que fica evidenciado a partir destes depoimentos:

[...] Olha, eu considero que é uma atividade bastante propícia para qualquer pessoa exercer. Agora, no entanto, a gente não pode deixar de ver que a atividade na produção, na atividade de pesca mesmo, é uma atividade bastante árdua, seja em qualquer nível dessa, seja na artesanal, na comercial, seja na industrial (A14 - Aluno do curso).

[...] Os colegas de curso, eles veem que não é um mercado que chegue pra você e diga: "Tô precisando de você." Então, eles ficam desestimulados muitas vezes. Então, não depende só da gente, claro que nós temos uma parcela, mas pra gente se estimular, outros precisam estimular. Então, eles ficam muito inseguros em arriscar em trabalhar na área (A15 - Aluno do curso).

[...] a gente fica um pouco barrado, por causa que você tem as inspirações pessoais, as necessidades pessoais e se fosse agregado às inspirações que você tem pessoal e a oportunidade de você exercer ganhando remuneração, aí seria o ideal que você estaria aplicando seu conhecimento que o IF pode dar, e você melhorar a condição da sociedade (A16 - Aluno do curso).

[...] mas as vidas dessas famílias são de muitas dificuldades; são pessoas carentes, que saem de suas casas para buscar seu sustento, mas o poder do município deixa um pouco a desejar, a falta de incentivos para as famílias na área da pesca (Secretário de Pesca de Macau).

[...]A pesca, no caso a nossa aqui, que é uma pesca totalmente artesanal, vem em constante decadência, devido aos modos de pesca que ainda são muito arcaicos e o próprio pescador que já está ficando velho com sua idade avançada e a gente não vê perspectiva para que os jovens o substituam. A ideia seria que eles o substituíssem e ao mesmo tempo trouxessem a inovação da pesca, com mais equipamentos, aparelhos eletrônicos, que beneficiam na pesca, na pesca mais profunda como se diz assim (Depoimento do Empresário).

Os depoimentos reforçam e reafirmam as propriedades estruturais do mundo da pesca percebido e relatado como: pobreza, dificuldades, trabalho árduo e arriscado, falta de inovação tecnológica (modernidade), salários ou rendimentos baixos, poucas ofertas de trabalho - o que confirma as consequências do carácter repulsivo de algumas das propriedades estruturais identificadas que levam os jovens em não querer, mesmo com a formação técnica especializada na área, regressar ou ingressar no mundo da pesca.

À exceção de alguns que já têm uma atuação mais significativa, principalmente os que residem na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão - RDSEPT⁷, na fala de todos os jovens entrevistados, fica evidente a percepção de que a atividade pesqueira não é valorizada e que precisa de muitos investimentos:

[...] Então, assim, as oportunidades pros jovens não tem. Eu pelo menos não visualizo, em Diogo Lopes, principalmente para os jovens, que terminam seu ensino médio e acabam ficando por lá... Às vezes vão pescar com os pais porque não tem outra coisa pra fazer. Eu fico assim, triste, porque, assim, pela vivência, que eu venho de grupos sociais, eu tenho coragem de fazer (A3 - Aluno do curso).

[...] A atividade econômica fundamental é a pesca, que, infelizmente, em partes, ela acaba tendo um certo declínio, porque a maioria dos pescadores mais antigos, eles têm uma certa dificuldade de passar o ofício para a futura geração e isso acaba se tornando ruim. Eu acredito que se ela tem uma atividade econômica X, ela tem que fazer com que aquela atividade, ela também possa permanecer viva (A4 - Aluno do curso).

Os servidores do IFRN - *Campus* Macau consideram as condições de vida das comunidades pesqueiras como sendo de vulnerabilidade social e econômica. Alegam que as dificuldades são inúmeras, registrando-se, entre tantas, o fato de serem situadas em locais de difícil acesso, de viverem à mercê da própria sorte, uma vez que políticas públicas de apoio não chegam a essas comunidades, o que lhes rende uma baixa qualidade de vida. Consideram-nas ainda como sendo comunidades estagnadas, sem perspectiva de desenvolvimento, conforme atestam os seguintes depoimentos:

[...] As comunidades necessitam melhorar quanto à educação, saúde e saneamento. Também há um elevado consumo de drogas e álcool, contribuindo para geração de problemas sociais (MM - docente).

[...] Enxergo com muita preocupação. O setor precisa de políticas públicas urgentíssimas, principalmente políticas públicas integradas com o setor produtivo. Muito limitadas. Mesmo sendo comunidades artesanais, elas precisam de estruturas. Existem algumas comunidades pesqueiras artesanais no sul do País que têm estruturas exemplares. Vejo as comunidades pesqueiras da região como a “galinha dos ovos de ouro” para os políticos do Estado (PV - Docente do curso).

⁷ A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão-RDSEPT apresenta uma área de cerca de 13000 ha e 8000 habitantes, sendo 95% da sua área no Município de Macau e 5% no município de Guimarães. Esses municípios são produtores de Petróleo e gás offshore e onshore, sal marinho e pesca artesanal. A Reserva situa-se no litoral norte, semiárido do Rio Grande do Norte, com 540mm anuais e evatranspiração superior a 1800mm. Ela foi criada em 18 de Julho de 2003, sob a Lei Estadual 8349/03, apresenta um Conselho Gestor, tendo o IDEMA como órgão ambiental responsável. A RDSEPT é o resultado da mobilização de seus moradores, organizados em ONGs, constituídas principalmente por pescadores tradicionais e seus descendentes. Esse movimento e suas ações, liderados pela Comissão de Justiça e Paz - CJP (Macau), mudou as políticas públicas locais, garantindo e defendendo sua terra e subsistência nas áreas de uso comum para pesca artesanal como também o desenvolvimento de um turismo comunitário e de lazer. As comunidades da RDSEPT se dividem em pesqueiras e agrícolas. As primeiras, com cerca de 6.000 habitantes, são as mais populosas e representadas em ordem decrescente por Diogo Lopes, Barreiras e Sertãozinho, na área de Macau. As principais comunidades, que possuem a agricultura como foco, são: Mangue seco 1 e 2 e Lagoa Doce com cerca de 1000 habitantes na área de Guimarães. A principal atividade econômica da RDSEPT é a pesca artesanal. Segundo dados do IBAMA, em 2008, a sua pesca artesanal produziu 1,28 toneladas de pescado. Isso equivale a cerca de 72 % do pescado do Município de Macau, que ocupa o 2º lugar na produção de pescado do RN. Natal ocupa o 1º lugar, mas sua produção é maciçamente a pesca industrial do atum e meca, administrada por empresas que não apresentam a possibilidade de empregar a quantidade de trabalhadores envolvidos na pesca artesanal.

[...] A maioria das comunidades pesqueiras tem baixa ou baixíssimas condições de vida, infelizmente (JG - Docente do curso).

[...] São comunidades com grande potencial para a área de RP, porém precisam de um desenvolvimento no que diz respeito à qualidade de trabalho e mercado consumidor (LP - Docente do curso).

[...] A comunidade vive de uma forma tradicional; mantém a cultura da pesca e, ao que parece, não busca formas inovadoras e empreendedoras de aproveitar o potencial pesqueiro da região (HC - servidor/DIAC).

A servidora assim opina: “*Acredito que o curso é um viés para o desenvolvimento social, econômico e cultural. Entretanto, o CTRP precisa fundamentar-se para expandir*”.

O secretário de pesca de Macau reconhece que a vida das comunidades pesqueiras no município é de muitas dificuldades: “são pessoas carentes, que saem de suas casas para buscar seu sustento, mas o poder do município deixa um pouco a desejar. Há falta de incentivos para as famílias na área da pesca”. Esclarece ainda que a secretaria de pesca possui um planejamento de execução para intervir nessa realidade local. E faz a seguinte comunicação: “Estamos, daqui a 30 dias, mais ou menos, estamos inaugurando um centro de beneficiamento de marisco, que é para nós atendermos mais a essas famílias de marisqueiros que necessitam muito, com todo o suporte e todo o apoio do município de Macau, da prefeitura”. Também conclui entre outras metas, no sentido de planejar e buscar parcerias com instituições de credibilidade, como o IFRN, a UFRN, dentre outros, visando fortalecer mais a vida das famílias de pescadores e de marisqueiros no município. O contraponto a essas afirmações revela-se no fato de não haver, na realidade, nada de concreto quanto a tais proposições. Basta lembrar que o centro de beneficiamento citado nunca funcionou de fato.

Uma importante propriedade estrutural presente no mundo da pesca é identificada nos relatos apresentados - a ausência de políticas públicas governamentais para desenvolver a atividade pesqueira - sem políticas sérias de longo prazo orquestrada pelo setor público, em todos os níveis (federal, estadual e municipal), não acontecerá o desenvolvimento do setor pesqueiro no Brasil. Esta é, provavelmente, a primeira condição para gerar um processo de transformação que modernize a pesca. Promovendo nas comunidades pesqueiras a modernidade que estimule os jovens a atuar nela. Os depoimentos dos alunos a seguir confirmam uma vez mais o conhecimento que têm dessa e de outras propriedades estruturais do sistema social que o mundo da pesca se constitui:

[...]Um trabalho bastante de subsistência; mas também a pesca industrial é um trabalho bastante árduo e não é valorizado...Eles mesmo trabalhando no mar, não existe uma legislação específica pra determinar isso (A9 - aluno egresso.)

[...] Qualidade de vida baixíssimo. A maioria das pessoas são desempregadas; outras usam como meio de subsistência a pesca, trabalham como/de moto táxi, de motorista fazendo linha do Alcanorte pra Macau (A6 - Aluna do curso).

[...] Eu via uma pesca sofrida, um povo que sai pra passar dias, noite lá em alto mar e volta pra casa com aquele pouquinho de peixe, e depois que eu entrei no IFRN, no curso, eu vejo que não é só isso. Tem outras áreas que podia ser explorada (A7 - Aluno do curso).

[...] No pescado sendo desvalorizado e aí depois do IFRN eu ainda vejo também muitos trâmites no mundo da pesca, principalmente pela não valorização do pescador. Primeiro, as pessoas dizem não valorização do pescado. Eu ainda vejo isso, essa discriminação, algumas discriminações dos órgãos responsáveis, seja lá Ministério Público, secretaria de pesca com o pescador (A8 - Aluno do curso).

[...] O olhar, em si, no início, era um olhar marginalizado, era um trabalho, uma área que você buscava de subsistência, meio que marginalizante daquela situação pela questão da pesca ainda ela ser bastante rudimentar. Acho que no Brasil inteiro, acho que tá engatinhando pra você ter uma pesca mais industrializada, com mais procedimentos que venha, que dê a qualidade futura ao pescado em si. Então era essa visão que eu tinha enraizada (A11 - egresso do curso).

Os depoimentos confirmam que os jovens sabem bem que no mundo da pesca, composto por propriedades estruturais repulsivas, vigoram sobretudo regras sociais que dificultam o exercício da atividade pesqueira e que o acesso aos recursos alocativos e de autoridade necessários a um envolvimento profissional que lhes proporcione realizar as suas aspirações pessoais de acesso à modernidade será muito difícil de conseguir. O mais certo, segundo os jovens, é continuarem a se reproduzir as propriedades estruturais mais repulsivas do sistema social da pesca - presentes em fatores como: atividade rudimentar e de subsistência, trabalhador pescador discriminado desvalorizado e submissão da pequena comercialização ao poder dos atravessadores. As propriedades estruturais aqui claramente reveladas discursivamente pelos jovens evidenciam-se no fato de não sentirem interesse em permanecer ou atuar na atividade pesqueira pois, não acreditam nem se representam como agentes capazes de transformar tais propriedades estruturais.

6.3.1.2. Percepções após ingresso no IFRN

Os relatos apresentados dizem respeito à percepção da vida dos alunos antes e após estudar no IFRN - *Campus* Macau. As questões propostas dizem respeito a seu cotidiano, à qualidade de vida, entre outras variáveis que fazem parte de sua vida e até como esses jovens percebem a formação em Recursos Pesqueiros, bem como suas reais perspectivas em atuar nessa área profissional.

As percepções da vida antes e durante a formação no IFRN

O IFRN - *Campus* Macau, segundo as falas dos jovens, contribuiu para uma mudança gradual e contínua quanto às questões sociais, melhor percepção, compreensão e senso crítico acerca dos

problemas sociais, e ao seu próprio crescimento pessoal, mas também lhes abrindo novas possibilidades de poderem traçar novas aspirações e objetivos de vida. Alguns relatos abaixo comprovam uma narrativa de acesso à modernidade:

[...] No IFRN, mudou, na minha postura na sociedade, mudou nos meus conceitos que eu tinha justamente no curso que eu fiz de Recursos Pesqueiro. Existiam inúmeras discriminações sobre o curso de Recursos Pesqueiro (A12 - Aluno do curso).

[...] O IFRN foi um propulsor, foi um intervalo de tempo pra eu chegar ao mundo real. Ele me proporcionou isso e eu percebi o que eu queria na minha vida (A3 - Aluno do curso).

[...] Quando eu entrei no IF, vim perceber que, pra ter uma melhoria de vida, precisamos estudar e através do estudo você vai ter um conhecimento dentro de, dentro de sua cidade, dentro do seu cotidiano, do seu mundo onde você vive. Você tem outras ideias, você vê totalmente diferente o mundo (A1 - Aluno do curso).

[...] No meu processo de autoconhecimento, eu levei um tempo pra me autoconhecer. O IFRN teve uma parcela significativa nisso, mas eu acho que a minha maior mudança foi pós IFRN. Foi uma mudança gradual que atingiu um nível elevado. A minha perspectiva de como olhar a vida, do que é importante do que não era a maneira como eu olhava o mundo. Eu via o mundo de outra forma. Na verdade, não era nem melhor nem pior, mas eu andava sem direcionamento, eu não sabia exatamente o que eu queria, o que eu estava fazendo (A3 - Aluno do curso).

[...] Houve uma abertura maior na compreensão, nos problemas sociais. Não é que mudou a percepção dos problemas, mas contribuiu pra melhorar cada vez mais, ou seja, refinou mais o pensamento e trouxe o conhecimento acadêmico dentro do conhecimento que já existia (A13 - Aluno do curso).

[...] Depois que eu entrei aqui, foi uma luz na minha cabeça e fez e clareou e melhorou muito de uma forma muito significativa...Me fez ver o mundo de outra maneira me fez agir de outra maneira...me fez batalhar para as coisas, ir atrás, correr atrás, tentar (A14 - Aluno do curso).

[...] Depois que eu entrei aqui, minha vida mudou muito e pra melhor, porque aqui existe uma infinidade de coisas novas que, principalmente, em cidade pequena não tem. Uma infinidade de conceitos novos, pessoas de todos os lugares, setores que você não sabia que existia (A16 - Aluno do curso).

Resumindo, os alunos no IFRN - *Campus* Macau passaram a ter um olhar mais amplo da realidade e também passaram a valorizar a formação, ampliando as possibilidades de ascensão profissional e social. Também fica evidenciado que estudar no IFRN mudou totalmente a percepção da realidade social desses jovens, favorecendo-os no sentido de ter atitudes mais críticas e participativas em relação a diversas questões da sociedade. O paradoxo residirá no fato de ao mesmo tempo que o IFRN abre um leque de possibilidades aos jovens, leva-os também ao confronto com a realidade do mundo da pesca, e com isso a tomarem consciência tanto prática como discursiva das suas propriedades

estruturais. Digamos que o ambiente acadêmico do IFRN, ao proporcionar aos jovens acesso ao mundo novo da modernidade, traz consigo uma consequência não intencional associada ao seu ingresso no curso de Recursos Pesqueiros: a repulsividade do mundo da pesca. Estes jovens passam a cobiçar um mundo diferente daquele que vivenciam em suas comunidades tradicionais. Para Giddens (2009), o mundo moderno, com base na racionalidade, no conhecimento sistematizado, provoca mudanças reflexivas na estrutura da sociedade, na qual o próprio indivíduo desenvolve a sua própria reflexividade, quebrando nele os valores enraizados da tradição, predominantes nas estruturas sociais pré-modernas.

Percepção quanto à formação técnica em Recursos Pesqueiros

O ingresso no Curso de Recursos Pesqueiros, trouxe à consciência discursiva dos jovens um mundo da pesca repleto de dificuldades, sofrimento, insalubridade, de baixos rendimentos financeiros. Justamente por que vivenciam isso em suas comunidades. Porém, todos afirmaram que, no processo de formação, passaram a perceber, de forma mais técnica, as atividades ligadas à pesca e que, assim, passaram a entender as potencialidades e o imenso leque de oportunidades dessa atividade. Abaixo, alguns depoimentos que comprovam essa afirmativa:

[...] Percebo que, ainda na região salineira, a pesca é uma atividade artesanal. É uma atividade que aqueles que sobrevivem são explorados para poder ter o pão de cada dia (A2 - Aluno do curso).

[...] Eu via a pesca restringida somente à pesca artesanal, a pesca de subsistência. No decorrer do curso, a imagem foi semelhante. Eu só consegui ter outra visualização pós curso (A3 - Aluno do curso).

[...] Eu via só como um meio de subsistência pra essas pessoas mais pobres. Eu passei a ver como uma área muito produtiva, que todos os alunos que cursam o curso de Recursos Pesqueiros devem dar valor, investir porque é uma área muito aproveitável aqui na cidade, que pode trazer muitas melhorias (A9 - Aluno do curso).

[...] A formação técnica, ela melhora nas questões/porque como eu/muitas vezes a prática do pescado em si, geral, ela cai muito no pragmatismo histórico, cultural [...] A gente traz uma novidade, que é o conhecimento técnico aplicado na prática[...] as pessoas que fazem o curso elas têm capacidade de melhorar a cadeia produtiva da pesca[...] por fim, um valor agregado maior ao produto (A14 - Aluno do curso).

[...] Normalmente as comunidades de pescadores são carentes, principalmente quanto ao acesso às necessidades básicas, isto é, a saúde, medicação, tratamento médico, educação e transporte (JH - Docente do curso).

Em contrapartida, os jovens também afirmaram que não acreditam na formação técnica em Recursos Pesqueiros. Essas colocações atestam o fato de que muitos jovens não entram no Curso de

Recursos Pesqueiros tão-somente com o intuito de se profissionalizarem na área, mas sim para poder estudar no IFRN, uma instituição que oferece uma formação, em nível médio, de qualidade.

Segundo depoimento do secretário de pesca de Macau, a formação técnica em Recursos Pesqueiros é importante porque leva o conhecimento a jovens advindos de família de pescadores, dando-lhes condições de intervir na atividade em suas comunidades. Para oportunizar a empregabilidade para os jovens do curso, aponta, como alternativa, a carcinicultura. Pensando em como valorizar a atividade pesqueira na região (na pesca artesanal), o secretário sublinha que é preciso conscientizar a exploração da atividade, dados os limites que a própria natureza impõe em termos de captura de determinadas espécies, por exemplo, respeitando o ciclo de reprodução e assim garantindo a exploração dos estoques pesqueiros. Também considera que o curso técnico em Recursos Pesqueiros é menos valorizado que os demais cursos ofertados pelo *campus*, a exemplo do curso técnico em química. E finaliza dizendo, aquilo que a consciência prática dos jovens dá mostra de conhecerem que “a pesca, em relação as outras áreas de atuação profissional, é de muita dificuldade; são as pessoas carentes, que vão buscar sustento nessa pesca”, ou seja, revelando que os jovens são conhecedores de que a atividade pesqueira é estruturalmente uma atividade de subsistência econômica, uma das suas propriedades estruturais previamente identificada.

O empresário entrevistado, por sua vez, percebe o curso de Recursos Pesqueiros ofertado pelo IFRN - *Campus* Macau, de modo bem positivo, com potencial transformador do mundo da pesca em suas propriedades estruturais, como atestam suas próprias palavras: [...] “inclusive quando eu ouvi falar que esse curso vinha para Macau, eu fiquei muito animado, porque eu achava que seria um ponto de alavancamento da atividade da pesca no município, nesse intuito de que os jovens seriam qualificados”. Ele também entende que é necessário desenvolver a pesca como no modelo europeu, em que o pescador é dono do barco, qualificado e com acesso à infraestrutura de qualidade. Segundo afirma, na Europa, trabalha-se na atividade pesqueira com planejamento, com barcos sofisticados, que podem passar vários dias no mar e diversificar a pesca. A seu ver, o IFRN muda, em parte, a percepção dos jovens em relação à atividade pesqueira, pois eles adquirem conhecimento - “se não tão técnico, mas pelo menos específico na atividade em diversas áreas”. A ideia seria que os jovens trouxessem a inovação de conhecimentos técnicos para a pesca; até mesmo em termos de novos equipamentos e aparelhos eletrônicos, que beneficiassem a pesca modernizando-a e tornando-a mais atrativa para as novas gerações.

Na percepção dos servidores há, por parte dos discentes, um “certo descompromisso e desvalorização” respeitante à formação em recursos pesqueiros. Eles dizem que a instituição IFRN é considerada (e reconhecida) como de referência em qualificação profissional. Todos são unânimes em

afirmar que a formação ofertada pelo IFRN atua diretamente na melhoria da perspectiva de vida dos discentes. E vale ressaltar o fato de que alguns desses servidores são ex-alunos da rede IF; portanto, falam por experiência própria e comprovação real da transformação que a formação na instituição causa na vida das pessoas. Conforme percebem, o acesso ao conhecimento científico muda a perspectiva de vida de qualquer pessoa; a oportunidade de estudar numa escola com a estrutura do IFRN, com profissionais capacitados, nas mais diversas áreas, laboratórios equipados com tudo aquilo que é necessário à formação, é um diferencial na vida desses jovens atendidos pela instituição.

Na visão do Líder A, o IFRN é uma grande porta de possibilidades para o setor pesqueiro. O curso de Recursos Pesqueiros, para cuja implementação contribuiu, é, conforme sublinha, de extrema importância; mas precisa estar mais afinado com a pesca local. Também ressalta que a atividade da pesca é muito insalubre e perigosa, ou seja, identificando uma das propriedades estruturais atrás referida: trabalho árduo e arriscado; isso restringe as atividades práticas do curso, pois o aluno não pode acompanhar um pescador artesanal em sua atividade no mar. E conclui dizendo que a atividade da pesca artesanal não tem uma estrutura ideal para oferecer ao estudante a experiência de um estágio, cabendo ao IFRN, através do curso, encontrar meios de superar essa dificuldade. Na verdade, a propriedade estrutural referenciada parece ser entendida como um sério obstáculo à aceitação pelos jovens, que mesmo nunca tendo experimentado as dificuldades daí advindas, sabem bem da sua existência. Proporcionar-lhes essa experiência seria contra procedente e contrário aos interesses do curso de Recursos Pesqueiros.

Segundo depoimento do Líder B, os jovens não se interessam pela pesca artesanal. Prova disso é que “muitas vezes o jovem não sabe nem amarrar um anzol, mas a nossa criança e o adolescente, aprendendo isso, veem o valor que o pai ou o avô tiveram para manter essa tradição”. Em contrapartida, diz perceber um movimento que passa a valorizar a atividade pesqueira, assim se pronunciando:

[...] “Ocupar os jovens, tirá-los da ociosidade é o caminho, com escolas de tempo integral. Já aconteceu em projetos cancelados pela Petrobrás quando a Petrobrás teve esse trabalho de quem estudava de manhã se ocupava à tarde, quem estudava à tarde, se ocupava de manhã. Muitos desses jovens que passaram por essa experiência, hoje, estão envolvidos com as questões locais” (Líder B - entrevistado).

Para o Líder B, a atuação do IFRN poderia ser mais efetiva na região. É nesse sentido que propõe que o IFRN tenha uma extensão, “um braço” dentro da comunidade pesqueira, no distrito de Diogo Lopes. Seu pensamento, como ele propõe, é ocupar o jovem. E vai além no seu dizer: “*o meu pensamento é ocupar o jovem*”. afirma e continua: “*Não. Sei que a dança é importante, futebol é importante, mas numa área de praia onde a gente tem tanto marisco, tanto mar de graça e o nosso*

jovem ficar ocioso... pelo menos se ele aprende a fazer instrumentos de pesca para vender ao pescador, o pescador não vai ter que ir para Natal comprar”.

Os servidores do IFRN dizem que os alunos interessados pelo curso são aqueles que apresentam disposição nas aulas teóricas e práticas, além de apresentarem um certo comportamento mais “robusto” em relação aos demais colegas. Esse comportamento é essencial para encarar o campo. Quanto aos alunos do integrado e subsequente, entendem que estes, normalmente, ingressam já desinteressados no curso, pois sempre alegam discursivamente estar em Recursos Pesqueiros por falta de opção. Além de apontarem essa falta de interesse na área, que a nosso ver esconde ou ignora o peso que a consciência prática dos alunos tem na decisão de não ingressarem na atividade pesqueira, consideram que os alunos vêm de um ensino fundamental de baixa qualidade e não estão acostumados a se esforçar para obter sucesso nos estudos. Diferente dessa realidade, estão, a seu ver, os alunos de Química e Biologia. Estes são mais envolvidos com a proposta de seus cursos. Os alunos de Recursos Pesqueiros demonstram dificuldades de aprendizado. Além de tudo, acreditam que eles entram nesse curso porque o processo de seleção é menos concorrido; poucos são os que efetivamente se identificam com o curso de recursos pesqueiros. Em nosso entendimento os servidores do IFRN apenas estão conscientes de uma parte do problema, já que não vislumbram as causas essenciais que levam os alunos a não se identificarem com o curso de Recursos Pesqueiros: o conhecimento reflexivo das propriedades estruturais do mundo da pesca que se lhes apresentam como repulsivas em contraste com as portas da modernidade que seu ingresso no IFRN lhes possibilita.

Em suma, os depoimentos relatados permitem constatar e confirmar várias das propriedades estruturais atrás identificadas, presentes e desveladas no sistema social do mundo da pesca, que presentes na consciência prática dos jovens são causa da sua apatia pela formação técnica na área. Reforçam a assertiva de que não há o efetivo interesse desses jovens na profissionalização, fruto do seu conhecimento prático das dificuldades relatadas, percebidas e declaradas sobre a atividade. Esses depoimentos também permitem compreender que o propósito do IFRN de formar, para que os egressos do curso promovam intervenção no sistema social da pesca, não está acontecendo afetivamente.

6.3.1.3. Percepção sobre a atividade pesqueira

Os relatos apresentados a seguir relacionam-se às questões direcionadas aos jovens com a pretensão em usar a formação técnica recebida, considerando os elevados investimentos feitos pelo IFRN na mesma; se não sentem responsabilizados em utilizar os conhecimentos técnicos para intervir na realidade pesqueira; se pretendem utilizar os conhecimentos técnicos para intervir na pesca artesanal ou industrial em suas comunidades, na região ou no país; se percebem que não atuando na atividade

pesqueira estão contribuindo para reforçar a desvalorização da profissionalização, uma vez que beneficiaram de forte investimento público para obterem essa formação.

Sentimento de intervir na realidade pesqueira

Os sujeitos (alunos) entrevistados foram discursivamente unânimes em reconhecer que, ao receber o investimento na formação tornam-se corresponsáveis no processo de intervenção na atividade pesqueira e que não atuando, a partir da formação técnica recebida no IFRN, estão também contribuindo para a desvalorização dessa atividade.

Também fica evidente o sentimento de “devedor”, de que deveriam aceitar se tornar agentes transformadores do mundo da pesca, no momento em que afirmam ter o dever de repassar os conhecimentos técnicos adquiridos para melhorar as comunidades pesqueiras da região. Além disso, vale registrar novamente a percepção de um certo descrédito dos jovens quanto às oportunidades de trabalho e a atuação na atividade pesqueira. Para tanto, alegam a necessidade de haver uma valorização empresarial no sentido de absorção de mão de obra qualificada, condições menos insalubres de trabalho e melhores remunerações. Apesar de tudo, ainda se ressentem da falta de iniciativas governamentais que melhorem essa situação de “desencanto”, revelando-se aqui várias das propriedades estruturais do mundo da pesca que o tornam pouco ou nada atraente para os jovens: Atividade de subsistência econômica; Ausência de políticas governamentais de valorização da atividade pesqueira; Baixa absorção de mão-de-obra (qualificada e não qualificada); Trabalho árduo e arriscado.

[...] Não acredito na formação Técnica em Recursos Pesqueiros porque aqui não tem muita oportunidade de emprego. Tem muitas pessoas se formando e pouco vínculo empregatício (A10 - Aluno do curso).

[...]A formação técnica em Recursos Pesqueiros pode contribuir para mudar a realidade da pesca, agora depende de quem está com essa formação, porque às vezes a gente quer a formação só para nós e não quer repassar o que a gente aprendeu para o outro (A12 - Egresso do curso).

[...] Um trabalho bastante árduo, se for a pesca de subsistência; também a pesca industrial é um trabalho bastante árduo; não é valorizado (A3 - Egresso do curso).

Como se pode constatar, os jovens ouvidos consideraram baixa e desmotivadora a oferta de oportunidades de trabalho na atividade pesqueira; principalmente nas pequenas regiões, em que se exige baixa qualificação, o trabalho é muito insalubre e os salários são baixos e pouco atrativos. Também reconheceram ser preciso uma política governamental de estímulo à pesca; em especial, à pesca artesanal que, sem o devido apoio, fica difícil de estimular, tanto a iniciativa empresarial quanto a profissionalização, provocando o interesse dos jovens pela atividade pesqueira.

Os depoimentos evidenciam o desinteresse dos jovens em atuar na atividade da pesca, reforçando que possuem amplo conhecimento das propriedades estruturais desse sistema social, das regras e recursos existentes, que rejeitam. Por outras palavras, os jovens não acreditam que por via do mundo da pesca o IFRN possa ser o elo para a modernidade, ainda que via acesso a uma formação de qualidade em recursos pesqueiros. Ou seja, o IFRN não permite a estes jovens vislumbrar um mundo de oportunidades ofertadas pelo curso, dado que não o identificam em suas comunidades de origem, mas que, em contrapartida, vislumbram possa ocorrer noutros lugares à semelhança do que imaginam irá ocorrer com os colegas de outros cursos com quem socializam.

Utilizar os conhecimentos técnicos para intervir na pesca

Apesar de considerarem a formação técnica importante, não se atesta, em seus discursos, uma pré-disposição para atuar no ramo. Isso parece denotar que a formação técnica oferecida pelo IFRN - *Campus* Macau não está conseguindo despertar o estímulo necessário para que esses jovens vençam suas limitações e passem a enxergar a atividade pesqueira de forma mais positiva.

[...] Não acredito na formação Técnica em Recursos Pesqueiros porque aqui não tem muita oportunidade de emprego. Tem muitas pessoas se formando e pouco vínculo empregatício (A10 - Aluno do curso).

[...] Então, é o que/eu acho que vem da falta de mercado, porque eu poderia tá, poderia tá utilizando esse conhecimento...só se for de uma forma autônoma, se eu tivesse experiência (A16 - Aluno do curso).

[...] Porque, na verdade, eu não consegui encontrar uma maneira ainda que eu possa fazer isso, intervir. Eu ainda não consegui pensar. Não consegui pensar em uma forma ainda de realizar isso (A3 - Aluno do curso).

[...] Então eu vejo assim, que é uma atividade muito árdua e muito dura, mas nada disso impede que qualquer pessoa possa fazer e nem se apaixonar por isso (A3 - Aluno do curso).

Conforme revelam uma vez mais os depoimentos, os jovens, conhecedores que se revelam da repulsividade de várias propriedades estruturais do mundo da pesca, estão mergulhados em incertezas quanto ao porvir, o que é bem preocupante, pois se pressupõe que a formação técnica profissionalizante forneça a base para que os formandos possam identificar as diversas formas de atuação profissional na área. A rejeição do mundo da pesca presentes nos depoimentos é aguçada pelo desejo pela modernidade. É fato que a formação profissional em Recursos Pesqueiros é nova, o que torna o IFRN - *Campus* Macau, para os alunos e egressos, um contexto extremamente desafiador na busca do reconhecimento da sociedade.

Na percepção dos servidores, há, por parte dos alunos, “certo descompromisso e desvalorização” na formação em recursos pesqueiros. Eles acreditam que a instituição IFRN - *Campus Macau* é referência quanto à qualificação profissional, e são unânimes em afirmar que a formação ofertada pelo IFRN atua diretamente na melhoria da perspectiva de vida dos discentes.

Para o secretário de pesca de Macau, a instalação do IFRN - *Campus Macau* e a criação do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros é importante para a atividade pesqueira da região, uma vez que profissionaliza os jovens a fim de poderem atuar na área. Percebe também que existem causas estruturais que afetam os jovens, que por essa razão não têm estímulos para se profissionalizarem na atividade pesqueira, mas acredita que, estudando no IFRN, podem mudar o modo de ver o *mundo da pesca*. Acredita ainda que a formação técnica em Recursos Pesqueiros pode contribuir para mudar a própria realidade socioeconômica das comunidades pesqueiras. Todavia, foca-se muito nas questões meramente acadêmicas, nas lacunas apresentadas pelos alunos ao chegarem ao IFRN que dificultam a sua aprendizagem. Estudar no IFRN - *Campus Macau*, em suas palavras, “*melhorou muito a realidade dos alunos, apesar de que eles vêm de umas escolas que não têm uns estudos muito bons; aí, quando chegaram aqui, encontraram muitas dificuldades porque são uns professores capacitados, graduados, com doutorado e “n” coisas*”. Também, admite que a base, o ensino fundamental, que é obrigação do município, precisa melhorar, porque essa alegada má qualidade afeta muito o rendimento dos alunos que chegam ao IFRN com a base deficitária de conhecimentos.

No tocante aos alunos ingressantes no curso, o Líder A observa que os pais não estimulam o filho a se tornar pescador, pelas dificuldades de segurança, de falta de políticas para agregar valor ao esse produto, além de outras contingências, que os levam a querer os filhos em outra profissão. Isso é preocupante justamente porque daqui a 20 ou 30 anos não se sabe qual será o contingente de pescadores na atividade. Ou seja, os próprios pais dos alunos transmitem a eles o quanto são repulsivas em sua generalidade as propriedades estruturais do mundo da pesca, almejando para seus filhos uma vida sem ser sob a égide das dificuldades a enfrentar, decorrentes de regras e recursos que advêm do fato de estruturalmente o mundo da pesca, que tão bem conhecem por própria vivência, ser composto por tais propriedades estruturais, sobretudo, a baixa qualidade de vida das comunidades pesqueiras, dos pescadores, dos trabalhadores assalariados e das famílias.

E o mais agravante é que os alunos que estão em formação no Curso de Recursos Pesqueiros do IFRN - *Campus Macau*, em sua maioria, não irão absorver a pesca como sua atividade profissional. Esses jovens poderiam tornar-se pescadores qualificados e trazer para a pesca um diferencial para melhorar a atividade. É preciso, pois, não só no IFRN, mas em nível nacional, criar uma política de

valorização e reconhecimento da dignidade do pescador. Assim como acontece em políticas de valorização do homem do campo (o MST vem trabalhando para valorizar e fixar esse homem e as famílias, filhos de trabalhadores rurais, no campo para não precisarem deslocar-se para os grandes centros urbanos). O mesmo precisa acontecer com a valorização do pescador tradicional. Apesar dessas observações, veem o mundo da pesca com grande potencial e muitas oportunidades, principalmente na região salinera do RN, pois, segundo seus depoimentos, *“há muito tempo a pesca é que sustenta essas comunidades; então, economicamente, a maioria das pessoas aqui vivem da pesca, e exclusivamente da pesca, e é um potencial econômico e social muito grande”*.

Retomando os depoimentos dos servidores, vale sublinhar uma observação relativa à localização do *campus* Macau: distância da praia. De todos os IFs com cursos voltados para Recursos Pesqueiros, em nível nacional, o único que não é na praia é o *Campus* Macau. Esse *Campus* deveria ser localizado na praia para ter um trapiche com embarcação.

Para tanto, seria preciso repensar todo o planejamento do curso, repensar o currículo. Os depoimentos confirmam que a proposta do curso é ousada e desafiadora para o IFRN, uma vez que o cenário da atividade com suas propriedades estruturais, onde as regras e recursos desse sistema agem de forma repulsiva aos interesses das novas gerações. A formação técnica do IFRN, apesar de planejada de forma a proporcionar uma formação ampla com um leque de opções, contraditoriamente, o sistema social da pesca com suas regras e recursos secularmente atrasados faz com que o êxito da formação não seja atingido pela Instituição, uma vez que os jovens formados não se sentem estimulados, nem motivados a atuar neste sistema. Em sua maioria, os jovens atendidos pelo IFRN buscam apenas a formação de qualidade que a Instituição oferece sem o real compromisso de atuar e intervir para transformar e melhorar o mundo da pesca.

6.3.1.4. Percepção quanto a receberem investimento e não atuarem na área

Considera-se que a formação técnica profissionalizante em Recursos Pesqueiros poderá contribuir para a especialização de profissionais nessa atividade e que estes podem intervir na área e, assim, promover um processo de melhoria contínua na exploração dessa atividade.

Em seus depoimentos, os jovens entrevistados não se mostram discursivamente alheios à sua responsabilidade no processo de mudança e continuam demonstrando seus receios ante as dificuldades a enfrentar, colocadas por determinadas propriedades estruturais referidas anteriormente:

[...] eu considero que é uma atividade bastante propícia para qualquer pessoa exercer...uma atividade bastante árdua, seja em qualquer nível: na artesanal, na comercial, seja na industrial. Cada uma tem sua parcela de dureza; ela não é uma atividade que você faz de pé enxuto, é uma atividade

que você faz se relacionando com as forças da natureza, o mar, por exemplo, o vento (A14 - Aluno do curso).

[...] É um trabalho árduo, porque requer bastante esforço e o retorno não é tão alto...Porque o valor do pescado acaba se tornando baixo para o esforço de pesca (A13 - Aluno do curso).

[...] Então eu vejo que é preciso, até mesmo os empresários do ramo de aquicultura, se abrirem mais a uma perspectiva de mão de obra técnica dentro das empresas e assim/e também além de tá abrindo espaço pra trabalhar, dar condições dignas. Você almeja ganhar um salário, uma qualificação média acima do salário mínimo...você vê que não existe esse tratamento. Você às vezes tem condições precária de trabalho e você também ganha a remuneração abaixo do que você merece dum trabalho técnico (A16 - Aluno do curso).

Os servidores do IFRN - *Campus* Macau consideram que a quantidade de alunos concluintes é muito baixa, se comparada à entrada. Quando comparadas as entradas com a quantidade de alunos que efetivamente concluem o curso, verifica-se uma lacuna imensa a ser avaliada. Nessa proposição, inclui-se a sugestão de solucionar um caso grave que se vem repetindo num continuum: os alunos completam o curso, mas não chegam a diplomar-se porque não entregam o relatório final. Tanto isso é verdadeiro que o número de alunos efetivamente concluintes ainda é pequeno em relação àqueles que totalizam as disciplinas. Mas é preciso lembrar que, dentre os concluintes, alguns deles optaram em continuar na área, ingressando no curso superior em Engenharia de Pesca; outros alunos já obtiveram aprovação em concurso público, assim como existem também egressos que estão empregados em empresas privadas na área.

O mundo da pesca X outras áreas de atuação profissional

Quando se fala de futuro, a maioria dos jovens revelam o desejo de alcançar um trabalho formal, e também admitem que a partir do estudo no IFRN podem galgar mais no processo de formação, verticalizando a formação através do ensino superior. A formação em nível médio passa a ser apenas uma etapa da vida, que, em sendo vivenciada, já desperta para a necessidade de continuar estudando em nível superior.

Na opinião do empresário, estudar no IFRN muda a maneira de encarar o mundo. Mas considera que o mundo da pesca relação às outras áreas de formação profissional, ainda é muito desvalorizado, e que são muitas as suas debilidades estruturais, a exemplo da falta de técnicos, de pessoas qualificadas e de incentivo governamental. Além da carga burocrática que emperra o setor, há a falta de apoio financeiro para o pescador investir na sua atividade. Por isso, considera o mercado de trabalho na atividade pesqueira, para quem tem formação técnica na área, como sendo muito restritivo. Além disso, menciona a visão distorcida dos empresários, que preferem pagar um salário inferior a quem não tem

qualificação a contratar um técnico que pode ampliar o apoio em sua atividade, alegando que “*o empresário ainda tem uma mentalidade muito medíocre*”, identificando-se aqui propriedades estruturais que se fazem sentir na pesca artesanal e também na pesca industrial, como a escassez de investimentos no desenvolvimento e modernização da atividade, mão-de-obra assalariada desqualificada, com salários baixos pagos por partes, baixa absorção de mão-de-obra (qualificada e não qualificada) e a ausência de políticas governamentais de valorização da atividade pesqueira.

O líder A, em seu depoimento, sublinha que quando um pescador vai fazer um projeto para a atividade pesqueira, muitos órgãos, a exemplo da EMATER, não possuem, no seu quadro de pessoal, engenheiro de pesca, como possui técnicos agrícola e engenheiro agrônomo. Então, nesse caso, o técnico em Recurso Pesqueiro deveria ser o responsável por projetos ligados à área da pesca. É importante ter, nessas instâncias, técnicos pesqueiros, como concursados, para levar a visão do conhecimento da pesca e fazer projetos voltados à realidade da área. O técnico em Recursos Pesqueiros também deve estar nas secretarias estaduais, municipais e nos ministérios da pesca. Essas pessoas formadas em Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca poderiam contribuir, nessas instituições, para a pesca como um todo.

Ainda segundo sua opinião, é preciso quebrar as barreiras e às dificuldades enraizadas, sobretudo na pesca artesanal (as principais propriedades estruturais devem passar de repulsivas a atrativas) mas reconhece que isso não pode ser um projeto de curto prazo e que é necessário unir forças para intervir na dura realidade da pesca artesanal. É mister envolver as famílias nesse processo de valorização da pesca artesanal: o IFRN pode, através de programas como Mulheres Mil, do projeto pescando a cidadania da alfabetização de jovens e adultos, que envolve pescadores, levar a família toda a participar do processo de formação, para combater a força das regras e recursos que sustentam propriedades estruturais como a desvalorização do trabalho das mulheres e os altos índices de analfabetismo. Aqui, se identificam outras propriedades estruturais presentes no mundo da pesca - caracterizado por pequenos empreendimentos em que os empresários não valorizam a qualificação técnica e, assim tendem a não absorver a mão de obra qualificada. Predominam então, pequenos empreendimentos que mantêm estruturalmente o pescador numa relação de submissão aos atravessadores. Assim, os pescadores são explorados e sem opção, se submetem a esta dominação, imposta também pelos empresários, que em conjunto com os atravessadores controlam a maioria dos recursos existentes (embarcações, apetrechos, capital) necessários à atividade.

Percepção sobre os colegas de curso: como veem a atividade pesqueira

Segundo a percepção dos jovens, em seus depoimentos, os colegas de curso, em sua maioria, embora enxerguem as dificuldades da área da pesca e a baixa expectativa de empregabilidade,

demonstram interesse de colocar em prática os conhecimentos adquiridos e assim poder atuar na área se tiverem a oportunidade em alguma empresa do ramo. Além disso, parece-lhes evidente o fato de que seus colegas valorizam, acima de tudo, estudar no IFRN, um feito que consideram superior e até mais importante do que a própria formação técnica.

Consideram também que os colegas de curso veem a atividade pesqueira com discriminação, e até percebem neles um certo comodismo em não se dedicar a procurar oportunidades de atuação na área. Discursivamente admitem uma certa parcela de culpa dos colegas (e de si mesmos) em não se dispor a atuar na área, responsabilizando indevidamente, como reconhecem, a falta de estímulos do mercado. Alegam ainda que a maioria dos colegas termina o curso apenas pelas exigências da instituição. Eles não têm “vocação” nem afinidade com a área pesqueira e, assim, não identificam perspectivas. É comum ouvir menções como “perda de tempo”, “sem futuro”, entre outras, na fala desses jovens quando se referem à formação técnica em recursos pesqueiros. São, em geral, essas alegações, provenientes de suas consciências práticas que constituem a base de seus depoimentos:

[...] Eu acho que eles veem a atividade que a área de pesca, pra eles, é como se fosse um lazer, uma diversão. Eu não percebo eles verem a pesca como atividade mesmo produtiva (A12 - Aluno do curso).

[...] Na maioria, eu acho, que vê assim com um pouco de discriminação, porque a atividade pesqueira, eles veem assim como um profissional baixo, assim sem qualidade (A10 - Aluno do curso).

[...] não é um mercado que chegue pra você e diga: "Tô precisando de você." Então eles ficam desestimulados muitas vezes. Então, não depende só da gente; claro que nós temos uma parcela, mas pra gente se estimular, outros precisam estimular (A15 - Aluno do curso).

[...] Eles veem de uma forma meio que preconceituosa...A maioria terminaram o curso por terminar. Eles simplesmente passaram pelo curso por passar; é tanto que muitos não fizeram o trabalho de conclusão. Muitos porque não criaram afinidade com a área, muitos porque não vê perspectiva de atuar na área; muitos porque não tiveram a construção dos conhecimentos. É bastante grande, então eles não se sentem motivados a esta dentro desse ambiente, dessa área de trabalho, essa área profissional. Então, eles veem com um certo desprezo (A16 - Aluno do curso).

[...] O que todo mundo comenta, apesar de gostar, é uma área que, no momento, é uma área sem futuro, digamos assim, mas está porque gosta (A8 - Aluno do curso).

[...] Esperavam mais do curso, então esperavam ser admitidos, ser absorvidos pelas empresas o quanto antes e isso dificultou, assim porque as coisas não são imediatas. Então, alguns até mesmo desestimularam não fizeram seu TCC, acabaram ficando até mesmo sem o diploma e que não conseguiram finalizar todo o processo (A13 - Aluno do curso).

Os relatos fortalecem a hipótese de descompromisso e desinteresse dos jovens em atuar na atividade pesqueira. Ao avaliar os próprios colegas, de forma reflexiva esses jovens, estão falando também via consciência prática, de como veem e, como percebem a repulsividade das regras e dos recursos da atividade pesqueira. Os relatos discursivos demonstram o desinteresse destes e suas reais intenções quanto a formação técnica e a atuação na área de Recursos Pesqueiros. Na dualidade da estrutura de Giddens (2009), as regras e recursos que se apresentam na ação social são recursivamente retroalimentados. Na percepção dos jovens regulam as intenções destes, no sentido de reforçar a rejeição ao mundo da pesca. Esses, depoimentos parecem revelar, assim, as intenções não declaradas diretamente, a reflexividade das intenções em não querer atuar na pesca.

6.3.1.5. O Mundo da Pesca sob a ótica dos entrevistados

Os relatos apresentados a seguir estão relacionados com as variáveis referentes aos anseios concernentes ao futuro profissional, antes de entrar no IFRN; à percepção quanto à atuação dos órgãos governamentais no seu município, Estado e União em relação à atividade pesqueira, à percepção sobre o mercado de trabalho nessa área e à avaliação da interferência empresarial na atividade pesqueira.

O curso de Recursos Pesqueiros e as perspectivas para o seu futuro profissional

Os jovens afirmam, em seus discursos, que o IFRN muda a sua percepção quanto à realidade de mundo, à criticidade da realidade social que os cerca e da sua própria condição na sociedade, seus interesses individuais de crescimento e sua atuação profissional.

No que diz respeito à percepção da realidade que os cerca, eles revelam que antes de ingressar como alunos, no IFRN visualizavam poucas oportunidades e baixas perspectivas de crescimento profissional. Estudar na Instituição mudou a sua percepção e os orientou para a realidade que vivenciam, conduzindo-os para o processo de autoconhecimento, como testemunham seus pronunciamentos a seguir:

[...] As ofertas de trabalho pra Recursos Pesqueiro, por essa região, ainda está pouca porque o IF está fazendo um grande esforço de divulgar o projeto, só que as empresas parece que ainda estão descobrindo esse lado do técnico em pesca (A12 - Aluno do curso).

[...] Implantar os IFs com esse curso, variar, tentar implantar as comunidades as colônias, as zonas do município, é um pontapé inicial, é um tipo de incentivo para os pescadores. É uma coisa a se trabalhar porque é uma coisa que não é muito falada (A5 - Aluno do curso).

[...] Antes de vir estudar no IFRN, pensava em ser professor e agora após a formação e vivenciar o IFRN, pretendo seguir uma engenharia de aquicultura (A11 - Aluno do curso).

[...] Alguns colegas do curso não veem o curso como algo pra continuar, outros amigos meus também ficam naquela dúvida de querer ou não continuar a área de Recursos Pesqueiros (A6 - Aluno do curso).

Na visão do Líder A, para estimular os jovens da região a procurar o curso de Recursos Pesqueiros, precisa-se valorizar a importância dos recursos da pesca dentro das próprias escolas de ensino fundamental da região, que são a base para ingressar no IFRN, apresentando as potencialidades do curso, as vantagens para o jovem e para a comunidade, e como esses jovens, em recebendo a formação, podem contribuir para a comunidade - *“que isso vai ser retorno para a comunidade, para o pai dele, para a família dele, para a tradição”*. Assim, ele acredita, os jovens podem ter uma noção mais aprofundada do curso e perceber a formação como importante para a atividade pesqueira. E finaliza, dizendo: *“a gente tem que quebrar uma série de coisas, mas eu acredito e acredito que tem como mudar esse quadro de abandono, que é a pesca artesanal”*. Revela, ainda, que só existe uma instituição que trabalha em prol da agricultura, a EMBRAPA (em nível nacional), e questiona sobre a ausência de desenvolvimento tecnológico direcionado para a pesca artesanal.

Por último, considera necessário estimular os alunos para o curso e para a área da pesca, assim se pronunciando: *“Apostaria no intercâmbio, de trazer essa realidade do curso para a comunidade e levar a comunidade para o curso. Pode-se promover isso levando os pescadores para conhecer o Instituto, por exemplo, e aquilo que ele tem a oferecer; e apresentar pra ele o que um filho dele pode ser como um técnico pesqueiro”*.

E há ainda que se registrar que a atividade empresarial na pesca se caracteriza, na sua maioria, de pequenos e mico empreendimentos que não valoriza e nem absorve a mão de obra qualificada pelo IFRN. Os relatos confirmam mais uma das propriedades estruturais do mundo da pesca - um meio empresarial, que se caracteriza de pequenos negócios familiares, com pouca apetência para absorção da mão-de-obra qualificada que constituem os jovens formados em Recursos Pesqueiros.

Percepção da atuação dos órgãos governamentais (Município, Estado e União) em relação à área da pesca

No tocante à atuação governamental na atividade pesqueira, os entrevistados alegam a falta de incentivos, de investimentos e de políticas sérias e efetivas que valorizem e proporcionem a modernização desse setor no Brasil, identificando também aqui as propriedades estruturais como seja a ausência de políticas governamentais de valorização da atividade pesqueira e uma atividade desregulada, sazonal e predatória dos recursos marinhos, tal como se pode comprovar por seus discursos:

[...] Olha, eu ainda acho lamentável, a atuação dos órgãos governamentais, porque nós estamos num Estado onde se produz, município onde se produz a segunda produção de pescado no Estado e isso não é coisa pouca (A14 - Egresso do curso).

[...] O mercado atual pra área de pesca é bastante restrito. Tem que haver toda uma reforma. Tem que ter estímulos de investimento nessa área, mas falta... falta uma adequação à realidade (A3 - Aluno do curso).

[...] Eu acho falha. Aí as irregularidades começam a acontecer num crescimento desenfreado que nem eles mesmo podem controlar. Então, com isso, existe a desvalorização do pescado; com isso, existe o passar a mão na cabeça/fulano de tal tá fazendo a coisa errada e ele vai deixar por isso mesmo. E aí acaba com isso, prejudicando basicamente a pesca artesanal. Que hoje em dia os nossos governantes tão dando mais prioridade à pesca industrial, porque ela, em massa ganha mais dinheiro para o governo, que retém mais do que a pesca artesanal, que é uma pesca mais saudável, com materiais, apetrechos feitos pelo próprio pescador (A12 - Aluno do curso).

[...] A gente tem uma Secretaria de Aquicultura e Pesca em Macau; no entanto, ela/ você não vê ações, você não vê uma busca de/ Porque eu vejo o que é que seria possível fazer treinamento de pescadores pra processamento de pescado, e eu não veja isso acontecer aqui, não vejo compra de caminhão frigorífico pra expandir a produção dos maricultores, dos pescadores em gerais. Em relação vejo que federal ainda existe a mobilização; no entanto, estadual e municipal somente eu não vejo políticas públicas feita para melhorar a cadeia de pesca (A16 - Aluno do curso).

O então Secretário de Pesca considera a atividade pesqueira em Macau, de suma importância para o município, apesar do enfrentamento das muitas dificuldades. Em suas próprias palavras assim avalia: “*Macau hoje é o segundo maior produtor de pescado do Rio Grande do Norte. Nós estamos buscando melhorias para que cada vez mais possa crescer esta atividade no nosso município. É uma questão de incentivo, do município, do poder executivo, da gente poder elaborar mais projetos, dar muito incentivo para eles (pescadores)*”. Pode-se considerar que existe uma incoerência na fala do secretário de Macau quando afirma que o município, sendo o segundo produtor de pescado do Estado, não criou mecanismos, valorização com políticas públicas locais que alavanquem e deem a devida importância à pesca.

Quanto à situação do Estado do Rio Grande do Norte e da União, em relação à atividade pesqueira, segundo o Secretário, faltam mais incentivos da União para chegar até aos Estados e dos Estados até os municípios, porque o município é o foco principal de todo o polo brasileiro; é onde as coisas, de fato, acontecem junto às comunidades. São várias dificuldades, na área da pesca, que precisam de intervenção do poder público. Considera o mercado de trabalho para os técnicos em Recursos Pesqueiros como um leque de oportunidades na carcinicultura e na pesca artesanal. Avalia a atuação empresarial na região como problemática, seja pela situação de crise hídrica no município, seja pelos males causados, pela doença da mancha branca, que afeta a produção de camarão na região.

Na percepção do empresário, o município de Macau deve dar mais estímulo à pesca artesanal e à aquicultura, até em respeito à sua vocação natural: *“Macau tem um estigma já foi o maior produtor de camarão do país; já teve a maior fazenda de cultivo de camarão. Macau ainda é detentor de, mesmo numa forma decadente, o maior produtor de pesca artesanal do Estado”*. Então, apesar de alguns problemas de ordem ambiental por que passa o município, acredita que pode haver equilíbrio entre a preservação e o cultivo. Também entende que, para valorizar a atividade pesqueira e mudar a mentalidade do empresário do setor, são necessários incentivos dos órgãos governamentais. Além disso, critica o fato de Macau ser o primeiro produtor de pescado do Estado (em pesca artesanal) e não possuir recursos próprios de uma indústria de beneficiamento, um frigorífico de qualidade, que suporte a capacidade produzida. Por fim, ao ser questionado se incentivaria um filho a fazer o curso técnico em Recursos Pesqueiros, respondeu: *“sim, com certeza, desde que já tivesse alguma coisa que eu visse em andamento para que ele, quando terminasse seu curso, pudesse atuar”*.

O líder A começa seu discurso fazendo a seguinte afirmação: *“A pesca artesanal no município de Macau é a grande empresa, vamos dizer assim. Ela consegue empregar aí, entre os que estão, digamos assim, legalizados e os que estão na informalidade, cerca de 1.000 pessoas. Então, não há empresa na região que absorva essa mão de obra que atua na pesca artesanal. A pesca artesanal, em nível de Brasil, produz mais de 50% da produção pesqueira; e, em Macau, 100%. Não tem pesca industrial, não tem outra atividade de pesca que não seja a artesanal. E ela é capaz de mobilizar essa quantidade de recursos e de suprir a necessidade de alimentos, principalmente de proteínas dessa população. O município de Macau está sempre variando entre segundo e terceiro maior produtor no Estado. Dentro dessa produção de Macau, cerca de 80% está na RDSEPT”*. Ainda segundo o Líder A, que é um defensor da pesca artesanal, a pesca industrial tem apenas um cunho empresarial que visa ao lucro e, visando ao lucro, o homem se torna muito passível da exploração do trabalho. A pesca industrial explora os pescadores e contribui para o fortalecimento da propriedade estrutural que se definiu como ausência de acesso aos direitos trabalhistas e sociais, onde a regra é a jornada de trabalho violar toda a legislação trabalhista, para obter economicamente um retorno maior. O problema é como preservar os modos de vida. *“Então o pescador artesanal, voltar para o pescador artesanal como referência; ele não tem patrão, ele vai pela natureza, a hora da maré, a hora de chegar, o vento, as condições, sem está imposto um cronograma para ele”*.

Os relatos identificam e confirmam importantes propriedades estruturais do mundo da pesca, regras e recursos, já identificadas e relatadas neste estudo que reafirmam os inúmeros motivos que levam os jovens atendido pela formação em pesca oferecido pelo IFRN a não querer atuar neste segmento.

Percepção sobre o mercado de trabalho da área de Recursos Pesqueiros e a atuação empresarial na atividade pesqueira

Reafirmando a existência de várias propriedades estruturais atrás identificadas e relacionadas, sobretudo com a ausência de políticas de apoio ao setor, os baixos salários e o fraco recurso a mão de obra qualificada, os entrevistados consideram ineficaz a atuação empresarial na atividade pesqueira na região e no Estado. A esfera empresarial ainda não atentou para o fato de que a formação técnica profissionalizante pode contribuir para a melhoria da realidade do setor e continua resistindo à valorização da formação profissionalizante. Abaixo, alguns relatos quanto à percepção da atuação empresarial na atividade pesqueira:

[...] Eu vejo a atuação empresarial um pouco devagar. Por quê? Porque hoje nem todo mundo que tem um poder aquisitivo bom quer fazer uma indústria de pesca em determinados setores..." (A12 - Aluno do curso).

[...] as empresas vem, vem aqui, trabalham, mas é, como posso falar, não investem na comunidade, só extraem..." (A5 - Aluno do curso).

[...] já se acha autossuficiente pra tocar as empresas de uma forma sem ter ajuda de um técnico ou de um engenheiro de pesca. Eles são autodidatas e eles são altamente fechado a abertura de outras visões que sejam mais recentes..." (A16 - Aluno do curso).

[...] a atividade empresarial muitas vezes tá voltada apenas para a aquicultura como a gente pode ver; não existe investimento para pesca artesanal (A13 - Aluno do curso).

[...] o ganho da pesca é pouco. Baixos salários e muito trabalho (pouco investimento), digamos. As empresas já têm sua própria equipe (A15 - Aluno do curso).

Os empresários do setor da pesca e aquicultura vivem à margem de políticas de incentivo; são dificuldades de toda natureza que poderiam ser amenizadas com o apoio governamental, que não existe. Além disso, os salários pagos aos trabalhadores do setor não são atrativos e não estimulam aqueles que têm uma melhor formação.

Os servidores, por sua vez, também consideram que empregadores, não valorizam a mão de obra. Só a exploram com subempregos e baixa remuneração. Em sua visão, os empreendedores focam apenas no lucro; por isso mesmo, os alunos do curso, ao chegarem ao mercado de trabalho, são, de certa forma, explorados, recebendo salários baixíssimos. Os empresários da pesca, muitas vezes, também são atravessadores, não têm o real desejo de desenvolver as organizações, mantendo a sua relação de dominação para com os pescadores. A pesca passa por vários entraves de natureza econômica, social, política e ambiental. Já a aquicultura, que tem como seu forte a carcinicultura na região de Macau, passa por um grande problema que afeta a produtividade, a doença conhecida como "mancha branca - um mal que afeta a criação em cativeiro do camarão".

Na percepção do líder A, existe uma lacuna entre a formação ofertada pelo IFRN em RP e a inserção dos alunos na atividade pesqueira ou na aquicultura. Existem problemas na pesca e muitas dificuldades, é verdade, mas em todas as áreas existem dificuldades, como sublinha: *“Em todo canto existe, no mundo do trabalho, a empresa, relações com o patrão, qualquer que seja tudo tem dificuldade, então não vai ser sair da pesca que vai evitar isso”*.

O Líder B começa dizendo: *“É preciso propor ações que gerem novos negócios, que gere oportunidades para que o jovem não precise se aventurar em outras regiões e passe a contribuir, efetivamente, com as questões de sua comunidade”*. Segundo ele, é preciso trazer novos negócios, novos investimentos, novos projetos que promovam um processo de profissionalização da pesca artesanal, sem deixar de lado as tradições, a cultura e os valores desenvolvidos pela comunidade ao longo de sua existência.

Segundo ele, na atividade empresarial também se reproduz a propriedade estrutural relativa à baixa absorção da mão de obra qualificada; além do que, a atividade empresarial está mais ligada à carcinicultura na região, a qual absorve poucas pessoas para atuarem nesse segmento. Também alerta para a poluição das águas e a conseqüente diminuição da captura; para a pesca predatória que diminui os estoques pesqueiros, e para a falta de investimentos e estímulos por parte dos órgãos governamentais nas três esferas - Federal, Estadual e Municipal. Esses são alguns dos principais pontos apresentados no tocante à problematização da atividade pesqueira refletida no depoimento dos ouvidos nesta pesquisa.

As propriedades estruturais da pesca apresentadas nos depoimentos evidenciam a repulsividade dos atores quanto a difícil situação da atividade pesqueira no Brasil. Estas propriedades percebidas, relatadas e não desejadas por esses atores sociais só reforçam e confirmam o ambiente adverso à modernidade e que afasta os mais jovens o interesse em atuar e intervir neste sistema social da pesca de atraso e pouco promissor.

6.3.1.6. Representação social

Os depoimentos apresentados estão relacionados com as seguintes variáveis: coletar informações que demonstrem se houve influência do IFRN na decisão quanto à profissionalização dos jovens no curso; se há incentivos familiares para atuar na atividade pesqueira; se os familiares veem com bons olhos a formação técnica em Recursos Pesqueiros, e se os jovens ouvidos consideram importante a formação técnica em Recursos Pesqueiros.

Interesse profissional dos jovens pós ingresso no IFRN

A maioria dos entrevistados, cerca de 80%, nos depoimentos, afirmam que suas aspirações e intenções profissionais mudaram ou se aprimoraram com a vivência e formação no IFRN. Os seus

depoimentos revelam que muitos sequer tinham perspectiva profissional e nem percebiam a formação profissionalizante. Os sonhos, antes do IFRN, eram incipientes, muito distantes e imaturos. Estudar no IFRN possibilitou a percepção crítica de crescimento profissional, como atestam os seguintes discursos:

[...] Antes de estudar no IFRN, pensava em atuar em escritório, especificamente com computadores. Na instituição, passei a me sentir mais importante pois, percebi que isso pode contribuir mais para a sociedade (A8 - Aluno do curso).

[...] No IFRN, mudei a maneira de encarar o mundo que me cerca. O IFRN foi um propulsor que me levou ao mundo real. Antes não sabia o que queria para a vida profissional (A3 - Aluno do curso).

[...] Antes de estudar no IFRN, pensava em seguir carreira na área de construção civil ou arquitetura. Já no IFRN, continuo pensando em seguir carreira nessas áreas (A4 - Aluno do curso).

[...] Antes do IFRN pensava que ia atuar no comércio, em alguma loja. Ao estudar no IFRN passei a perceber que podia almejar algo melhor para a minha vida profissional (A4 - Aluno do curso).

É fato que o IFRN muda a percepção de mundo dos jovens, pois promove uma formação técnica cidadã aguçando o senso crítico dos jovens. Os relatos confirmam isto. Contudo, o IFRN também se torna um paradoxo para os jovens, um confronto entre a realidade que vivem esses jovens em suas comunidades e o mundo de possibilidades de acesso à modernidade de que o IFRN lhes entreabre as portas, reforçando a sua desmotivação em ingressarem ou regressarem ao mundo da pesca cujas propriedades estruturais bem conhecem, ainda que, em alguns casos de forma apenas prática.

Na verdade, é sobretudo através da consciência prática que os jovens expressam o que percebem, a qual nos termos da Teoria da Estruturação de Giddens (2009) é distinta da consciência discursiva e do inconsciente. Na consciência discursiva, tal como temos vindo a referir, esses jovens até aparentam ter interesse pela formação técnica e pela atuação na área; no entanto, na consciência prática, de forma inconsciente, não declarada, rejeitam o mundo da pesca pois, percebem e vivenciam todo tipo de dificuldades e limitações em que não vislumbram expectativas claras de valorização profissional.

Em razão de tudo isso, pode-se afirmar que o ambiente do IFRN abre um leque de possibilidades mas, é o acesso à modernidade desejada e cobiçada que se confronta com a realidade do mundo da pesca, leva os jovens a recusarem (re)ligar as suas vidas a esse mundo.

Incentivo e percepção da família e da comunidade sobre o curso de recursos pesqueiros

A maioria dos jovens afirma que os familiares apoiam e incentivaram a formação nessa área, e que percebem de forma positiva o curso. A comunidade, por sua vez, não tem a mesma visão, porque considera a área da pesca como sendo desvalorizada. Os depoimentos seguintes confirmam as considerações apresentadas:

[...] Meus pais sempre foram, em questão a meus estudos, eles sempre me disseram em relação ao curso: "Você escolha uma coisa que vai servir pra você." E eu vejo que essa área serve (A1 - Aluno do curso).

[...] Os meus familiares, por eu já conversar com eles, eles veem o curso como uma oportunidade mesmo de trabalho e de mudança na vida da pesca; mas algumas pessoas da minha comunidade, ao qual é uma área de pesca, poucos valoriza, porque, é como eu disse no início, eles ficam achando que é pra tratar peixe, que é pra tirar/saber fazer a (I), que não é nada disso assim (A12 - Aluno do curso).

[...] Então, acredito que as primeiras turmas, eles até que tinham um olhar marginalizado, mas que desempenhava uma perspectiva; no entanto, a maioria da comunidade viram, que o curso ele não está tendo empregabilidade, não está tendo valorização, eles veem muitas turmas formadas e no entanto ele não vê resultado. Acredito que cada vez mais a comunidade vê com olhos, assim, que pela linguagem popular, que o curso não presta (A16 - Aluno do curso).

Talvez por não entenderem claramente a proposta do curso, familiares e comunidade local consideram que a maioria dos jovens faz o curso por falta de opção em outras áreas no IFRN. Não esqueçamos que algumas das propriedades estruturais como os altos índices de analfabetismo, resistência à inovação, com uso de técnicas tradicionais e transmissão geracional do conhecimento e trabalho árduo e arriscado, podem estar por detrás da desvalorização do curso. Abaixo, alguns depoimentos que comprovam essa afirmativa.

[...] Eles acham que é um curso que não vale nada, principalmente a comunidade (A9 - Aluno do curso).

[...] No começo, ninguém queria, porque é como eu disse: existe um certo preconceito com a área, entendeu? (A8 - Aluno do curso).

[...] A visão das pessoas em geral, aqui em Macau, sobre o curso de Recursos Pesqueiros é uma visão um tanto minimizadora do curso (A3 - Aluno do curso).

[...] Familiares e comunidade não sabem o que é Recursos Pesqueiros (A4 - Aluno do curso).

Os relatos constatam que a própria comunidade não valoriza e não percebe perspectivas na formação técnica. O que contribui ainda mais para fortalecer nos jovens o sentimento de rejeição pela atuação profissional. Os jovens oriundos dessas comunidades já trazem na sua memória reflexiva essa rejeição o que torna mais desafiador para o IFRN reverter essa rejeição e despertar de forma positiva a valorização na formação e, a consequente intervenção dos jovens formados no mundo da pesca.

7. ANÁLISE DA PESQUISA

Após apresentar os depoimentos coletados na pesquisa, retorna-se à hipótese desta tese, para que através das análises dos depoimentos contextualizar e verificar a sua validade.

As análises da pesquisa foram agregadas e interpretadas tendo como parâmetro inicial as hipóteses que formularam o objeto de estudo desta tese.

i) O espaço social da atividade pesqueira no Brasil é constituído principalmente pela pesca artesanal em que predominam baixas expectativas de qualidade de vida, bem como de ascensão profissional

Contatou-se na pesquisa que a maneira de viver das comunidades pesqueiras tradicionais no Brasil, estão secularmente centradas nas tradições, cultura, valores, crenças, costumes e métodos de trabalho arcaicos que afasta o interesse das novas gerações em atuar ou intervir. Predomina a tradição reproduzida que passa de geração a geração. Com baixos traços de modernidade associado a dependência e a subordinação dos produtores artesanais e que caracterizam as propriedades estruturais deste sistema, um modelo que impera nas comunidades pesqueiras tradicionais.

Este cotidiano revela um sistema social de pobreza e baixa expectativa para os mais jovens, afastando o interesse das novas gerações em atuar e intervir nele. A rotinização dessa estrutura social acontece de forma a perpetuar esse modelo, distanciando ainda mais a possibilidade de mudanças e modernização, que possa atrair o interesse dos jovens em intervir e transformar neste mundo.

Este sistema social se perpetua com suas propriedades estruturais, regras e recursos, reproduzidas ao longo do tempo, o que torna o processo social de estruturação da pesca como mera continuidade das estruturas sociais conservadoras e tendencialmente repulsivas, que continuamente se reproduzem no tempo e no espaço, fortalecendo e confirmando, ainda mais, o desestímulo dos jovens do curso de Recursos Pesqueiros em querer atuar na pesca.

Assim, o mundo social da pesca, sob a ótica de Giddens (2009), à luz da ótica da teoria da estruturação, se caracteriza como um universo, com um conjunto de regras e recursos de propriedades estruturais típicas e únicas, que são organizadas formando este sistema social. Nessa visão, ele está dividido em dois grandes ramos do sistema da pesca, que estão integradas e, ao mesmo tempo, apresentam características que os diferenciam em um mundo artesanal e um mundo industrial. Para Giddens (2009) a estruturação é o que se faz no fluxo do tempo e do espaço; mas não se trata do tempo contínuo porque esse espaço também vai se modificando à medida que entram novas organizações e se constituem novas regras. A estruturação aqui passa a ser o mundo social da pesca, com todos os

elementos que o constituem ao longo da história. Ele é instrumento do tempo, (as coisas não param), a estrutura é dinâmica e o tempo e espaço protagonizam as mudanças da própria estrutura.

Ainda segundo o autor os sistemas sociais se aproximam do conceito dos sistemas biológicos. As totalidades sociais só são encontradas dentro do contexto de sistemas intersociais distribuídos ao longo das extremidades do tempo - espaço. Todas as sociedades são sistemas sociais e, ao mesmo tempo, são constituídas pela interseção de inúmeros e múltiplos sistemas sociais.

O tempo e o espaço não são estáticos; o processo de estruturação do mundo social da pesca, com todos os elementos constituintes ao longo da história, criou e recriou um modelo que não é atraente para os jovens. A reprodução desse modelo no tempo e no espaço desencadeia uma série de desestímulos nos jovens, a ponto de esses não se sentirem capazes de intervir em seu meio, nem mesmo tendo o suporte da formação técnica profissionalizante recebida no IFRN.

O fator tempo também colabora para essa percepção, vez que, como se sabe, os processos evolutivos são contínuos e rápidos, mas o modelo estruturador do mundo da pesca parece andar em passos bastante distantes da realidade da modernidade, considerando-se que reproduz práticas seculares de exploração na atividade da pesca artesanal, perpetuando os mesmos problemas e as mesmas dificuldades enfrentadas desde há 200 anos.

O propósito, nesse sentido, é olhar para o mundo da pesca como um sistema social composto por pescadores e pequenos empresários que exploram os trabalhadores, buscando apenas o lucro, sem haver uma correlação de parceria que fortaleça essa atividade. A Pesca, historicamente, no Brasil não foi (e não é) valorizada na cadeia produtiva, gerando secular abandono, o que deixa as comunidades pesqueiras relegadas à sua própria sorte. Esse histórico descaso de políticas de governo que visem incrementar a atividade pesqueira enraizou, nesses sistemas, contradições e desinteresse em dar continuidade à atividade da pesca pelas novas gerações, que passaram a rejeitar esse mundo de abandono e sofrimento.

A pesca artesanal, por muito tempo, representou a principal maneira de exploração da atividade pesqueira no Brasil. Diegues (1995) destaca que até meados do século XX, a pesca artesanal foi a principal atividade pesqueira do país; e mesmo com a industrialização, ela não deixou de ter papel de destaque na produção de pescado. Dados do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (2013) apontam que 40% da pesca extractivista no Brasil são oriundos da pesca artesanal.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada - IPEA, de 2003 a 2013, cresceu significativamente o número de trabalhadores na atividade pesqueira artesanal, enquanto que, na atividade pesqueira industrial, a quantidade de trabalhadores não chegou a 10% do total no país.

As atividades ligadas à pesca sempre padeceram com o descaso e o abandono por parte do Governo Brasileiro; e as comunidades pesqueiras tradicionais sempre foram marginalizadas. É justamente na condição de vida das comunidades pesqueiras tradicionais que se verifica um cenário de infraestrutura precária quanto às situações de moradia, saneamento, nutrição, escolaridade, assistência de saúde inadequada, além de inúmeros outros problemas conjunturais causados pela secular falta de políticas e ações que valorizem a atividade da pesca, principalmente a atividade pesqueira artesanal.

Soma-se a isso o fato de que a renda oriunda da pesca é bastante baixa, atendendo apenas, na maioria dos casos, à subsistência das famílias. A falta de recursos precariza ainda mais a atividade. A perecibilidade do pescado torna o pescador refém dos atravessadores e a falta de recursos financeiros para investir em equipamentos e estrutura de apoio torna esse trabalhador ainda mais refém dessa cadeia. Esses condicionantes, além de dificultarem a atuação nessa atividade, tornam-se ainda mais agravantes em comunidades muito distantes dos centros de comercialização, relegando-as à pobreza extrema e à marginalização.

Outro aspecto importante a considerar, nas comunidades pesqueiras artesanais, é a tradição reproduzida de geração para geração, reforçando as condições sociais de pobreza em que vivem.

Apesar da falta de apoio governamental para a atividade da pesca artesanal, a atividade é muito significativa e representa mais de 40% da produção no Brasil. No RN, a pesca artesanal chega a representar cerca de 70% da produção do Estado.

Constata-se esta assertividade pelo fato da significação em que esse modelo social se perpétua e se reproduz, com suas regras e princípios, estabelecidos ao longo do tempo que o legitima e, que torna a estruturação da pesca como mera continuidade das estruturas sociais que apenas se repetem ao longo do tempo, fortalecendo ainda mais o desestímulo e desinteresse dos jovens em querer atuar na pesca.

ii) A maioria dos alunos do Curso de Recursos Pesqueiros provém de comunidades e famílias de pescadores artesanais e, por consequência, têm uma percepção prévia e formada sobre o espaço social em que vivem, caracterizado por condições precárias de sobrevivência, sofrimento e baixas expectativas de qualidade de vida

No mundo da pesca, os jovens vivenciam as propriedades estruturais desde muito cedo: percebem o modelo social impregnado em suas comunidades. E apesar de não se sentirem muito estimulados diante dessa realidade, são impulsionados a buscar fora do mundo da pesca a modernidade de um modelo de vida diferente e de melhores perspectivas que não o do contexto social em que vivem. O modelo de estrutura social da pesca não estimula os jovens, ao contrário, esses rejeitam o modelo existente. O sistema social da pesca organizado como praticas regulares em que afasta o interesse dos jovens em permanecer nesta estrutura, provocando a reflexividade e rejeitando a continuidade dessa

estruturação social pois, ela se perpetua na reprodução desse sistema social. Ter essa percepção prévia torna o jovem resiliente no que concerne à formação técnica. E isso transparece em suas falas quando tratam da questão do interesse em atuar na atividade da pesca após a formação técnica em recursos pesqueiros.

Na visão de Giddens (2009), as razões reportam aos motivos da ação, enquanto que as motivações referem-se às necessidades que as instigam. A motivação refere-se mais ao potencial para a ação do que propriamente ao modo como a ação é cronicamente executada pelo agente. Fica, portanto, a noção de consciência prática, que é fundamental na teoria da estruturação. A rejeição dos jovens em atuar no mundo da pesca é consequência da consciência prática desses jovens, que possuem a consciência dos enormes desafios para atuar nessa área.

Estabelecendo uma correlação com a teoria, constata-se que a ação de cada indivíduo nesse processo é sempre o de um agente em favor da produção ou reprodução de todas as estruturas sociais de que participa. Por que então os jovens não querem entrar no mundo da pesca? As razões que eles invocam estão relacionadas com o que Giddens (2009) designa de consciência prática. Tanto isso se faz plausível que estão imersos nesse contexto, mas não desejam a realidade que vivenciam, justamente porque possuem um conhecimento prático das dificuldades que enfrentam. No entanto, subsidiados pela formação oferecida pelo IFRN, passam a vislumbrar outras possibilidades, outros horizontes, o mundo da modernidade, que não encontram no contexto social em que vivem. Assim a consciência discursiva e a consciência prática se aproximam: a ação influencia a estrutura e, por sua vez, passa a ser influenciada por ela. É fato que os jovens têm noção de como está estruturado o mundo da pesca; e isso não os agrada, especialmente porque percebem que nele serão escassas as perspectivas de carreira, de auferir bons salários, de ter oportunidades reais em empresas formais que os queiram acolher e mudar seu futuro.

Na dualidade da estrutura de Giddens (2009) as ações e a estrutura se influenciam reciprocamente; os atores são agentes reflexivos, que racionalizam a sua ação com base nas razões e nos interesses. Mas as consequências eles não controlam, pois essas nem o próprio IFRN, como agente de mudança, pode controlar. Tanto é que não consegue, por si só, despertar o interesse dos jovens na formação recebida no curso de recursos pesqueiros. As falas dos atores ouvidos na pesquisa vão justamente de encontro a esse propósito, pois revelam a reflexividade das intenções dos jovens de não querer atuar no mundo da pesca.

Assim, a falta de perspectivas profissional na pesca e na aquicultura afasta, sistematicamente os jovens dessa área. Em razão disso é que estudar no IFRN se torna o propósito primeiro, e o curso de

Recursos Pesqueiros é a forma para muitos desses jovens chegar à instituição. Ou seja, não há o interesse efetivo pelo curso e pela formação técnica, mas sim pela oportunidade de estudar na instituição.

O papel do IFRN como agente transformador, aguça nos jovens a rejeição de forma singular ao sistema social da pesca pois, promove um cenário de inferências e percepções antes não percebidas criticamente pelos alunos, os quais repulsivamente rejeitam esse modelo social das comunidades pesqueiras em que vivem.

iii) Os negócios da pesca existentes neste território são resistentes à introdução de novos conteúdos em seus processos (saberes técnicos advindos dos egressos do IFRN *versus* experiência prática), ou seja, geralmente os empresários presumem que tais conhecimentos não agregam valor ao seu negócio

O quadro configurado dá visibilidade “material” às inúmeras dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais na prática de seu ofício. Como fica evidente, é tudo, no geral, muito simples, até mesmo um tanto rudimentar. Como relatado por Cortez (2012), que algumas comunidades pesqueiras do RN ainda pescam “como pescava São Pedro”.

Lopes (2004, p. 14) explica melhor a situação da pesca artesanal, assim descrevendo:

A Pesca Artesanal utiliza barcos de médio porte, adquiridos em pequenos estaleiros ou construídos pelos próprios pescadores. Podem ter propulsão mecanizada ou não. Os petrechos e insumos utilizados não possuem qualquer sofisticação. Utilizam normalmente equipamentos básicos de navegação, em embarcações geralmente de madeira, com estrutura capaz de produzir volumes pequenos ou médios de pescado. Forma a maior porção da frota brasileira.

Infelizmente, o Estado Brasileiro deixa a desejar quanto à atuação para fomentar a atividade pesqueira uma vez que não a prioriza como essencial para a economia do país. O sistema de colônias também não atende aos interesses das comunidades pesqueiras; não desempenham a contento seu papel de intermediação com os demais órgãos, atuando em favor dos pescadores.

Os empresários que atuam na pesca são pessoas com baixa formação (em sua maioria) que visualizaram a oportunidade de empreendedor e lucrar, seja atuando na pesca artesanal, como senhores capitalistas, donos das embarcações, seja atuando como atravessadores da produção pesqueira, e se mostram resistentes à introdução de novos processos ou à intervenção de técnicos, como os egressos do IFRN. Tal como entendem, em sua visão empresarial, esses conhecimentos não agregam valor ao seu negócio; ao contrário, representam uma espécie de ameaça. É certo que não desejam a modernidade da atividade pesqueira na região com o único propósito de manter a secular e total dependência do pescador ao poder de seu capital e de seu comando.

Em todas as atividades pressupõe-se que a qualificação técnica pode tornar-se elemento propulsor de desenvolvimento e valorização das comunidades pesqueiras, sendo isso também verdadeiro para a atividade pesqueira do Brasil. A pesca e a aquicultura necessitam de profissionais qualificados em todas as dimensões hierárquicas, e a qualificação profissional de jovens, principalmente oriundos das comunidades pesqueiras tradicionais, oportuniza a sua inserção no mercado de trabalho do mundo da pesca.

iv) Este território ainda não internalizou todos os elos da cadeia da pesca (captura do pescado, beneficiamento, distribuição, incluindo construção naval e reparos/manutenção de embarcações e inserção de tecnologias), os quais, se existissem, ocupariam uma mão de obra, em média, portadora de maior escolaridade/qualificação e melhor remunerada

Os indicadores oficiais consideram, apenas, envolvidos na pesca extrativa nacional, aspectos como a infraestrutura de apoio à pequena produção, o parque industrial, a comercialização e distribuição do pescado e a mão de obra. Apresentam como pouco expressiva no contexto socioeconômico do país, vez que se concentra na captura e cultivo, sendo seu processo de industrialização ainda incipiente se comparado com Países vizinhos como Chile e Peru.

Isaac (1997) retrata o cenário de pobreza das comunidades pesqueiras tradicionais, aludindo aos muitos aspectos que lhes são peculiares e que, por certo, já foram aqui considerados, assim enfatizando:

A renda obtida pela pesca permite somente um nível de subsistência. A falta de infraestrutura de apoio (gelo, câmaras, etc.), as dificuldades de escoamento da produção e a falta de recursos materiais para comprar equipamentos para a pesca são os entraves mais importantes enfrentados pelos pescadores artesanais. Estes inconvenientes obrigam os trabalhadores da pesca a depender fortemente de atravessadores, que acabam usufruindo da maior parcela da renda gerada pela atividade. Isto é mais intenso ainda, quanto mais isolada e carente seja a comunidade (CARDOSO, p. 28 *apud* ISSAC, 1997).

Como já mencionado, a atividade da pesca na região salineira, no entorno do IFRN, centra-se na carcinicultura e na pesca artesanal. Apesar de o município de Macau ser um importante produtor de pescado no Estado, essa atividade na região acontece apenas na sua forma de captura extractivista. Não existe, nem por parte do poder público nem na iniciativa privada, qualquer empresa interessada em agregar valor a essa produção, como, por exemplo, através de beneficiamento. Tampouco há empresas que deem suporte à atividade pesqueira sob a forma de manutenção de embarcações, apetrechos de pesca, ou que desenvolva pesquisa que gere tecnologia de apoio à aquicultura.

Neste sentido o mundo da pesca se apresenta para os jovens do IFRN como um universo enraizado de conservadorismo, cultura e tradições e baixa expectativa de vida de forma, que esses,

tendem a não querer permanecer nesse mundo. Essa realidade fica mais aguçada no momento em que vivenciando a modernidade, com alunos do IFRN, com acesso a tecnologias, interação global e, assim, passam a rejeitar ainda mais a estrutura social da pesca.

Tomando assim para si, de modo recursivo e reflexivo, caminhos contrários ao da pesca, almejando a modernidade percebida que se clareia e, se fortalece, através do processo de formação oportunizado pelo IFRN. Assim, apesar de todo esforço da instituição em promover a formação profissionalizante na atividade da pesca, pode-se considerar que o ambiente de formação também contribui, mesmo que indiretamente, e não desejada, para que os alunos diminuam o interesse em intervir com o conhecimento técnico na atividade pesqueira.

Na perspectiva de inserir elementos da modernidade nesses ambientes, principalmente através de instituições públicas e privadas, tem-se, atualmente, de assumir o desafio do governo e adentrar nessas para promover as mudanças necessárias a um melhor aproveitamento dos recursos pesqueiros, bem como da qualificação de profissionais, implementação de ações voltadas à pesca, tendo em vista a geração de emprego e renda e capacitação técnica, objetivando o fortalecimento do potencial produtivo.

v) Mantém-se a secular insuficiência de políticas públicas visando à efetiva elevação da produtividade, competitividade e sustentabilidade da atividade pesqueira que promova o interesse sobre a atuação profissional e sobre a qualidade de vida das comunidades pesqueiras

Gargalos seculares emperram o desenvolvimento da atividade pesqueira, pois esta vivencia problemas insolúveis por ser uma atividade de alta periculosidade para os pescadores, tendo em vista ser insalubre e extremamente fatigante, porque requer a força bruta e técnicas que, rudimentarmente, são repassadas de geração para geração de pescadores, sem o devido aprimoramento, que possa levar a modernização, principalmente quando se refere à pesca artesanal, que é o tipo predominante no Estado do Rio Grande do Norte. Recorre-se a Cortez (2012) ao relatar que os pescadores esperam há décadas por políticas públicas que ao menos auxiliem na aquisição de seus direitos como cidadãos, pois historicamente eles são taxados pela sociedade urbana como cidadãos de segunda categoria.

Lopes (2004, p. 14), explica melhor a situação da pesca artesanal, assim descrevendo:

Utiliza barcos de médio porte, adquiridos em pequenos estaleiros ou construídos pelos próprios pescadores. Podem ter propulsão mecanizada ou não. Os petrechos e insumos utilizados não possuem qualquer sofisticação. Utilizam normalmente equipamentos básicos de navegação, em embarcações geralmente de madeira, com estrutura capaz de produzir volumes pequenos ou médios de pescado. Forma a maior porção da frota brasileira.

Por tudo que já foi apresentado e relatado neste estudo, pode-se afirmar que não houve, por parte do Estado Brasileiro, estímulos para valorizar e potencializar a atividade da pesca e da aquicultura no país. Assim se mantém a secular ineficiência do setor que, mesmo diante de tantas evidências naturais atestando a viabilidade econômica da atividade, não apresenta resultados significativos quando comparados com outros setores que se destacam, como a agropecuária.

Os dados do Censo da pesca de 2011 (apresentados aqui nesta tese) evidenciam a desimportância da pesca na composição da matriz econômica do país, que se coloca atrás de países como Chile e Peru, cuja atividade pesqueira tem posição de destaque na economia. Com isso, o Brasil deixa de atrair novos (e necessários) investimentos para o setor. Não se admira, pois, que frente a tal realidade, os jovens formados em recursos Pesqueiros não tenham interesse em atuar como profissionais da área.

Outro impacto negativo para o setor no Brasil deu-se, quando o então governo do presidente Lula, para dar notoriedade e espaço a políticas governamentais voltada ao setor pesqueiro, com a criou, em 2003, a SEAP e, em 2009, do Ministério da Pesca e Aquicultura provocando uma reação do Estado quanto a vislumbrar o crescimento potencial da atividade pesqueira e aquícola no país. No entanto, as políticas de Estado não funcionaram a contento na conjuntura econômica, social e política do país, pois, a partir do *impeachment* da presidente Dilma (2016), o ministério da Pesca e Aquicultura, passou a integrar o Ministério da Agricultura, com sinais preocupantes de um possível retrocesso nas políticas voltadas ao setor pesqueiro do Brasil.

7.1. FATORES DA DESMOTIVAÇÃO DOS JOVENS PARA A FORMAÇÃO EM RECURSOS PESQUEIROS

O IFRN, de forma desafiadora e pioneira, ao decidir iniciar o processo de formação técnica na área da pesca, assumiu o desafio paradigmático de superar os preconceitos relativos à atividade pesqueira.

Mesmo instalado numa região que tem a pesca como atividade natural (o município de Macau - RN, que é o segundo maior produtor de pescado do Estado, além de ter forte atividade empresarial no setor da carcinicultura), o curso de Recursos Pesqueiros ofertado pelo IFRN é pioneiro, já que não existe mão de obra especializada para atuar nessa área.

A formação técnica promovida pelo poder público nas localidades da região Nordeste do Brasil, mais precisamente no Rio Grande do Norte, pelo IFRN, favorece a inserção de traços modernos na atividade pesqueira, confrontados com os fortes hábitos, costumes, valores e tradições locais. Esse

processo de modernização provoca mudanças paradigmáticas, uma vez que essas localidades estão fora do espectro de atuação na área em foco.

A pesquisa realizada neste estudo permitiu mapear e identificar os fatores que levam ao desinteresse, desestímulo dos jovens quanto à formação técnica em Recursos Pesqueiros. Existem os fatores explícitos, declarados pelos jovens, e também apontados pelos demais entrevistados, mas também existem os fatores não declarados, que fazem parte do inconsciente dos jovens que rejeitam a formação e a atuação na atividade pesqueira. Giddens (2009) considera a reflexividade como um dos elementos que caracteriza a radicalização de modernidade. Para o autor, o mundo moderno proporciona aos sujeitos oportunidades de obtenção de conhecimento sobre determinado assunto em seus vários ângulos.

Segundo Giddens (1991), a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre essas próprias práticas, alterando assim, constitutivamente, seu caráter. Em suma, o debate reflexivo contribui para a quebra de elementos da tradição, ou seja, o mundo moderno, com base na racionalidade, no conhecimento sistematizado provoca mudanças reflexivas na estrutura da sociedade, em que o próprio indivíduo desenvolve a reflexividade, quebrando os valores enraizados da tradição, predominantes nas estruturas sociais pré-modernas. Assim também os jovens assistidos pelo IFRN passam a perceber um novo mundo, o mundo da modernidade com amplas e inúmeras possibilidades, as quais passam a cobiçar em detrimento da rejeição ao mundo da pesca em que vivem e no qual não desejam permanecer.

Na realidade, pode-se dizer que os jovens não querem entrar no mundo da pesca por razões relacionadas à consciência prática. Eles vivenciam as cenas da vida em suas comunidades, e passam a compreender outras possibilidades ao ingressar no IFRN. Esse confronto desloca-se de “seu centro” e os mergulha num mar de incertezas quanto ao futuro. Em síntese, entre os fatores, detectados neste estudo, que influenciam o comportamento dos jovens frente à situação da atividade pesqueira a que devem alinhar sua preferência profissional estão os listados a seguir:

- a pesca extractivista é considerada de pouca expressão quando levado em consideração o contexto socioeconômico do país;
- a pesca artesanal é uma das poucas atividades que absorve mão de obra de pouca ou nenhuma qualificação, quer seja de origem urbana, quer seja de origem rural, sendo em alguns casos a única oportunidade de emprego para certos grupos de indivíduos, principalmente para a população excluída;
- o modelo de reprodução da pesca parece andar em passos bastante distantes da realidade da modernidade uma vez que reproduz práticas seculares de exploração na atividade da pesca

artesanal, reproduzindo e perpetuando os mesmos problemas e dificuldades enfrentadas há 200 anos;

- a realidade das comunidades pesqueiras se perpetua nas práticas políticas, pois são as mesmas antiquadas e conservadoras nos dias de hoje;
- o Estado não intervém para modernizar, pois, de certa forma, tira proveito dessa condição uma vez que o sistema social está profundamente enraizado, está institucionalizado no modelo de submissão e na falta de políticas públicas de médio e longo prazo que atuem diretamente nessas comunidades;
- as condições de vida das famílias de pescadores artesanais são precárias. A renda oriunda da pesca é bastante baixa, atendendo apenas, na maioria dos casos, a subsistência das famílias;
- a ausência de políticas governamentais que atendam as comunidades pesqueiras aliada à forma de viver dessas comunidades (com tradições, cultura, valores, crenças, costumes e métodos) faz da vida simples um paradoxo entre a tradição e a modernidade;
- a situação de vida das comunidades da pesca artesanal carece de políticas e programas que atuem diretamente na resolução de seus problemas de saneamento, educação, saúde e construção de moradia;
- os pais não estimulam os filhos nessa formação pelas dificuldades de segurança, de falta de políticas que agreguem valor a esse produto, entre tantas outras dificuldades;
- a pesca local é totalmente artesanal e em constante decadência;
- os pescadores esperam, há décadas, por políticas públicas que ao menos auxiliem na busca por seus direitos como cidadãos, pois, historicamente, os pescadores são taxados pela sociedade urbana como cidadãos de segunda categoria;
- gargalos seculares emperram o desenvolvimento da atividade pesqueira, tendo em vista ser uma atividade insalubre e extremamente fatigante, e que requer a força bruta e técnicas que, rudimentarmente, são repassadas de geração para geração de pescadores, sem o aprimoramento e a intervenção da modernização;
- a pesca é parte importante da economia do município de Macau - RN. No entanto, existe disparidade entre a produção pesqueira e o retorno social e econômico, uma vez que fica concentrado nas mãos de poucos que se beneficiam com essa atividade, enquanto as comunidades carecem de apoio de infraestrutura e melhorias que se traduzam em melhor qualidade de vida para os pescadores, suas famílias e a comunidade, tendo em vista que o processo de captura, beneficiamento e comercialização acontece de forma incipiente, beneficiando um grupo pequeno de atravessadores e de empresários locais, de forma que pouco contribui para os que vivem diretamente dessa atividade;
- há uma secular carência de políticas públicas de estímulo à atividade pesqueira, acesso à formação técnica para domínio de tecnologias, infraestrutura de apoio às comunidades pesqueiras, entre outras, que fazem parte de reivindicações de inúmeras organizações de pescadores, bem como a criação de associações e cooperativas que tornem formais a exploração dessas atividades.

As informações apresentadas (com dados já trabalhados nesta tese) referendam o enorme desafio de intervir numa área totalmente carente de apoio e intervenção para promover a valorização da

atividade da pesca. Assim, o desafio do processo de formação se torna maior uma vez que os jovens ingressantes chegam com essa carga de percepções negativas quanto ao mundo da pesca.

No que diz respeito ao comprometimento e participação dos alunos nas atividades do curso, considera-se que esses precisam de maior estímulo, dada a manifestada apatia para os estudos e o pouco envolvimento destes pelo curso.

Em resumo, retomam-se alguns discursos bem reveladores dessa visão desestimulante no que concerne à formação técnica.

- Não acreditam na formação Técnica em Recursos Pesqueiros porque não têm muita oportunidade de emprego. Há muitas pessoas se formando e pouco vínculo empregatício... “[...] é a que, eu acho que vem da falta de mercado, porque eu poderia tá, poderia tá utilizando esse conhecimento só se for de uma forma autônoma” [...]“Um trabalho bastante árduo, não é valorizado” “[...] Porque, na verdade, eu não consegui encontrar uma maneira, ainda que eu possa fazer isso, intervir” “[...] Então eu vejo, assim, que é uma atividade muito árdua e muito dura, mas nada disso impede que qualquer pessoa possa fazer e se apaixonar por isso (JOVENS ENTREVISTADOS).
- Os alunos do integrado e do subsequente, segundo os servidores, normalmente já ingressam desinteressados no curso. Alegam estarem no curso de RP por falta de opção. Na maioria, são alunos que vêm de um ensino fundamental de baixa qualidade e que não estão acostumados a se esforçarem para obter sucesso nos estudos.
- O baixo interesse, ainda segundo os servidores, tem a ver com a intenção de querer cursar um nível médio de qualidade (e isso o IFRN oferece); com a falta de conhecimento, na área, sobre as potencialidades da atividade pesqueira; com a falta de estímulo dos próprios docentes; com baixos índices de empregabilidade pós-curso, e com a falta de estrutura adequada para as atividades práticas do curso no *Campus*.
- Os empregadores não valorizam (e exploram) a mão de obra, oferecendo subempregos e baixa remuneração. A costa brasileira, assim como de toda região Nordeste, tem um potencial enorme para a atividade pesqueira, mas são muitos os entraves burocráticos e a falta de mão de obra qualificada para o efetivo desenvolvimento dessa atividade.
- Os jovens apontam um certo distanciamento entre a formação técnica oferecida pelo IFRN e a aproximação com as comunidades pesqueiras.
- O mundo da pesca, para a maioria dos jovens, é um “mundo desvalorizado”, não atende às aspirações pessoais e profissionais desses jovens.
- A insegurança em conseguir se inserir no mercado de trabalho na atividade pesqueira, em decorrência da baixa oferta de oportunidades, mesmo se corresponsáveis (a partir do momento que recebem a formação), em procurar uma maneira de intervir no setor pesqueiro e contribuir para mudar o quadro de desvalorização.
- Os jovens, em sua maioria, não têm “vocação” nem afinidade com a área pesqueira e assim não identificam perspectivas.
- A atividade empresarial pouco absorve a mão de obra qualificada, além do que a atividade está mais ligada à carcinicultura na região, uma atividade que absorve poucas pessoas.

- A maioria dos jovens estão preocupados mais com a verticalização da formação técnica, almejando o ingresso em um curso superior.
- A comunidade local tem uma visão minimizada do curso, não veem futuro no curso, não vendo nele uma garantia de futuro promissor.

Cabe considerar, com base nos relatos e depoimentos coletados neste estudo que a formação técnica em Recursos Pesqueiros é um grande desafio para o IFRN, uma vez que a instituição tem o propósito de formar, inserir e intervir na atividade pesqueira a fim de poder contribuir para um processo de modernização dessa atividade secularmente esquecida, mas de grande potencial econômico e social para o País.

Os depoimentos dos jovens e dos demais sujeitos entrevistados (servidores do IFRN, líderes ligados à pesca e empresários) complementam-se no sentido de esclarecer os motivos que levam à falta de estímulo e de interesse dos jovens pela formação técnica em Recursos Pesqueiros. A consciência prática com que os jovens expressam o que percebem representa um dos principais temas da teoria da Estruturação de Giddens (2009), e deve ser distinta da consciência discursiva e do inconsciente. Na consciência discursiva, esses jovens até apresentam interesse pela formação técnica e pela atuação na área; no entanto, no seu inconsciente, de forma não declarada, rejeitam atuar na área, dadas as dificuldades percebidas e à falta de expectativas claras de valorização profissional.

Recorreu-se a Giddens (2009), especificamente à Teoria da Estruturação como fonte para compreender esse contexto social, as propriedades estruturais que predominam no modelo social das comunidades pesqueiras e também a recursividade reflexiva das decisões dos jovens que vivem nessas comunidades. Além disso, constatou-se a própria influência do IFRN na percepção dos jovens quanto à quebra de ruptura frente a outros mundos mais atrativos apresentados pela instituição no contexto da modernidade.

Constata-se ainda que os jovens, em seus depoimentos, declaram a importância do curso, a importância de estudar no IFRN e o desejo explicitado de atuar na atividade pesqueira. No entanto, de forma contraditória e subjetivamente, percebe-se nos próprios depoimentos, que existem fatores que estão em sua consciência prática que os afasta do mundo da pesca, pois evidenciam um ambiente de muitas dificuldades. Não declaram isso diretamente, recursivamente rejeitam e não têm nem disposição de lutar para mudar essa realidade. Para Giddens (2009), a radicalização da modernidade está ligada à reflexividade; o mundo moderno proporciona aos sujeitos oportunidades de obtenção de conhecimento sobre determinado assunto em seus vários ângulos e com base nesse conhecimento tomam suas decisões de forma crítica e seletiva.

Não obstante, ainda para o autor, não é a experiência do ator individual isolado que determina o fato social, nem a existências de qualquer forma de totalidade social, mas sim as práticas ordenadas da interação social dos agentes que fazem parte do sistema social, observadas no espaço e no tempo em que ocorrem. Nesse sentido, apresentam-se de forma recursiva as atividades sociais humanas, bem como a semelhança de alguns itens auto produtivos na natureza das ações sociais fruto dessa interação entre as práticas ordenadas e o fator temporal. Assim, o ambiente do IFRN, no processo de formação, precisa ser um condutor nas práticas ordenadas da interação social dos jovens promovendo, de forma positiva e propositiva, suas decisões quanto à atuação na área da pesca.

Diante da explicação de Giddens (2009), a respeito da estruturação humana e do caráter recursivo das ações dos indivíduos, frente ao contexto social em que vivem, em suas comunidades, o IFRN passa a clarificar, através deste estudo, explicações quanto ao comportamento dos jovens e, assim, poder traçar um planejamento que fornece as bases para o entendimento das atividades sociais desses indivíduos.

A tríade que alicerça os estudos de Giddens (2009) está pautada em uma ênfase no caráter ativo (em que o indivíduo não é apenas um agente passivo no contexto social em que vive; é predisposto a reproduzir o modelo social da comunidade em que vive); em um posicionamento reflexivo (o indivíduo é capaz de analisar e tomar decisões contrárias a regras estabelecidas pelo modelo; sua conduta humana é fruto de sua reflexividade) e na rejeição, a partir da reflexividade, ao modelo que não o atrai, não o instiga, não lhe apetece como forma de proposta (aí o indivíduo é capaz de promover suas próprias reflexões e tomar decisões contrárias ao modelo que vivencia).

Também se constata que, no próprio ambiente do IFRN, ao se depararem com um mundo novo de possibilidades, esses jovens passam a cobiçar ainda mais a modernidade, um mundo diferente daquele que vivenciam em suas comunidades tradicionais, um mundo de perspectivas que, para eles, são ilimitadas; que encanta e que seduz esses jovens afastando-os, ainda mais, do interesse em atuar na atividade pesqueira. Segundo Giddens (2009), o mundo moderno, com base na racionalidade, no conhecimento sistematizado, provoca mudanças reflexivas na estrutura da sociedade, na qual o próprio indivíduo desenvolve a reflexividade, quebrando os valores enraizados da tradição, predominantes nas estruturas sociais pré-modernas.

7.2. PROPOSTAS PARA O IFRN E PARA A FORMAÇÃO EM RECURSOS PESQUEIROS

É preciso que o IFRN - *Campus* Macau “saia dos seus muros”, que busque a comunidade e que se aproxime da realidade da pesca artesanal e dos empresários que atuam na região para, assim, poder

intervir com parcerias, projetos de extensão e pesquisa de interesse do mercado, colocando docentes e discentes, empresários e pescadores à frente desses projetos.

Faz-se necessário um plano que reavalie a proposta do curso, a fim de colocá-lo em consonância com as percepções e as necessidades da área, no tocante à qualificação de mão de obra para atender as carências do setor. É preciso que o curso direcione ações voltadas à extração, produção, intermediação e comercialização de alimentos ligados à pesca e à aquicultura; desenvolva ações e projetos de ensino, extensão e pesquisa, que estimulem docentes e alunos no processo de formação.

Como proposta de valorização do curso, é preciso trabalhar junto às empresas para que essas percebam a importância da formação técnica, abrindo espaço para os alunos, e despertando naqueles que têm a vocação, o interesse de empreender. Ainda nessa mesma linha de proposições, faz-se necessário promover a inserção de técnicas, tecnologias e modelos de gerenciamento técnico na atividade pesqueira da região, promover e estimular a valorização da profissão, promover a melhoria contínua de laboratórios e infraestrutura que deem suporte à formação técnica, fortalecer a relação com empresas, órgãos para oportunizar estágios e empregos na área, rever as metodologias de ensino nas disciplinas, de forma a torná-las mais estimuladoras no processo de ensino aprendizagem, estabelecer um planejamento de monitoramento de acompanhamento quanto às dificuldades dos alunos para diminuir a evasão no curso, ampliar a percepção dos jovens quanto às oportunidades de atuação profissional, na área, na região, criar e implementar mecanismos de valorização da atividade pesqueira para que os alunos percebam que a área da pesca para a região é atrativa e cheia de oportunidades.

É preciso desencadear um processo de intervenção que promova mudanças conjunturais no sentido de valorizar a atividade pesqueira, dado que o maior desafio para o IFRN é fazer com que os alunos do curso de Recursos Pesqueiros possam, a partir da profissionalização, intervir na pesca, atuando não como agentes de reprodução de um modelo que eles rejeitam, mas como agentes de transformação, interferindo no processo de mudanças, que sejam capazes de modernizar a atividade da pesca, dando-lhe o destaque merecido na economia.

O IFRN - *Campus* Macau, localizado geograficamente na entrada da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão - RDSEPT, que tem a pesca artesanal como principal atividade econômica, é um campo fértil para atuação de toda natureza, desde projetos de pesquisa e extensão ligados à pesca até intervenção direta junto a pescadores, precisa fomentar projetos de cultivo de organismos vivos que estimulem o empreendedorismo e promovam, de forma ordenada, o surgimento e a consolidação de associações e cooperativas para a melhoria da exploração da atividade da pesca artesanal nessas comunidades.

Constatou-se a necessidade de parcerias com outras instituições de ensino ligadas à formação na área de pesca, tais como: Rede IF, LABOMAR, UFRN, UFERSA, UERN, UFPB, UFPE, UFCE entre outras, com as quais se possa trocar experiências e oportunizar práticas de ensino, pesquisa e extensão conjuntas, voltadas à aplicação prática na atividade da pesca e aquicultura. Além disso, faz-se necessário estabelecer parcerias com órgãos públicos em todas as esferas - federal, estadual e municipal, tais como: IDEMA, IBAMA, secretarias de agricultura e pesca estaduais e municipais, e inúmeros outros órgãos que possam proporcionar atuação técnica dos alunos formados.

Para proporcionar melhores resultados de finalização de curso pelos jovens, é preciso que a instituição reveja o modelo vigente determinado no planejamento do curso a fim de tornar os resultados de conclusão mais significativos quanto aos objetivos propostos. O que se percebe é um desestímulo dos alunos do curso, além da falta de compromisso com a formação técnica. Esse fator é um dos mais sérios a se trabalhar, pois é preciso despertar nesses alunos o interesse pela formação para que desejem concluir o curso e atuar na área. Infelizmente, o que tem acontecido, nos últimos anos, é que o aluno recebe a certificação de conclusão do ensino médio, mas não conclui efetivamente a formação profissionalizante, agravando o quadro institucional quanto à diminuição de alunos que cursam, mas não terminam o curso técnico. Isso acontece porque, nos últimos anos, o governo forneceu, através do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a certificação de conclusão para ingresso em universidades públicas e privadas do país, diminuindo, ainda mais, o interesse desses alunos, pois, com a certificação de ensino médio e a aprovação no ENEM, migram para o ensino superior e deixam de lado a perspectiva de atuação técnica.

Em síntese, é preciso que a instituição no plano estratégico, desenvolva ações que induzam os jovens a buscar a formação em Recursos Pesqueiros. Entre outras, sugere-se:

- trabalhar ações e estratégias voltadas à permanência e ao êxito no curso, com programas de bolsas e assistência estudantil;
- fortalecer a relação com o mercado e oportunizar o ingresso dos alunos em estágio e emprego;
- promover um programa de visita e divulgação nas escolas da região;
- criar estratégias metodológicas de valorização das disciplinas do curso para motivar os alunos, de forma que eles próprios e os egressos divulguem o curso;
- fortalecer, em ações de divulgação, o exame de seleção, com vídeos sobre o curso e fatos reais de jovens egressos do curso com depoimentos;
- estimular o empreendedorismo com apoio a incubadoras.

No plano institucional, deve criar projetos bem estruturados, com metas claras e com todo o apoio dos órgãos macro da instituição, para serem bem executados. Entre outros, seria viável:

- criar o evento “Feira das Profissões”, uma feira anual que mostraria *standards* com diversas profissões;
- promover ações que melhorem a visão do Curso por parte da população, mostrando todas as possíveis áreas de atuação e onde elas se encontram para emprego na região;
- proporcionar um planejamento focado no mercado de trabalho, no potencial empregatício e nas oportunidades de empreendedorismo que fomente novos negócios.

E, por fim, cabe ao IFRN inteirar-se dos problemas enfrentados pelo setor pesqueiro na região salineira e aproximar-se dos órgãos públicos e da iniciativa privada, não só para compreender as dificuldades e problemas enfrentados, mas também contar com esse apoio na formação de profissionais da área, fortalecendo o curso e estimulando a atuação técnica dos profissionais formados pela instituição.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área da pesca e aquicultura sempre foram marginalizadas e pouco investidas/desenvolvidas. Por isso, oferece poucas oportunidades de trabalho. O meio ambiente (espécies e ambiente) é visto como mero recurso infindável. Os empresários da pesca exploram a mão de obra, oferecendo subempregos e baixa remuneração. Percebe-se que a atividade da pesca e da aquicultura passa por vários entraves de vieses econômicos, sociais, políticos e ambientais que mantêm a secular ineficiência e atraso do setor no Estado e no país.

Essa é a difícil realidade de exploração que reclama por investimentos de toda natureza para consolidar um polo de produção pesqueiro. O custo de embarcações, a manutenção, a logística de apoio e a falta de profissionalização são alguns desses gargalos. A formação profissionalizante é apenas um passo nessa complexa cadeia que precisa de inúmeras outras ações que venham dar notoriedade ao setor e oportunizar o crescimento dessa importante atividade econômica para a região e para o País.

As políticas de governo não chegaram, efetivamente, à pesca como aconteceu na agricultura e na pecuária, deixando uma dívida secular de falta de desenvolvimento para esse setor que, de certo modo, é visto de forma marginalizada pela sociedade. Fica evidente que sem o apoio do governo, com políticas de incentivo, não acontecerá a modernização da atividade, que é promissora e tem potencial para a economia do futuro do país. A profissionalização, através da formação técnica ofertada pelo IFRN, é um desafio, e ao mesmo tempo uma necessidade que abre portas para a modernização, de forma que a atividade pesqueira ganhe novos rumos e importância na economia brasileira.

A qualidade de vida nas comunidades pesqueiras pode melhorar se houver investimentos e aprimoramentos da atividade da pesca, melhorando toda a cadeia, desde a captura, ao beneficiamento e comercialização do pescado. Também se fazem necessários investimentos governamentais com políticas públicas para a atividade pesqueira e aquícola, que subsidiem a pesca, que incentivem projetos de restauração e aquisição de embarcações por parte dos trabalhadores da pesca artesanal, e que deem abertura à iniciativa empreendedora acompanhada tecnicamente, para geração de novos negócios.

Apesar de a região salineira ser importante de pescado no Estado, essa atividade acontece apenas na sua forma de captura extractivista, não há, por parte do poder público, nem na iniciativa privada, empresas na região que agreguem valor a essa produção. A atividade restringe-se à extração nessa etapa da cadeia e não consegue, por si só, oportunizar a intervenção técnica dos alunos formados pelo curso de recursos pesqueiros.

O curso de Recursos Pesqueiros ofertado pelo IFRN pode ser uma ponte que inicia um processo de desenvolvimento social e econômico para essas comunidades que vivem ainda à margem da

modernidade e dos benefícios da contemporaneidade. O que se evidencia, na pesquisa realizada, é que o espaço social da atividade pesqueira no Brasil é que predomina a pesca artesanal, em que se caracteriza por baixas expectativas de qualidade de vida e baixa perspectiva de ascensão profissional.

Assim o objetivo principal desta tese foi desvelar as razões pelas quais os jovens em formação técnica no curso de Recursos Pesqueiros no IFRN Macau - RN tendem a desvalorizar essa formação. No decorrer deste estudo, foi possível identificar as razões que contribuem para o desinteresse e desestímulo dos jovens quanto à formação técnica em Recursos Pesqueiros, as quais se expressam, por exemplo, na falta de políticas governamentais de incentivo à atividade (na pesca artesanal predomina o secular abandono e o conservadorismo cultural das comunidades pesqueiras; na pesca industrial, predomina a exploração de mão de obra, com baixíssimos salários, condições insalubres e baixa perspectiva de ascensão profissional; na aquicultura, a atividade empresarial é atrasada e não valoriza a formação profissional), na falta, por parte dos jovens, de um conhecimento mais amplo quanto às potencialidades e oportunidades de atuação na atividade da pesca e aquicultura; no baixo índice de emprego formal; e na rara identificação dos alunos com o curso. Essas assertivas formam as principais regras e recursos, as propriedades estruturais do sistema social da pesca que são contrárias aos interesses dos jovens que buscam melhor qualidade de vida:

- constatou-se que as condições de vida das comunidades pesqueiras é de vulnerabilidade social e econômica com sério déficit de atuação de políticas públicas nessas comunidades no entorno do IFRN e em toda a região. São inúmeras as dificuldades nessas comunidades, estagnadas no tempo, com problemas conjunturais que as torna reféns de um modelo arcaico, em que a modernidade não chegou de fato. O maior desafio é manter a cultura local e ao mesmo tempo promover a modernidade com inserção de técnicas e tecnologias para explorar melhor o potencial pesqueiro na região e assim estimular os jovens a atuar nessa área;
- constatou-se que os jovens alunos do curso de Recursos Pesqueiros do IFRN vivenciam no mundo social da pesca, com suas famílias e comunidade, todas as dificuldades da pesca artesanal. Seus depoimentos confirmam a condição de baixa qualidade de vida nas comunidades pesqueiras tradicionais e a falta de expectativas desses jovens, que não percebem perspectivas na pesca, o que os leva a não querer e não se dispor a retornar a esse mundo de dificuldades. Os demais atores ouvidos também confirmam a percepção do desinteresse dos jovens em atuar na área pesqueira. Os servidores do IFRN, por exemplo, apontam as dificuldades das comunidades que vivem da pesca artesanal, que estão situadas em locais de difícil acesso, à mercê da própria sorte, uma vez que políticas públicas de apoio não chegam a essas comunidades; têm baixa ou baixíssima qualidade de vida, em função das condições em que vivem; são comunidades estagnadas, sem perspectiva de desenvolvimento, cujos problemas são inúmeros;
- constatou-se a necessidade de mudanças de várias ordens: nos investimentos de estrutura para a pesca, em capacitação, entre outros, através de políticas contínuas de governo que

impulsionem a atividade pesqueira, pois, tal como afirma Cortez (2012), algumas comunidades pesqueiras do RN ainda pescam “como pescava São Pedro”. O Estado Brasileiro deixa a desejar quanto a políticas que fomentem e impulsionem a atividade pesqueira. Os órgãos governamentais em todas as esferas precisam ser mais atuantes para promover o desenvolvimento da atividade, a fim de que esta gere renda e fomente o desenvolvimento da área. Os empresários que atuam na pesca são pessoas com baixa formação, em sua maioria, que visualizam apenas a oportunidade de empreender e lucrar, seja atuando na pesca artesanal, como senhores capitalistas, donos das embarcações, e/ou como atravessadores da produção pesqueira. Por isso mesmo, resistem à introdução de novos processos ou à intervenção de técnicos dos egressos do IFRN;

- constatou-se que o mundo da pesca, quando comparado com outras áreas de formação e atuação profissional, ainda é muito desvalorizado, sendo necessário um complexo planejamento, que proporcione essa valorização, o que só acontecerá através de um conjunto de medidas que se complementam, no sentido de valorizar o curso, valorizar a formação e inserir os técnicos na efetiva atuação na pesca e na aquicultura. O mercado da pesca e da aquicultura ainda é muito restrito, com poucas oportunidades para os que têm uma melhor qualificação, o que desestimula os alunos;
- constatou-se que, para alcançar o êxito da profissionalização em recursos pesqueiros, ofertado pelo IFRN, obter melhores respostas, dadas as inúmeras variáveis apresentadas neste estudo, faz-se necessário um plano que reavalie a proposta do curso, a fim de colocá-lo em consonância com as percepções e as necessidades da área, no tocante à qualificação de mão de obra para atender as carências do setor. É preciso que o curso direcione ações voltadas à extração, produção, intermediação e comercialização de alimentos ligados à pesca e à aquicultura; desenvolva ações e projetos de ensino, extensão e pesquisa, que estimulem docentes e alunos no processo de formação;
- constatou-se que o IFRN precisa despertar nos alunos o sentimento de pertencimento e valorização quanto à sua identidade local, para dar valor à realidade deles, dos pais deles, e da atividade da pesca artesanal, mostrando sua potencialidade para que esses alunos se sintam inclinados a atuar e intervir nessa realidade. Quebrar as barreiras e dificuldades enraizadas na pesca artesanal não é um projeto de curto prazo, justamente porque precisa de políticas governamentais de toda ordem, direcionadas, particularmente, à pesca artesanal; também é preciso envolver as famílias no processo de valorização da pesca artesanal, o que o IFRN pode fazer através de programas como Mulheres Mil, Pescando a Cidadania, de alfabetização de jovens e adultos, envolvendo pescadores e suas famílias.

Esse leque de constatações permitiu subentender as causas de desmotivação pelo curso, e pela área da pesca, cabendo então, ao IFRN determinar estratégias de atuação no sentido de fortalecer a formação, tornando-o mais atrativo e permitir também ações externas que o valorizem, conseguindo, assim, intervir, com a formação técnica, na realidade da pesca na região, no Estado e no país.

Dito isto, a partir deste estudo, que se propôs investigar as causas de desinteresse dos jovens quanto à formação técnica oferecida pelo IFRN - *Campus* Macau, foram-se delineando prováveis medidas,

no sentido de estimular os jovens pelo curso e, ao mesmo tempo, valorizar a formação, para que as metas institucionais de formação e inserção no mercado de trabalho sejam atingidas. Nesse processo decisório, constatou-se, por exemplo, que é necessário um planejamento estratégico institucional que avalie a proposta do curso e que possa definir metas e objetivos claros de curto, médio e longo prazo, visando à consolidação e à valorização do curso. Para isso, é preciso que a instituição reavalie a grade curricular do curso, tornando-o mais atrativo, com mais atuação prática no processo de formação, através de parcerias com organizações públicas e empresas privadas, visando à prática profissional.

Não obstante todas as sugestões/proposições formuladas, é preciso entender que a formação técnica, por si só, não modifica as estruturas vigentes da pesca na região; é necessário um conjunto proposições, parcerias e fatores que, alinhados com a formação técnica, venham consolidar o profissionalismo no setor pesqueiro.

Essas ações passam, principalmente, por políticas de governo que valorizem e estimulem o setor pesqueiro. Outro ponto a considerar é a maneira como a maioria da sociedade, os empresários e os governantes veem esses trabalhadores da atividade pesqueira - uma visão distorcida e desvalorizada. Mais grave ainda é o fato de que as práticas de captura e cultivo de pescado permanecem como eram há séculos passados.

Numa última consideração, acredita-se que este estudo atingiu o propósito de constatar as causas de desinteresse dos jovens na formação técnica em Recursos Pesqueiros, e que pode auxiliar a instituição em um planejamento holístico e sistêmico para intervir quanto a essa realidade. Mas se entende também ser ele tão-somente um marco inicial de muitas proposições que tornem o objetivo do IFRN, quanto à consolidação da formação técnica em Recursos Pesqueiros, uma realidade na pesca e na aquicultura da região e do Estado.

REFERÊNCIAS

- A PESCA MARINHA E ESTUARINA NO BRASIL : estudos de caso multidisciplinares. organizadores: Manuel Haimovici, José Milton Andriguetto Filho, Patricia Sfair Sunye. Rio Grande: Editora da FURG, 2014.
- ACEB. 2014. 1º Anuário Brasileiro de Pesca e Aquicultura. Ministério da Pesca e Aquicultura - Governo Federal. Brasília. Disponível em: http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/16061/2489520_218117.pdf. Acesso em 29/07/15.
- AFONSO, Ana Paula. Comunidades de aprendizagem: um modelo para a gestão da aprendizagem. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL CHALLENGES 2011/DESAFIOS 2001. Anais p. 427. Disponível em: <HTTP://WWW.nonio.uminho.pt/challenges/actbacha101/048-Ana520Afonso420427.pdf>. Acesso em 10/04/2015.
- ALEXANDER. J. C. O novo movimento teórico. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 2, n. 4. p 8/28, 1987.
- ANDRADE, M. M. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: M. Fontes, 1993.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ANUÁRIO DA PESCA. Brasil 2008-2009. Disponível em: http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/anuario_da_pesca_completo.pdf, acesso em 12/09/2014.
- ARBOLEYA, Arilda. Agência e Estrutura em Bourdieu e Giddens pela Superação da Antinomia “Objetivismo Subjetivismo”. Disponível em: <https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/11/arboleya-agc3aancia-e-estrutura-em-bourdieu-e-Giddens-pela-superac3a7c3a3o-da-antinomia-e2809cobjetivismo-subjetivismoe2809d.pdf>, acesso em 05/01/2014.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DA PESCA E AQUICULTURA. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/index.php/topicos/2460-lancado-1-anuario-brasileiro-de-pesca-e-aquicultura>. Acesso em 15/04/2015.
- OSTRENSKY, Antonio; BORGHETTI, José Roberto e SOTO, Doris. AQUICULTURA NO BRASIL: o desafio é crescer - Brasília, 2008. Disponível em: <http://projetopacu.com.br/public/paginas/202-livro-aquicultura-no-brasil-o-desafio-e-crescer.pdf>. Acesso em: 15/05/2014.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveir; LEHFELD, Aparecida de Souza. Fundamentos da metodologia científica. 2. ed. Ampliada. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.
- BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas* - uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BOLETIM ESTATÍSTICO DA PESCA E AQUICULTURA 2011. http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20MPA%202011FINAL.pdf, acesso em 12/09/2014.

- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto Editora, 1994, p. 68-69.
- BOURDIEU, Pierre. Poder Simbólico. DIFEL/Lisboa e Bertrand Brasil/ Rio de Janeiro, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus Editora, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu. São Paulo: Editora Ática, 1983. pp. 46-81.
- BOURDIEU, Pierre. Esquisse d'une theorie de la pratique. Genève/ Paris: Librairie Droz, 1972.
- BOURDIEU Pierre. La distinción. Criterio y bases sociales del gusto. Madrid, Alfaguara, 1991.
- BOURDIEU Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983.
- BURNS. Tom R e FLAM, Helena. Sistemas de Regras Sociais: Teoria e Aplicações. Celta, 2000.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes e TAUK SANTOS, Maria Salett. Extensão Pesqueira e Gestão no Desenvolvimento Local. Extensão pesqueira: Desafios contemporâneos. Org. Prorenda Rural - Recife/PE, 2003.
- CAMARGO, Orson. "Pensadores clássicos da Sociologia"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/pensadores-classicos-sociologia.htm>>. Acesso em 10/02/2016.
- CARVALHO, Felipe Eduardo Araújo de. Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da secretaria especial de aquicultura e pesca no estado de Pernambuco, 2003-2006. Recife: UFRPE, 2007. 78 p. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. PESCADORES: GEOGRAFIA E MOVIMENTO SOCIAL. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - março de 2005 - Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/07.pdf>, acesso em 03/03/2014.
- CENTRO JOSUÉ DE CASTRO (1985) Educação com Pescadores -Algumas Questões e Caminhos. Recife, Relatório.
- CERVO, Amado Luiz, Metodologia científica 5. ed Amado Luiz Cerco; Pedro Alcino Bervian - São Paulo: Pretice Hall, 2002.
- COHEN I. J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, A.; TURNE, J. (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1996, p. 393- 446.

- CORTEZ, Antônio Alberto. Pesca artesanal: promessas de dias melhores. In: Jornal Tribuna do Norte. 25/11/2012. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/pesca-artesanal-promessas-de-dias-melhores/237492>. Acesso: 10/03/2015.
- _____. Verticalização - Um passo necessário à atividade pesqueira norte-rio-grandense, 2009.
- CRÔNICAS MACAENSES. Macau RN. Disponível em: <https://cronicasmacaenses.com/tag/salinas-de-macau/>. s/d. Acesso em:05/02/2015.
- COULTER, J. (Comp.). *Ethnomethodological sociology*. Aldershot: Edward Elgar, 1990.
- DENCKER, A. F. M. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.
- DENZIN, Norman. *The Research Act: a Theoretical Introduction for Sociological Methods*, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice Hall, 3. ed; 1989.
- DIAS, Thelma Lúcia Pereira. Os peixes, a pesca e os pescadores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (Macau-Guamaré - RN), Brasil. 2006, 167p. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa - PB, 2006.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB, USP, 2004.
- _____, Povos e Mares: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.
- _____. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.
- DOMINGUES. J.M. Teorias sociológicas no século XX. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2008. p. 110.
- DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.
- DURKHEIM, E. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Ícone, 1994.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Lisboa: Presença, 1995.
- DURKHEIM, E. *O suicídio: estudo sociológico*. Lisboa: Presença, 1996.
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Pesca e aquicultura. Brasília: EMBRAPA, s/d, p. 1. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-pesca-e-aquicultura>. Acesso em 27 jul 2015).
- FAO. Pesca e Aquicultura. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/012/i0765pt/i0765pt09.pdf>. Acesso em 20/11/2017.
- FRAGMENTOS DE CULTURA. LEMES, Alessandro André. Goiânia, v. 22, n. 2, p. 125-140, abr./jun. 2012. Disponível em:

<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/2303/1406>. Acesso em: 20/05/2017.

- FERRAZ, João Henrique de Melo. Políticas públicas e capital humano para o desenvolvimento local da pesca artesanal em Porto de Pedras - Alagoas (2003 - 2009), 2011.
- FERREIRA, Sonia M. G. Setor Pesqueiro. São Paulo: Conselho Pastoral dos Pescadores/Reg. Sul, 1998.
- FREITAS, M. T. A. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento: in: FREITAS, M.T.A., JOBIM E SOUZA, S, KRAMER, S. (Org.). Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. P. 26-38.
- FURTADO, C. A Nova Dependência. Paz e Terra, Abril, 1982.
- GIDDENS, Anthony. Central Problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis. Berkeley, University of California Press, 1979.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- GIDDENS, Anthony. *Social Theory and Modern Sociology*. California, Stanford University Press 1987.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GIDDENS, A. Capitalismo e moderna teoria social. Lisboa: Presença, 1994.
- GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. Modernização reflexiva. São Paulo: UNESP, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *Novas Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social e moderna. São Carlos, SP: UNESP, 1997.
- GIDDENS, A. *Política, sociologia e teoria social*: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Edunesp, 1998.
- GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- GIDDENS, Anthony. Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura. Celta, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *Em defesa da sociologia*. São Paulo: UNESP, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- GIULIETTI, Nelson e ASSUMPÇÃO, Roberto de. Indústria Pesqueira no Brasil. Agricultura em São Paulo, SP, 42(2):95-127, 1995.

- GLOBO RURAL. O mercado está pra peixe. In: REVISTA GLOBO RURAL, JUN/2013. Disponível em:<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT338998-18282,00.html>. Acesso em 27/jul/15.
- GOFFMAN, E. A apresentação do eu na vida de todos os dias. Lisboa: Relógio d'Água, 1993 (1. ed. em inglês 1959).
- GUMMESSON, Evert (1991) *Qualitative Methods in Management Research*, Newbury Park, California, Sage: 1991.
- HADDAD, P. Texto de Referência Sobre Cultura Local. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.
- HAGUE, P; JACKSON, P. Faça sua própria pesquisa de mercado. São Paulo: Nobel, 1997.
- HAGUETTE. Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. 11 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2007.
- IPEA. Perfil Laboral dos pescadores Artesanais no Brasil: insumos para o programa seguro defeso. Pags 61-73. Abril de 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt60_12_politica2.pdf. Acesso em 22/05/2016.
- ISSAC, Victória J. (1997) A Pesca no Estado de Amapá: Alternativas Para o Seu Desenvolvimento Sustentável. SEMA, Relatório.
- KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagdb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213115340.pdf. Acesso em 20/11/2017.
- LASH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social e moderna. São Carlos, SP: UNESP, 1997, p. 73-134.
- LEITE, Rogério Proença. A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, n.3, 2010.
- LEGISLAÇÃO SOBRE PESCA E AQUICULTURA [recurso eletrônico] : dispositivos constitucionais, leis e decretos relacionados à pesca e aquicultura / Câmara dos Deputados. - Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 231 p. - (Série legislação ; n. 137).
- LIMA, Elane Andrade Correia. Diálogos com a natureza: saberes e estratégias dos povos da floresta. 2007, 147p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal - RN, 2007.
- LOBO, Addiel. Giddens e a teoria da Estruturação. Disponível em: <http://resenhassociologicas.blogspot.com.br/2012/04/Giddens-e-teoria-da-estruturacao.html>, acesso em: 08/05/2014.
- LOBÃO, Ronaldo J. da S. Testemunhas, infratores, parceiros, invisíveis ou criminosos: papéis múltiplos em uma relação singular entre pescadores e a exploração do petróleo na Bacia de Campos. In:

- HERCULANO, S (org.) Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas - o caso de Macaé (RJ). Niterói: PPGSD da UFF, 2010.
- LOPES, Flávia Caheté. O CONFLITO ENTRE A EXPLORAÇÃO OFFSHORE DE PETRÓLEO E A ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL. 2004. Disponível em:
http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/o_conflito_entre_a_exploracao_offshore_de_petroleo_e_a_atividade_pesqueira_artesanal.pdf. Acesso em: 20/04/2016.
- MILLER JÚNIOR, Tom O. Aspectos ecológicos e sócio-econômicos da pesca artesanal no Nordeste. //: MILLER, Tom O. et al. A crise da pesca artesanal no Rio Grande do Norte. Natal - RN: UFRN, MCC - PRPPg - PRAEU - CCHLA/DCS, 1988, p.3-11.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002, p.9-29.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Disponível in:
<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2016/05/mapa-economiza-mais-de-rs-287-milhoes-com-a-fusao-ao-ministerio-da-pesca>. Acesso em 20/05/2016.
- MIGUEL Rivera Peres Junior. Gestão social sob a ótica da Teoria da Estruturação. Disponível in:
http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/653/1/TESE_Gest%C3%A3o%20social%20sob%20a%20%C3%B3tica%20da%20teoria%20da%20estrutura%C3%A7%C3%A3o.pdf, acesso em 02/02/2014.
- MORGAN, D. Focus group as qualitative research. Qualitative Research Methods Series. 16. London: Sage Publications, 1997.
- MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura. Institucional. Brasília: MPA, 09/07/2014. Disponível em:
<http://www.mpa.gov.br/institucional>. Acesso em: 29/07/2015.
- NETO, José Dias. Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais - um registro para o futuro. Revista CEPsul Biodiversidade e Conservação Marinha (2010). Disponível em:
www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/cepsul/article/view/300. Acesso em 10/03/2015.
- NOBRE, Itamar de Moraes. Revelando os modos de vida da Ponta do Tubarão: a fotocartografia sociocultural como uma proposta metodológica. Natal - RN: EDUFRRN, 2011.
- OLIVERIA. M.B.F. Considerações em torno da linguística aplicada e do ensino da língua materna. Revista Eutomia. Recife, v. 2, n. 2, p. 1-18, dez. 2009.
- PAIS, José Machado. Nas Rotas do Cotidiano. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e ISCTE. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 37, junho 1993.
- PAIS, José machado. Fontes Documentais em Sociologia da Vida Cotidiana. Analise Social, 1984.º.507-519, 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20/03/2016.
- PESSANHA, Elina. Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu. Eduff, Niterói, 2003.

- PEREIRA, Luciano Gomes de. Pesca e aquicultura no Brasil. Consultoria Legislativa: estudo, nov/2012. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema2/2012_19860.pdf. Acesso em 20/05/2016.
- POTIGUAR JÚNIOR, Petrônio Lauro Teixeira. Associativismo e políticas públicas: uma mediação necessária em áreas de pesca no nordeste do Pará. Seminário internacional - amazônia e fronteiras do conhecimento. NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - 35 ANOS. Belém - Pará, 2008.
- PORTAL EDUCAÇÃO - Cursos Online : Mais de 1000 cursos online com certificado <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/51305/sociologia-sua-importancia-para-o-entendimento-das-pessoas-e-do-mundo#ixzz42VbkFnBT>, acesso em 12/02/2016.
- PORTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso 13/06/2014.
- PORTAL MACAU - RN. Disponível em: http://macau.rn.gov.br/?page_id=47, acesso em 10/09/2014.
- PORTAL IFRN. Disponível em: www.ifrn.edu.br. Acesso em 10/07/2014.
- PORTAL IFAM. <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/extensao/proex/programas/nupa>. Acesso em 05/12/2017.
- PORTAL GEO BRASIL. O estado dos recursos pesqueiros: pesca extrativa e aquicultura. Disponível in: www.ibama.gov.br/category/40?download=2447%3A_p-.p. 2002. Acesso em 20/05/2016.
- PORTAL RESENHAS SOCIOLOGICAS. Disponível em: <http://resenhassocologicas.blogspot.pt>. Acesso em 10/05/2015.
- REPÓRTER BRASIL. Trabalhador da pesca lida com precariedade e má remuneração. In: REPÓRTER BRASIL, 14/09/2009. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2009/09/trabalhador-da-pesca-lida-com-precariedade-e-ma-remuneracao/>. Acesso em 27/08/2014.
- RESENHA SOCIOLOGICA. Disponível em: <http://resenhassocologicas.blogspot.com.br/2012/04/Giddens-e-teoria-da-estruturacao.html>, Acesso em 04/03/2014.
- SANTOS, Cláudio Rogério dos; MILLER, Francisca de Souza. As relações entre pescadores e sua entidade representativa: a colônia de pesca Z-34 (RN): populações tradicionais, processos sociais e meio ambiente. XV encontro de ciências sociais do Norte e Nordeste, Teresina/PI, 2012. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxciso/resumos/GT24-39.pdf>, Acesso em 15/06/2015.
- SETEC. Disponível in: <http://institutofederal.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 18/05/2016.
- SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA. Produção de pescados: uma grande oportunidade para o Brasil. Disponível em: http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Publicidade/Cartilha_SEAP_final.pdf, acesso em 07/12/2013.

- SILVA, Josué Graciliano da. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no estado de Santa Catarina. Florianópolis - SC: UFSC/Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. (Tese de Doutorado). Disponível em: <https://educacaoprofissional10anosgloriosos.files.wordpress.com/2017/06/final-jesuc3a9-graciliano-da-silva-tese-expansc3a3o-da-rfepct-2017-ufsc.pdf>, acesso em 12/12/ 2017.
- SILVAb, Luiz Geraldo. Os Pescadores na História do Brasil. Comissão Pastoral de Pescadores. Recife - PE. 1988.
- SIRY, Bernardo. Experiências pastorais no meio dos pescadores artesanais. In: Extensão Pesqueira: desafios contemporâneos. Recife: Bagaço, 2003. p. 27-42.
- SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação - SNUC: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 3ª ed. Brasília: MMA, 2003.
- SOUZA, C. L. M. V. A problemática, os métodos quantitativos e qualitativos em Biblioteconomia e Documentação: Uma revisão de Literatura. Brasília: UNB, 1989. Artigo apresentado no mestrado em Biblioteconomia e Documentação na Universidade de Brasília, (Brasília), 1989.
- STAKE, Robert E. A Arte da Investigação com Estudo de Caso; Tradução de Ana Maria Chaves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- TAYLOR, Steven J., and Bogdan, Robert (1984). Introduction to qualitative research methods: The search for meanings. New York: John Wiley & Sons.
- THOMAZ, Felipe. Recenseamento Crítico da Teoria da Estruturação. Capítulo 1. Disponível em: <http://gitsufba.net/a-constituicao-da-sociedade-capitulo-1-elementos-da-teoria-da-estruturacao/>. Acesso em 07/03/2014.
- TRUJILLO FERRARI, Alonso. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.
- VASCONCELOS, Gilvânia de Oliveira de. As Políticas Públicas e desenvolvimento das comunidades de pescadores e pescadoras no interior de Pernambuco. Recife: UFRPE, 2009. 109 p. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco.
- VEIGA, Carlos Veloso da. AS REGRAS E AS PRÁTICAS: Factores organizacionais e transformações na política de reabilitação profissional das pessoas com deficiência. Lisboa, 2006.
- WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 2000.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. da UnB, 1994.
- Yin, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- YIN, Robert K. *Case Study Research: Design and Methods*, Thousand Oaks, Sage. 2. ed. 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE I – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM PROFESSORES/SERVIDORES LIGADOS AO CURSO DE RECURSOS PESQUEIROS

- 1- O que é qualidade de vida para você?
- 2- O fato de estudar no IFRN muda alguma coisa na perspectiva de vida dos alunos do curso de RP?
- 3- Quanto tempo de atuação no curso TRP?
- 4- Qual sua formação?
- 5- Quais disciplinas leciona (se docente) no curso TRP?
- 6- Qual sua percepção quanto ao perfil dos alunos ingressantes no CTRP? Integrado, Subsequente, EJA.
- 7- Na sua percepção existe interesse dos alunos do CTRP? Se pudesse dar seu percentual de 0 a 100%, qual você daria quanto ao interesse dos alunos pelo curso. Justifique!
- 8- Na sua percepção quais os fatores que diminuem o interesse pelo CTRP?
- 9- Como profissional e/ou docente do CTRP, você acredita que a oferta do curso pelo IFRN *campus* Macau é viável ou não? Justifique.
- 10- Durante a formação técnica no IFRN o que pode ser realizado para melhorar o interesse dos alunos em atuar na área de RP?
- 11- Como você enxerga o mundo da pesca em relação a atividade econômica e oportunidade de trabalho?
- 12- Como você avalia a atuação empresarial na área da pesca e aquicultura na região, no nosso Estado e no Brasil.
- 13- O que pode ser feito pelo IFRN para estimular a absorção dos formandos em RP, formados pela instituição, pelo mercado empresarial da área da pesca.
- 14- Como você avalia o resultado obtido quanto ao número de alunos que efetivamente concluíram o CTRP, uma vez que o curso já tem mais de 5 anos e várias turmas concluintes?
- 15- Como você avalia as condições de vida das comunidades pequenas da região?
- 16- Qual sua percepção quanto a qualidade de vida dessas comunidades?
- 17- Quais os maiores desafios no processo de formação em RP?
- 18- O que pode ser feito para estimular a procura pela formação CTRP pelos jovens da região?
- 19- Você acredita na profissionalização técnica na área da pesca/aquicultura?
- 20- Quais sugestões você pode deixar no sentido de tornar o curso mais valorizado e reconhecido por alunos, sociedade e pela área empresarial relacionada à atividade pesqueira?

APÊNDICE II – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM JOVENS

Agruparam-se as questões em grau de similaridade que pudesse responder de forma mais precisa os posicionamentos dos jovens, referente à qualidade de vida, a percepção do cotidiano, ao contexto social em que vivem e a percepção da realidade que o cerca.

1. O que é qualidade de vida para você?
2. Quais são suas aspirações pessoais?
3. Como você considera o cotidiano em que você vive com sua família? Com sua comunidade?
4. Como se vive em sua comunidade? Quais as perspectivas?
5. Qual o seu comportamento diante da realidade de sua comunidade?
6. Antes de estudar no IFRN como você percebia as questões da sua vida, do seu cotidiano, da sua qualidade de vida?
7. Já no IFRN mudou a sua percepção quanto às questões da vida ou continuou a mesma percepção que tinha antes? Se houve mudanças para você, quais foram?
8. Como você via o mundo da pesca antes de estudar no IFRN?
9. E, em chegando e vivenciando a formação em Recursos Pesqueiros como passou a ver a área da pesca?
10. Você acredita que a formação técnica em Recursos Pesqueiros pode realmente contribuir para mudar a realidade da pesca? De que forma?
11. Estudar no IFRN mudou alguma coisa no seu modo de ver a realidade que o cerca? Quais as mudanças?
12. O que você imaginava para o seu futuro antes de estudar no IFRN?
13. E agora como você ver seu futuro?
14. Você pretende atuar na atividade pesqueira? Por que?
15. Como você avalia o curso de Recursos Pesqueiros em relação aos outros cursos ofertados pelo IFRN Macau?
16. Você tem familiares que atuam nessa atividade? Como você percebe o trabalho na atividade pesqueira?
17. Por que você não utiliza os conhecimentos técnicos para intervir na pesca?
18. Você ao receber a formação, depois de investimentos feitos, não se sente responsável em utilizar esses conhecimentos para intervir na realidade pesqueira? Justifique.

19. Dentro do IFRN mudou sua maneira de encarar o mundo? De que forma?
20. Não atuando na pesca você também não está contribuindo para a desvalorização e não profissionalização da atividade pesqueira? Uma vez que recebeu todo investimento para a formação?
21. Como você considera o mundo da pesca em relação a outras áreas de atuação profissional?
22. O que você quer para o seu futuro profissional?
23. Você já pensava assim antes de entrar no IFRN?
24. Como você avalia a percepção de seus colegas de curso? Como eles veem a atividade pesqueira?
25. Como você avalia a atuação dos órgãos governamentais no seu município, estado, união em relação a atividade pesqueira?
26. Qual sua percepção sobre o mercado de trabalho da área de Recursos Pesqueiros?
27. Como você enxerga e avalia a atuação empresarial na atividade pesqueira?
28. Antes de vir estudar no IFRN você pensava em seguir qual profissão? E agora?
29. Seus familiares incentivam para você atuar na atividade pesqueira? Justifique.
30. O que pensa seus familiares e comunidade sobre o curso?
31. Na sua perspectiva é importante a formação técnica em Recursos Pesqueiros? Justifique.
32. No seu entendimento o que pode ser feito para valorizar a atividade pesqueira?
33. Como você avalia o curso de recursos pesqueiros - estrutura, professores, proposta técnica.